

ISSN 2448-3907 | e-ISSN 2448-3923

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS

Brazilian Journal of African Studies



Revista Brasileira de Estudos Africanos	Porto Alegre	v.2	n.3	p. 1-231	Jan./Jun. 2017
---	--------------	-----	-----	----------	----------------

SOBRE A REVISTA

A Revista Brasileira de Estudos Africanos é uma publicação semestral, em formato digital e impresso, dedicada à pesquisa, à reflexão e à difusão de estudos sobre temas africanos. A RBEA publica artigos científicos inéditos com ênfase nas análises de Relações Internacionais, Organizações de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e Correntes de Pensamento. A RBEA é um veículo estritamente acadêmico, ligada ao Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A RBEA tem como público alvo pesquisadores, professores e estudantes interessados nas especificidades do continente africano e de sua inserção internacional. Combinada a esta perspectiva, a Revista pretende ampliar o debate sobre a projeção brasileira e seus esforços de cooperação (inclusive em Defesa) com os países africanos no perímetro do Atlântico Sul e a construção de uma identidade regional frente a um cenário de transformações geopolíticas.

INDEXADORES



Este trabalho foi apoiado pelo Programa de Apoio à Edição de Periódicos (PAEP) - UFRGS



**Programa de apoio à
Edição de Periódicos**

EQUIPE EDITORIAL / EDITORIAL TEAM

EDITOR CHEFE /CHIEF EDITOR

Analúcia Danilevicz Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

EDITOR ADJUNTO /DEPUTY EDITOR

Paulo Visentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL /EDITORIAL BOARD

Ajay Dubey (Jawaharlal Nehru University, Índia)
Angel Dalmau Fernández (CIPI, Cuba)
Antônio Joaquim Calundungo (Universidade Agostinho Neto, Angola)
Beatriz Bissio (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Chris Landsberg (University of Johannesburg, África do Sul)
Cyril Obi (Social Science Research Council, EUA)
Fábio Morosini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Hilário Cau (Instituto Superior de Relações Internacionais, Moçambique)
Ian Taylor (University of St Andrews, Escócia)
Kamilla Raquel Rizzi (Universidade Federal do Pampa, Brasil)
Karl Gerhard Seibert (UNILAB, Brasil)
Li Anshan (Peking University, China)
Luiz Dario Teixeira Ribeiro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Vladimir Shubin (Russian Academy of Sciences, Rússia)

ASSISTENTES DE EDIÇÃO /EDITION ASSISTANTS

Rafaela Pinto Serpa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Salvatore Xerri (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

CONSELHO CONSULTIVO /CONSULTATIVE BOARD

Alfa Oumar Diallo (Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil)
Aparajita Biswas (University of Mumbai, Índia)
Diego Pautasso (Escola Superior de Propaganda e Marketing – Sul, Brasil)
Eduardo Migon (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Brasil)
Fantu Cheru (American University, EUA)
Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina)
Henry Kam Kah (University of Buea, Camarões)
Igor Castellano da Silva (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil)
John Akokpari (University of Cape Town, África do Sul)
José Carlos dos Anjos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Leila Hernandez (Universidade de São Paulo, Brasil)
Lito Nunes Fernandes (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Guiné-Bissau)
Lotfi Kaabi (Institut Tunisien des Études Stratégiques, Tunísia)
Mamadou Alpha Diallo (UNILA, Brasil)
Mamoudou Gazibo (Université de Montréal, Canadá)
Marina de Mello Souza (Universidade de São Paulo, Brasil)
Nathaly Silva Xavier Schütz (Universidade Federal do Pampa, Brasil)
Paris Yeros (Universidade Federal do ABC, Brasil)
Tim Murithi (Free State University, África do Sul)
Renu Modi (University of Mumbai, Índia)
Wolfgang Adolf Karl Döpcke (Universidade de Brasília, Brasil)

Esta edição também contou com a avaliação dos pesquisadores Ana Tettamanzy, Eduardo Svartman, José Rivair Macedo, Luiz Goldoni e Sônia Ranincheski.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS

Brazilian Journal of African Studies

© Centro Brasileiro de Estudos Africanos - UFRGS

Capa e diagramação: Rafaela Pinto Serpa e Vitória Kramer

Arte: Tiago Oliveira Baldasso

A *Revista Brasileira de Estudos Africanos* está disponível online em português e inglês em www.seer.ufrgs.br/rbea

CONTATO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Ciências Econômicas
Av. João Pessoa, 52 - Sala 18C - 1º andar
CEP 90040-000 - Centro - Porto Alegre/RS - Brasil
Fone: +55 51 3308.3272 / 3308.3348
E-mail: cebrafrica@ufrgs.br

seer.ufrgs.br/rbea

ufrgs.br/cebrafrica

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

Revista Brasileira de Estudos Africanos / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro Brasileiro de Estudos Africanos. – Ano 2, n. 3 (jan./ jun. 2017). – Porto Alegre : UFRGS/FCE/CEBRAFRICA, 2017 -

Semestral.

ISSN 2448-3915.

e-ISSN 2448-3923

1. África. 2. Relações internacionais. 3. Integração regional. 4. Segurança internacional. 5. Política de defesa.

CDU 327

SUMÁRIO

Editorial	7
<i>Analúcia Danilevicz Pereira</i>	
El Brexit , la UE y las incertidumbres estratégicas: implicaciones a corto, mediano y largo plazo para África Subsahariana	10
<i>Yoslán Silverio González</i>	
Relações Irã-África: oportunidades e perspectivas para o Irã	38
<i>Fátima Chimarizeni</i>	
O Tribunal Penal Internacional (TPI), impunidade e a ascensão de uma mentalidade de cerco na cleptocracia do Quênia	53
<i>Westen K Shilaho</i>	
O comportamento da mídia de massa nas resoluções de questões securitárias no pós-independência da Nigéria	78
<i>Osakue Stevenson Omoera, Adesina Lukuman Azeez, Roselyn Vona Doghudje</i>	
Contextualizando o uso da alternativa diplomática para a resolução de conflitos na disputa entre Nigéria e Camarões por Bakassi 1994-2006	98
<i>Ekpotuatin Charles Ariye, Laz Etemike</i>	
A situação das Missões Alemãs em Camarões sob o sistema de Mandato: uma análise histórica	117
<i>Lang Michael Kpughe</i>	
Migração e identidade na região Sudoeste de Camarões: o fator graffie , c.1930 – 1996	137
<i>Walter Gam Nkwi</i>	
A diplomacia de prestígio na África do Sul de Nelson Mandela (1994-1999)	156
<i>Pedro Vinícius Pereira Brites, Yuri Debrai Padilha</i>	
De Mandela a Zuma: a importância do Atlântico Sul na política externa sul-africana	177
<i>Anselmo Otavio</i>	
“A única realidade na África Negra de então”: Boubou Hama e a integração entre técnica e espiritualidade	201
<i>Ana Luiza de Oliveira e Silva</i>	

RESENHA	
“Reimagining Pan-Africanism: distinguished Mwalimu Nyerere lecture series 2009-2013” de Wole Soyinka, Samir Amin	217
<i>Ermelinda Liberato</i>	
“Geometrias da Memória: configurações pós-coloniais” de António Sousa Ribeiro, Margarida Calafate Ribeiroi	225
<i>Fernanda Salomão Vilar</i>	
Parceiros	231
Normas de Submissão	233

A responsabilidade do conteúdo dos artigos é de seus respectivos autores.
The responsibility for the content of the articles is of their respective authors.

Revista Brasileira de Estudos Africanos
e-ISSN 2448-3923 | ISSN 2448-3907 | Porto Alegre | v.2, n.3 | Jan./Jun. 2017

EDITORIAL

Analúcia Danilevicz Pereira

Agosto/2017

Com a publicação de seu terceiro número, a RBEA entra em seu segundo ano de existência já consolidada. O ingresso em vários indexadores, o envio de artigos por renomados autores brasileiros e de diversos países e a crescente procura do público por seu conteúdo, são provas disso. Nessa edição, o tema em destaque é, predominantemente, questões de Segurança e Desenvolvimento na África.

A ordem mundial que se configurou nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, por mais contraditório que possa parecer, produziu certo consenso. As regiões mais industrializadas do mundo estavam esgotadas pela Guerra e as menos desenvolvidas iniciavam seu processo de descolonização e redefinição das suas identidades. Todos, portanto, precisavam de mais cooperação e menos confrontação. A Guerra Fria produziu equilíbrio sistêmico e, seu fim, novos desafios. O principal desses desafios é a reconstrução do próprio sistema internacional. E essa reconstrução dependerá de uma estratégia coerente e bem elaborada.

Nesse contexto, os Estados africanos precisarão estabelecer seus conceitos de ordem interna, sua posição regional e global. E não poderão fazê-lo individualmente. Conflitos de novo tipo desorganizam alguns Estados, enquanto outros ampliam seus níveis de dependência externa. Por outro lado, os processos de desestabilização afetam as potências médias africanas e incidem sobre uma possível reconfiguração de uma nova balança de poder mundial.

O terceiro número da RBEA procura avaliar, portanto, os novos desafios que o continente enfrenta. Yoslán Silverio González, em seu trabalho *El Brexit, la UE y las incertidumbres estratégicas: implicaciones a corto, mediano y largo plazo para África Subsahariana*, analisa as incertezas produzidas pela fragilização da integração europeia nas relações com a África. Fátima Chimarizeni, em *Relações Irã-África: Oportunidades e perspectivas para o Irã*, discute como o espaço africano se tornou uma alternativa estratégica

para o Irã em sua busca por apoio político e diplomático, além de relações econômicas para aliviar o ônus imposto pelas sanções.

No artigo *O Tribunal Penal Internacional (ICC), a Impunidade e a Ascensão de uma Mentalidade entre a Cleptocracia do Quênia*, Westen K Shilaho analisa como a entrada pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) na disputa pós-eleição de 2007/2008 afetou as penas entre os políticos do Quênia e influenciou os resultados das eleições de 2013. Shilaho argumenta que a acusação de proeminentes quenianos pelo TPI por atrocidades cometidas durante a violência pós-eleitoral foi a primeira tentativa de quebrar um círculo vicioso de impunidade profundamente enraizado no corpo político do país.

Já Ekpotuatin Charles Ariye e Laz Etemike, utilizando o conflito entre Nigéria e Camarões por Bakassi como estudo de caso, focam seu estudo no tema da aplicação de meios alternativos como complemento para as opções judiciais, adjudicações e arbitragem na resolução de disputas/conflitos no artigo intitulado *Contextualizando o uso da alternativa diplomática para a resolução de conflitos na disputa entre Nigéria e Camarões por Bakassi 1994-2006*. Ainda sobre as questões securitárias que envolvem a Nigéria, Osakue Stevenson Omoera, Adesina Lukuman Azeez e Roselyn Vona Doghudje analisam *O Comportamento da Mídia de Massa nas Resoluções de Questões Securitárias no Pós-independência da Nigéria*. Segundo os autores, os meios de comunicação de massa foram sugeridos por ter a capacidade de contribuir significativamente para ajudar as instituições de segurança a eliminar ou a verificar os desafios com os quais o país é confrontado.

Lang Michael Kpughe, discute criticamente o tratamento das missões alemãs em Camarões, tanto o britânico como francês, durante os períodos de Mandato e Tutela, concentrando-se especialmente nas atitudes opostas de ambos os poderes administradores em relação às missões em suas esferas de influência no artigo *A situação das missões alemãs no Mandato em Camarões: uma análise histórica*. Walter Gam Nkwi, por sua vez, em *Migração e Identidade na Região Sudoeste de Camarões: O Fator Graffie, 1930 – 1996*, analisa as dinâmicas de migração interna, tomando o caso dos migrantes naturais das Planícies Bamenda no litoral de Camarões, e destaca como tais migrações deram origem ao enigma identitário entre aqueles que vieram a ser chamados graffie e os locais.

No artigo *A Diplomacia de Prestígio na África do Sul de Nelson Mandela (1994-1999)*, Pedro Vinícius Pereira Brites e Yuri Debrai Padilha analisam a política externa do governo Nelson Mandela na esteira de uma nova estrutura internacional pós-Guerra Fria, mapeando os atores envolvidos nesse meio e os indicadores e variáveis que condicionaram a política externa do país. Anselmo Otavio analisa a importância do Atlântico Sul na política externa

sul-africana pós-apartheid argumentando que o aumento do interesse pelo Atlântico Sul, em verdade, é resultado da valorização das relações Sul-Sul por parte da África do Sul no artigo *De Mandela a Zuma: a importância do Atlântico Sul na política externa sul-africana*. Por fim, Ana Luiza de Oliveira e Silva em “*A única realidade na África Negra de então: Boubou Hama e a integração entre técnica e espiritualidade*”, discute o caso do intelectual Boubou Hama, no Níger novecentista, que trabalhava pela preservação e divulgação de um arcabouço cultural. Segundo a autora, sob os impactos da colonização, Hama almejava que a África conhecesse seus próprios valores e concepções de mundo.

Este número conta, ainda, com duas resenhas. A obra *Reimagining Pan-Africanism: distinguished Mwalimu Nyerere lecture series 2009-2013*, de Wole Soyinka e Samir Amin, é apresentada por Ermelinda Liberato, enquanto a obra *Geometrias da Memória: configurações pós-coloniais*, de António Sousa Ribeiro e Margarida Calafate Ribeiro, por Fernanda Salomão Vilar.

A RBEA publica uma versão eletrônica bilíngue (português e inglês) e uma impressa em inglês. Assim, esperamos a contribuição de colegas do Brasil e do exterior, com os quais pretendemos estabelecer vínculos para o aprofundamento do conhecimento e a construção de uma visão do Sul sobre o continente africano e das relações com eles.

Agradecemos aos Assistentes de Edição Rafaela Serpa e Salvatore Xerri e à equipe do CEBRAFRICA que trabalhou na tradução dos artigos. Agradecemos, ainda, a Guilherme Thudium, Felipe Giordani, Cecília Maieron e Bruno Ronchi pela colaboração na tradução e revisão dos textos em inglês.

EL BREXIT, LA UE Y LAS INCERTIDUMBRES ESTRATÉGICAS: IMPLICACIONES A CORTO, MEDIANO Y LARGO PLAZO PARA ÁFRICA SUBSAHARIANA

Yoslán Silverio González¹

La Unión Europea (UE) ha sido un actor fundamental en las relaciones económicas y políticas con los países africanos. La política exterior de este bloque hacia África ha estado marcada en particular por los intereses de Francia y Reino Unido, enfocados principalmente hacia sus antiguas posesiones coloniales. La historia de las relaciones económicas entre la antigua Comunidad Económica Europea (CEE) y el continente estuvieron diseñadas por una serie de acuerdos multilaterales – las Convenciones de Yaoundé, adoptados por influencia francesa, y la serie de Convenios de Lomé a partir de 1975 cuando, una vez producida la entrada de Reino Unido a la CEE (1973), se tuvieron que renegociar los antiguos convenios comerciales para incorporar a los ex territorios británicos a los “beneficios” de estos acuerdos.

En el año 2000 se firmó uno nuevo, el de Cotonou, el cual debería dar paso a la posterior adopción de los Acuerdos de Asociación Económica o EPAs, cuya negociación con la contraparte africana debía concluir en 2007. Este tipo de acuerdo de cuarta generación o de libre comercio causó una gran polémica por parte de los países africanos, por lo que sus regulaciones representarían para las economías nacionales. Esto significó que una vez llegada la fecha de la supuesta firma, los europeos no obtuvieron lo que esperaban, sino acuerdos interinos aislados con determinados países. Se necesitaron siete años más de presiones por parte de la UE, para que

¹ Grupo de África y Medio Oriente, Centro de Investigaciones de Política Internacional, Habana, Cuba. E-mail: yoslan@cipi.cu

podrían ampliar, mediante la imposición, los acuerdos interinos a nivel de los bloques subregionales y finalmente suscribirlos con la mayoría de las entidades africanas, algunas creadas solo para este fin y violando las propias organizaciones económicas subregionales de África.

Desde el punto de vista de las relaciones políticas, no fue hasta el año 2000 que la UE estableció el mecanismo de las cumbres UE-UA que no por casualidad coincidieron con los mismos períodos en los cuales los europeos buscaban renegociar dichos acuerdos de libre comercio: 2000, 2007, 2010 y 2014. No obstante, tanto Francia como Reino Unido habían mantenido sus dos mecanismos de política exterior: la Francofonía y la *Commonwealth*, respectivamente. Estos dos instrumentos han garantizado el fortalecimiento de los lazos entre París y Londres con sus respectivas áreas de influencias postcoloniales, al margen de las directrices de la política exterior común y consensuada en el seno de la UE.

Este marco jurídico-institucional que estableció, reguló, gestionó y controló las relaciones tanto económicas como políticas entre la UE y África debe ser sometido a una fuerte redefinición a raíz de lo que parece ya una inevitable salida de Reino Unido del bloque “integracionista” europeo. Según expertos cubanos, como el Dr. Eduardo Perera Gómez, profesor de la Facultad de Filosofía e Historia de la Universidad de La Habana, no es probable que Reino Unido abandone la UE, debido a que el referéndum no es vinculante y pudiera bloquearse todavía, desde las instituciones británicas, el proceso de salida, puesto que las consecuencias negativas para el país serían incalculables². No obstante, este trabajo parte de la premisa de que se concreta la separación entre Londres y Bruselas, lo que tendría un conjunto de repercusiones para la zona subsahariana. Este es precisamente el objetivo central propuesto: plantear los posibles escenarios de una política europea y británica post-*Brexit*. El artículo está diseñado teniendo en cuenta un conjunto de variables – relaciones políticas, relaciones económico-comerciales, seguridad y defensa, y relaciones bilaterales – sobre las cuales se indicarán varios escenarios tendenciales – más probables y alternativos – que marcarían las nuevas relaciones políticas, económicas y militares entre estos actores y África.

El referéndum británico del 23 de junio de 2016 arrojó un saldo favorable para el *Brexit*, poniendo en evidencia el sistema integracionista europeo. La votación transcurrió en un contexto de aguda crisis económica internacional como resultado de la caída de los precios del petróleo y de las materias primas, de una crisis migratoria en torno a las fronteras europeas y de varios conflictos en su espacio geográfico inmediato.

² Intervención del Dr. Eduardo Perera en el taller “Implicaciones internacionales y regionales del Brexit” celebrado en el CIPI el 12 de julio de 2016.

Por tanto, varias son las incertidumbres en torno a las consecuencias regionales e internacionales que la materialización de la salida de Reino Unido de la UE podrá ocasionar en los planos económicos, políticos y de los propios mecanismos de integración. Si bien África no resulta ser el centro del debate en torno a cómo se articularán las nuevas alianzas, para los africanos sí resulta de vital interés cómo estas quedarán (re)definidas para poder ganar en claridad en cómo se insertarán en este nuevo contexto internacional.

Redefiniciones políticas

Sin dudas se deben producir significativas modificaciones en el plano político, por ejemplo una reformulación de las relaciones de la UE con la UA ahora sin el peso de la presencia británica y en este mismo sentido, un relanzamiento de la política exterior de Reino Unido hacia el África Subsahariana (ASS) con el fortalecimiento de la *Commonwealth*, debido a que no formará parte del diálogo político bilateral ya establecido entre los europeos y los africanos.

Los posibles escenarios con respecto a la dimensión política de las relaciones con el continente podrían ser:

- Las relaciones políticas entre la UE y la UA deben sufrir un proceso de impasse, con tendencia hacia el retroceso debido a que las prioridades de política exterior no se centrarán en el continente. Esto se evidencia en la falta de sistematicidad en la realización de las cumbres de jefe de Estado y gobierno.
- No obstante, Francia se encuentra en una posición ventajosa para impulsar sus propias agendas de política exterior y de seguridad hacia el continente, debido a la consolidación de su papel dentro de la UE.
- La política de Londres hacia África deja de ser una prioridad debido a la necesaria recomposición de sus relaciones exteriores con sus socios estratégicos, esto también estará marcado por una pérdida relativa de su influencia política en el sistema internacional.
- Reino Unido como parte de la UE podía incidir en la conformación de políticas hacia países y/o subregiones francófonas del ASS por ejemplo a través de la Ayuda Oficial al Desarrollo (AOD) o de las misiones civiles y militares. Por lo tanto su salida dificultará la ampliación de su influencia política y económica hacia dichas zonas.

- La UE podría cambiar su política de sanciones contra Zimbabwe teniendo en cuenta la ausencia británica y las diferentes posturas que existen dentro de la organización con respecto a este país. Reino Unido se encuentra aislado en sus posturas contra el gobierno de Robert Mugabe.

En total 18 naciones africanas forman parte de la *Commonwealth*, mecanismo que ofrece determinadas ventajas económicas y políticas a los países miembros. En el contexto del referéndum, los ciudadanos residentes en Reino Unido procedentes de los países de la *Commonwealth* pudieron participar. Esto es un ejemplo de la fuerte presencia de la diáspora, por ejemplo africana, en ese país. Según Alex Vines, Jefe del Programa Africano del *Chatham House* en Londres, el nuevo gobierno británico buscará reformular y fortalecer este mecanismo en particular.³

Según el FMI, este dispositivo contribuirá más a la economía mundial hacia el 2019 que la propia UE⁴. Esta es una afirmación interesante pero que suscita más dudas que respuestas, puesto que el otrora espacio de la *Commonwealth*, desde el punto de vista económico, no es exclusivo ya de los británicos, debido a que muchos de sus países – los del Caribe y de África – están también vinculados, a través de acuerdos comerciales, a la UE.

- La *Commonwealth* es reactivada y se constituye en el instrumento principal del diálogo político con su espacio de influencia en el ASS, pero aun así no constituye una alternativa viable a la UE.
- En el mediano plazo Reino Unido no puede articular un mecanismo multilateral con la UA al nivel de Cumbres de Jefes de Estado y Gobierno como existe con otros actores internacionales.
- Su influencia política en África disminuye considerablemente en favor de Francia.

La salida de Reino Unido de la UE, sin duda alguna, relanzará las posturas de Francia en el continente, puesto que no sólo dispondrá de sus tradicionales mecanismos de control hacia su zona francófona, sino que contará además con el “respaldo” institucional que le puede ofrecer la UE, mientras que Reino Unido tendrá que rediseñar sus instrumentos de política exterior para no perder más influencia en África.

³ *Africa faces up to Brexit vote*. Disponible en: <http://www.dw.com/en/africa-faces-up-to-brexit-vote/a00>

⁴ *BREXIT aftermath: How it affects Nigeria*. 26 de junio de 2016. Disponible en: <http://sunnewsonline.com/brexit-aftermath-how-it-affects-nigeria/>

En la esfera de las relaciones político-diplomáticas Francia sigue consolidando el mecanismo bilateral de las Cumbres Francia – África para incrementar sus áreas de influencia en el continente más allá de la francofonía. De igual manera mantiene su incidencia en la solución de eventuales conflictos políticos, principalmente allí donde sus intereses sean puestos en peligro.

Comportamiento de las variables económicas

Los impactos sobre la economía mundial se traducirán en una mayor volatilidad de los mercados financieros, la disminución de la actividad económica y afectaciones en las relaciones comerciales. Este panorama agrega nuevas incertidumbres al desenvolvimiento de una economía mundial de por sí en crisis.

Una de las variables de mayor incertidumbre es la relacionada con los suministros energéticos. ¿Cómo el *Brexit* y una disminución de la demanda británica, en primer lugar y europea en general, afectarían los precios del mercado mundial de hidrocarburos? ¿Se producirá una redefinición de las cuotas de mercado en cuanto a la importación de petróleo hacia la UE? ¿Aumentarán las afectaciones al suministro energético? Al momento de dar los resultados del referéndum, el precio del barril de petróleo descendió en un 6%.

En cuanto a las principales empresas petroleras británicas - la *Shell* (también de capital holandés) y la *British Petroleum* (BP), se han visto afectadas por la caída de los precios del petróleo y en particular la Shell ha reducido su producción en Nigeria, por los ataques contra sus instalaciones por parte de grupos armados en la zona del Delta. Por lo tanto, al tener el mercado petróleo una buena cuota de especulación financiera, esta situación contribuye a la prolongación de la no recuperación de los precios del petróleo y por ende al mantenimiento de la crisis económica.

En particular, las principales economías africanas y por ende, el continente en sentido general, ya han estado sufriendo las consecuencias de la crisis económica mundial desde el desplome de los precios de los hidrocarburos y de las materias primas. Estos impactos se han evidenciado en una disminución de los presupuestos estatales, en la devaluación de las monedas nacionales, el endeudamiento externo y la disminución de las exportaciones. La variable *Brexit* sin dudas incorpora nuevos elementos a la profundización general de la crisis.

El análisis puede ser ubicado en dos niveles: el impacto del *Brexit* en el plano económico mundial y las consecuencias que tendría una

agudización de la crisis económica interna en el Reino Unido. Esta segunda variable es significativa, sobre todo para varios países africanos, debido a los fuertes vínculos que existen entre estos y la 5ta economía del mundo.

Sin embargo, las repercusiones económicas no se comportarán de la misma manera. Estas estarán en dependencia de los sectores de la economía que se trate y tampoco será igual en todos los países africanos. Los más afectados serán aquellos con un mayor nivel de dependencia al mercado británico.

Los impactos también se han situado en el sector financiero. La devaluación de la libra esterlina ha obligado a la adopción de medidas por parte de los bancos centrales africanos, este es el caso del Banco Central de Mauritania que se vio en la necesidad de aumentar sus reservas en oro y en dólares estadounidenses para reducir la exposición a la libra británica, mientras en otros casos se ha producido una devaluación de las monedas nacionales con respecto a la libra y el euro.

Relaciones económico-comerciales

La UE se encontraba en un proceso avanzado de negociación de los **Acuerdos de Asociación Económica (EPAs)** con los grupos regionales africanos. Estos tratados comerciales plantean la liberalización total del comercio de mercancías, los servicios y la inversión. Por el momento esta liberalización de las aduanas se realizaría de manera gradual y controlada, en un proceso que debe terminar sobre el 2022. En el caso del África Occidental, en julio de 2014, los 16 Estados de la subregión que conforman la Comunidad Económica de los Estados del África Occidental (**CEDEAO**) y la Unión Económica y Monetaria del África Occidental (**UEMOA**) firmaron el EPA. También en julio de 2014 fueron concluidas exitosamente las negociaciones con la **SADC** (*Southern African Development Community*) y en octubre de 2014 la **EAC** (*Eastern African Community*) finalizó las negociaciones con la UE. El acuerdo con la SADC fue firmado el 10 de junio de 2016, mientras el de la EAC todavía tiene que ser ratificado por el Consejo Europeo.

Por su parte, con la Comunidad Económica del África Central (**CEMAC**) el acuerdo plantea el 80% de la liberalización de las exportaciones de la UE hacia esta subregión y la supresión progresiva de los derechos de aduana sobre los productos agrícolas en un período de 15 años. La CEEAC no ha firmado el EPA, solo Camerún firmó uno de manera bilateral e interino en 2009. Ali Bongo, presidente de la República del Congo, fue designado en mayo de 2015 para negociar los términos del acuerdo entre el resto de

los países de la subregión, el cual debería entrar en vigor el 4 de agosto de 2016. Habría que señalar que el Consejo de la EU había prometido – Consejo de marzo de 2014 – 6.5 billones de euros para el período 2015 – 2020 para proyectos de desarrollo en el marco del EPADP (*EPA Development Programme*). Esta sería una síntesis actualizada del complejo proceso de negociación de los acuerdos de libre comercio impulsados por la UE con África, algunos todavía en proceso de ratificación por parte del Consejo Europeo.

En el plano concreto de las relaciones económico-comerciales, el marco regulatorio de los EPAs constituye uno de los temas más polémicos en el nuevo contexto europeo tras el *Brexit*, poniendo en cuestionamiento el marco legal de dichos acuerdos. Dentro de la UE, Reino Unido es el principal socio comercial de varios países africanos y esta tendencia no debe desaparecer. De manera inmediata, no habrá modificaciones en las relaciones económico-comerciales debido a que todavía existe un margen de al menos dos años para definir cómo quedarán reestablecidas las relaciones entre la UE y Gran Bretaña, por lo tanto siguen operando las mismas regulaciones comerciales.

Ahora bien: ¿cuál será el marco regulatorio que definirá las relaciones económicas específicas de Reino Unido con los países ACP, en particular los africanos cuando se oficialice su salida de la UE? Sin dudas, la UE seguirá liderando el proceso de negociación e implementación de los EPAs con cada una de las subregiones africanas, lo que sitúa a los británicos en una posición desventajosa con respecto al mercado africano. La UE no debe renegociar nuevos acuerdos EPAs debido a la complejidad y la demora del proceso, que ha llevado hasta ahora, a la firma de los EPAs entre la UE y los bloques subregionales, debido en buena parte a las reticencias africanas, así como el hecho de que todavía no se han materializado estos acuerdos. Por lo tanto es poco probable que la UE renegocie dichos acuerdos de libre comercio para no ¿perjudicar? a los británicos.

Esto también será matizado por el modelo que se aplique en cuanto al relacionamiento futuro de Reino Unido con la UE. Una de las variantes manejadas es que se vincule al Área de Libre Comercio Europea (*European Free Trade Area*, EFTA) en la que se incluyen los Estados europeos no miembros de la UE y de esta forma mantener las mismas prerrogativas. De esta forma Londres mantendría el acceso al mercado europeo. Una vez avanzado en este sentido es que quedarán reconstituidos los vínculos económicos entre África, la UE y Reino Unido. Indiscutiblemente el monto económico de África dentro de la UE disminuirá desde el punto de vista porcentual.

Con respecto a las relaciones económico-comerciales habría varias

salidas:

- Según el *Institute for Economic Affairs*, Reino Unido mantiene sus obligaciones en el marco de los acuerdos de libre comercio que había firmado como Estado miembro de la UE, incluso luego del *Brexit*.
- A largo plazo se produce una renegociación de los EPAs.
- Reino Unido queda excluido de los EPAs.
- Varios países africanos que no habían ratificado los EPAs de manera bilateral no lo firman. En sentido general se produce un cuestionamiento a estos acuerdos de libre comercio.
- La disminución de la presencia económica de los británicos en África como resultado de la crisis interna y la imposibilidad de aumentar sus niveles de inversión y las importaciones, es utilizada por otros actores internacionales con fuerte presencia en el continente, para ampliar sus áreas de influencia⁵.
- Esto no significa que Reino Unido deje de ser un actor importante en materia económica y comercial para aquellos países africanos donde su presencia ha sido histórica.
- La UE fortalece sus relaciones económico-comerciales con los países africanos en especial el mercado francés se consolida como el principal destino de las exportaciones africanas.

A pesar de que el marco de las “nuevas” relaciones económicas-comerciales entre Reino Unido y los países africanos seguirá siendo sobre la base del libre comercio, y se profundice el antagonismo con la UE y la competencia por cuotas de mercados, esto colocaría a las economías africanas en ventaja debido a que pueden optar por el “mejor” comprador. Un sector que puede verse beneficiado por estos antagonismos puede ser el agrícola, debido a que la UE defendía las políticas de subsidios a sus productores agrícolas que iban en detrimento de los productores africanos, mientras Reino Unido se oponía a esto⁶. Otro elemento contradictorio puede estar reflejado en las políticas arancelarias que adopte el gobierno británico, sobre todo si estas llegasen a ser más “beneficiosas” que la actual política aduanera establecida por la UE.

Se pudiera experimentar la repetición de un escenario parecido al

5 Existe una amplia diversidad de actores extracontinentales con intereses en el continente: los tradicionales como Estados Unidos, China y Japón – la situación de Francia será más ampliada -, así como los nuevos o “emergentes” como India, Brasil, Turquía, Israel y Rusia.

6 Los británicos se oponía a las políticas de subsidios agrícolas de la UE (Política Agraria Común, PAC) debido a que ellos no eran un país agrícola y por ende no tenían por qué sufragar dichos gastos.

de la década del 1960 cuando había sido bloqueada la entrada de Reino Unido a la CEE debido en su momento, al declive económico del país y a la disminución del comercio entre los británicos y los países de la *Commonwealth*, realizado en favor de los vínculos económicos-comerciales con la entonces exitosa CEE⁷. De aquí se derivó la necesidad para Londres de formar parte de la CEE. Estos antecedentes históricos reafirmarían la tendencia de que la salida de Reino Unido de la UE va a significar el declive de sus relaciones económico-comerciales con los países africanos en favor de las relaciones – mejor institucionalizadas – con los europeos.

Inversión extranjera

Si bien África no ha captado a nivel internacional grandes flujos de inversiones extranjeras directas y en los últimos años, sobre todo desde el estallido de la crisis en 2008, la tendencia ha sido a la disminución, en este nuevo contexto, no se puede esperar un repunte de la misma, sino todo lo contrario. Esta tendencia de las inversiones procedentes de Europa es opuesta a la que muestran los capitales chinos.

- Los países africanos tendrán un menor acceso a los capitales extranjeros procedentes de Europa y en especial de Reino Unido. Esto tendrá efectos sobre los programas de desarrollo infraestructural impulsados con capital europeo.
- La devaluación de la libra esterlina ha significado una reducción del valor de las inversiones extranjeras directas y del monto de las reservas internacionales de divisas de algunos países africanos.

Migración

El tema migratorio ha sido un aspecto fundamental en la relación UE-UA sobre todo en el contexto actual de la crisis de refugiados que se está desarrollando en torno a las fronteras europeas y para el cual una de las soluciones analizadas – aparte de las militares en el Mar Mediterráneo – ha sido la reubicación de los migrantes ilegales entre los países miembros de la UE según cuotas determinadas. Esto significa que una vez aprobada la salida de Reino Unido, este país tendrá dificultades para “reasentar” a los migrantes ilegales que arriben a sus fronteras usando como vía de llegada países miembros de la UE (principalmente desde Francia) y que tendrán

⁷ Fernando Montoya Cerio. *El Brexit, ficción o realidad: impacto sobre la PCSD de la UE*. Instituto Español de Estudios Estratégicos, 64bis/2016, 24 de junio de 2016. p. 3. Disponible en: http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2016/DIEEEO64bis-2016_Brexit_MontoyaCerio.pdf

que ser “retornados” a sus países de origen o a un tercer país fuera de la UE, por lo que esta situación crea todo una problemática legal en torno a cómo se va a efectuar este procedimiento.

- Los países de la UE siguen estando afectados por la crisis de refugiados en torno a sus fronteras y en particular se consolida la expulsión de los migrantes en condiciones irregulares.
- Se agudizan las posturas anti-inmigrantes de Reino Unido en el marco de una nueva política migratoria mucho más severa contra la inmigración ilegal de nacionales subsaharianos a través de Europa.

Las **remesas** son una de las fuentes de ingreso de los países africanos como resultado de la diáspora que está insertada, en lo fundamental, en los mercados laborales de la UE. La caída del valor de la libra esterlina, que alcanzó su punto más bajo con respecto al dólar desde 1985, ha sido una consecuencia inmediata del fracaso del “*remain*”. Esta situación, además de tener implicaciones en los mercados financieros internacionales, en el plano más directo ha significado la reducción del poder adquisitivo y por ende de la reducción del envío de remesas desde Reino Unido en términos de valor absoluto.

- Se mantiene la tendencia a la reducción de los envíos de remesas procedentes de los países europeos y de Reino Unido debido a la crisis económica y la devaluación tanto de la libra esterlina como del euro.

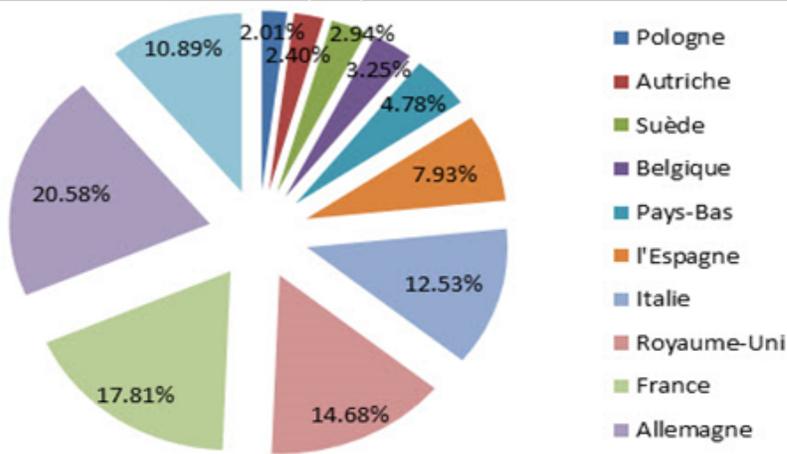
Ayuda Oficial al Desarrollo

Reino Unido es uno de los principales contribuyentes al presupuesto general de la UE en este acápite, aportando el 14.68% al Fondo Europeo de Desarrollo (FED). La pérdida de este financiamiento significará una redistribución de la cuota asignada por cada país, recargando el peso sobre Alemania y Francia, países que junto a Italia, aportan el 20.58%, 17.81% y el 12.53%, respectivamente.

Ahora, dado el contexto de crisis económica que presentan varios de los países del bloque, lo más probable será una reducción significativa del presupuesto general de la UE. Esta contracción se traducirá a su vez en un mayor recorte del FED, buena parte del cual se utilizaba para impulsar programas de desarrollo en países africanos y que tradicionalmente siempre han sido de por sí limitados y con una alta condicionalidad política: respeto a los derechos humanos, elecciones multipartidistas y libres, derechos humanos, entre otros temas que siempre han sido instrumentos de presión

política e injerencia interna en función de los intereses europeos.

Gráfico 1: Contribución al FED por países⁸



- Se reduce el financiamiento de la UE y por ende de los montos destinados al FED, lo que implicará mayores condicionalidades políticas para acceder a ellos.
- El nuevo gobierno conservador en Londres realiza mayores recortes a la AOD con destino a África.
- Esto significará mayores problemas de financiamiento por parte de la UA y sus diferentes organismos y agencias, que dependen del financiamiento externo.
- Una buena parte de los programas socioeconómicos y las donaciones a las instituciones y organismos africanos - UA y los RECs - son paralizados o eliminados.

Influencia sobre los procesos de integración económica y política en ASS

A pesar de que las organizaciones subregionales africanas de integración económica y política surgieron inspiradas en parte en el proceso integracionista europeo, el *Brexit* no significará el cuestionamiento de la integración en África. El panafricanismo es objetivo fuertemente impulsado por la Unión Africana y el fortalecimiento de la integración está indicado en su estrategia a largo plazo denominada *Agenda 2063*.

⁸ *Le Brexit: Quelles conséquences pour l'Afrique?* Disponible en: <http://www.brookings.edu/blogs/africa-in-focus/posts/2016/06/23-le-brexit-consequences-pour-lafrique-sy-sow>

- El *Brexit* genera el auge de nuevos sentimientos secesionistas en varias partes de ASS pero que no trascienden el nivel de declaraciones políticas.
- El proceso de “fragmentación institucional” de la UE es utilizado como un mecanismo de fortaleza por parte de la UA para seguir impulsando la causa integracionista en el continente africano.
- Es absolutamente improbable que algún país africano proyecte su “separación” de la Unión Africana.

La **posición económica de Francia** en ASS luego del *Brexit*, puede comportarse de la siguiente manera:

- En el plano económico y sobre todo debido a la efectiva aplicación de los EPAs, Francia aumenta su intercambio comercial con los países de su tradicional zona de influencia.
- De forma bilateral, París incrementa el monto de sus inversiones extranjeras en el subcontinente debido a las mayores garantías para sus empresas en el marco de los EPAs, mientras que disminuye el monto de la AOD canalizada a través del Fondo Europeo de Desarrollo.
- Francia tiene garantizado los mercados africanos y en este sentido se mantiene todavía la dependencia de estos países – sobre todo los francófonos - al mercado de la UE específicamente al mercado francés.
- El franco CFA sigue siendo un instrumento financiero por parte de Francia para controlar las políticas monetarias y las economías de los países dentro de su área de influencia en el África occidental y central.
- Las transnacionales galas siguen estando presentes en amplios sectores de la economía africana controlando la banca, las finanzas, el transporte y las telecomunicaciones principalmente en los países francófonos.

Dimensión de la seguridad y la defensa

Uno de los aspectos más polémicos dentro de la UE ha sido la adopción de una Política Común de Seguridad y Defensa (PCSD) que responda a los intereses de los por entonces 28 Estados. Esta PCSD ha tenido problemas para su cohesión debido a la diferencia de intereses en política exterior en materia de seguridad y defensa entre Gran Bretaña, Francia, Alemania y España por una parte y el resto de los Estados miembros con

una política exterior hacia África nada proactiva. La implementación del *leaving* puede favorecer una mejor articulación entre Francia y Alemania en materia de seguridad y defensa, pero al mismo tiempo la reducción de los presupuestos generales o la retención a una mayor contribución de los Estados, tendrá una afectación sobre las misiones militares y civiles que la UE tiene desplegadas en suelo africano.

Presencia militar británica en África y participación en las misiones militares y civiles de la UE

Si bien Reino Unido no conservó un amplio y fuerte dispositivo militar en África como sí lo hicieron los franceses, sus fuerzas armadas han estado presente en varios escenarios de conflictos en África ya sea aportando tropas o apoyo logístico, de manera bilateral como multilateral.

En perspectiva histórica, los británicos encabezaron la intervención militar para la “lucha” contra la piratería en el Golfo de Adén desde el 2008. Al mismo tiempo se han hecho presente y apoyado las misiones de la UE en la República Democrática del Congo en 2003 y en 2006, en Chad en 2008 y 2009, en la República Centroafricana en 2014 y 2015. También los servicios secretos ingleses han estado operando en alianza con la CIA por ejemplo en la “lucha” contra el terrorismo. El último ejemplo fue en Nigeria a raíz de los masivos secuestros de Boko Haram. También han sido activos en las operaciones civiles de la UE.

Si bien su presencia militar es limitada, en comparación con los franceses, los británicos de manera bilateral tienen desplegadas varias unidades en Sierra Leona y Kenya, así como un pequeño grupo de personal miliar en Sudáfrica con el objetivo de asesoramiento en operaciones de mantenimiento de la paz. El Ejército británico tiene en activo las misiones *British Peace Support Team* (BPST) y la *British Army Training Unit Kenya* (BATUK), ambas en Kenya y la *International Military Assistance Training Team* (IMATT) en Sierra Leona. Las misiones en Kenya están centradas en acciones de desminado, asistencia militar a las fuerzas armadas, apoyo logístico y formación de militares kenyanos a través de ejercicios militares conjuntos. En el caso de Sierra Leona sus acciones se concentran en el desarrollo de las fuerzas armadas nacionales⁹.

En la siguiente tabla se muestra la cantidad aproximada de efectivos desplegados por la UE solo en diez misiones en África, según datos del Estado Mayor de la UE, y cuánto de este personal es de origen británico. Fernando Montoya Cerio, del Instituto Español de Estudios Estratégicos, plantea que las afectaciones de la retirada británica no van a ser muy fuertes debido a que el monto de sus efectivos es insignificante, pero realmente no

⁹ British Army. *The British Army in Africa*. Disponible en: <http://www.army.mod.uk/operations-deployments/22724.aspx>

son solo los efectivos sino también la logística y el financiamiento puesto en función de estas misiones.

Tabla 1: Aporte de Gran Bretaña a las Misiones de la UE en África¹⁰

	Misión	Período	Militar/ Civil	Efectivos	Aporte de Reino Unido
1	EUNAFVOR ATALANTA	Somalia desde 2008	M	545	64
2	EUTM SOMALIA	2010	M	185	4
3	EUCAP NESTOR (Africa Horn)	Djibouti, Somalia, Seychelles y Tanzania desde 2012	C	43	7
4	EUSEC RDC	Desde 2005	C	10	1
5	EUCAP SAHEL NIGER	2012	C	50	1
6	EUTM MALI	2013	M	561	30
7	EUCAM RCA	República Centroafricana 2015	M	70+5	0
8	EUCAP SAHEL MALI	2014	C	73	2
9	EUBAM LIBIA	2013	C	2	0
10	EUNAFVOR MEd-op SOPHIA	Mediterráneo 2015	M	1341	80
Total	10			2885	189

Otro elemento a tener en cuenta serán los **gastos en materia de seguridad y defensa**. Si bien estos no forman parte del presupuesto general de la UE, coincide que los países que más aportan a dicho presupuesto son casi los mismos que tienen las principales cuotas en este sector. En este sentido, los que tienen los mayores porcentajes en las partidas de defensa son solo cinco de los 28, los cuales representan más del 70% de dicho presupuesto: Alemania (21.5%), Reino Unido (17.6%), Francia (15.4%), Italia (11.2%) y España (7.7%).

Fernando Montoya Cerio afirma que el costo de la salida de Reino Unido, llevándose el 17.6% del presupuesto de defensa “sería una cantidad

¹⁰ Elaboración propia según datos ofrecidos por Fernando Montoya Cerio. Ob. cit., p. 12 y 13.

irrisoria”¹¹, lo que supondría fácilmente que el resto de los países de la UE podrían asumir sin problemas el monto británico. Solo Reino Unido representa el presupuesto de casi 15 países de la UE. Cuando se hace un análisis de cuánto aportan cada uno de los países tendríamos que el total del primer grupo solo representa el 1,8%, mientras que el conjunto del segundo grupo representa el 18,8% por lo tanto en cualquiera de los casos, estos países se verían obligados a casi doblar su contribución, lo que no es probable.

En la primera cumbre de la UE realizada luego de los resultados del *Brexit*, la Alta Representante de Política Exterior y de Seguridad Común, Federica Mogherini, comenzó a reclamar ya a los gobiernos europeos avanzar en la cooperación en defensa y que contribuyan más para garantizar la seguridad colectiva en la nueva estrategia global para la Política Exterior y de Seguridad de la UE.

Según las propias declaraciones de la diplomática, Reino Unido había bloqueado en los últimos años una mayor cooperación en defensa rechazando cualquier idea de crear un Ejército europeo, capacidades militares conjuntas o la creación de un cuartel militar de la UE para evitar la duplicación con la OTAN¹². Estas iniciativas pueden avanzar en el marco de una nueva política en materia de seguridad.

Tabla 2: Aporte de los Estados miembro a los gastos de seguridad¹³

Países con menos del 0,5%	Subtotal	% total
Bulgaria, Chipre, Estonia, Croacia, Malta, Letonia, Lituania, Luxemburgo, Eslovenia, Elovaquia	10	1.8
Países con menos del 3%	Subtotal	% total
Austria, Grecia, Bélgica, Portugal, Rep. Checa, Rumania, Suecia, Finlandia, Irlanda, Polonia, Hungría	11	18,8%
Países con el 4%	Subtotal	% total
Holanda	1	4%
Total	22	20.64%

De acuerdo con el investigador Daniel Keohane del *Center for Security Studies at ETH Zürich* la salida de Reino Unido haría la cooperación europea

¹¹ Fernando Montoya Cerio. *Ob. cit.*, p. 17

¹² Mogherini pide a los países de la UE más cooperación en defensa en una nueva estrategia global de seguridad. BRUSELAS, EUROPA PRESS, 28 de junio de 2016. Disponible en: <https://es.noticias.yahoo.com/mogherini-pide-pa%C3%91-defensa-estrategia-global-151502808.html>

¹³ Dinamarca no contribuye a los gastos de defensa. Tabla: Elaboración propia según datos ofrecidos por Fernando Montoya Cerio. *Ob. cit.*, p. 16 y 17.

en materia de seguridad mucho más difícil de alcanzar debido a que esta puede funcionar solamente sobre la base del acuerdo entre Berlín, Londres y París¹⁴. De todas maneras este nivel de coordinación no siempre existió y a partir de la ausencia de Londres, el resto de los actores podrá ponerse de acuerdo mucho más rápido. Dicho investigador llama la atención sobre el papel de Reino Unido en la dirección de la “misión militar más exitosa” de la UE¹⁵: la operación antipiratería frente a Somalia. Destaca este ejemplo tal vez para indicar que la retirada británica introducirá elementos de ineficiencia en las misiones de la UE.

Posibles escenarios de la UE, Reino Unido y Francia en materia de seguridad y defensa:

- Con el *britain exit* se produce el cese de la presencia tanto militar como civil de los británicos en las misiones de la UE en el continente africano, lo que a decir de un profesor de relaciones internacionales de la Universidad de Nottingham significará una pérdida del e *status* internacional de Reino Unido y sería “devastador” para su diplomacia¹⁶.
- La retirada británica no significa necesariamente el cese de sus relaciones militares y de seguridad con la UE, ni el repliegue de sus tropas de suelo africano, porque de hecho existe como antecedente una política que data de los años 90 denominada Iniciativa P3 que planteaba el principio de las “responsabilidades compartidas” entre EE.UU, Francia y Reino Unido con respecto a las “amenazas” comunes entre las que se encuentran ahora, el terrorismo y la migración. De hecho, tanto Berlín, París y Londres habían acordado aumentar los presupuestos militares para hacer frente a estas problemáticas en África y Medio Oriente.
- Francia logra una mayor participación de la UE en las misiones de paz en África, desde el punto de vista financiero, logístico y de personal, en específico de algunos países del bloque como, Alemania y España. Existen fuertes contradicciones entre los países miembros por el aumento de su contribución al presupuesto de defensa.
- O bien se produce una reducción significativa en los

¹⁴ Daniel Keohane. *European Defense and Brexit: A Tale of Three Cities*. 1ro de marzo de 2016. Disponible en: <http://carnegieeurope.eu/strategieurope/?fa=62922>

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ Catherine Gegout. *Brexit would be death knell for British influence in the world*. May 18, 2016. Disponible en: <http://theconversation.com/brexit-would-be-death-knell-for-british-influence-in-the-world-58890>

presupuestos de defensa lo que tendrá repercusiones sobre un mayor despliegue militar de las misiones de la UE en África y significará mayores recortes financieros a las misiones de la UA¹⁷.

- No obstante, la UE continúa con las misiones de mantenimiento de la paz y las misiones civiles en la prevención y solución de los conflictos en el área, aunque con serias limitaciones de financiamiento. Sigue privando el enfoque europeo de vincular la seguridad al desarrollo, es decir que como condición para mejorar la situación económica y reducir la pobreza se debe mejorar la seguridad.
- La UE sigue estando afectada por la crisis migratoria procedente de la región subsahariana y conserva el tema migratorio, el terrorismo y otros delitos de crimen transnacional como amenazas a su seguridad. Se mantiene la criminalización de la migración ilegal y la respuesta militar por parte de la UE para frenar estos flujos. En este sentido, París, Roma y Madrid fomentan una agenda más recia en el seno de la UE, en materia de frenar los flujos migratorios ilegales subsaharianos.
- La lucha contra el terrorismo en toda la amplia zona del Sahel y contra la “piratería” en las costas del Golfo de Adén siguen siendo objetivos priorizados de la política de la UE hacia la región del ASS y en torno a estos dos ejes se articulan las relaciones en materia de seguridad entre la UE y Reino Unido.
- La UE está abocada a una reformulación de su PCSD que le permita seguir “atendiendo” sus “prioridades” en materia de seguridad en regiones como África Subsahariana. La ausencia de los ingleses posibilita avanzar hacia un mayor consenso en cuanto a una PCSD.
- Los recursos financieros que Londres destinaba a la UE pueden ser utilizados para desarrollar una política militar más agresiva en África a título bilateral, siguiendo sus propios intereses geoestratégicos y de seguridad.
- El nivel de coordinación entre Francia y Reino Unido en términos de seguridad y defensa en su política hacia África disminuirá considerablemente¹⁸, aunque se va a mantener una

¹⁷ A principios de 2016, la UE anunciaba que disminuiría el 20% del presupuesto asignado a la Misión de la UA en Somalia (AMISOM).

¹⁸ Richard G. Whitman. *Brexit or Bremain: what future for the UK's European diplomatic strategy?* p. 527-528. Disponible en: <http://ukandeu.ac.uk/wp-content/uploads/2016/05/>

cierta cooperación.

- Paris conserva su tradicional presencia militar en las bases desplegadas en Senegal, Costa de Marfil, Gabón, Camerún, Chad y Djibouti. Como resultado de su discurso de lucha contra el terrorismo, Francia mantiene sus operaciones militares en el área como la Operación Barkhane en el Sahel, con un mayor despliegue de tropas con el objetivo de realizar acciones transfronterizas entre Mauritania y Chad, al mismo tiempo se ratifican los acuerdos de defensa con estos países y se incrementa su rol en el entrenamiento de soldados africanos.
- Reino Unido puede impulsar una agenda militar más fuerte con respecto a África – firma de nuevos acuerdos de colaboración militar, compromisos en cuanto a la formación de soldados africanos y mayores actividades de inteligencia – con el objetivo de rescatar espacios de influencia perdidos¹⁹.
- La presencia militar tanto de España como de Alemania en las misiones de la UE en África aumentan significativamente.

Reino Unido como contribuyente a las misiones de la ONU

Entre los primeros cinco contribuyentes a las misiones de mantenimiento de paz de la ONU se encuentra Reino Unido con el 6.68%,²⁰ país que sigue conservando su puesto en el Consejo de Seguridad, con derecho al veto y miembro importante de la OTAN. En cuanto a su desempeño como parte de las Misiones de la ONU destaca su participación en Somalia – 70 efectivos de la *Force Troop Command, 1st Division and Field Army* – con el objetivo de derrocar al grupo terrorista somalí Al Shabaab y otros efectivos encargados de servicios médicos, la logística y labores de ingeniería. También unos 300 efectivos fueron desplegados en el conflicto en Sudán del Sur²¹.

International-Affairs-Brexit-or-Bremain.pdf

19 *Íbidem*, p. 528.

20 El primer lugar lo tiene Estados Unidos (28.38%), le sigue Japón (10.83%), luego Francia (7.22%) y Alemania (7.14%). Después de Gran Bretaña está, en el sexto lugar China (6.64%), luego Italia (4.45%), Rusia (3.15%), Canadá (2.98%) y por último España (2.97%). Ver: *Financing Peacekeeping*. Disponible en: <http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/financing.shtml>

21 *British Army team in Somalia on UN peacekeeping duties*. 2 de mayo de 2016. Disponible en: <http://www.bbc.com/news/uk-36183932> y Ben Riley-Smith. David Cameron: UK troops to go to Africa to help counter extremists. New York, 27 de septiembre de 2015. Disponible en: <http://www.telegraph.co.uk/news/11895048/David-Cameron-UK-troops-to-go-to-Africa-to-help-counter-extremists.html>

- Si bien la presencia militar británica en África es insignificante en comparación con los efectivos franceses y estadounidenses, su salida de la UE y la retirada de sus efectivos – civiles y militares – de las misiones de la UE, no significará en lo absoluto su repliegue del continente puesto que se mantendrán como parte de las misiones de la ONU, a través de la OTAN en correlación con los EE.UU o por los acuerdos bilaterales de defensa como el de Kenya.

Esfera de las relaciones bilaterales

Las relaciones económicas entre Reino Unido y ASS no son simétricas, es decir no se comportan de la misma manera por subregiones, por sectores y por países. En cuanto a los países que presentan una mayor dependencia al mercado británico se encuentran Ghana y Nigeria en el África occidental, Kenya en el África oriental y Sudáfrica en la zona meridional, quien es a su vez el principal socio comercial de la UE en el continente. La recesión económica en el Reino Unido también impacta a las economías nacionales más interdependientes. Zimbabwe es uno de los países con una situación económica bien difícil y que por su dependencia a Sudáfrica será doblemente afectado.

Ghana

Las relaciones económicas entre ambos países son particularmente fuertes. En el marco de las negociaciones de los EPAs, Ghana tiene como límite el mes de octubre de 2016 para su firma. En el contexto del *Brexit*, se plantea que este país pueda renegociar un acuerdo más beneficioso con la UE y sobre todo uno de manera bilateral con Londres²² que sea funcional a sus intereses.

El Ministro de Relaciones Exteriores de Ghana, Hannah Tetteh declaró que las principales afectaciones estarían solo en el plano del comercio, pero que este impacto no sería inmediato debido a que todavía no ha concluido el proceso legal de salida de la UE y que el país comenzará negociaciones con Reino Unido para establecer un acuerdo comercial bilateral²³.

22 *After Brexit EU Ambassador aims to allay Ghanaian fears*. 28 de junio de 2016. Disponible en: <http://pulse.com.gh/business/after-brexit-eu-ambassador-aims-to-allay-ghanaian-fears-id5202211.html>

23 Ismail Akwei. *Buhari shocked by Cameron's resignation as Africa assesses Brexit impact*. 24 de junio de 2016. Disponible en: <http://www.africanews.com/2016/06/24/buhari-shocked-by->

Nigeria

La economía nigeriana, caracterizada por ser la principal productora-exportadora de petróleo del ASS, se ha visto profundamente afectada por la caída de los precios del petróleo y por la reducción de su producción diaria – de más de 2 millones de bpd a 1.4 millones de bpd – debido a las acciones de varios grupos armados en la zona del Delta del Níger. Esta conjugación de factores ha producido además la devaluación de la moneda nacional – el naira – y la reducción de los presupuestos estatales. A este panorama se le suma ahora todo el clima de incertidumbre en torno al *Brexit* y los impactos que tendrá sobre la economía del país.

Los vínculos económicos entre Nigeria y Reino Unido son muy fuertes – condición determinada además por su pasado histórico colonial – siendo el segundo socio comercial de los británicos en África luego de Sudáfrica. Este país forma parte también de la *British Commonwealth*. El volumen comercial entre ambos países fue de 8.52 billones de dólares en 2015 y durante el mismo año, las inversiones británicas alcanzaron 1.4 mil millones de dólares.

Los pronósticos indican una afectación significativa de alrededor de unos 25 mil millones de dólares en materia de inversión y comercio hacia el 2020²⁴. Lo anterior estará también condicionado por una renegociación de los acuerdos comerciales.

Según el profesor Bola Akinterinwa, Director General del *Nigeria Institute of International Affairs* (NIIA), la principal afectación será en el plano económico, al tiempo que la salida británica pondrá en peligro el EPA firmado con la UE. De igual forma sostuvo que un debilitamiento de la economía europea, en sentido general, afectará la ayuda en donaciones procedentes de la UE debido a que Londres es uno de los principales partidarios de estos programas en África²⁵.

En cuanto al flujo del comercio, la inversión extranjera directa y migración, las tendencias serían:

- Se produce un descenso del comercio.
- La reducción del PIB británico significará una contracción de sus inversiones en proyectos de desarrollo en Nigeria.

cameron-s-resignation-as-africa-asseses-brexit-impact/

24 *Brexit may affect \$25bn UK investment target in Nigeria*. EXX Africa Report. Disponible en: <https://www.today.ng/news/national/145432/brexit-affect-25b-investment-target-nigeria-report>

25 *BREXIT aftermath: How it affects Nigeria*. 26 de junio de 2016. Disponible en: <http://sunnewsonline.com/brexit-aftermath-how-it-affects-nigeria/>

- En materia migratoria se espera que se produzcan restricciones de visado procedentes de Nigeria en el marco de unas políticas migratorias más restrictivas²⁶.

El simbolismo de la aplicación del referéndum británico – un “ejemplo” de la democracia occidental que no es aplicable a otras regiones – constituye una inspiración para movimientos políticos-armados que buscan “separarse” de la autoridad central. Ya se han producido declaraciones del grupo *Nigeria Delta Avenger* (NDA, Vengadores del Delta del Níger) que buscan la secesión de la zona del Delta del Níger del gobierno federal nigeriano. Por supuesto las condiciones son muy distintas, y en este caso se está planteando la separación de una región dentro de un país, no la separación de un bloque integracionista. Las repercusiones políticas son bien diferentes. De todas maneras la influencia del *Brexit* y sus múltiples interpretaciones pueden beneficiar este tipo de demandas locales.

El grupo *Indigenous People of Biafra* (IPOB) de la región del sudeste nigeriano mayoritariamente igbo y que son portadores de los sentimientos “independentistas” de la región de Biafra²⁷ comenzó una campaña con el slogan “*Biafrefxit*” en clara alusión al referéndum británico. El gobierno de Abuja se ha negado de manera radical a prestarle atención a estas declaraciones políticas, pero las tensiones en el área han ido escalado.

- Aumentan las demandas secesionistas en la región de Biafra y como resultado de la negativa gubernamental, las tensiones políticas entre los partidarios de la separación y las autoridades centrales, se agudizan. A este escenario también se suman las acciones militares de otros grupos del Delta del Níger.

El 20 de junio el Banco Central de Nigeria introdujo una política monetaria más “flexible” aumentando la vinculación del naira (NGN) al dólar en el orden de NGN 197 por dólar²⁸ (17 de junio de 2016). Esta medida del gobierno nigeriano de “fortalecer” el naira frente al dólar ha sido consecuente con su postura contraria al FMI que buscaba una mayor devaluación. Esta política ha tratado de frenar el impacto doméstico de la crisis económica, pero se introdujo ahora un elemento adicional: la propia

26 Jerrywright Ukwu. *7 potential impact of Brexit on Nigeria*. Disponible en: <https://www.naij.com/870440-top-7-effects-of-uks-eu-exit-on-nigerian-visa-applicants-and-investment.html>

27 Entre 1967 y 1970 se produjo, la primera guerra civil en Nigeria conocida como guerra de Biafra a raíz de la declaración unilateral de independencia de los biafreños. A pesar de su derrota este sentimiento separatista no ha sido eliminado.

28 El naira (NGN) está dividida en 100 kobos. (1 € = 220 NGN, aprox. Septiembre 2015). Desde junio de 2015 se han adoptado un número de medidas para detener la devaluación de la moneda.

devaluación coyuntural que ha sufrido la libra esterlina.

A pesar de que el gobierno ha podido manejar la situación con una intervención oportuna en el mercado financiero, protegiendo la moneda nacional, la volatilidad del sector financiero internacional a raíz del *Brexit* no hace sostenible esta situación en favor del naira nigeriano. Tan fue así que previo al referéndum británico la libra esterlina estaba a NGN 281.49 y luego de los resultados cayó a NGN 414.70, lo mismo ocurrió con el dólar, de 197 se ha mantenido a una tasa de cambio entre 281 y 283²⁹ (junio-julio de 2016). Esto indica la fuerte devaluación que está sufriendo el naira.

- Se producen mayores pérdidas al monto de las reservas internacionales de divisas del Estado nigeriano, debilitando aún más su ya precaria situación financiera.
- La política monetaria impulsada por el gobierno – fortalecimiento del naira – no garantiza mayores niveles de devaluación de su moneda nacional.

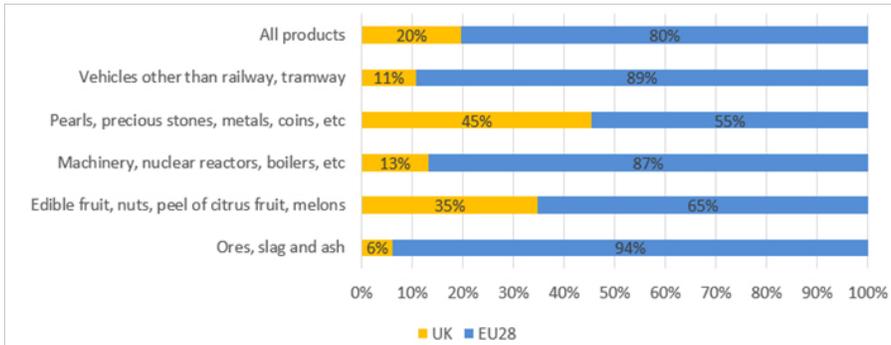
Sudáfrica

Las **relaciones comerciales** entre Sudáfrica y la UE se fortalecieron a raíz de la firma entre ambos de un Acuerdo de Asociación Estratégica. Pero también en el marco de la SADC, los europeos firmaron el EPA regional. El acceso al mercado británico ha formado parte de todos los acuerdos firmados con Sudáfrica tanto el *Trade and Development Cooperation Agreement* como el de Asociación Económica entre los cinco Estados miembros de la Unión Aduanera del África Austral más Mozambique. Este acceso no será garantizado ya por el marco institucional de la UE.

Durante el 2015, Sudáfrica envió el 24% de su producción manufacturera al Reino Unido, así como el 35% de sus exportaciones agrícolas. Reino Unido compra el 10% del vino exportado por Sudáfrica, el 10% de los cítricos y el 21% de las uvas. El volumen total de las exportaciones estuvo valorado en 14.2 billones de dólares. El sector turístico también se verá afectado, puesto que el 18% de los turistas que visitan el país son de origen británico.

29 Central Bank of Nigeria. Nigerian Naira Exchange Rate. Disponible en: <http://www.cenbank.org/rates/ExchRateByCurrency.asp>

Gráfico 2: Principales exportaciones de Sudáfrica hacia la UE³⁰



En cuanto a las importaciones, por ejemplo, durante el 2015, el 80% del whiskey consumido en Sudáfrica provino de Reino Unido, esto indica el nivel de vinculación que existe entre ambas economías. Por su parte el 45.6% de las inversiones extranjeras directas que recibe Sudáfrica, proceden de este mismo país europeo.

Si Reino Unido se mantiene en el Espacio Económico Europeo o EFTA, Sudáfrica se beneficiaría del acuerdo existente entre la Unión Aduanera del África Austral y el EFTA. No es probable que Londres establezca nuevos acuerdos bilaterales en materia comercial³¹.

- Un aspecto positivo que se señala para Sudáfrica es el de la posible reducción de los subsidios agrícolas o la renegociación de un acuerdo de libre comercio con el Reino Unido³².

Según la *North West University* aún en el peor de los escenarios de una recesión en la economía británica de un 5% y de una caída del 10% de sus importaciones, la economía sudafricana caería solo en un 0.1%. Dado los fuertes vínculos comerciales que existen entre ambos países los impactos de este escenario deben ser más negativos que la proyección optimista realizada por dicha universidad.

La economía sudafricana, la más industrializada del continente, ya se encontraba en recesión antes de que se confirmara el *britain's exit* por lo tanto esta situación agudizará aún más la crisis económica en el país.

30 Asmita Parshotam, Cyril Prinsloo y Elizabeth Sidiropoulos. *Would a Brexit matter for South Africa?* Disponible en: <http://www.saiia.org.za/opinion-analysis/does-a-brexit-matter-for-south-africa>

31 Dewald van Rensburg. *How Brexit may affect SA economy*. 26 de junio de 2016. Disponible en: <http://city-press.news24.com/Business/how-brexit-may-affect-sa-economy-20160626>

32 *Five ways Brexit can impact South Africa*. News24Wire, June 29, 2016. Disponible en: <http://businesstech.co.za/news/finance/128544/five-ways-brexit-can-impact-south-africa/>

Sistema financiero

El sistema financiero sudafricano es el que ha sufrido las consecuencias más inmediatas debido al continuo declive de la moneda nacional – el rand – el cual cayó en un 8%. En junio de 2016 el rand había perdido el 21% de su valor con respecto al dólar y era una de las monedas con un peor desenvolvimiento luego de la libra esterlina.

De todas maneras el rand ha mostrado una tendencia oscilatoria no estática. Esto indica que coyunturalmente ha mejorado su desempeño y en otros contextos se ha devaluado, por ejemplo estuvo a R14.37 con respecto al dólar y luego cayó a R15.86 para luego recuperar una tasa de cambio a 14.89. En cuanto a la libra esterlina, esta se depreció en un 4% con respecto al rand (1 GBP = 19,2714 ZAR, 4 de julio). De todas maneras la bursatilidad de la libra esterlina crea niveles de incertidumbre financiera.

Esto se explica por los fuertes vínculos financieros entre Johannesburgo y Londres³³, a través de la gran cantidad de empresas sudafricanas que están basadas en la *city londinense*. De acuerdo con un estudio de *UniCredit*, los bancos británicos afirman que las cuentas de entidades sudafricanas poseen el 178% de las reservas internacionales de divisas del país y por ende las afectaciones que se producirán a las empresas sudafricanas radicadas en Londres³⁴ deben ser bien importantes.

Kenya

Las relaciones diplomáticas entre Londres y Nairobi estuvieron marcadas por varias contradicciones debido a las críticas por parte de las potencias occidentales hacia el gobierno de Kenya por la supuesta “represión” política y el controvertido proceso judicial que se abrió contra el mandatario y el vicepresidente del país.

En cuanto a las relaciones económico-comerciales, hay que señalar que Gran Bretaña es el tercer mercado de exportación de Kenya y un aliado importante de este país del África oriental. El anuncio de la salida británica de la UE no tuvo un impacto inmediato sobre la estabilidad del mercado keniano.

Uno de los productos principales de exportación hacia el mercado británico es el de las flores. La horticultura es un rublo importante de las exportaciones kenyanas. Un tercio de las importaciones de flores de la UE

33 *Brexit and its impact on Nigeria, Kenya and South Africa*. Disponible en: <http://thenationonlineng.net/brexit-impact-nigeria-kenya-south-africa/>

34 Lily Kuo y Yomi Kazeem. *Brexit will be terrible for Africa's largest economies*. Quartz Africa, June 24, 2016. Disponible en: <http://qz.com/715710/brexit-could-be-terrible-for-africas-largest-economies/>

se originan en este país con destino hacia Holanda y Gran Bretaña.

La principal inquietud ha girado en torno a que mientras dure el proceso de reinstitucionalización entre la UE y Gran Bretaña, existan atrasos en la implementación del EPA con la EAC y que este sea dilatado. Esta preocupación ha sido expresada por la *Kenya Flowers Association* debido a que pudiera causar graves pérdidas a la industria floral kenyana, con estimaciones de casi 38 millones de dólares por mes³⁵.

Existe en el país una fuerte presencia de británicos ya sea residentes como turistas y el país recibe una importante cantidad de inversiones británicas hacia el sector de la agricultura en el área del tabaco y el café, así como los destinados hacia la industria del petróleo y el gas.

De igual manera el sector financiero de la subregión tiene un centro importante en este país. Por estas razones las turbulencias financieras generadas en Londres luego del anuncio del fracaso del *Bremain* generaron serias dudas en Nairobi, donde la moneda nacional – el shilling – se devaluaba³⁶. El presidente del Banco Central de Kenya, Patrick Njoroge declaraba que habría afectaciones y que no estarían en posición de maniobrar para quedar en una mejor situación³⁷. La devaluación de la moneda provoca que las importaciones del país sean más caras y por ende aumente el precio de los productos a consumir. Si se agudiza la crisis económica en Gran Bretaña y por ende disminuye la demanda, esta situación a lo interno de Kenya se mantendrá.

Conclusión

A modo de conclusión, el actual panorama político que se vive en la Unión Europea a raíz de la confirmación del abandono por parte de Gran Bretaña del bloque integracionista introduce necesariamente nuevos escenarios donde el nivel de incertidumbre es alto. Esto pasa incluso por el propio cuestionamiento del proceso de integración en Europa, la posibilidad de que nuevos Estados convoquen el artículo 50 del Tratado de Lisboa, las nuevas dinámicas económicas-financieras y su impacto en la economía mundial, y el marco legislativo en el cual se establecerán las relaciones entre la UE y Gran Bretaña.

35 *Brexit and its impact on Nigeria, Kenya and South Africa*. Disponible en: <http://thenationonlineng.net/brexit-impact-nigeria-kenya-south-africa/>

36 Desde mediados de 2011 el shilling se ha devaluado. En esta fecha su tasa de cambio con respecto al dólar subió de 83 shillings por dólar a 100 y en septiembre de 2015 subió a 105.

37 Lily Kuo y Yomi Kazeem. *Brexit will be terrible for Africa's largest economies*. Quartz Africa, June 24, 2016. Disponible en: <http://qz.com/715710/brexit-could-be-terrible-for-africas-largest-economies/>

La necesaria definición de todos estos aspectos es imprescindible para los países africanos, que al margen del proceso, su nivel de interdependencia con Europa los marca de manera directa. La redefinición de las relaciones UE-Gran Bretaña implicará obligatoriamente un cambio en su proyección de política exterior hacia el ASS sobre todo por el retomado antagonismo británico-europeo por áreas de influencia. Un eminente repliegue británico será aprovechado en lo fundamental por Francia fortaleciendo sus posiciones tanto políticas como económicas en ASS.

Si bien se agudizarán estas contradicciones – principalmente entre ingleses y franceses, por cierto nada nuevas – habrá esferas de coordinación, por ejemplo en el plano militar por cuestiones de seguridad y defensa. En la dimensión económica el principal dilema está centrado en los acuerdos de libre comercio y cómo se insertarán los británicos en una legislación comercial controlada por los europeos.

Cualquier salida que tenga la actual crisis institucional en la UE, Gran Bretaña seguirá teniendo el poder de veto en el Consejo de Seguridad de la ONU, será un contribuyente clave dentro de la OTAN y un aliado importante de Estados Unidos. Estas premisas serán determinantes en cualquier decisión de la política exterior británica hacia el ASS.

BIBLIOGRAFÍA

- Africa faces up to Brexit vote.* 2016. Disponible en: <http://www.dw.com/en/africa-faces-up-to-brexit-vote/a-19354900>
- After Brexit EU Ambassador aims to allay Ghanaian fears.* 2016. Disponible en: <http://pulse.com.gh/business/after-brexit-eu-ambassador-aims-to-allay-ghanaian-fears-id5202211.html>
- Akwei, Ismail. 2016. *Buhari shocked by Cameron's resignation as Africa assesses Brexit impact.* Disponible en: <http://www.africanews.com/2016/06/24/buhari-shocked-by-cameron-s-resignation-as-africa-asseses-brexit-impact/>
- Beckhusen, Robert. 2016. *Don't Panic Yet About the British Military After Brexit.* Disponible en: <https://warisboring.com/dont-panic-yet-about-the-british-military-after-brexit-57cac4a25979#.kqho1jbq7>
- Brexit and its impact on Nigeria, Kenya South Africa.* 2016. Disponible en: <http://thenationonlineng.net/brexit-impact-nigeria-kenya-south-africa/>
- Brexit aftermath: How it affects Nigeria.* 2016. Disponible en: <http://sunnewsonline.com/brexit-aftermath-how-it-affects-nigeria/>

- Brexit may affect \$25bn UK investment target in Nigeria.* 2016. EXX Africa Report. Disponible en: <https://www.today.ng/news/national/145432/brexit-affect-25b-investment-target-nigeria-report>
- Brexit: Reino Unido se divorcia de la Unión Europea.* 2016. Granma.
- British Army team in Somalia on UN peacekeeping duties.* 2 de mayo de 2016. Disponible en: <http://www.bbc.com/news/uk-36183932>
- British Army. 2017. *The British Army in Africa.* Disponible en: <http://www.army.mod.uk/operations-deployments/22724.aspx>
- Carrasco, Juana. 2016. *Un divorcio rápido ¿y lo hijos?* Juventud Rebelde, 25 de junio de 2016, p. 4.
- Central Bank of Nigeria. *Nigerian Naira Exchange Rate.* Disponible en: <http://www.cenbank.org/rates/ExchRateByCurrency.asp>
- United Nation Peacekeeping. 2017. *Financing Peacekeeping.* Disponible en: <http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/financing.shtml>
- Five ways Brexit can impact South Africa.* News24Wire, June 29, 2016. Disponible en: <http://businesstech.co.za/news/finance/128544/five-ways-brexit-can-impact-south-africa/>
- Gegout, Catherine. 2016. *Brexit would be death knell for British influence in the world.* May 18, 2016. Disponible en: <http://theconversation.com/brexit-would-be-death-knell-for-british-influence-in-the-world-58890>
- Keohane, Daniel. 2016. *European Defense and Brexit: A Tale of Three Cities.* March 1, 2016. Disponible en: <http://carnegieeurope.eu/strategieurope/?fa=62922>
- Kuo, Lily y Yomi Kazeem. 2016. *Brexit will be terrible for Africa's largest economies.* Quartz Africa, June 24, 2016. Disponible en: <http://qz.com/715710/brexit-could-be-terrible-for-africas-largest-economies/>
- Le Brexit: Quelles conséquences pour l'Afrique?* Disponible en: <http://www.brookings.edu/blogs/africa-in-focus/posts/2016/06/23-le-brexit-consequences-pour-lafrique-sy-sow>
- Montoya Cerio, Fernando. 2016. *El Brexit, ficción o realidad: impacto sobre la PCSD de la UE.* Instituto Español de Estudios Estratégicos, 64bis/2016, 24 de junio de 2016. Disponible en: http://www.ieee.es/Galerias/docs_opinion/2016/DIEEEO64bis-2016_Brexit_MontoyaCerio.pdf
- Mogherini pide a los países de la UE más cooperación en defensa en una nueva estrategia global de seguridad.* BRUSELAS, EUROPA PRESS, 28 de junio de 2016. Disponible en: <https://es.noticias.yahoo.com/>

mogherini-pide-pa%C3%93-ue-cooperaci%C3%B3n-defensa-estrategia-global-151502808.html

Milanés, Enrique. 2016. *El cielo se va a caer y la reina lo debe saber*. Juventud Rebelde, 25 de junio de 2016, p. 4.

Parshotam, Asmita; Cyril Prinsloo y Elizabeth Sidiropoulos. 2016. *Would a Brexit matter for South Africa?*. South African Institute of International Affairs, Johannesburgo. Disponible en: <http://www.saiia.org.za/opinion-analysis/does-a-brexit-matter-for-south-africa>

Riley-Smith, Ben. 2015. "David Cameron: UK troops to go to Africa to help counter extremists". *Telegraph*, New York, 27 de septiembre de 2015. Disponible en: <http://www.telegraph.co.uk/news/11895048/David-Cameron-UK-troops-to-go-to-Africa-to-help-counter-extremists.html>

Ukwu, Jerrywright. 2016. *7 potential impact of Brexit on Nigeria*. NAIJ. Disponible en: <https://www.naij.com/870440-top-7-effects-of-uks-eu-exit-on-nigerian-visa-applicants-and-investment.html>

Van Rensburg, Dewald. 2016. "How Brexit may affect SA economy". *City Press*. Disponible en: <http://citypress.news24.com/Business/how-brexit-may-affect-sa-economy-20160626>

Whitman, Richard G. 2016. "Brexit or Bremain: what future for the UK's European diplomatic strategy?". *International Affairs*. Disponible en: <http://ukandeu.ac.uk/wp-content/uploads/2016/05/International-Affairs-Brexit-or-Bremain.pdf>

RESUMO

El presente artículo analiza los posibles efectos de la salida del Reino Unido de la Unión Europea para el continente africano. El contenido lleva en consideración los elementos políticos, financieros, económicos y de seguridad y defensa para las relaciones bilaterales y multilaterales de África. Además, un importante elemento de la análisis es evaluar como la influencia de otros países de Europa en África, en especial de Francia, podrá cambiar en consecuencia de una distinta actuación británica hacia el continente africano. El artículo plantea distintos escenarios, algunos más optimistas que otros.

PALAVRAS-CHAVE

Brexit; Relaciones multilaterales; relaciones bilaterales; política; economía; seguridad.

Recebido em 13 de março de 2017.

Aprovado em 11 de maio de 2017.

RELAÇÕES IRÃ-ÁFRICA: OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS PARA O IRÃ

Fátima Chimarizeni¹

Em um mundo político caracterizado por muitos tipos de alianças, o Irã buscou projeção de poder para se defender das sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos da América, juntamente com outros membros das Nações Unidas, como Reino Unido, França, Rússia e China. O seu direcionamento para a África foi uma das estratégias de Ahmadinejad para superar o impacto econômico negativo decorrente das sanções. No entanto, o aumento do poder de uma liderança aparentemente mais voltada para resolver o problema nuclear diretamente com os Estados ocidentais, coloca o relacionamento Irã-África em uma condição frágil, considerando as prioridades da política externa iraniana.

O período inicial deste trabalho abrange o ano de 2006. Até então, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) havia aprovado a Resolução 1696 sobre o Irã, com o objetivo de pressionar o país a parar o seu programa de enriquecimento de urânio. Embora essa não seja a primeira onda de sanções que o país enfrentou, foi a primeira medida tomada pelo grupo internacional que trouxe consigo as consequências políticas, econômicas e sociais para o Irã. Uma delas foi o isolamento econômico parcial do Irã do vasto mercado mundial.

2015 foi escolhido porque, naquele ano, as Nações Unidas adotaram a Resolução 2231 do Conselho de Segurança, estabelecendo um cronograma para a suspensão e eventual levantamento das sanções da ONU contra esse país. Durante o período em estudo, a maioria dos países ocidentais evitou as relações econômicas, diplomáticas e militares com o Irã levando dificuldades econômicas a esse país. A fim de diminuir essas dificuldades, o Irã voltou-se para seus aliados tradicionais como China e Rússia. Além disso, o Irã voltou os olhos para a África, onde procurou o apoio político e diplomático e as relações econômicas para aliviar o ônus imposto pelas

¹ Curso de Relações Internacionais e Diplomacia, Instituto Superior de Relações Internacionais de Moçambique, Maputo, Moçambique. E-mail: fatimacardoso31@gmail.com

sanções, na medida em que os Estados ocidentais eram unânimes em suas pressões diplomáticas contra o Irã, considerando o problema nuclear iraniano uma ameaça direta contra eles.

O objetivo específico é alcançar uma maior compreensão das oportunidades e perspectivas resultantes da política externa iraniana dirigida ao continente africano, especificamente para as regiões ocidentais e orientais da África. O Irã recorreu a alguns Estados africanos para se afastar do isolamento que foi obrigado a enfrentar (Taylor 2010). Em 2008, por exemplo, o presidente Mahmoud Ahmadinejad expressou sua vontade de fortalecer as relações iranianas com Estados africanos além daqueles com quem o Irã já tinha relações (Murithi 2013). Na verdade, a política externa iraniana foi orientada para promover uma interação dinâmica entre o Irã e alguns países africanos a partir de 2005 (Warner 2011).

Neste trabalho, argumento que, embora o ator central do poder político iraniano seja o líder supremo, o presidente é considerado um jogador-chave, pois ele é capaz de desenhar as políticas domésticas e internacionais de acordo com o que ele define como prioridade, mesmo que em um ambiente político doméstico restritivo. Embora o Irã mantenha suas relações com a África, uma mudança considerável caracteriza essa relação. No entanto, a relevância estratégica da parceria iraniana com os Estados africanos é bem conhecida e preservada pelo Irã. Obviamente, o principal interesse da administração Rouhani era libertar o país do isolamento.

Portanto, recentemente, a política externa iraniana tem se concentrado em resolver a questão nuclear em comparação com outras questões. No entanto, cabe ao presidente Rouhani assegurar ou não um profundo grau de engajamento iraniano na África. Isto é, embora as negociações nucleares sejam tão importantes quanto a criação de parceiros, é um desafio para Rouhani reter laços fortes entre o Irã e os Estados africanos, respondendo às demandas ocidentais sobre o problema nuclear. Assim, o Irã poderia ter a oportunidade de assegurar a parceria dos Estados africanos e poderia contar com eles para garantir sua influência e presença na região.

O trabalho utilizou o projeto de pesquisa qualitativa em que o método de triangulação foi aplicado. Foi utilizada uma triangulação de analista. Visava interpretar as diferentes formas de ver os dados sobre a política externa do Irã em relação a África criados por diferentes autores. Da mesma forma, foi aplicada uma análise de dados de fontes secundárias de informações, como revistas eletrônicas, livros e diários. O objetivo principal era conseguir uma compreensão clara do relacionamento da África Ocidental e Oriental com o Irã. Portanto, devido à sua particularidade de manter relações econômicas e militares com o Irã, os Estados dessas regiões

como Nigéria, Senegal, Sudão e Eritreia foram tomados como objeto de análise. Basicamente, uma análise da política externa iraniana em relação a essas regiões e a resposta desses Estados africanos foram estudadas.

Problemas Domésticos e Soluções Externas: o Irã está recorrendo à África

Como a maioria dos países do Sistema Internacional, as questões econômicas e sociais influenciam a política interna e externa do Irã (Karshenas & Hakimian 2008). Internamente, as sanções econômicas que lhe foram impostas afetaram negativamente sua economia (Zangeneh 2003)². Na verdade, a economia vem diminuindo desde meados da década de 1970. A economia iraniana baseou-se principalmente na indústria do petróleo (Karshenas & Hakimian 2008). No entanto, devido a sanções, a indústria do petróleo desmoronou. O fato de sua economia se basear em apenas uma mercadoria torna a situação econômica iraniana ainda mais complicada, pois não há diversificação, em termos de bens produzidos para exportação. Da mesma forma, há pouco número de trabalhadores qualificados. Portanto, seu nível de produtividade é baixo. Como resultado, o nível de desemprego é desenfreado e o padrão de vida está no patamar mais baixo (Karshenas & Hakimian 2008).

Portanto, como estratégia de sobrevivência para superar seus problemas domésticos, o Irã reforçou suas relações com Estados que mantinham boas relações políticas e econômicas, como Rússia, China e alguns Estados africanos. Levando em consideração, os Estados ocidentais estabeleceram uma linha que o Irã tem de atravessar para que eles aliviem as sanções e restabeleçam as relações econômicas e políticas normais com ele. O Irã em alguns momentos tem querido fazer o contrário. Claramente, viu-se, portanto, necessitado a recorrer a outros Estados, a fim de garantir a sua sobrevivência, a nível nacional e internacional. Então, aqui entra o papel dos Estados africanos.

²Desde 2006, quatro ondas de sanções econômicas foram impostas ao Irã. Em dezembro de 2006, após o fracasso de Teerã em cumprir os incentivos aprovados pelo CSNU, o Conselho impôs sanções ao comércio do Irã em materiais e tecnologias nucleares sensíveis. Em 2007, as sanções anteriores foram intensificadas através de um pacote pelo qual funcionários específicos foram nomeados como alvos das sanções e outras sanções foram adicionadas às instituições financeiras iranianas. Em março de 2008, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 1803 para reafirmar e defender sanções anteriores. E, até abril de 2010, pareceu que a Rússia e a China - os partidários tradicionais do Irã no Conselho de Segurança reconsideraram sua tolerância ao programa nuclear do Irã, enquanto os EUA, a França e a Grã-Bretanha pressionaram por uma resolução aprovando mais sanções (Global Policy Forum 2015).

Estados africanos como Nigéria, Senegal, Eritreia e Sudão enfrentaram, basicamente, desafios comuns relacionados ao baixo nível de desenvolvimento socioeconômico. Esses Estados consideram sua condição precária como de alguma forma um legado da colonização (Nyikal 2005). Assim, eles viram o Irã como um parceiro para resolver juntos esses problemas, pois também sofreu influência externa no passado e pode reter recursos que podem ser aplicados em seus países³. Assim, o estabelecimento da cooperação nos setores econômico e militar através da materialização de acordos políticos moldou as relações desses Estados. Assim, a cooperação em segurança entre o Irã e alguns dos Estados africanos, por exemplo, manifestou-se através da assistência militar (Murithi 2013). Então, em toda a cooperação dos Estados em desenvolvimento, a retórica contra o Ocidente é usada, pelo Irã, como catalisador para estimular essa relação (Murithi 2013; Rubin 2013). No entanto, ambos os lados precisam uns dos outros para garantir o impulso de sua área econômica e militar.

Entretanto, nos últimos dois anos, esse compromisso diminuiu visivelmente sob o governo do presidente Hassan Rouhani, independentemente da sua expressão pública passada, afirmando sua vontade de expandi-lo (Chimbelu 2010). Como tal, dado o papel essencial que os Estados africanos possuem como parceiros iranianos no exterior, bem como a variação substancial da posição política iraniana para com esses parceiros, resultantes de diferentes políticas escolhidas pelo atual presidente, a questão de saber até que ponto o presidente é influente em destacar as políticas estrangeiras iranianas em relação a África deve ser considerada.

Perspectiva histórica das relações do Irã e da África

Laços históricos profundos caracterizam a relação entre o Irã e a África. Seu relacionamento, essencialmente, remonta à era do Império. De volta ao século IX, as relações persa-africanas foram principalmente apresentadas pelo comércio entre os dois povos: persa e africano (Murithi 2013). No século 16, havia assentamentos de migrantes persas em áreas urbanas no leste da África, bem como visitas de comerciantes persas (Murithi 2013). Durante a Era Pahlavi Shah, o relacionamento foi caracterizado por boas relações econômicas entre o Irã e alguns Estados africanos, como a

3 Embora o Irã enfrente problemas econômicos, seu nível de desenvolvimento permite interagir com outros Estados e compartilhar o conhecimento em diferentes áreas que realizou. Então, o Irã não está tão desenvolvido quanto os Estados ocidentais; No entanto, possui experiência em setores técnicos e militares que são compartilhados com outros Estados com os quais coopera.

África do Sul (Onderco 2012).

Assim, com base em quais foram os principais fatores de condução no relacionamento do Irã com a África, sua concepção anti-imperialista de política externa, por exemplo, o Estado islâmico, mesmo apoiou alguns movimentos de independência africanos. O excedente da receita do petróleo iraniano de 1974 foi usado para apoiar essa causa. Mesmo os movimentos sul-africanos se beneficiaram disso. Portanto, a energia e a posição política comum foram alguns dos fatores que motivaram o relacionamento do Irã com a África.

Na sequência da Revolução Islâmica (1979), permanece a política externa iraniana em relação à África. Na verdade, houve uma continuação notável quanto à preservação de boas relações entre os Estados africanos e o Irã. Os líderes sucessivos no Irã não prejudicaram a aliança estabelecida pelo Irã com os países africanos. Então, as relações Irã-África foram apresentadas pelo uso de meios políticos pelo primeiro para alcançar o último (Rubin 2013). O fato de que ambos os lados pertenciam a um movimento de não-alinhamento - mantendo a mesma concepção do anti-imperialismo e desempenhando o papel de bastião revolucionário - o fator ideológico era o principal e o que fortaleceu seu relacionamento (Onderco 2012). Como resultado desta posição aceita pelo Irã, ele ocupa um cargo de membro observador na União Africana (UA). Através desta posição, o Irã assegura o apoio de alguns dos Estados membros da UA, pois tem a capacidade de interagir com o maior número possível deles (Kobi 2011). As conseqüências dessas interações são refletidas na aliança observável entre o Irã e alguns Estados africanos e seu apoio infinito a empreendimentos iranianos em outras organizações, como a IAEA, além da ONU.

O mesmo papel de política externa e mais parceiros

Ao longo dos anos, a relação Irã-África, de fato, evoluiu. Então, juntamente com a continuação das relações positivas, houve um alargamento considerável da gama de Estados africanos que interagem com o país. Assim, o Irã interagiu com Estados de cada uma das regiões africanas de forma positiva. Essa interação comporta diferentes tipos de relações entre as duas entidades. Envolve trocas diplomáticas, políticas, militares e comerciais. Conseqüentemente, resultou em uma importante presença iraniana na África (ITIC 2009), destinando-se a cumprir os objetivos diplomáticos, econômicos e religiosos do Irã (Haji-Yousefi 2010).

Então, mantendo-se sem alinhamento, a retórica iraniana contra o Ocidente permitiu que alguns Estados africanos compartilhassem a

mesma percepção em relação a parceiros externos. Além disso, a união dos Estados em desenvolvimento (baseada na retórica do Sul) visando alcançar o crescimento econômico, é o pilar dessa cooperação (Warner 2011). No entanto, a eficiência desta interação é bastante questionável. Mesmo assim, as visitas oficiais de diplomatas do Irã a Estados como Nigéria e Senegal, bem como o contrário, aumentaram (Modell & Asher 2013; Taylor 2010).

Sendo o principal poder na África Ocidental, a posição privilegiada da Nigéria em instituições internacionais importantes - como a sua adesão à AIEA e ao CSNU - levou o Irã a estabelecer uma relação com esse país (Rubin 2013; Mcanenny 2014). Assim, o Irã concordou em compartilhar com a Nigéria tecnologia nuclear para a produção de eletricidade (Chimbelu 2010). Além disso, em junho de 2014, durante uma reunião liderada pelo ministro da Indústria do Irã e sua homóloga nigeriana, as duas nações concordaram em buscar uma cooperação mais estreita em áreas como mineração, indústria, petróleo, engenharia e tecnologia nuclear (Mcanenny 2014). Isso ilustra o grande compromisso político demonstrado por ambas as partes a esse respeito.

Na verdade, o Irã vem se aproximando dos países africanos, pois é uma entidade que toma iniciativas positivamente recebidas por esses países. As ações do Irã no Senegal se concentram principalmente na economia, com ênfase nas promessas de ajuda para a criação de fábricas e vários projetos (Chimbelu 2010). Essencialmente, inclui a extensão de uma linha de crédito de 120 milhões de dólares do Export Development Bank do Irã ao Senegal para a compra de tratores iranianos (Kobi 2011). Para Taylor (2010), essas medidas refletem os interesses econômicos da elite senegalesa. No entanto, o Senegal atuou recentemente como “porta do Irã para a África”, uma vez que os US \$ 16 milhões nas exportações para o Senegal em 2009 constituíram um maior volume de comércio do que o do Irã com todos os outros países da África Ocidental combinados (Kobi 2011; Rubin 2013) .

O Sudão tem uma localização geoestratégica - situado no Mar Vermelho - que melhora a sua posição como forte aliado iraniano na região da África Oriental (Mcanney 2014). De acordo com o ITIC (2009), o objetivo final da parceria é permitir que o Irã estabeleça uma presença naval ativa no Mar Vermelho que conduz ao Golfo de Eilat e ao Canal de Suez. Com isso, o Irã é susceptível de explorar o uso dos seus portos para qualquer atividade. Inclui atividade política contra Israel, países árabes moderados e de resposta, caso suas instalações nucleares sejam atacadas.

Além disso, houve acordos políticos no setor militar entre Irã e Sudão, em que o primeiro se comprometeu abertamente a fornecer armas para o último. Assim, o ministro da Defesa do Sudão, depois de visitar o Irã, em janeiro de 2007, afirmou em setembro de 2007 que o Irã era um dos

principais fornecedores de armas ao Sudão (ITCT 2009). Segundo Modell & Asher (2013), o Irã firmou um acordo com o Sudão para treinar soldados e oficiais da inteligência islâmica nacional sudanesa em Teerã como parte do esforço do Sudão para estabelecer as Forças de Defesa Populares do Sudão. Também construiu o Complexo Industrial Militar Yarmouk; uma instalação de fabricação de armas bombardeada em outubro de 2012 e teria entrado em vários outros projetos militares conjuntos. Tudo isso ilustra os profundos laços militares bilaterais entre os dois Estados.

No que diz respeito à Eritreia, um dos marcos das relações entre os dois países foi a visita de Isaias Afworki, presidente da Eritreia, ao Irã e sua reunião com Ahmadinejad em maio de 2008. Essa reunião terminou com a assinatura de acordos e Memorando de Entendimento entre as duas entidades (ITIC 2009). O escopo desses acordos consiste no aumento dos vínculos comerciais entre Eritreia e Irã, e expandindo e encorajando o investimento iraniano nos setores de agricultura, mineração e energia da Eritreia (Mcanenny 2014). Resultantemente, em 2008, o Banco Iraniano para o Desenvolvimento das Exportações deu à Eritreia US \$ 35 milhões em crédito para promover as relações comerciais entre os dois países. Como agradecimento, o ministro das Relações Exteriores da Eritreia expressou seu apoio ao programa nuclear do Irã quando o ministro iraniano visitou a ONU (ITIC 2009).

Notavelmente, o maior interesse dos países africanos aqui tem sido conseguir que um sócio possa fornecer-lhes os recursos necessários para resolver seus problemas domésticos críticos. Diante das taxas diretas de pobreza, subdesenvolvimento e falta de segurança, juntamente com a vontade política existente e os esforços para superar esse cenário, esses países veem o Irã como um portal para isso. Aqui, a partilha de uma visão comum do mundo quanto à aversão carregada para com o Ocidente, na medida em que persiste a imagem ruim do imperialismo passado, se torna um incentivo crucial para a promoção desse relacionamento. Além disso, o setor militar é tomado como uma área relevante para estabelecer, bem como reforçar os laços de cooperação entre os Estados acima mencionados. Portanto, permite a consolidação da presença iraniana em algumas regiões da África.

Além disso, vale a pena notar a diferença nos graus de interação existentes com relação ao Irã e aos Estados africanos. Como tal, em comparação com outras regiões africanas, os Estados da África Oriental e do Oeste Africano são os que mais recentemente interagiram com o Irã. Além do compartilhamento de laços históricos com o país, os Estados da África Oriental recentemente compartilharam relações políticas com ele. Na verdade, os Estados originários dessas duas regiões africanas, como Eritreia,

Sudão, Nigéria, Senegal e assim por diante, têm vínculos econômicos e militares com o Irã (Mcanenny 2014). Às vezes, o componente religioso também é incorporado nessas interações (Kobi 2011).

Ao contrário deles, os Estados subsaarianos, como Zimbábue, Lesoto, Malawi e Namíbia, estão interagindo com o Irã principalmente em áreas econômicas. Assim, a busca de urânio nos últimos Estados pelo Irã, para fornecimento de seu empreendimento nuclear, constitui seu principal interesse (Onderco 2012). A troca de depósitos de urânio, portanto, tem sido a condição colocada pelo Irã em alguns países da África, a fim de conceder-lhes recursos econômicos ou mesmo militares (Salomão 2015). Resultantemente, o alcance dos Estados africanos ricos em minerais é uma das estratégias iranianas em relação ao continente.

O envolvimento do Irã na África: uma política externa deixada no passado?

Basicamente, o aumento do envolvimento profundo do Irã com a África foi testemunhado desde 2005. Então, o aumento de poder do presidente Ahmadinejad (2005-2013) transformou a dinâmica desse relacionamento (Rubin 2013). Na verdade, isso foi reforçado através da enorme implantação da presença iraniana na África por meios políticos, econômicos, militares e religiosos (Kobi 2011; Mcanney 2014). Aqui, a presidência de Ahmadinejad, diferente de seus predecessores, trouxe uma política externa de forte envolvimento com a África, que se materializou através do envolvimento excessivo do Irã no continente (Rubin 2011), em que pretendia assegurar a aliança já existente e fazer mais aliados nela. Essa política foi operacionalizado através das constantes visitas oficiais de Ahmadinejad a África; as visitas dos líderes africanos ao Irã; bem como a hospedagem no Irã de uma conferência Irã-África em Teerã em 2008. Para o ITIC (2009), esses movimentos revelaram a busca do Irã por aliados para operacionalizar seus interesses nacionais no Sistema Internacional - estabelecendo-se como uma potência regional no Oriente Médio. Isso também significava uma forma do Irã fugir das sanções econômicas que haviam sido submetidas pelo CSNU desde 2006.

De um lado da relação está o Irã, fornecendo a esses Estados os recursos econômicos e militares que detém, o que ele pode usar para alavancar seus interesses lá. Por outro lado, há um processo envolvendo esses Estados de retorno ao “apoio” do Irã. Isso é visivelmente materializado em termos da fidelidade política desses Estados, bem como o seu apoio às resoluções contra o Irã nas Nações Unidas (ONU), bem como a Agência

Internacional de Energia Atômica (IAEA) quando se trata do Programa nuclear contencioso; uma questão em que o Irã precisa de seu apoio.

A política externa iraniana por muitos anos foi apresentada por aliança entre os poderes externos e um Estado menos autônomo. Acima e além, a política do Irã foi baseada na dependência excessiva da ajuda dos EUA, a fim de preservar a segurança política de Mohammad Reza Shah. Ao longo dos anos, a principal preocupação do Shah era manter sua própria zona de conforto (Haji-Yousefi 2010).

No entanto, apenas após a sua existência como República Islâmica, a situação sofreu uma transformação. Por essa altura, a política externa do Irã mudou para uma postura fortemente autônoma. Foi claramente definido em sua Constituição e observado através das ações do Irã no SI. Na verdade, apenas após o estabelecimento de uma República Islâmica, ele efetuou uma mudança na política externa do país. A nova Constituição da República Islâmica foi essencialmente um reflexo de uma nova visão dos novos líderes que governam a política do Irã. Como tal, com base no artigo 152 da nova Constituição, foram estabelecidos novos princípios sobre os quais o país deveria ser governado.

Assim, o elemento religioso foi introduzido na política do Irã pela liderança revolucionária. Surpreendentemente, desde então tem sido usado como um veículo para alcançar os interesses nacionais do Irã (DeLand 2001), sendo utilizado para estabelecer alianças de forma regional e transnacional. A nível regional, o Irã se aliou com os líderes do Estado que compartilham a mesma orientação religiosa. Então, sua aliança com a Síria é um reflexo dessa instância. Embora a Síria não seja um Estado teocrático como o Irã, o próprio fato de seu presidente pertencer a um segmento xiita do Islã confere-lhe uma das premissas para manter relações com o regime iraniano. Por outro lado, o Irã apoiou grupos islâmicos como o Hamas na Faixa de Gaza. Embora a característica xiita não seja tão fundamental para a sustentabilidade dessa relação, a propagação da revolução islâmica é o principal objetivo iraniano que apoia essa organização. O Irã possui o mesmo padrão de interação com seus aliados do Oriente Médio. Isso também foi exportado para chegar a lugares além de suas fronteiras regionais. Ao lidar com a África, observa-se que o padrão do Irã é seguido. Isso é exemplificado pelos fortes laços religiosos que o Irã possui com Sudão e Eritreia.

No entanto, alguns autores argumentam que a política externa do Irã adotada desde 1979 é carregada de controvérsia. Para alguns deles, a adição de elementos religiosos traz um componente ideológico. Portanto, os componentes ideológicos foram colocados no lugar dos realistas como motoristas da política externa do Irã (DeLand 2001; Ahmadi 2008).

Esta controvérsia pode ser encontrada na Constituição de 1979 do Irã no artigo 152. Contudo, os princípios da Constituição iraniana, sem dúvida, sugerem que a religião é tão importante para o Irã quanto qualquer outra ferramenta para dirigir sua relação com outros Estados (Ahmadi 2008). De fato, nenhum desses princípios sugere que a religião constitui o componente crucial da política externa iraniana. Ao contrário, através da análise dos empreendimentos iranianos no Sistema Internacional, pode-se notar que existe uma visível abertura de vários meios para empreender sua política externa em que a religião não é um componente central. Isso certamente é percebido pela aliança do Irã com os Estados, entre outros, da Nigéria e do Senegal, que não são islâmicos nem têm pessoas muçulmanas na frente da liderança. Isso, de fato, mostra a busca do Irã de seus interesses nacionais.

Como resultado da negatividade carregada na resposta dos EUA à posição de apoio iraniana sobre a luta contra o terrorismo, o presidente iraniano, Ahmadinejad, adotou uma postura completamente diferente de seus predecessores, com os EUA e o Ocidente (Ramazani 2009). Tendo em mente a forte atmosfera política, ele se voltou para o confronto com as potências ocidentais (Shanahan 2005). Segundo ele, seus predecessores eram fracos ao lidar com o Ocidente e era hora do Irã resolver seus próprios problemas sobre o princípio da independência de influência dos poderes externos. Desde então, a abordagem iraniana de política externa foi apresentada por uma nova tendência. Por isso, os Estados do “terceiro mundo” começaram a ser vistos como parceiros fundamentais para estabelecer alianças com o Irã. Esta foi, essencialmente, a materialização do princípio do Terceiro Mundo, apresentado com precisão em sua Constituição de 1979. Então, além da América Latina, a África foi colocada no alcance das novas políticas externas do Irã.

O presidente iraniano recentemente eleito (2013), Hassan Rouhani, diferente do seu antecessor, adotou outra abordagem nas relações com o Ocidente (Bazoobandi 2014). Estando consciente que a situação econômica doméstica terrível é afetada diretamente pelas pesadas sanções impostas à economia do Irã; ele expressou através de muitas ações sua forte vontade de reverter esse cenário. Assim, Rouhani acredita firmemente que a chave para expandir o papel do Irã na região é fortalecer sua economia. O setor econômico é certamente um dos componentes integrantes do poder nacional (Shanahan 2015). Então, uma das maneiras de alcançar esse interesse econômico, segundo ele, é o alcance de um acordo abrangente sobre o problema nuclear (Bazoobandi 2014). Como resultado, é o ponto de vista pragmático que o Irã assumiu recentemente no Sistema Internacional. Por isso, a administração Rouhani viu o distanciamento do Irã de sua posição

de confronto direto anterior como a estratégia adequada para recuperar sua legitimidade internacional como um Estado. Sua abordagem, então, tem sido forte no recurso de meios diplomáticos de diálogo com o Ocidente em vez de lançar ameaças ferozes como anteriormente. No entanto, a mudança de abordagem da política externa iraniana acima descrita não sugere sua mudança automática de interesses no Sistema Internacional. Em vez disso, reconheceu a importância do primado da força econômica como condição necessária para alcançar o poder politicamente.

E a África?

Resultantemente, a nova posição da atual liderança iraniana minou as relações existentes entre Irã e África. Então, recentemente, o princípio do “terceiro mundo” transformado em ação foi claramente enfraquecido à medida que foco foi dado ao acordo nuclear iraniano com o Ocidente. No entanto, a relevância estratégica da África para o Irã não mudou, e isso é visto na preservação dos laços em que o país tem com esses Estados, apesar da redução de apoio.

Essencialmente, embora a relação entre o Irã e os Estados africanos tenha registado uma melhoria considerável durante a era de Ahmadinejad, o mesmo envolvimento não é testemunhado durante a atual presidência de Rouhani. Embora Rouhani tenha manifestado a sua vontade de manter as relações entre o Irã e a África no mesmo caminho, as relações flexíveis anteriores entre ambos ainda voltarão ao estágio anterior ou até ganharão novas dinâmicas (Hammond 2013; PressTv 2014). Por conseguinte, Rouhani até agora reafirmou o seu empenho em relação à África. No entanto, esse compromisso é testemunhado principalmente em termos de discursos políticos. Na verdade, o foco prático de Rouhani foi, em vez disso, principalmente a questão nuclear do que em ações concretas que prevêm a ampliação de laços iranianos com Estados africanos. Além disso, o “engajamento” de Rouhani com o Ocidente, em vez de África, improvável com Ahmadinejad, diminui o papel da África em relação às prioridades atuais da política externa do Irã.

A mudança notável na abordagem da política externa de Rouhani sugere claramente o abandono na ênfase de alguns dos princípios da política externa do Irã, levando ao aprimoramento de outros. A fim de garantir os interesses econômicos do Irã, o Presidente Rouhani optou por chamar a atenção do Irã para o Ocidente, rebaixando o papel do Terceiro Mundo, um princípio muito louvado por Ahmadinejad. Embora, haja uma vontade oficialmente expressa de manter as relações com os Estados africanos, ele tem sido manifestamente menos envolvido com questões

africanas comparado com Ahmadinejad. Ele ilustra claramente a redução da participação econômica do Irã na África. Também mostra a perda de oportunidade de o Irã aumentar sua presença nas regiões africanas.

Na verdade, Rouhani não viajou para a África muitas vezes nem convidou muitas vezes funcionários africanos para o Irã, além da última presença de seu primeiro-ministro na África. É importante notar que, apesar da diminuição do contato direto com os Estados africanos, a relevância política e geoestratégica da África para o Irã permanece inalterada. Como tal, a salvaguarda dessa participação permanecerá como um dos interesses nacionais do Irã, sustentando a relevância africana para o Irã.

Conclusão

Embora alguns Estados africanos tenham experimentado uma relação mais próxima com o Irã, essa tendência se reduziu recentemente. Evidentemente, a complexidade da política doméstica iraniana, bem como o enorme foco que o governo iraniano depositou nas negociações nucleares, o impedem de reforçar suas relações com os Estados africanos, tornando-se parte dos parceiros de reserva do Irã. É mais do que claro que cada presidente levou a política externa do Irã de acordo com sua própria compreensão do que deveria ser o caminho certo para o país. Neste sentido, cada um focou mais ou menos em determinados Estados do Sistema Internacional. Para o caso do relacionamento do Irã com os Estados africanos, Ahmadinejad havia defendido, ao longo de seu mandato, o envolvimento do Irã com alguns Estados com base na concepção do terceiro mundo que é declarado na constituição do Irã. No entanto, não eliminando o princípio, mas dando menos atenção a ele, Rouhani, preocupado com o bem-estar do Estado iraniano e adotando uma posição mais pragmática. Esta posição consiste em resolver impedimentos do crescimento econômico iraniano. Para assumir esse objetivo, ele foi obrigado a relegar alguns aliados do Irã ao segundo plano em comparação com os Estados envolvidos nas negociações de questões nucleares. Uma questão que, se resolvida estrategicamente, pode beneficiar a economia do Irã através da sua adesão à economia mundial, sem necessidade de enfrentar sanções econômicas impostas pela comunidade internacional.

REFERÊNCIAS

- Ahmadi, Hamid. 2008. "Religious State and National Interest in Iran in the 21st Century: Politics Economics & Conflict". In.: *Iran in the 21st century*. (Eds) Homa Khatouzian and Hossein Shahidi. Routledge, Oxon
- Bazoobandi, Sara. 2014. *Iran's Regional Policy: Interests, Challenges and Ambitions*. ISPI. Disponível em: http://www.ispionline.it/sites/default/files/publicazioni/analysis_275_2014_0.pdf
- Chimbelu, Chiponda. 2010. *Iran Makes Inroads in Parts of Africa*. Disponível em: <http://www.dw.de/iran-makes-inroads-in-parts-of-africa/a-5257032>
- DeLand, Janet. 2001. *Fundamental Sources of Iranian Foreign and Security Policies*. Disponível em: http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph_reports/MR1320/MR1320.ch2.pdf
- Global Policy Forum. 2015. *UN Sanctions against Iran*. Disponível em: <https://www.globalpolicy.org/security-council/index-of-countries-on-the-security-council-agenda/iran.html>
- Haji-Youssefi, Amir M. 2010. *Iran's Foreign Policy During Ahmadinejad: From Confrontation to Accommodation*. Disponível em: <http://www.cpsa-acsp.ca/papers-2010/Haji-Yousefi.pdf>
- Hammond, Joseph. 2013. *Mahmoud Akmadnejad's African Safari*. Disponível em: <http://thediplomat.com/tag/iran-africa-relations/>
- ITIC. 2009. *Iran's Activity in East Africa, the gateway to the Middle East and the African continent*. Disponível em: <http://www.terrorism-info.org.il/en/article/18244>
- Karshenas, Massoud; Hakimian, Hassan. "Managing Oil Resources and Economic Diversification in Iran". In.: *21st Century Politics Economics and Conflict*. Katouzian, Homa.; Shahidi, Hossein. Routledge, New York.
- Kobi. 2011. *Iran in Africa – Broken Promises, Terrorism and Drugs*. Disponível em: <http://archive.irandailybrief.com/wp-content/uploads/2011/05/Iran-in-Africa.pdf>
- McAnenny, Alex. 2014. *Iran in Africa: A Tutorial Overview of Iran's Strategic Influence In Africa*. Center for Security Policy. Disponível em: <http://www.centerforsecuritypolicy.org/wp-content/uploads/2015/01/Iran-in-Africa.pdf>
- Moddell, Scott; Asher, David. 2013. *Countering the Iran Action Network*. Center for a New American Security. Disponível em: <http://www.cnas.org>

- org/files/documents/publications/CNAS_Pushback_ModellAsher_o.pdf
- Murithi, Tim. 2013. *Handbook of Africa's International Relations*. Routledge. Oxon
- Nyikal, Harold. 2005. *Neo-Colonialism In Africa: The Economic Crisis in Africa and the Propagation of the Status Quo by the World Bank/IMF And WTO*. Disponível em: <http://web.stanford.edu/class/e297a/Neo-Colonialism%20in%20Africa.pdf>
- Onderco, Michael. 2012. "South Africa's Iran policy: "Poster child" Meets Renegade". *South African Journal of International Affairs*. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/action/showCitFormats?doi=10.1080/10220461.2012.740179>
- PressTv. 2014. *Iran Seeks Closer Ties with African States: Rouhani*. Disponível em: <http://www.presstv.com/detail/2014/02/24/352108/iran-keen-to-expand-ties-with-africa/>
- Ramazani, R.K. 2009. *Understanding Iranian Foreign Policy*. Disponível em: mercury.ethz.ch/.../Files/ISN/.../ch_1_Undestanding_Iranian_FP.pdf
- Rubin, Michael. 2013. *Africa: Iran's Final Frontier?* American Enterprise Institute for Public Policy Research. Disponível em: <https://www.aei.org/publication/africa-irans-final-frontier/>
- Shanahan, Rodger. 2015. *Iranian Foreign Policy under Rouhani*. Lowy Institute. Disponível em: <http://www.lowyinstitute.org/files/iranian-foreign-policy-under-rouhani.pdf>
- Taylor, Ian. 2010. *The International Relations of Sub-Saharan Africa*. The Continuum International Publishing Group. New York
- Warner, Jason. 2011. *Iran's Troubled Foray into Africa*. Disponível em: <http://globalpublicsquare.blogs.cnn.com/2011/10/12/irans-troubled-foray-into-africa/>
- Zangeneh, Hamid. 2003. "The Iranian Economy and the Globalization Process". In: *Iran Encountering Globalization: Problems and Prospects*. Ed. Ali Mohammadi, Routledge. Oxon

RESUMO

Este trabalho traça um panorama das relações do Irã com a África entre os anos de 2006 e 2015. Durante o período em estudo, a maioria dos países ocidentais evitou as relações econômicas, diplomáticas e militares com o Irã levando dificuldades econômicas a esse país. A fim de diminuir essas dificuldades, o Irã voltou-se para seus aliados tradicionais, como a China e a Rússia, e principalmente, voltou seus olhos para o continente africano, onde procurou apoio político e diplomático e as relações econômicas para aliviar o ônus imposto pelas sanções. Entretanto, a partir da eleição do Presidente Rouhani essa postura começa a alterar-se, buscando aproximar-se dos países ocidentais, para livrar o Irã do isolamento.

PALAVRAS-CHAVE

Irã; África; Política Externa Iraniana; sanções econômicas.

Recebido em 30 de maio de 2017.

Aprovado em 19 de junho de 2017.

Traduzido por Rafaela Pinto Serpa

O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (TPI), IMPUNIDADE E A ASCENSÃO DE UMA MENTALIDADE DE CERCO NA CLEPTOCRACIA DO QUÊNIA¹

Westen K Shilaho²

Introdução

Como o TPI influenciou a política do Quênia através da citação, em 2010, de seis proeminentes quenianos, que a mídia local denominou os ‘Seis de Ocampo’, suspeitos de serem os mentores da violência que se seguiu às eleições de 2007-2008? A entrada do TPI nas violentamente disputadas eleições quenianas de 2007 abalou tanto a elite política do país, acostumada com a impunidade, que Uhuru Kenyatta e William Ruto apresentaram uma candidatura presidencial conjunta durante as eleições de 2013, através da coalizão Jubilee, cinicamente chamada “aliança dos acusados”, de forma a tentar obter vantagens contra o TPI. Uma tentativa pelo TPI de conceder justiça para as vítimas das atrocidades cometidas durante as disputadas eleições em 2007, foi a primeira confrontação direta contra a impunidade profundamente entrincheirada no corpo político do país, devido a uma política envolvida em questões étnicas, um judiciário corrompido e fraco e até mesmo instituições disfuncionais. O judiciário do Quênia ainda está por se tornar uma instituição independente, após anos de interferência por parte do executivo, remontando ao tempo da autocracia unipartidária. Entretanto, apesar das expectativas por parte da população queniana de que o TPI ofereceria justiça às vítimas das abomináveis violações de direitos humanos, isto não viria a se concretizar. A esperança de que o TPI danificaria a impunidade normativa do corpo político permanece

¹ A assistência financeira da National Research Foundation (NRF) para esta pesquisa é reconhecida.

² Instituto para o Pensamento e Conversação Pan-Africano, Universidade de Joanesburgo, Joanesburgo, África do Sul. E-mail: wshilaho@gmail.com.com

uma miragem. Kenyatta e Ruto exploraram politicamente suas acusações no TPI e ao fazê-lo exacerbaram a polarização étnica. Confrontados por um obstáculo legal sem precedentes, Kenyatta e Ruto formaram uma aliança étnica, ascenderam ao poder em uma chapa presidencial conjunta e reforçaram as etnias, um vetor para a mobilização política e consequente violência desde o retorno do Quênia para uma política multipartidária em 1991. Apesar da instrumentalização da etnia para ganhos políticos anteceder a independência do Quênia em 1963, a interface deletéria entre etnia, luta pelo poder e oportunidades econômicas ganhou sustentação sob Jomo Kenyatta, o primeiro presidente do país (1963-1978) (Karimi e Ochieng, 1980). Desde dezembro de 2010, quando seis suspeitos quenianos foram apontados como os mentores da violência após as eleições de 2007-2008, o TPI permanece sendo uma variável abrangente na política do Quênia, devido à elusiva responsabilidade pelas atrocidades cometidas na sequência das disputadas eleições presidenciais de 2007.

A disputada vitória presidencial de 2013 por Kenyatta e Ruto, na época indiciados pelo TPI, levantou questões pertinentes ao Estado de Direito, à política normativa e inclusiva baseada em responsabilidade e probidade que se esperava passassem a fazer parte da cultura política do Quênia a partir da Constituição de 2010. A implementação da Constituição tem enfrentado obstáculos desde sua promulgação, pois Kenyatta, um rebento da plutocracia queniana, tem muito a perder caso emergja um Estado reformado. Esse senso de autopreservação é indefensável na medida em que a estabilidade do Quênia depende do estabelecimento do Estado de Direito e justiça. O colapso dos dois casos quenianos no TPI, o primeiro contra Uhuru Kenyatta e o segundo contra William Ruto e Joshua Sang, precedidos pela retirada das queixas contra três outros suspeitos, tem duas frentes. Expõe as deficiências do TPI, uma instituição tanto política quanto legal. E também ilustra a vulnerabilidade do TPI frente a suspeitos que são atores estatais poderosos. Tais acusados facilmente maximizam o controle do aparato estatal para prejudicar o curso da justiça para vítimas de atrocidades em massa. Quenianos que inicialmente depositaram sua confiança no TPI como um fornecedor de justiça são forçados a ter dúvidas.

A inabilidade tanto por parte do judiciário local quanto pelo TPI para identificar e processar os mentores das atrocidades de 2007-2008, constituem uma ameaça para o processo de democratização do Quênia. Como um Tribunal de última instância, o TPI entrevistou porque o Quênia era incapaz e estava indisposto a julgar aqueles responsáveis por organizar e perpetrar a violência. A falta de vontade política está ligada às injustiças históricas não resolvidas do país, como assassinatos políticos, violência patrocinada pelo Estado, desapropriação de terras e as violências étnicas relacionadas,

crimes econômicos e corrupção endêmica. A concepção da constituição queniana de 2010 é o ápice de esforços voltados à reestruturação do Estado que abrangeram todo o período pós-colonial. A ausência de vontade política constitui a maior ameaça para a estabilidade do país. A relutância de Uhuru Kenyatta em facilitar a implementação da constituição e do relatório da Comissão de Verdade Justiça e Reconciliação (CVJR), ilustram a hostilidade contra tanto uma justiça retribuidora quanto restauradora. O relatório foi entregue a Kenyatta em 2013 em meio a alegações de adulterações. O gabinete presidencial foi acusado de exercer pressão sobre comissários locais para eliminar seções do documento que implicavam adversamente Jomo Kenyatta em injustiças históricas relacionadas à posse de terra no país (*The Star* 4 jun. 2013). Até hoje o relatório permanece em suspenso. Da mesma forma, ele não foi amplamente circulado com o público como estipulado pela lei. O documento representa um caso de conflito de interesses para Kenyatta, filho do primeiro presidente do Quênia. Ele menciona de forma adversa Kenyatta e Ruto em relação à violência pós-eleitoral de 2007-2008, apesar de não ter sido feita nenhuma recomendação contra os mesmos (*The Final Report of the TJRC of Kenya* 2013; *The Star* 3 jun. 2013).

A percepção de que a resolução dos transtornos pós-coloniais do Quênia poderia se encontrar junto à comunidade internacional através de instituições como o TPI é mal orientada. De fato, tal abordagem pode se mostrar prejudicial para a estabilidade do Quênia, um país historicamente dividido em linhas étnicas. Ao mesmo tempo pode ser argumentado que a impunidade institucionalizada, devido ao patente desrespeito pelo Estado de Direito e exploração da violência para vantagens políticas e econômicas, representa um risco para a estabilidade do Quênia, ao menos que seja confrontada. A impunidade entrincheirou uma cultura de violência na política do país, pois aqueles que se envolvem com tais práticas invariavelmente resultam inocentados. Insidiosamente, são recompensados com nomeações ou eleições para cargos públicos. É preocupante que o judiciário do país tenha se provado ineficiente ao longo do período pós-independência. Ele é mesmo cúmplice na edificação da impunidade ao focar nos crimes das pessoas pobres e menos influentes enquanto ignora os crimes dos poderosos, ou mesmo os protege de responsabilização a despeito de evidências de comportamento criminoso. No que parece ser uma grotesca inversão de eventos, o judiciário parece proteger os poderosos daqueles sem poder. A democratização do Quênia é precária pois há falta de imparcialidade na aplicação das leis. Apesar de algumas reformas judiciais após a violência pós-eleições, o judiciário ainda não conquistou maior apelo como um árbitro desinteressado das disputas políticas, dentre outras, devido à corrupção, tribalismo e disputas partidárias (IWPR 17 abr. 2014).

O artigo é seminal no sentido em que analisa o nexos entre a capital indígena do Quênia, a política de espólios, violência e justiça elusiva. Demonstra como essa conexão se desenrolou na justiça criminal internacional e nas relações internacionais do Quênia na sequência do apontamento de Kenyatta, Ruto e outros como mandantes de crimes contra a humanidade durante a violência que se seguiu às eleições de 2007-2008. O envolvimento do Quênia com o TPI proeminentemente empurrou questões políticas domésticas do país para o cenário africano e internacional devido ao indiciamento de políticos de grande importância. Daniel Moi, o segundo presidente do Quênia e o vice-presidente de Jomo Kenyatta por maior tempo, foi mentor político tanto para o mais jovem Kenyatta quanto para Ruto. Ele herdou uma autocracia unipartidária, que ele manteve através de colapso institucional e hábil manipulação étnica. A candidatura presidencial conjunta de Kenyatta e Ruto foi apoiada por Mwai Kibaki, sucessor de Moi e seu vice por uma década. Incapaz de alterar a trajetória política e econômica do Quênia, o país foi quase levado à guerra civil sob Kibaki, devido a eleições presidenciais disputadas acompanhadas pelo aumento da polarização étnica. O eixo formado por Kenyatta-Moi-Kibaki domina a política queniana e é o núcleo do capital local, devido aos seus vastos interesses, que atravessam a totalidade da gama econômica do país. O controle político e econômico do Quênia está firmemente nas mãos de um pequeno círculo de indivíduos relacionados por sangue, interesses econômicos e, mais insidiosamente, por sua habilidade de mobilização étnica para maiores ganhos econômicos e políticos. Esta plutocracia é impermeável à culpabilidade e cautelosa com relação ao TPI. No sistema político do Quênia, o pessoal, aqui utilizado em referência a interesses econômicos egoístas, o comunal e o político estão interconectados e reforçam o neopatrimonialismo. Neste regime, a elite política explora aflições locais e comunais, diferenças culturais, mesmo primordiais, e preocupações genuínas, para ganho pessoal. Foi neste cenário que Kenyatta e Ruto mobilizaram com facilidade suas respectivas tribos contra seus oponentes e o TPI, tornando questões legais pessoais em ameaças e fardos comunais e, eventualmente, nacionais. Os dois políticos eram centrais para a malfadada transição geracional de Moi em 2002. Então Moi tentou, sem sucesso, apresentar Kenyatta, um neófito político, como seu sucessor. Apesar de o TPI considerar a aliança étnica entre Kenyatta e Ruto como uma questão de sobrevivência política, ambos puderam entrar facilmente em um entendimento em relação às eleições de 2013 pois ambos são da linhagem do *ancien régime* (Shilaho 2013).

O artigo destaca um terreno perigoso em que política e justiça criminal internacional coalescem. Uma análise legal do TPI com um foco específico nos casos quenianos não é o tema deste artigo. Ele confina-se

à política dos casos, especificamente a manipulação cínica dos mesmos por barões tribais em detrimento da justiça. A ameaça legal do TPI fez com que a cleptocracia do Quênia se sentisse cercada. Compeliu Kenyatta e Ruto, que estavam em lados opostos durante as disputadas eleições de 2007, a formar uma aliança étnica entre Kikuyu e Kalenjin, suas respectivas tribos. Não importava que estes políticos estivessem sendo indiciados por supostamente mobilizarem gangues de seus respectivos grupos étnicos a cometer atrocidades contra ‘tribos inimigas’, efetivamente os apoiadores um do outro, durante a violência étnica que se seguiu ao pleito. Ruto foi indiciado por mobilizar “guerreiros Kalenjin” para expulsar os Kikuyu da região do Vale do Rift, enquanto Kenyatta foi indiciado por mobilizar e patrocinar uma esfarrapada milícia Kikuyu, *mungiki*, para retaliar contra apoiadores da oposição, que incluía membros dos grupos étnicos Luhya, Luo e Kalenjin em Naivasha e outras partes do Vale do Rift dominadas por Kikuyu. Consequentemente, os dois foram acusados separadamente como coautores de crimes que incluíam organizar e financiar assassinatos, deslocamentos de populações, perseguições, estupros, e outros atos inumanos cometidos durante a violência pós-eleições (ICC 2015a; ICC 2013b).

A vitória era indispensável para Kenyatta e Ruto nas eleições de 2013. Era necessária para recuperar suas carreiras políticas, para escapar de um possível encarceramento e para defender os interesses econômicos e políticos da plutocracia queniana. A combinação destes três fatores venceu a Constituição, especificamente o seu Capítulo seis, sobre liderança e integridade, que demandam altos padrões morais e éticos para aqueles que aspiram a e ocupam cargos públicos. Tendo a alta corte e o corpo eleitoral liberado Kenyatta e Ruto a competir pelo cargo mais alto no país, apesar de enfrentarem acusações criminais abomináveis, o nível moral que se esperava que a constituição instalasse na vida política e pública do país não chegou a ver a luz do dia.

Na segunda seção, argumento que a política queniana prospera em uma lógica de governo pessoal que sustenta regimes em toda África. A política do TPI se uniu à questão das etnias para determinar o resultado das eleições do Quênia em 2013³. A seção não pretende apresentar o Quênia e África como indiferenciados, mas sim ressaltar a noção de que o individual opera dentro do comunal, e que isto afeta grandemente a política na África Subsaariana. É por este motivo que políticos quenianos são capazes de mobilizar através de linhas de falhas tribais para ganhar eleições e até mesmo escapar da justiça. Exceto pela África do Sul, para nomear apenas um exemplo, os regimes africanos são em grande parte

3 Para uma análise detalhada das eleições do Quênia em 2013 ver Shilaho 2013.

rurais e camponeses. Consequentemente, trabalhadores e o campesinato parecem carecer da consciência necessária para se mobilizar através de interesses convergentes entre diferentes grupos e desafiar a predatória elite política. A influência de uma política de parentescos baseada em clãs, etnias, regionalismos e religiões supera uma organização e mobilização política horizontal. A fusão da sociedade e do Estado torna difícil a política ser organizada através de interesses convergentes para grupos distintos. Esta lógica põe em perspectiva a ascensão controversa de Kenyatta e Ruto ao poder, apesar de enfrentarem acusações criminais perante o TPI.

No Quênia, a cultura de impunidade está profundamente entrenchada, como visto através da ausência de vontade política para processar aqueles responsáveis pelo ciclo vicioso de violência tribal nos anos 90 e, especificamente, os mentores das atrocidades de 2007-2008. O TPI interviu no Quênia através do princípio da complementaridade, porque o país “era incapaz e não queria” processar altos funcionários do Estado implicados nas atrocidades cometidas durante a violência pós-eleitoral de 2007-2008, na qual estima-se que 1.333 pessoas foram mortas e mais de 600.000 deslocadas (Republic of Kenya 2008a). Mesmo dentre os autores de baixo e médio nível, nenhum foi processado (Brown e Sriram 2012; Human Rights Watch 2011).

Nas sessões subsequentes, foco nonexo entre política e justiça criminal internacional, a situação queniana no TPI e destaco a duplicidade dos políticos do país através de um Tribunal Especial para o Quênia versus o de Haia. Inicialmente, alguns políticos anunciaram publicamente sua preferência pela opção do TPI, incluindo Ruto. Alguns destes políticos até mesmo votaram contra, e derrotaram, uma emenda, e efetivamente a Lei do Tribunal Especial para o Quênia. A lei teria ancorado o tribunal na Constituição para o proteger contra manipulação executiva. Oponentes de um mecanismo local para a resolução do conflito rapidamente mudaram de tom, e identificaram bodes expiatórios assim que o TPI entrou em ação. Eles acusaram o Tribunal de tendências imperialistas e de intervir nos assuntos internos do Quênia, e, assim, na sua soberania. Na sociedade profundamente dividida em etnias do Quênia, a “verdade” em relação a narrativa da violência pós-eleições foi perdida durante a campanha das eleições de 2013 que, como em ocasiões anteriores, particularmente desde o advento da política multipartidária no país, o dividiu perigosamente em enclaves étnicos. Os casos do TPI tornaram-se tão politizados que a questão de justiça para as vítimas tornou-se discutível, se não inexistente, em toda controvérsia.

A Lógica da Política Africana

De acordo com Chabal e Daloz (1999) a importância de conexões verticais e a noção do individual são salientes na política Africana. Na estimativa dos dois africanistas, a racionalidade individual nos regimes africanos subsaarianos é baseada na lógica comunal. Isso significa que independentemente do quanto os africanos ajam de acordo com suas capacidades individuais, seu comportamento é grandemente influenciado pela moral, valores e normas das comunidades em que eles existem. É por esta razão que Chabal e Daloz observaram que estudantes de política africana não conseguem entender como a política opera na África *sui generis*, nela e por ela mesma, divorciada do resto da sociedade. Isto porque os regimes africanos têm sua própria lógica, mesmo que pareça perversa e hostil ao bem-estar das pessoas. A lógica comunal implica um comportamento político que cidadãos de democracias consolidadas não conseguem apreender com facilidade (Chabal e Daloz 1999: 155). Primeiramente, os atos individuais em concerto com as fundações psicológicas, sociais e religiosas da comunidade local. Em segundo lugar, as relações de poder na África dependem de uma noção compartilhada de que a política é comunal (Chabal e Daloz 1999: 156). Isto explica porque a democracia e eleições multipartidárias são vistas no contexto de moldes comunais ao invés de individuais, caracterizados por manifestos e visões de país concorrentes. Estes manifestos são elaborados com base em assuntos pertinentes ao eleitorado, mas mesmo eles são lidos através do prisma de divisões tribais, de clãs, regionais e religiosas. As eleições do Quênia refletem padrões de votação tribais parecidos com os censos étnicos, já que o parentesco e os laços tribais superam em importância questões sociais, políticas e econômicas convergentes entre os grupos (Shilaho 2014). Quando um político tem o comando do seu grupo étnico, ele ou ela se considera influente na política nacional através desta base, e não da força do seu programa político. Superficialmente, os controversos resultados das eleições de 2013, apesar das acusações de crimes contra a humanidade contra Kenyatta e Ruto, implicaria que a maioria do Quênia teria votado contra os seus interesses ao desconsiderar questões de probidade, responsabilidade e justiça. Entretanto, a conexão entre o pessoal, o comunal e o nacional neste regime esclarece o resultado das eleições de 2013.

A intenção aqui não é aludir a uma mentalidade de manada entre os eleitores quenianos e ignorar o papel dos manifestos e políticas. O argumento é que até mesmo preocupações econômicas e sociais são agregadas através de divisões étnico-regionais e que invariavelmente as afiliações étnicas dos candidatos, especialmente presidenciais, são mais importantes dos que

os assuntos que eles indicam representar. O fator étnico continua sendo abrangente durante as eleições presidenciais apesar da devolução de algum poder e recursos para a periferia, governos municipais, pela Constituição de 2010, porque o centro não buscou remover a etnia como um fator da política (Shilaho 2015). Regionalismo, que na maioria dos casos se sobrepõe à questão étnica, e religião, são outros eixos para a mobilização política. Hyden argumenta que a saliência de “redes centradas na comunidade” na política africana se origina da inabilidade de uma política baseada em identidade de classes de emergir tomar o lugar dos laços de parentesco (Hyden 2006: 55). Jackson e Rosberg (1984: 421) identificam tal sistema político como um governo pessoal definido como “um tipo distinto de sistema político em que as rivalidades e lutas de homens poderosos e obstinados, mais do que instituições impessoais, ideologias, políticas pessoais, ou interesses de classes, são fundamentais para moldar a vida política”.

Chabal e Daloz (1999: 158) argumentam que o ato de votar em eleições multipartidárias deve ser visto como parte de relações informais de trocas políticas que produz efeitos diretos nos resultados. O eleitorado vota para ‘um dos seus próprios’, ou seja, um candidato presidencial etno-regional, esperando ser desproporcionalmente beneficiado pelos bens públicos coloquialmente chamados de “desenvolvimento” ou “bolo nacional” no jargão político do Quênia, uma vez que ele ou ela ascenda ao poder. Apesar de a política da África ser mais influenciada por conexões verticais, isto não é exclusivo ao continente. O que a distingue é que isto é um fator coercitivo,

O que é significativo na África é a extensão na qual relações verticais e/ou personalizadas efetivamente conduzem a própria lógica do sistema político. Não é apenas a política que é movida por considerações pessoais ou o pessoal que é manipulado por razões políticas. É também, e talvez mais importante, que o objetivo geral da política é influenciar a natureza de tais relações pessoais (Chabal e Daloz 1999: 158).

O TPI, Neopatrimonialismo e Mobilização Tribal

Devido à influência do neopatrimonialismo, não foi possível aos políticos quenianos tratar os casos do TPI como questões estritamente legais. Isto não implica ser o TPI uma instituição estritamente legal. Sendo uma instituição multilateral e dado que o Estatuto de Roma permite ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) encaminhar casos para o TPI e protelar aqueles sendo debatidos, é insustentável descrever o TPI como um órgão puramente legal. No Quênia, um país no qual a política não é institucionalizada, os políticos cinicamente invocam identidade,

e especificamente, etnia, para se pleitearem como vítimas e evitarem a responsabilização legal. A prática, por muito tempo não desafiada, precipitou atrofia institucional e impunidade endêmica. Kenyatta, Ruto, e seus apoiadores acusaram o TPI de mirar os grupos étnicos Kikuyu e Kalenjin. Eles reduziram as eleições de 2013 a um referendo sobre o TPI. Interpretaram sua vitória como um repúdio ao Tribunal e uma asserção da soberania queniana.

Os dois políticos mobilizaram com facilidade as etnias devido a sobreposição entre a sociedade e o Estado. O tribalismo, aliado à patronagem-clientelismo, uma variação de neopatrimonialismo, define o sistema político queniano. No neopatrimonialismo, o patrão ou “Grande Homem”, frequentemente o presidente, exerce autoridade através de recompensas para seus clientes. Tais clientes são os apoiadores do “Grande Homem”, cuja influência e poder dependem da lealdade ao “Grande Homem” e do etno-regionalismo. Eles apoiam o “Grande Homem” através da mobilização de membros da etnia para votar pelo incumbente ou seu rival em caso de desentendimento com o mesmo, e defender o regime qualquer seja a situação. Recompensas vêm na forma de nomeação na burocracia, obtenção de renda através do orçamento governamental e até mesmo o direito de agir com impunidade. Este comportamento político é também conhecido como prebendalismo (Van de Walle 1994: 133-134; Hyden 2006: 102). No contexto político do Quênia, estas recompensas se destinam quase exclusivamente aos aliados do grupo étnico do presidente, centrais da defesa de “um dos nossos” contra a perda de poder para as tribos “inimigas”.

Busca de Renda e Prestação de Contas

A busca de renda é a *raison d'être* da política de espólios e se refere à situação em que o governante, em concerto com um grupo de aliados, usa do controle do Estado para se beneficiar ilicitamente através de prebendas (Van de Walle 1994: 133-134; Widner 1994: 53). O neopatrimonialismo alimenta a impunidade, entrincheira a patronagem, a corrupção e enfraquece o Estado de Direito, tornando as instituições estatais disfuncionais, já que se desenvolve em uma rígida dicotomia de “Grande Homem-Pequeno Povo” (Russell 1999). O efeito cumulativo dessa divisão na consolidação da democracia no Quênia é deletério. O “Grande Homem” e seus aliados mantêm um forte controle sobre o poder, cometem uma política de busca de rendas e agem com impunidade enquanto eles balcanizam o regime em enclaves tribais. Um falso senso de conscientização faz com que os pobres pensem que a política tribal é benéfica para eles e os impede de se mobilizar coletivamente para exigir a prestação de contas pelos políticos predadores

(Jackson e Rosberg 1984).

Expondo a lógica de governo pessoal, Chabal e Daloz (1999: 161) defendem que em última instância a legitimidade do neopatrimonialismo depende da habilidade do “Grande Homem” em corresponder às expectativas dos clientes em micro-redes de patronagem e clientelismo. O bem nacional é subordinado à gratificação imediata dos clientes em detrimento de programas de desenvolvimento. A continuação do comando do “Grande Homem” depende da sustentação dessas redes mesmo que elas causem consequências econômicas adversas, inclusive pobreza para o resto da sociedade (Chabal e Daloz 1999: 161). O estatismo unipartidário era definido pela personalização do Estado e privatização da economia. O corolário era a remoção de órgãos de fiscalização que poderiam desafiar os excessos que acompanhavam o exercício de poder pelo “Grande Homem”, que oficialmente carregava a designação, presidente. A despeito de uma mudança de sistema unipartidário para multipartidário, a herança do formato anterior ainda influencia a política queniana. Atributos deste legado incluem a criminalização de liberdades básicas como as de expressão, de assembleia, protesto e desrespeito pelo Estado de Direito. Assim, o regime do Quênia é arquétipo da lógica comunal única que sustenta a política da África Subsaariana. O histórico sul-africano de apartheid e a presença de uma população branca significativa tornam insustentável a análise da sua política sob o mesmo prisma que de outros países da região. A incapacidade do Quênia de organizar sua política de acordo com interesses convergentes entre diferentes grupos viu a evolução da politização das etnias para uma ideologia de “tribalismo” que torna disfuncionais as instituições favoráveis a uma democracia eficiente.

O governo pessoal definiu os regimes e ditaduras militares unipartidários da África e ainda influencia o Quênia de sistema multipartidário por causa da continuada informalização, em oposição à institucionalização, da política. É inconcebível sob uma autoridade legal racional uma pessoa acusada de crimes contra a humanidade ser elegível para concorrer como candidato presidencial, muito menos uma vitória controversa de uma chapa conjunta de dois indiciados do TPI. Tais acusações provavelmente representariam uma sentença de morte para a carreira política do acusado em um governo alimentado pelo Estado de Direito e liderança normativa. Uma autoridade legal racional é o polo oposto ao governo pessoal. O primeiro é um regime no qual “a esfera pública é cuidadosamente distinta da esfera privada; leis escritas e instituições burocráticas orientam o exercício da autoridade e protegem os indivíduos e sua propriedade dos caprichos de governantes inconstantes” (Bratton e Van de Walle 1997: 62).

O TPI e sua Contestada Legitimidade

Os julgamentos de Nuremberg e Tóquio, os tribunais criminais internacionais, como o Tribunal Penal Internacional para o Ruanda (TPIR), o Tribunal Penal Internacional para a Iugoslávia (TPII), e o Tribunal Especial para Serra Leoa (TESL), as Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja (CECC), também conhecido como Tribunal do Camboja ou Tribunal do Khmer Vermelho, dentre outros processos judiciais, precederam a instituição legal permanente, o Tribunal Penal Internacional (TPI). Os julgamentos de Nuremberg e Tóquio demonstraram que a justiça criminal internacional auxilia na obtenção de paz ao deslegitimar e incapacitar espoliadores. Por outro lado, é exatamente este aspecto da justiça criminal internacional que torna o TPI um potente instrumento de guerra que ao invés de mitigar, escala conflitos (Nouwen 2013: 177). Kastner compartilha da mesma posição e observa que o TPI “... tem o potencial de contribuir para o fim de graves crimes, mas também carrega o perigo de prolongar um conflito ao aumentar a insegurança das partes hostis” (Kastner 2010: 134). Nouwen argumenta que o sistema judicial do TPI é inerentemente falho no sentido em que, diferentemente dos Tribunais de Nuremberg e Tóquio, não lida com aqueles que foram vencidos, oferecendo assim um campo de batalha onde os protagonistas buscam derrotar um ao outro (Nouwen 2013: 177).

O TPI permitiu aos dois indiciados perseguir seus objetivos políticos conquanto eles cumprissem suas obrigações enquanto suspeitos. Isto reduziu os casos a um duelo político entre políticos etnicamente fragmentados. O Tribunal não removeu os suspeitos, e eventualmente acusados, da matriz política do Quênia sob a premissa de que sua jurisdição estava restrita aos aspectos legais, mas não políticos, das contestadas eleições presidenciais. As eleições de 2013 ofereceram, então, mais um palco para a elite política etno-regional competir por poder no plano de fundo da ainda não resolvida questão das disputadas eleições de 2007. Kenyatta e Ruto apresentaram o TPI e seu principal contendor presidencial, Raila Odinga, como inimigos da soberania do Quênia. Eles acusaram Odinga de trabalhar em concerto com parte da sociedade civil e ‘imperialistas’ para fabricar acusações contra eles. Ao aderir ao Estatuto de Roma, o TPI inadvertidamente acelerou ao invés de reduzir as tensões na política nacional. Entretanto, tivesse o Tribunal removido os candidatos do cenário político local, ele teria inflamado os ânimos de seus apoiadores. Era um dilema. Era consistente com o Estatuto de Roma que suspeitos e acusados permanecessem livres desde que honrassem as convocações e não tivessem mandatos de prisão contra si. Entretanto, nunca antes houve pessoas indiciadas pelo TPI sido deixadas

livres até serem inocentadas ou autorizadas a comparecer ao processo judicial via conexão de vídeo, o que destaca o fato de ser o TPI influenciado pela geopolítica.

O Estatuto de Roma que oferece um enquadramento jurídico para o TPI entrou em vigor em 1º de julho de 2002, e como a maior parte das leis, não se aplica retroativamente. Significativamente, o Plano Estratégico de 2004-2005 da União Africana ressalta o comprometimento de assegurar a ratificação do Tratado de Roma por todos os membros da organização (Coalition for the International Criminal Court-CICC, n.d.). De fato, o Ato Constitutivo da União Africana, no Artigo 4(h), reconhece a possibilidade de intervenção no evento de graves violações aos direitos humanos em um Estado membro. Ele descreve “o direito da União de intervir em um Estado Membro nos termos de uma decisão da Assembleia em relação a circunstâncias graves, nominalmente: crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade” (Constitutive Act of the African Union 2000). O Quênia voluntariamente assinou o Estatuto de Roma em 1999 e o ratificou em 2005, assim tornando-se o 98º Estado Parte. O Quênia internalizou o Estatuto de Roma através do Ato de Crimes Internacionais de 2008, efetivamente o tornando parte das leis do país (Republic of Kenya 2008b). O TPI foi estabelecido para julgar os mentores de crimes abomináveis, incluindo crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio. Estes são frequentemente poderosos demais para serem julgados pelos sistemas judiciais em seus respectivos países (Roth 2014). Diferentemente dos anteriores tribunais ad hoc da ONU, o TPI é “... uma infraestrutura permanente com a habilidade de monitorar crimes e agir adequadamente conforme surja a necessidade” (Musila 2009: 12). Ele visa os poderosos, já que os suspeitos de crimes sob a jurisdição do Estatuto de Roma são atores estatais influentes e chefes de guerra que possuem a capacidade de corromper os sistemas judiciais nacionais.

O TPI visa atrocidades em massa cometidas por indivíduos. Para evitar processos líderes nacionais implacáveis com demasiada frequência ameaçam, corrompem ou comprometem juízes e promotores locais, mas aqueles em Haia deveriam estar além do alcance de tal obstrucionismo. O TPI deve ser um Tribunal de última instância para vítimas e sobreviventes que não conseguem encontrar justiça no seu próprio país e como dissuasor para líderes que têm pouco a temer de acusações domésticas (Roth 2014).

Um Enfrentamento entre o TPI e a ‘África’

O TPI está permanentemente em rota de colisão com a maior

parte dos líderes africanos, especialmente por focar em atores estatais e não-estatais proeminentes e a maioria das atrocidades sob sua jurisdição ocorrerem desproporcionalmente na África, devido principalmente a Estados fracos caracterizados por atrofia institucional, política tribal, e judiciários locais demasiados comprometidos para poderem oferecer justiça, levando a uma impunidade profunda. Fundamentalmente, o legado da escravidão, do colonialismo e apartheid tornam alguns africanos desconfiados das intenções de órgãos multilaterais dominados por ocidentais, inclusive o TPI. Na memória recente, antes de o TPI ser criado, as atrocidades mais graves pareciam se concentrar na América Latina, sob ditaduras militares, e depois no Leste Europeu, mas evocativamente os Bálcãs no começo dos anos 1990. Apesar da preponderância de judiciários fracos que não são mais do que apêndices do executivo, os líderes africanos acusam o TPI de injustamente os perseguir enquanto ignora atrocidades em outras partes do mundo. A acusação evoca o espectro do imperialismo e usurpação da soberania dos países africanos por uma instituição que estes políticos consideram um acessório do Ocidente para os manter em cheque. É certo que a soberania não é algo absoluto, caso contrário não haveria a necessidade de instrumentos e normas internacionais. ‘Soberania como responsabilidade’ é a norma nas relações internacionais. ‘Isso significa que quando grandes contingentes populacionais sofrem com privação extrema e são ameaçados com a morte, não se pode esperar que a comunidade internacional – obrigada por padrões normativos de direitos humanos e humanitários – assista passivamente e não ofereça resposta. A intervenção humanitária se torna então imperativa’ (Deng 2010: 354).

A acusação de que o TPI é parcial contra os líderes africanos é uma meia verdade. Dos 124 membros da Assembleia dos Estados Parte, os países que ratificaram o Estatuto de Roma, 34 são Estados africanos, constituindo o maior bloco. Juízes africanos servem no Tribunal. A África também é representada por funcionários no Escritório do Promotor Chefe, comandado por um gambiano, Fatou Bensouda. Assim, o TPI dificilmente pode ser descrito como uma instituição anti-africana baseada em sua composição (Roth 2014). Ainda, mais de 800 grupos da sociedade civil da África são membros da Coalizão para o Tribunal Penal Internacional (CTPI), que representa um terço do total de associados (CICC n.d). É importante notar que vítimas de atrocidades e grupos de direitos humanos na África apoiam a intervenção do Tribunal na África, já que oferece uma esperança de justiça que é elusiva nos judiciários locais (HRW 2014; Roth 2014).

Proponentes da intervenção do TPI nos conflitos africanos citam tais fatos para contestar a noção de que o Tribunal foi formado para visar Estados africanos párias. Das nove situações africanas, ou seja, países

africanos cujos cidadãos enfrentam ou já enfrentaram processos no TPI, ou em cujo território crimes sob a jurisdição do TPI foram cometidos, cinco foram auto-encaminhados, no sentido de terem sido os próprios Estados em questão a solicitar a intervenção do Tribunal. A rejeição indiscriminada do TPI como uma instituição imperialista é política. Entretanto, o TPI não demonstrou muito entusiasmo para lidar com atrocidades em massa cometidas em outras partes do mundo como Palestina/Israel, Sri Lanka, Myanmar e Iraque, dando assim credibilidade para seus críticos. As situações de auto-encaminhamento são Uganda, Mali, República Centro Africana (RCA) I e II e a República Democrática do Congo (RDC). Mas casos de auto-encaminhamento não significam necessariamente que os Estados envolvidos apoiam a justiça criminal internacional. Estas situações envolvem rebeldes lutando contra governos, e por isso não indicam necessariamente confiança no Tribunal pelos governos em questão (Simmons e Danner 2009: 243). A duplicidade com que alguns líderes africanos se relacionam com a corte é um indicativo de autopreservação mais do que confiança no TPI. Ao encaminhar processos envolvendo rebeldes para o Tribunal, o governo enfrenta o risco de ter seus funcionários também investigados e processados, por isso a palavra “Situação” se refere à toda gama de conflitos, ao invés de casos individuais de má conduta (Simmons e Danner 2010: 230-231).

Yoweri Museveni indicou líderes do Exército de Resistência do Senhor (ERS), um esfarrapado exército terrorista que por anos cometeu atrocidades no norte de Uganda, para o TPI, e entregou o comandante do ERS, Domenic Ongwen, para o Tribunal, quando da rendição. Entretanto, Museveni não estava interessado em investigações quanto às atrocidades cometidas pelas Forças de Defesa Popular de Uganda (FDPU). Ele era o mais vocífero apoiador de Uhuru Kenyatta em suas tiradas contra o Tribunal e é um dos mais duros críticos da instituição. Há registros dele ter descrito o TPI como “um bando de pessoas inúteis” (*BBC News* 12 mai. 2016).

As situações de Darfur, Sudão e Líbia são exceções pois o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) os encaminhou para o Tribunal, como autorizado pelo Estatuto de Roma (Hoile 2014: 66-67). A princípio, o TPI tem jurisdição sobre um crime cometido por um cidadão de um Estado membro ou no território de um Estado membro ou se a situação é encaminhada ao Tribunal pelo CSNU (Roth 2014). Isto, efetivamente, significa que o TPI “pode potencialmente assumir jurisdição sobre crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio cometidos em qualquer lugar do mundo” (Kastner 2010: 131). Quênia foi o primeiro país no qual o Promotor Chefe do TPI iniciou investigações por sua própria vontade através dos poderes *proprio motu* concedidos pelo Artigo 15(3) do Estatuto

de Roma, que permitem ao Promotor iniciar uma investigação sem um encaminhamento por parte do Estado Parte ou do CSNU (Rome Statute of International Criminal Court 2002; Hoile 2014: 312). A Costa do Marfim foi a segunda situação do tipo. Contudo, críticos do TPI observam que os países europeus são os maiores financiadores do órgão, o que lhes dá influência sobre a corte e permite questionamentos sobre sua imparcialidade (Hoile 2014: 15-18, 37). Incomoda aos críticos que três membros do CSNU com poder de veto, quais sejam os EUA, a Rússia e a China, sendo parte dos 5 Permanentes (P5), têm poder de encaminhar casos para o TPI, mas ainda não o reconhecem, dado não terem ratificado o Estatuto de Roma. Além disso, apesar de a maior parte dos países europeus serem signatários do Estatuto de Roma, o fato de países importantes como Rússia, Israel, China e Índia não serem, prejudica a legitimidade internacional do Tribunal e fortalece as acusações dos críticos de justiça seletiva.

Os Casos Quenianos no TPI

O Quênia e a maior parte dos outros Estados africanos ratificaram o Estatuto de Roma, aparentemente como uma expressão de aversão à impunidade e afirmação do Estado de Direito.

Em 2005, a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos publicou uma resolução a respeito do combate à impunidade na África e da internalização e implementação do Estatuto de Roma do TPI. Ele apelava a organizações da sociedade civil na África que trabalhassem juntas e desenvolvessem parcerias que aumentassem o respeito pelo Estado de Direito internacionalmente e fortalecessem o Estatuto (CICC n.d.).

Os sucessivos governos do Quênia, iniciando com o de Mwai Kibaki e em seguida Uhuru Kenyatta, tentaram fazer com que casos envolvendo suspeitos quenianos fossem ou deferidos ou encerrados. A UA lançou um ataque estridente contra o Tribunal que colocou em dúvida a credibilidade e legitimidade do órgão. O Quênia ratificou o Estatuto de Roma em um cenário histórico pós-colonial caracterizado por uma cultura de impunidade. Assassinatos políticos, violência estatal, violência étnica politicamente instigada, execuções extrajudiciais, roubo de terras e furtos oficiais manchavam o período pós-colonial do país, mas seus mentores e autores não enfrentavam a justiça (Kenya Human Rights Commission (KHRC) 1998; KHRC 2011; Republic of Kenya 1992; 1999; 2008a; 2008c). O Estatuto de Roma encontra expressão nas leis do Quênia no Ato de Crimes Internacionais (Republic of Kenya 2010; Republic of Kenya 2008b). Significativamente, as leis do país não oferecem imunidade ao presidente

do país, quando este é acusado de crimes cobertos pelo Tratado de Roma, de acordo com o Artigo 143(4) da Constituição do Quênia (Republic of Kenya 2010: 88-89).

Os casos do Quênia no TPI destacaram o fato de que a instituição tem um delicado balanço a realizar ao navegar em um arriscado terreno entre a política, a lei e interesses geoestratégicos em uma tentativa de garantir justiça para as vítimas de atrocidades em massa na África. É esclarecedor que desde o seu início, em 2002, o TPI tenha condenado apenas nove suspeitos, chefes de guerra, e um ex-vice-presidente da República Democrática do Congo (RDC), um indicador de que a justiça criminal internacional é distorcida, intratável, demorada e cara, financeira e emocionalmente.

O TPI provavelmente perderá confiança entre os quenianos e outras vítimas devido à sua inabilidade de processar com sucesso os suspeitos mentores da violência pós-eleitoral de 2007-2008. Apesar de Kenyatta ter tido a duvidosa distinção de ter sido o primeiro presidente incumbente a aparecer diante do Tribunal quando foi convocado para uma “conferência de condição” em outubro de 2014, a retirada das acusações contra ele em dezembro de 2014 e na sequência contra Ruto em abril de 2016 por ausência de suficientes evidências para assegurar um processo de sucesso tem duas frentes. Reduz as esperanças das vítimas de algum dia obterem justiça. E também implica que o poder estatal de fato fornece a munição com a qual combater o Tribunal, dado que a maioria das testemunhas inexplicavelmente retrataram seus depoimentos, enquanto testemunhas em potencial, líderes da milícia *mungiki*, morreram em execuções extrajudiciais ou desapareceram. Estas pessoas compareceram a uma reunião no Palácio Estatal, e outras, nas quais ataques retaliatórios contra líderes da oposição foram planejados (ICC 2015b). Os juízes e promotores denunciaram a adulteração de testemunhos também no caso de Ruto (KHRC 7 abr. 2017). Um clima de interferência com as testemunhas, no qual o governo estava implicado, contribuiu para o colapso dos dois casos, além de lacunas nas investigações levadas a cabo pelo escritório do promotor sob Luis Moreno-Ocampo. A organização Human Rights Watch observou que, “com o caso Kenyatta encerrado, o escopo da justiça que o TPI pode oferecer para as vítimas no Quênia é muito reduzido” (HRW 2014). A interferência com as testemunhas no caso de William Ruto compeliu o Tribunal a emitir mandatos de prisão contra três quenianos (ICC 2015c; ICC 2013a). É notável que o TPI retirou as acusações contra Kenyatta, Ruto, e seu coacusado, Sang, mas não os inocentou. Isso significa que na eventualidade de descoberta de novas evidências, qualquer um dos casos pode ser reaberto. A inconclusividade dos casos e da resolução da violência pós-eleições de 2007-2008 cimenta uma influência do TPI na política queniana que durará anos.

Um Tribunal Local versus o TPI

Kenyatta e Ruto votaram por uma emenda constitucional que tencionava facilitar a formação de um tribunal especial em fevereiro de 2009. Entretanto, com o benefício de uma visão retrospectiva, eles não estavam comprometidos com uma resolução para as atrocidades de 2007-2008. Antes de ser indiciado, Ruto expressou publicamente preferência pelo processo judicial de Haia, em oposição a um tribunal especial (*The Standard* 5 abr. 2011). Membros do parlamento aliados a ele, predominantemente de etnia Kalenjin e vindos da região do Vale do Rift, votaram contra e derrotaram a moção enquanto cantavam em rima “Não seja Vago, vamos para Haia” (*Standard Digital* 16 fev. 2012). Os aliados de etnia Kikuyu de Kenyatta, quase que exclusivamente da região de Monte Quênia, também votaram contra a lei (*The Star* 12 mar. 2011). Tanto estes políticos quanto a sociedade civil preferiam o TPI, mas por diferentes razões. A sociedade civil argumentava que o governo não tinha nem a capacidade, nem a vontade política, de montar um tribunal especial crível, enquanto Ruto e seus apoiadores temiam que tal tribunal seria parcial contra eles. Ao mesmo tempo, Ruto não havia ainda se alinhado com Kenyatta e Kibaki, tendo estado em lados opostos desde a disputa eleitoral de 2007, e, assim, na violência pós-eleitoral. Ele temia que o tribunal seria transformado em uma caça às bruxas, tendo sido não-oficialmente largamente mencionado de forma adversa como o mentor das atrocidades contra os residentes Kikuyu na região do Vale do Rift. Tão fortes eram as alegações que Ruto viajou voluntariamente para Haia, mas não teve sucesso em se encontrar com o Promotor Chefe para “limpar seu nome” e possivelmente evitar ser nomeado entre os suspeitos mentores da violência (*CapitalNews* 4 nov. 2010).

As suspeitas mútuas dentre a elite política do Quênia e um legado de impunidade abriram caminho para a intervenção do TPI no conflito do país. Ruto e seus aliados preferiam o TPI não tanto por acreditar no Estado de Direito e em justiça para as vítimas da violência pós-eleitoral de 2007-2008, mas sim por crerem que poderia demorar até “noventa anos” para que os casos fossem concluídos. Existem registros de Ruto dizendo que naquele momento “todos estaremos mortos” (*Daily Nation* 16 out. 2013). Kenyatta, Kibaki e seus apoiadores imaginavam que o TPI implicaria Raila Odinga e outros políticos proeminentes do partido Orange Democratic Movement (ODM) por terem clamado por atos de massas em protesto ao que eles descreveram como uma vitória presidencial roubada. Esta política de recriminações, suspeitas, apontamento de culpa e conveniência, levou atos de massas, forma de protesto garantida pela constituição, a serem criminalizados. Ocorreu transferência da culpa durante o julgamento de

Ruto. Durante a sua defesa, Ruto tentou transferir a culpa e responsabilidade para Kibaki em relação à violência pós-eleitoral de 2007-2008. Ele acusou Kibaki de polarizar o país através do tribalismo depois de ter ascendido ao poder em 2002, o que teria levado à violência em 2007-2008 (*Daily Nation* 31 out. 2013). Além disso, durante sua defesa e do então aliado próximo Charles Keter, Ruto acusou alguns funcionários do governo no qual ele serve como Vice-Presidente, provenientes da administração Kibaki, de buscar testemunhas, as subornar e prepará-las para testemunhar contra Ruto perante a comissão Waki e posteriormente no TPI (*CapitalNews* 16 out. 2013).

Um aliado de Kenyatta, um loquaz e controverso membro da etnia Kikuyu, Moses Kuria, anunciou publicamente em 2015, de forma sensacionalista, que ele e uma falcão, uma candidata presidencial em 2013 e caçadora de Kibaki, Martha Karua, arranjaram e prepararam testemunhas para o TPI contra Ruto (*CapitalNews* 24 set. 2015). Assim, o apoio de políticos para Haia não se relacionava nem a justiça para as vítimas das atrocidades nem a aversão pela impunidade. Ruto e seus apoiadores temiam ser implicados nos crimes pós-eleitorais e assim esperavam ganhar tempo através do processo judicial do TPI, enquanto Kibaki, Kenyatta, e seus aliados esperavam que o TPI implicasse seus inimigos do ODM. O TPI parece ter estado alerta para tais movimentações políticas. Assim, seus indiciamentos foram equilibrados no sentido que, dos “Seis de Ocampo”, metade estava em cada lado da disputa eleitoral de 2007. Esta decisão também pareceu mais política do que puramente legal e o seu índice de zero condenações no Quênia reforçam esta visão. O Tribunal eventualmente indiciou quatro suspeitos, dois de cada lado, após audiências de confirmação de acusação. Isto gerou pânico e catalisou a formação de alianças entre os antigos rivais étnicos, Kalenjin e Kikuyu,

Conclusão

O TPI foi inicialmente saudado pelos grupos étnicos do Quênia como uma intervenção bem-vinda nas violentamente disputadas eleições presidenciais de 2007. Entretanto, Kenyatta e Ruto, como “Grandes Homens” etno-regionais, exploraram sua influência nos seus respectivos grupos étnicos, Kikuyu e Kalenjin, para incendiar o sentimento étnico e mobilizar seus apoiadores contra o TPI e seus rivais políticos locais. Chegando ao poder, tiraram vantagem do controle do aparato estatal para obter vantagens em relação ao TPI. O resultado foi o descarrilamento da justiça para as vítimas da violência pós-eleitoral de 2007-2008. Os casos quenianos demonstraram como é difícil para o TPI operar em um regime

em que a impunidade e o tribalismo possuem influência. Pela primeira vez, a cleptocracia do Quênia pareceu vulnerável frente a um sistema judicial o qual eles não poderiam influenciar e interferir diretamente. Entretanto, o colapso de ambos casos afirmou sua capacidade de reagir e se livrar das mandíbulas da justiça criminal internacional, e vencer os esforços que buscavam a obtenção de uma paz sustentável, justiça, cura e reconciliação. Apesar de o Estatuto de Roma ter estabelecido o TPI como uma instituição legal destinada a visar as mais altas formas de crime, quais sejam, crimes de guerra, crimes contra a humanidade, e genocídio, o Tribunal tem que lidar com *realpolitik*. A controversa eleição de Kenyatta e Ruto para a presidência, enquanto indiciados, a primeira no mundo, expõe as limitações do TPI, até então visto não apenas no Quênia, mas também no resto do mundo, como um baluarte contra a impunidade. O registro menos impressionante do TPI na condenação de suspeitos desde sua criação em 2002 foi destacado pelos casos quenianos, seguindo a não confirmação de acusações, e retirada das mesmas. Assim, há a possibilidade de que as vítimas de atrocidades percam sua confiança no Tribunal, as deixando sem recurso para justiça, especialmente na África caracterizada por sistemas judiciais fracos e disfuncionais.

O desafio enfrentado pelo Quênia é a inabilidade de institucionalizar o consenso e remover a política de soma zero das eleições. O Estado de Direito deve informar a vida pública do Quênia para garantir a resolução de disputas de longa data, algumas das quais possuem raízes no período colonial, enquanto outras foram plantadas e cultivadas no período imediatamente pós-colonial pela contínua etnicização do Estado por Jomo Kenyatta. Como evidenciado pelos resultados das eleições de 2013 que polarizaram ainda mais o país, este é um desafio intimidador. Uhuru Kenyatta, um rebento de Kenyatta e o núcleo da plutocracia queniana, e Ruto, não tem capacidade de liderar em questões de justiça, cura e reconciliação, já que ascenderam ao poder em um eixo político etno-regional para auto-preservação, ou seja, para os proteger contra os processos do Tribunal. Os dois são criaturas políticas e beneficiários de um sistema político que carece de reformas e, portanto, não tem nem a vontade política nem o incentivo para o transformar. Mais uma vez, as eleições de 2013 destacaram o fato de que o Quênia é tão tribalmente balcanizado que lhe faltam normas coletivas, e um sentido de identidade nacional para guiar os cidadãos na escolha de seus líderes.

A elite política materializa as diferenças étnicas e as explora avidamente, já que é quase impossível os responsabilizar, enquanto perseguem oportunidades de busca de renda e se envolvem em corrupção, se protegendo na expressão do tribalismo. O que parecem ser comportamentos políticos anacrônicos coexistem com a modernidade. O processo de

democratização do Quênia precisa enfrentar uma dinastia plutocrática autorreplicante com interesses escusos no *status quo*. O sistema de justiça criminal internacional é retributivo e, portanto, não pode reformar a trama moral queniana, e por extensão suas falhas políticas. Esta responsabilidade se encontra com os quenianos, que precisam primeiro se identificar através dos desafios convergentes da pobreza, desemprego, má qualidade dos serviços públicos, falta de instalações de infraestrutura, insegurança, e encontrar lideranças preocupadas com o bem-estar coletivo, em oposição aos paroquiais interesses pessoais ocultos sob o tribalismo. Transcendência da política primitiva retrógrada embebida em etnia, regionalismo e até mesmo religião é *sine qua non* para responsabilizar a elite política oportunista e cínica pelos seus atos.

As expectativas relativas ao que o TPI poderia alcançar eram ambiciosas e lembram um povo que se sentia desesperançado em relação à capacidade do judiciário local de processar uma elite política desonesta, mas que esquizofrenicamente esperava que o TPI “consertasse” os políticos da tribo “inimiga”. Por razões práticas e lógicas, há um limite para o que o TPI pode fazer na busca dos quenianos por justiça e pela construção de uma nação. De fato, ele poderia representar um risco para o frágil Estado se inadvertidamente acabasse enredado nas divisões étnicas. O colapso dos casos contra Kenyatta, Ruto e Sang, precedido pela retirada das acusações contra três dos “Seis de Ocampo”, expõe as limitações de uma abordagem legalista para os desafios políticos do Quênia. O que é necessário é a remediação do falho caráter nacional do Quênia através da implementação de reformas previstas na dispensa constitucional de 2010, para garantir inclusão étnica e estabilidade política de longo prazo, um desafio que requer uma liderança inspirada pelo imaginário de união do Quênia, que correntemente é ausente. A oligarquia tem a capacidade de impedir a justiça ao coletar apoio local através de alianças étnicas de conveniência, através da África, e internacionalmente contra o TPI. Esta espúria forma de Pan-Africanismo entrincheira a impunidade em detrimento das vítimas de atrocidades em massa na África. A justiça retributiva pode ser hostil à coesão social do Quênia, mas uma cultura de impunidade profundamente entrincheirada, que reproduziu a violência ao longo de todo o período pós-colonial do país, poderia facilmente resultar no colapso do Estado.

REFERÊNCIAS

- Bratton M e Van de Walle, N. 1997. *Democratic Experiments in Africa. Régime Transitions in Comparative Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- British Broadcasting Corporation* (BBC) 2016. “Western envoys in Uganda walk out on Museveni swearing-in’ May 12. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-africa-36278479>
- Brown, S. & Sriram, C. 2012. “The Big Fish won’t fry themselves: Criminal Accountability for Post-election violence in Kenya”, *African Affairs* 111/443 P. 244-260.
- CapitalNews* 2015. “Karua sues Moses Kuria for defamation” September 24. Disponível em: <http://www.capitalfm.co.ke/news/2015/09/karua-sues-moses-kuria-for-defamation/>
- _____. 2013. “PNU plotted to ‘crucify’ Ruto over poll chaos”, October 16. Disponível em: <http://www.capitalfm.co.ke/news/2013/10/pnu-plotted-to-crucify-ruto-over-poll-chaos/>
- _____. 2010. “Ruto at The Hague to meet Ocampo”, November 4. Disponível em: <http://www.capitalfm.co.ke/news/2010/11/ruto-at-the-hague-to-meet-ocampo/>
- Chabal, P. e Daloz, J. 1999. *Africa Works Disorder as Political Instrument*. Oxford James Currey.
- Coalition for the International Criminal Court (CICC) (n.d.). Disponível em: http://www.iccnw.org/documents/Africa_and_the_ICC.pdf
- Constitutive Act of the African Union*. 2000. Disponível em: <http://www1.uneca.org/Portals/ngm/Documents/Conventions%20and%20Resolutions/constitution.pdf>
- Daily Nation*. 2013. “Ruto defence accuses Kibaki of betrayal” October 31. Disponível em: <http://mobile.nation.co.ke/News/Ruto-defence-accuses--Kibaki-of-betrayal/-/1950946/2055492/-/format/xhtml/-/r5lcv4/-/index.html>
- _____. 2013. “ICC uncertain on action if Uhuru fails to attend trial”, October 16. Disponível em: <http://mobile.nation.co.ke/News/ICC-expects-Uhuru-to-attend-trial/-/1950946/2035002/-/format/xhtml/-/oyfj52z/-/index.htm>
- Deng, F. 2010. “From ‘Sovereignty as Responsibility’ to the ‘Responsibility to Protect’ in Adekeye Adebajo, Mark Paterson, and Jeremy Sarkin (eds.), *Special Issue: Africa’s Responsibility to Protect, Global Responsibility to Protect* 2, no. 4 (2010), pp.388-413.

- Hoile, D. 2014. *Justice Denied The Reality of the International Criminal Court*. London: The Africa Research Centre.
- Human Rights Watch. 2014. *ICC: Hopes for Justice Set Back Prosecution withdraws Kenyatta charges*, Disponível em: <http://www.hrw.org/news/2014/12/05/icc-hopes-justice-set-back>
- _____. 2011. *Turning Pebbles' Evading Accountability for Post-Election Violence in Kenya*. Disponível em: http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/kenya1211webwcover_0.pdf
- Hyden, G. 2006. *African Politics in Comparative Perspective*. New York. Cambridge University Press.
- ICC. 2015. *Situation in the Republic of Kenya in the case of the Prosecutor v. Uhuru Muigai Kenyatta* (Public Redacted Version of "Second Updated Prosecution Pretrial brief" 26 August 2013, ICC-01/09-02/11-796-cof-AnxA. 19 January 2015, Disponível em: <http://www.icc-cpi.int/iccdocs/doc/doc1904539.pdf>.
- _____. 2015b. *Situation in the Republic of Kenya in the case of the Prosecutor v. Uhuru Muigai Kenyatta* (Decision on the withdrawal of charges against Mr Kenyatta), 13 March 2015. Disponível em: <http://www.icc-cpi.int/iccdocs/doc/doc1936247.pdf>.
- _____. 2015c. *Situation in the Republic of Kenya in the case of the Prosecutor v. Paul Gicheru and Philip Kipkoech Bett*, 10 September 2015. Disponível em: <http://www.icc-cpi.int/iccdocs/doc/doc2056890.pdf>
- _____. 2013a. *Situation in the Republic of Kenya in the case of the Prosecutor v. Walter Osapiri Barasa Under seal ex parte, only available to the Prosecutor and the Registrar Warrant of arrest for Walter Osapiri Barasa*. Disponível em: <http://www.icc-cpi.int/iccdocs/doc/doc1650592.pdf>.
- _____. 2013b. *Situation in the Republic of Kenya in the case of the Prosecutor v. William Samoei Ruto and Joshua arap Sang* (Case Information Sheet). Disponível em: <http://www.icc-cpi.int/iccdocs/PIDS/publications/RutoKosgeySangEng.pdf>
- Jackson, R e Rosberg C. 1984. "Personal Rule: Theory and Practice in Africa" *Comparative Politics*. No. 4 pp. 421-442.
- Institute for War & Peace Reporting (IWPR) 2014. *Public Confidence in Kenya's Judiciary Plummet Recent dismissals further increase dissatisfaction with national justice system*, April 17. Disponível em: <https://iwpr.net/global-voices/public-confidence-kenyas-judiciary-plummet>.
- Karimi, J. e Ochieng', P. 1980. *The Kenyatta Succession*. Nairobi: Transafrica

Press.

- Kastner, P. 2010. "Africa-A Fertile Soil for the International Criminal Court?" *Die Friedens-Warte* 85(1/2). Pp 131-159.
- Kenya Human Rights Commission (KHRC) 2016. "Kenya: Termination of Ruto and Sang Case at the ICC: Witness Tampering means Impunity Prevails over justice again" April 7. Disponível em: <http://www.khrc.or.ke/2015-03-04-10-37-01/press-releases/528-kenya-termination-of-ruto-and-sang-case-at-the-icc-witness-tampering-means-impunity-prevkenya-termination-of-ruto-and-sang-case-at-the-icc-witness-tampering-means-impunity-prevails-over-justice-again.html>
- _____. 2011. *Lest We Forget: The Faces of Impunity in Kenya, Nairobi*. Disponível em: www.khrc.or.ke
- _____. 1998. *Killing the vote State Sponsored Violence and Flawed Elections in Kenya*: Nairobi: KHRC.
- Musila, G. 2009. *Between rhetoric and action The Politics, processes and practice of the ICC's work in the DRC*. Pretoria, Institute for Security Studies.
- Nouwen, S. 2013. "The International Criminal Court." In: Curtis, D and Dzinesa, G eds. *Peacebuilding, Power, and Politics in Africa*. Johannesburg. Wits University Press.
- Republic of Kenya. 2008a. *Commission of Inquiry into Post-Election Violence (CIPEV) or 'the Waki Commission'*. Nairobi: Government Printer. Disponível em: <http://www.dialoguekenya.org/docs/PEV%20Report.pdf>
- _____. 2008b. *International Crimes Act*. Online: Disponível em: http://www.kenyalaw.org/Downloads/Acts/The_International_Crimes_Act_2008.pdf Accessed 11 January, 2017.
- _____. 2008c. *Report of the Independent Review Commission on the General Elections held on 27th December or 'the Kriegler Commission'*. Nairobi. Government Printer
- _____. 1999. *Report of the Judicial Commission Appointed to Inquire into Tribal Clashes in Kenya, 'Akiwumi Commission'* Nairobi: Government printer.
- _____. 1992. *Report of parliamentary Select Committee to investigate Ethnic Clashes in Western and Other Parts of Kenya, 'Kiliku Commission.'* Nairobi: Government Printer.
- _____. 2010. *The Proposed Constitution of Kenya*. Nairobi: Government Printer
- Roth, K. 2014. *Africa Attacks the International Criminal Court*. Disponível em: <http://www.hrw.org/news/2014/01/14/africa-attacks-interna>

tional-criminal-Court

Russell, A. 1999. *Big Men Little People Encounters in Africa*. London: Macmillan Publishers.

Shilaho, W. 2014. "I Do Not Know Who Won the Elections: How Not to Conduct Elections and Kenya's Democratic Reversals". *Politeia* 33(3).

_____. 2013. "Old Wine in New Skins: Kenya's 2013 Elections and the Triumph of the Ancien Régime". *Journal of African Elections special Issue The Evolving Role of Elections in Africa* 12: 3; Dec 2013. pp 89-119.

_____. 2015. "Third Time Lucky? Devolution and State Restructure under Kenya's 2010 Constitutional Dispensation". LeVan, A. Fashagba McMahon, E (eds) *African State Governance Subnational Politics and National Power*. Basingstoke, Palgrave Macmillan.

Simmons, B e Danner, A. 2010. "Credible Commitments and the International Criminal Court". *International Organization* 64(2): 225-256.

_____. 2009. "The International Criminal Court". In: Armstrong, D (ed) *Routledge Handbook of International Law*, Routledge: New York.

Standard Digital, 2012. *Ruto in dramatic face-off with Raila over ICC*, February 16. Disponível em: <http://www.standardmedia.co.ke/business/article/2000052212/ruto-in-dramatic-face-off-with-raila-over-icc?pageNo=4>

The Final Report of the TJRC of Kenya. 2013. Disponível em: <http://digital-commons.law.seattleu.edu/tjrc/> Accessed 11 December 2016.

The Star. 2011. "How MPs rejected the proposed Special Tribunal for Kenya Bill", March 12. Disponível em: <http://www.the-star.co.ke/news/article-90352/how-mps-rejected-proposed-special-tribunal-kenya-bill>

_____. 2013. "How TJRC Land Chapter was Censored". June 4. Disponível em: <http://www.the-star.co.ke/news/article-122777/how-tjrc-land-chapter-was-censored>

_____. 2013. "Missing Paragraphs In The TJRC Report On The Land Question" June 3. Disponível em: <http://www.the-star.co.ke/news/article-122862/missing-paragraphs-tjrc-report-land-question>

Van de Walle, N. 1994. "Neopatrimonialism and Democracy in Africa with an Illustration from Cameroon". In: Widner, J. (ed) *Economic Change and Political Liberalism in Sub-Saharan Africa*. The John Hopkins University.

Widner, J. 1994. "Political Reform in Anglophone and Francophone African Countries". In: Widner, J. (ed) *Economic Change and Political Liberalism in Sub-Saharan Africa*. Baltimore: The John Hopkins University.

RESUMO

A entrada pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) nas disputas pós-eleitorais de 2007-2008 causou preocupação entre os políticos do Quênia e influenciou os resultados das eleições de 2013? Este artigo argumenta que o indiciamento de quenianos proeminentes pelo TPI por atrocidades cometidas durante a violência pós-eleitoral foi a primeira tentativa de quebrar um ciclo vicioso de impunidade profundamente entrincheirado no corpo político do país. Entretanto, os indiciados exploraram os casos contra eles para exacerbar descontinuidades étnicas, polarizar o país e garantir uma controversa vitória por Uhuru Kenyatta e William Ruto durante as eleições de 2013, apesar de enfrentarem acusações abomináveis perante o TPI. Crucialmente, o Tribunal precipitou incerteza e trepidação entre os cleptocratas que estavam no poder no Quênia desde 1963, o ano da independência do país. A vitória presidencial controversa de Kenyatta em 2013 foi tanto pessoal quanto oligárquica, já que garantiu a continuidade do controle das esferas políticas e econômicas do Quênia por uma plutocracia autorreplicante. Com o controle do aparato estatal, Kenyatta e Ruto conseguiram com sucesso combater a ameaça representada pelo TPI. O artigo analisa a impunidade política no TPI, e a política étnica, através do prisma dos casos do Quênia perante o TPI.

PALAVRAS-CHAVE

Quênia; TPI; África; justiça criminal internacional; etnia; tribalismo; impunidade; violência; crime; oligarquia.

Recebido em 28 de junho de 2017.

Aprovado em 19 de julho de 2017.

Traduzido por Salvatore Xerri

O COMPORTAMENTO DA MÍDIA DE MASSA NAS RESOLUÇÕES DE QUESTÕES SECURITÁRIAS NO PÓS-INDEPENDÊNCIA DA NIGÉRIA

Osakue Stevenson Omoera¹
Adesina Lukuman Azeez²
Roselyn Vona Doghudje³

Introdução

Na Conferência de Berlim de 1884-1885, na qual os territórios africanos foram divididos entre as potências imperiais europeias, as diferentes comunidades conhecidas na área da Bacia do Níger entraram na esfera de controle e exploração britânica (de Blij & Muller 2003). Assim, os colonizadores britânicos ocuparam formal e efetivamente todos os territórios que hoje são conhecidos como Nigéria, reivindicando a hegemonia política sobre os povos dos Estados-nações originalmente separados, incluindo o Reino Iorubá, Reino Edo, Reino Hauçá, entre outros estados a oeste e sul do Lago Chade. Para garantir um domínio eficaz, os britânicos dividiram as várias nacionalidades e reinos étnicos em protetorados ao sul e ao norte, com diferentes estilos de governo e diferentes objetivos ou aspirações para os povos dos dois protetorados (Nnoli 1978).

No entanto, em 1914, os colonizadores britânicos, através do Lorde

1 Departamento de Teatro e Artes da Mídia, Universidade Ambrose Alli, Ekpoma, Nigéria. Email: omoera@yahoo.com;

2 Departamento de Comunicação de Massa, Universidade de Ilorin, Ilorin, Nigéria. Email: azeezogooluwa@yahoo.com

3 Departamento de Artes de Comunicação e Linguagem, Universidade de Ibadan, Ibadan, Nigéria. Email: frukama21@yahoo.com

Lugard (originalmente Frederick John Dealtry Lugard), criaram a Nigéria, juntando os protetorados do norte e do sul, reunindo assim diversos povos e regiões numa entidade política artificial com pouca ou nenhuma base para formar uma comunidade ou ter nacionalidade. Pode-se argumentar que essa falta de sentimento de nação ou falta de identidade nacional tem persistido e tem sido a barreira para as aspirações de progresso e desenvolvimento da Nigéria. A falta de compromisso com o projeto nacional, algo que os britânicos impuseram e que fez com que os povos continuassem a se ver como marcadamente diferentes uns dos outros, moldou significativamente a história da Nigéria, induzindo a diferentes crises e insurgências que ameaçaram a sua unidade. Mesmo depois de terem obtido a independência dos colonizadores britânicos em 1º de outubro de 1960, os nigerianos não se viam como um só povo e não conseguiam trabalhar juntos para o rápido desenvolvimento socioeconômico e sociopolítico do país.

O ressentimento e o amargor que emergiram no final dos anos 1960 levaram à guerra civil de 1967-1970, que quase partiu a Nigéria em pedaços. As agitações de diferentes povos continuam até hoje e uma indicação clara disso é o surgimento de milícias violentas e grupos terroristas entre grupos étnicos ou regionais, com ideologias e objetivos políticos ocultos. Também foi decorrente desta questão a incursão dos militares nos governos por mais de trinta anos. Apesar de a Nigéria ter restabelecido o governo civil desde 1999, e apesar de contar com uma jovem democracia há dezessete anos, o Estado continua a lidar com as questões de mesquinhez, animosidade e disputa pelo poder político central entre os diferentes grupos étnicos. Tudo isso se manifestou em crises e insurgências de grandes proporções, que incessantemente colocaram a unidade e a segurança do país em xeque. A questão geral que poderia ser colocada sobre esta situação é: quais foram as contribuições dos meios de comunicação de massa para resolver ou mitigar os problemas de segurança que têm assolado e ameaçado a unidade e a existência corporativa da Nigéria? Este artigo procura dar uma resposta a esta pergunta.

Objetivos do Estudo

1. Avaliar os papéis ou contribuições dos meios de comunicação de massa nigerianos na mitigação ou resolução dos desafios securitários das insurgências que o país enfrenta na era pós-independência (através da e maneira como relatam as questões de segurança).
2. Examinar as estratégias básicas que os meios de comunicação de massa nigerianos estão adotando ou poderiam adotar para

- resolver ou superar os desafios de segurança que ameaçam a unidade e a existência contínua do país.
3. Determinar a relação entre os meios de comunicação social e as forças armadas ou instituições de segurança encarregadas da responsabilidade de eliminar ou resolver ameaças à segurança.

Perguntas da Pesquisa

1. Quais são as funções ou contribuições dos meios de comunicação de massa nigerianos na mitigação ou resolução dos desafios securitários das insurgências que o país enfrenta na era pós-independência (através da forma como relatam as questões de segurança)?
2. Quais são as estratégias básicas que os meios de comunicação nigerianos estão adotando ou poderiam adotar para resolver ou suprimir os desafios de segurança que ameaçam a unidade e a existência contínua do país?
3. Qual é a relação entre os meios de comunicação social e as forças armadas ou instituições de segurança encarregadas de apagar ou resolver ameaças à segurança?

Perspectiva Teórica

Duas teorias principais de comunicação de massa explicam e embasam os papéis esperados ou contribuições dos meios de comunicação de massa na resolução ou atenuação de qualquer forma de ameaça à segurança de uma nação. Estas são: a de *agenda setting* e a *framing theory*. A teoria de *agenda setting* relaciona a ênfase que os meios de comunicação colocam em certos assuntos à importância que as pessoas atribuem a esses mesmos assuntos (McCombs e Shaw, 1972). O conceito de *priming* é muitas vezes entendido como uma extensão da *agenda setting*, uma vez que descreve o efeito previsto que as notícias têm nas opiniões das pessoas sobre questões de domínio público: “Ao tornar algumas questões mais proeminentes nas mentes das pessoas (*agenda setting*), os meios de comunicação de massa também seriam capazes de moldar os fatores que as pessoas levam em consideração ao fazer julgamentos sobre candidatos políticos ou questões (*priming*)” (McCombs e Shaw, 1972). Do mesmo modo, “os meios de comunicação de massa são significativamente mais do que somente fornecedores de informações e opiniões. Eles podem não ser bem sucedidos a maior parte do tempo em dizer às pessoas o que

pensar, mas eles são surpreendentemente bem sucedidos em dizer ao seu público sobre o que pensar” (Cohen, 1963). Isso destaca porque os meios de comunicação de massa poderiam influenciar o grau de informações que as pessoas ouvem e pensam a respeito da incidência de ameaças securitárias na nação nigeriana.

De fato, a mídia poderia influenciar percepções sobre a situação de segurança de uma nação ao ditar a forma como conhecemos e pensamos sobre as ameaças à segurança. Este ponto é endossado pela *framing theory*. *Frames* são padrões de interpretação oferecidos pela mídia. Portanto, o conceito de enquadramento ou *framing* oferece uma maneira de descrever o poder de um texto comunicacional (Entman 1993; Iyengar 1996). O *framing* baseia-se, deste modo, na suposição de que a maneira como uma questão é caracterizada nas reportagens midiáticas – de forma positiva, negativa ou neutra – poderia influenciar a percepção das pessoas sobre tal tema específico. Como Entman (1993) observou, “enquadrar (*to frame*) é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais preponderantes em um texto comunicacional, de tal modo a promover uma definição específica de problema, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito”. Assim, a mídia poderia exagerar; poderia aumentar ou mitigar; poderia gerar pânico e poderia acalmar as emoções das pessoas de acordo com a forma como eles relatam e descrevem ameaças de segurança ou ataques e seus perpetradores.

Metodologia

Ao avaliar as contribuições reais da mídia da Nigéria para a resolução ou mitigação das ameaças dos desafios pós-independência, particularmente o das insurgências do Boko Haram, para a segurança nacional da Nigéria, uma triangulação dos métodos foi adotada. A análise de conteúdo foi utilizada para examinar as reportagens das insurgências na mídia de massa da Nigéria com o objetivo de avaliar o impacto das notícias. O resultado disso constituiu a base para entrevistas em profundidade (IDIs, sigla em inglês) com os principais grupos de interesse (*stakeholders*) nas instituições de segurança nigerianas, que foram propositalmente selecionadas. Assim, foram analisadas 92 edições de dois jornais nigerianos intencionalmente selecionados: *The Punch* e *Daily Trust*. Quarenta e seis (46) edições de cada um desses jornais entre 01 de setembro de 2012 e 28 de fevereiro de 2013 formaram a primeira amostra do estudo, para medir o padrão de cobertura das insurgências Boko Haram e quaisquer outros desafios de segurança que ocorreram durante o período. Vinte oficiais militares também foram propositalmente selecionados para IDIs com a intenção de examinar suas

percepções da cobertura sobre as ameaças à segurança nacional pelos meios de comunicação de massa da Nigéria. As IDIs também visavam estabelecer a natureza da relação entre os meios de comunicação e os militares com o objetivo de determinar se o tipo de relação entre as duas instituições influencia ou não a influência dos meios de comunicação para as resoluções da desafios securitários que o país enfrenta.

Entendendo a Segurança Nacional: algumas perspectivas

Definir o conceito de segurança nacional continua difícil porque muitos fatores realçam sua capacidade em todos os níveis de percepção e, portanto, não podem ser restritos a uma única definição devido à sua natureza mutável de um Estado-nação para outro. Portanto, a segurança nacional é um conceito complexo que agora está sendo entendido não apenas da perspectiva militar, mas também de uma perspectiva humanitária. Essencialmente, há duas perspectivas principais para entender o que significa a segurança nacional. A primeira perspectiva, comumente referida como a conceitualização clauswitziana de segurança nacional, é centrada em questões militares, estadocêntrica e provinciana. Ele enfatiza a balança de poder, a balança de terror, a contenção, a dissuasão, a resposta flexível e a destruição mútua assegurada (Baylis & Ranger, 1992).

É provável que Luciani (1988; 1990) tenha concebido a segurança nacional como “a capacidade de resistir à agressão do exterior”. Em outras palavras, é a capacidade de um Estado-nação afastar todas as formas de ameaça à sua sobrevivência; o sustento de seu povo, bem como a capacidade de um Estado de proteger seus interesses legítimos com todas as medidas possíveis, inclusive a guerra. Com base nesse conhecimento, a segurança nacional é o processo decisório que se ocupa da identificação das ameaças potenciais e reais e da mobilização de recursos em um quadro que garante prontamente a segurança e a estabilidade do Estado-nação, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento nacional, incluindo a integridade territorial e institucional (Luciani 1990).

Fundamentalmente, a conceitualização militarista/política da segurança nacional orgulha-se da preservação do Estado-nação: integridade territorial e soberania, e, portanto, foca nos papéis das instituições de defesa e segurança. De acordo com Lippmann citado em Romm (1993), “uma nação tem segurança quando não necessita sacrificar seus legítimos interesses para evitar a guerra e pode, se for desafiada, mantê-los pela guerra”. Na mesma linha, Maier (1990) argumenta que “a segurança nacional... é melhor definida como a capacidade de controlar as condições domésticas e externas que a opinião pública de uma dada comunidade acredita serem

necessárias para gozar de autodeterminação ou autonomia, prosperidade e bem-estar”.

A segunda perspectiva para entender a segurança nacional é conhecida como a perspectiva humanitária. É uma concepção mais ampla da segurança nacional. De acordo com Imobighe (1998), ela (isto é, a segurança humana) enfatiza a segurança dos indivíduos em vez do Estado. Implica na melhoria de vida dos cidadãos em termos de liberdade, educação, saúde, proteção ambiental, infra-estrutura e outras comodidades. Fornece proteção às pessoas contra ameaças e situações graves e generalizadas. A Comissão de Segurança Humana (2003) afirma ainda que ela (isto é, a segurança humana) enfatiza a criação de sistemas políticos, sociais, ambientais, econômicos, militares e culturais que juntos dão às pessoas os alicerces da sobrevivência, sustento e dignidade. Com base nessa perspectiva, a segurança nacional poderia ser vista como a criação de condições que contribuam para a consolidação política, social e econômica de uma nação e para garantir sua integridade territorial, sua aquisição de capacidades para sustentar essas condições, salvaguardar a liberdade de opções e a capacidade de sobrevivência em um ambiente volátil de segurança.

É a conceituação humanista da segurança nacional que defende a melhoria da vida dos cidadãos em termos de liberdade, educação, saúde, proteção ambiental, infra-estrutura e outras facilidades. Assim, uma ameaça à segurança nacional é uma ação ou seqüência de eventos que ameaçam drasticamente, em um curto espaço de tempo, degradar a qualidade de vida dos habitantes de um estado ou ameaçam significativamente reduzir a gama de escolhas políticas disponíveis para o governo de um Estado ou entidades privadas não-governamentais (Ullman citado em Romm, 1993). O ponto aqui é que a conceituação da segurança nacional permanece dinâmica, fluida e multidirecional, mas é considerada vital para a sobrevivência de qualquer Estado-nação. Ele abrange segurança externa (protegendo a nação de ameaças estrangeiras) e segurança interna (dentro do Estado). Ela também destaca a manutenção do poder econômico, militar, político e diplomático sobre seus pares e países vizinhos (Imobighe, 1998). Isso significa que a segurança nacional não pode ser vinculada ou associada apenas à defesa nacional, pois compreende uma ampla gama de aspectos que exigem a cooperação e compreensão do Estado, suas forças, instituições e o seu público. Portanto, a segurança nacional no mundo contemporâneo significa uma situação em que um Estado-nação ou país procura incorporar a segurança humana e social como uma prioridade além da defesa nacional, centrando os fundamentos da segurança na manutenção da paz e na erradicação do conflito (Salomão , 2007).

Questões de Segurança Pós-Independência no Estado da Nigéria

A segurança nacional é uma função de governança (parte dos objetivos fundamentais e princípios diretivos do Estado, tal como está enraizado na *Constituição da Nigéria de 1999*, (conforme alterações)). Portanto, é a base da boa governança, do bem-estar social e do desenvolvimento econômico de um país e seu povo. Imobighe afirma que a governança é a gestão efetiva dos assuntos nacionais de um país em todos os níveis de seu funcionamento e execução, com o objetivo de manter a integridade da nação e a segurança de seu povo. Para alcançá-la, compete às autoridades exercerem os procedimentos políticos, econômicos e judiciais de modo a garantir ao povo a liberdade de cumprir os seus deveres e resolver as suas disputas tal como é permitido na Constituição escrita. Esse é um modelo garantido de atingir a boa governança, mas a segurança nacional pode ser ameaçada quando há um alto nível de pobreza, privação e injustiça em qualquer Estado-nação.

A segurança nacional no estado nigeriano tem sido severamente ameaçada desde a sua independência por questões multidimensionais. Os desafios variam de desconfiança étnica e intolerância, contradições religiosas, disputas étnicas e de fronteira, vandalismo político e violência, bem como todas as formas de insurgências contra as autoridades constituídas. Estes desafios ameaçavam a unidade da nação na primeira república, na medida em que levou à incursão dos militares no governo, usando a desculpa de garantir a integridade e a existência contínua da nação. No entanto, na Nigéria pós-independência, as ameaças reais à sua segurança nacional não se limitam às ameaças de outros Estados, mas têm sido consistentemente construídas em torno de crises internas e violência emanadas de diferenças e contrariedades religiosas, étnicas e políticas. O mais virulento dos desafios à segurança nacional da Nigéria é, agora, o terrorismo, como exemplificado por um grupo de extremistas pseudo-islâmicos conhecidos como Boko Haram.

Kiras (2009) conceituou o terrorismo como o uso continuado da violência contra alvos simbólicos ou civis por pequenos grupos, para fins políticos e sociais, como inspirar medo, atrair atenção generalizada para uma queixa política e/ou provocar uma resposta draconiana ou insustentável. Tem como objetivo introduzir o medo entre os adversários e intimidar terceiros, que podem ou não ser alvos diretos. Pode ter uma motivação política, ideológica ou religiosa ou uma combinação das três. Como consequência, o terrorismo torna-se uma violência calculada geralmente contra alvos simbólicos com o objetivo de passar uma mensagem política

ou religiosa. Alguns dos objetivos dos terroristas incluem ganhar apoio popular, radicalizando a população, levando as pessoas atacadas e o governo a agirem precipitadamente; atraindo recrutas, polarizando a opinião pública, demonstrando sua capacidade de causar dor ou minando governos (Onuoha 2015).

Os terroristas desafiam a legitimidade da autoridade política recorrendo ao medo, à surpresa, à violência ou à ameaça de violência para alcançar seus objetivos através da coerção, do uso ilegal e imoral da força, da violência transnacional e da internacionalização de um conflito ou demanda, além do uso dissimulado da cobertura midiática. Trata-se de uma violência política contra não-combatentes ou alvos simbólicos destinados a comunicar uma mensagem ao público em geral (Sinno 2011). O que foi acima exposto descreve, em parte, as operações da seita(s) Boko Haram, desde que começaram seus ataques nefastos contra a Nigéria em 2009; ataques que resultaram na destruição desnecessária de vidas e propriedades em partes do país, ameaçando assim a sua segurança nacional (Omoera & Ogah 2016).

A Mídia de Massa e a Segurança Nacional: Uma Análise do relacionamento

O surgimento do Boko Haram como um dos desafios mais difíceis para a segurança nacional na Nigéria, com seus ataques viciosos à população, demonstrou que as ameaças tradicionais à segurança nacional se transformaram em algo que não pode ser contido apenas por forças militares ou instituições de segurança. A natureza das operações da seita Boko Haram e de muitos outros grupos insurgentes na Nigéria, por exemplo, mostrou que os problemas de segurança pós-independência da Nigéria requerem a colaboração de organizações estatais de segurança, como o Exército, a polícia, o Departamento de Segurança do Estado (DSS, sigla em inglês), etc junto a órgãos não-estatais como a mídia, as forças-tarefas civis (JTF, sigla em inglês), vigilantes, grupos da sociedade civil, entre outros, cujos esforços e *expertises* combinados poderiam ajudar a mitigar, se não erradicar, a aterrorização da Nigéria. Uma combinação robusta de *soft power*, incluindo relatórios de inteligência representados pelos meios de comunicação de massa e de *hard power*, como simbolizado pelas instituições militares ou de segurança, poderia ser um esforço conjunto valioso que ajudaria a extinguir as tensas situações que os grupos terroristas têm criado em partes do país.

Isto é na percepção de que os meios de comunicação de massa são uma instituição importante em qualquer sociedade (Uyo 1987). Seu valor

na sociedade contemporânea é ressaltado pelo “título” que lhes sé atribuído, de “quarto poder” (Akinfeleye 2003). Como quarto poder, a Constituição da Nigéria de 1999 (conforme emendada) dá à mídia nigeriana papéis estatutários de monitorar o desempenho ou a responsabilidade do governo para com o povo. Considera que:

A imprensa, o rádio, a televisão e outras agências dos meios de comunicação de massa devem ser sempre livres para defender os objetivos fundamentais contidos neste capítulo e defender a responsabilidade e a prestação de contas do governo para com o povo (Governo Federal da Nigéria, 2011).

Estes papéis estatutários dados aos meios de comunicação de Nigéria são, naturalmente, uma parte integrante das funções dos meios de comunicação como uma instituição social importante. Estas funções incluem: a vigilância do ambiente (vigia), a correlação de partes da sociedade em resposta ao ambiente (fórum), a transmissão do patrimônio cultural de uma geração para outra (professor) e o entretenimento (Lasswell (1948) e Wright (1958) citados em Uyo (1987)). Ao analisar a relação entre a segurança nacional e os meios de comunicação social, a função destes últimos no que diz respeito à vigilância do ambiente exige maior elucidação. Por meio da vigilância da sociedade, entende-se que “a mídia de massa vigia, guarda e alerta a sociedade de problemas iminentes e muitas vezes oferece o caminho a seguir” (Odigbo 2003).

O ponto que está sendo construído é que a mídia exerce vigilância sobre o ambiente e alerta os membros da sociedade para as realidades dele. Os meios de comunicação reportam mais frequentemente o que está errado com/na sociedade e faz planos concretos ou cria plataformas para corrigir tais inadequações. Em outras palavras, a vigilância do meio ambiente significa que os meios de comunicação fornecem informações e alertam sua audiência heterogênea das mudanças que ocorrem à sua volta. Ao fazê-lo, os meios de comunicação consistentemente vigiam o ambiente e transmitem questões proeminentes ou mediam mensagens para o público de modo a reduzir as incertezas, permitindo assim que as pessoas reajam a conflitos ou mudanças de maneira racional. É por isso que a mídia é comumente chamada de quarto poder.

Dada a tenacidade e o empenho com que os meios de comunicação modernos desempenharam os papéis acima mencionados, em especial o da vigilância da sociedade, em diferentes partes do mundo, os meios de comunicação têm sido considerados como muito poderosos. É um fato aceito que os meios de comunicação de massa expressam e, ao mesmo tempo, moldam a opinião pública. Eles (re)constroem imagens, percepções e crenças (Dahlgren 2007). Os meios de comunicação educam as pessoas,

corrigem os equívocos e dão uma melhor compreensão das situações. Como mediadora, a mídia fornece saídas, soluções e cria confiança. É a principal fonte de informações para a maioria das pessoas sobre o mundo (Uyo 1987). Os meios de comunicação de massa são as ferramentas mais potentes por meio das quais as pessoas atualizam seus sentimentos e opiniões sobre qualquer questão do dia. Assim, os meios de comunicação de massa poderiam construir apoio público em relação a qualquer política governamental; eles poderiam efetivamente ajudar a manter contato e compreensão entre o governo e o povo, entre as zonas rurais e as cidades, e entre estados.

A nível nacional, a mídia é uma importante agência de integração. Ela é uma força poderosa como educadora, agitadora, mobilizadora, motivadora e fonte de entretenimento. Seu poder poderia ser grande e imensurável. Ela poderia criar um sentimento de envolvimento e participação. É através dela que a agenda nacional do dia é apresentada à nação. Ela é uma espécie de fórum nacional para os contínuos debates sobre questões, que são uma condição *sine qua non* para toda sociedade que busca melhorar as condições de vida de seu povo (Amoda 1978). O ponto que está sendo construído é que elas definem a agenda para o discurso nacional. Isso explica por que “os meios de comunicação de massa chamam a atenção para certas questões. Eles constroem imagens públicas de figuras políticas. Eles estão constantemente apresentando objetos, que sugerem o que os indivíduos na massa devem pensar, conhecer e ter sentimentos sobre” (Lang e Lang citado em McCombs e Shaw 1972).

A questão pertinente neste momento é: de onde os meios de comunicação social entram na resolução dos desafios da segurança nacional? Talvez, a resposta resida no fato de que espera-se que os meios de comunicação de massa trabalhem dentro dos quadros preventivos e nacionalistas, a fim de serem capazes de verificar as ameaças à segurança nacional. Existem várias estratégias para manter a segurança nacional. Tais estratégias incluem a abordagem militar, abordagem não militar, a abordagem de *carrot and stick*, a abordagem de desenvolvimento e governança, a diplomacia preventiva (coleta e partilha de informações de inteligência) e a abordagem nacionalista. Esta, na qual os meios de comunicação de massa têm grande papel a desempenhar, implica na mobilização em massa e é orientada pela informação. Trata-se de coleta e compartilhamento de inteligência. Exige que a mídia estabeleça uma agenda (*set agenda*) para políticas de segurança e obtenha suporte público para as políticas de segurança. Também exige que a mídia mude as percepções das pessoas sobre questões de segurança por meio de enquadramento de apoio (*supportive framing*). Envolve propaganda contra os vendedores de insegurança, ao mesmo tempo em que envolve toda

a nação com o governo e os militares na tomada de decisões e formulação de políticas relativas à segurança nacional.

Assim, espera-se que os meios de comunicação de massa sejam usados como um *soft power* nos processos ou tentativas de resolver os desafios da segurança nacional. De fato, a informação (comunicação) como instrumento de *soft power* está se tornando cada vez mais um instrumento estratégico no contexto de uma grande estratégia porque a mídia e a esfera da segurança são dependentes uma da outra, e as instituições de segurança, como os governos, dependem do apoio público para suas atividades e construção de opinião (Copley 1984). É nesse sentido que consideramos o fornecimento de informações como o quarto elemento do poder nacional, além dos poderes econômico, militar e diplomático.

O *soft power* é a capacidade de obter o resultado que se busca por atração e persuasão e não por coerção (Gilboa 2005). O poder nos tempos contemporâneos é a capacidade de mudar o comportamento do Estado-nação e das pessoas, para ser capaz de controlar o ambiente político através da mediação. O poder está se tornando menos coercitivo, pois o poder militar tem suas limitações devido a fatores como custo, tempo e local. Em vez de usar a força para resolver questões, para forçar os perpetradores de atos covardes a agir da maneira que se quer, o *soft power* pode ser usado para moldar crenças e preferências (Crelinsten 2005). Por conseguinte, para um uso eficiente do conceito de *soft power*, é imperativo que qualquer Estado-nação utilize as tecnologias da informação e da comunicação (TICs) para transmitir as suas mensagens e intenções ao seu próprio público, seus vizinhos e o mundo em geral.

A mídia é parte integrante desta infra-estrutura de *soft power*, o que poderia auxiliar uma disseminação de informações mais rápida e eficaz, ajudando assim uma nação ou seu povo a interagir e se integrar em vários níveis. Isso ocorre porque o *soft power* no mundo de hoje ajuda a construir e gerenciar percepções de maneiras muito significativas. Assim, a informação, como elemento de poder, disseminado através dos meios de comunicação, é uma dimensão psicológica que poderia ser efetivamente usada para ganhar uma guerra ou resolver conflitos. Para isso, a mídia poderia ser usada para gerar ação política além de ser um aparato de segurança nacional. Nesse sentido, a mídia poderia ajudar a focalizar a atenção do público em uma determinada questão e, em seguida, ajudar a enquadrar e construir uma compreensão ou perspectiva sobre o assunto.

Resultados e Análise

Análise de conteúdo

Para avaliar ou compreender as contribuições ou os papéis da mídia nigeriana na resolução ou mitigação dos desafios de segurança que ameaçam a existência contínua da nação, os padrões e maneiras em que os meios de comunicação têm relatado os desafios de segurança foram analisados como apresentado abaixo:

Tabela 1: Enquadramento dos grupos insurgentes do Boko Haram na mídia nigeriana

Categorias	Daily Trust	The Punch	Total
Grupos terroristas	19 (46%)	18 (60%)	37 (53%)
Cruzadas Étnicas	4 (10%)	3 (10%)	7 (10%)
Lutadores da Liberdade	3 (7%)	-	3 (4%)
Grupos militantes	2 (5%)	-	2 (3%)
Bandidos políticos	9 (22%)	1 (3%)	10 (14%)
Fundamentalistas Islâmicos	4 (10%)	8 (27%)	12 (16%)
Total	41 (100%)	30 (100%)	71 (100%)

A Tabela 1 mostra a distribuição de freqüência das categorias de enquadramento pelos jornais selecionados.

Das 71 notícias relatadas pelo *Daily Trust* e *The Punch*, 37 (53%) enquadraram a seita Boko Haram como grupos terroristas, 7 (10%) histórias enquadraram-nos como cruzadas étnicas, 3 (4%) enquadraram-nos como lutadores pela liberdade, 2 (3%) enquadram a seita como grupos militantes, 10 (14%) os enquadram como bandidos políticos e 12 (16%) enquadram as seitas de Boko Haram como fundamentalistas islâmicos. Especificamente, de 41 notícias que o *Daily Trust* relatou, 19 (46%) enquadraram seitas de Boko Haram como grupos terroristas, 4 (10%) como cruzadas étnicas, 3 (7%) como combatentes da liberdade, 9 (22%) enquadram a seita(s) como bandidos políticos e 4 (10%) como fundamentalistas islâmicos. Além disso, das 30 notícias relatadas pelo *The Punch*, 18 (60%) histórias enquadraram a seita como grupos terroristas, 3 (10%) como cruzadas étnicas, 1 (3%) enquadram Boko Haram como bandidos políticos e 8 (27%) como fundamentalistas islâmicos.

Tabela 2: Avaliação causal das insurgências do Boko Haram pela mídia nigeriana

Avaliação Causal	Daily Trust	The Punch	Total
Marginalização do norte	12 (28%)	14 (47%)	26 (38%)
Estabilização do país	1 (3%)	-	1 (1%)
Islamização do país	5 (12%)	7 (23%)	12 (18%)
Iniciar desintegração	23 (57%)	9 (30%)	32 (43%)
Total	41 (100%)	30 (100%)	71 (100%)

A Tabela 2 mostra a distribuição de frequência das categorias de enquadramento em termos de avaliação causal. De 41 notícias publicadas pelo *Daily Trust*, 12 (28%) foram enquadradas tendo como levando à marginalização do Norte, 1 (3%) à estabilização do país, 5 (12%) representaram a avaliação causal da islamização do país e 23 (57%) o início da desintegração. Além disso, de 30 notícias publicadas pelo *The Punch*, 14 (47%) enquadraram o Boko Haram com o objetivo de marginalizar o norte, 7 (23%) com o objetivo de islamizar o país e 9 (30%) de iniciar a desintegração. No total, de 71 notícias publicadas pelo *Daily Trust* e pelo *The Punch* durante o período investigado, 26 (38%) abordavam as ações como visando a marginalização do norte, 1 (1%) a estabilização do país, 12 (18%) a islamização do país e 32 (43%) a desintegração.

Tabela 3: Avaliação Moral da seita do Boko Haram pela mídia nigeriana

Avaliação Moral	Daily Trust	The Punch	Total
Boko Haram é diabólico	1 (2%)	3 (10%)	4 (6%)
Boko Haram é perigoso	8 (20%)	8 (27%)	16 (23%)
Boko Haram é perverso	9 (22%)	8 (27%)	17 (24%)
Boko Haram é imprudente	15 (37%)	4 (13%)	19 (25%)
Boko Haram é ímpio	8 (19%)	7 (23%)	15 (21%)
Total	41 (100%)	30 (100%)	71 (100%)

A Tabela 3 mostra a distribuição de frequência das categorias de enquadramento em termos de avaliação moral pelos meios de comunicação de massa selecionados. Das 41 notícias publicadas pelo *Daily Trust*, 1 (2%) vêm as seitas de Boko Haram como diabólicas, 8 (20%) concebem seitas de Boko Haram como perigosas, 9 (22%) as consideram como perversas, enquanto 15 (37%) e 8 (19%) consideram que as seitas de Boko Haram são imprudentes e ímpias, respectivamente. Das 30 notícias publicadas pelo

The Punch durante o período de estudo, 3 (10%) consideram as seitas como diabólicas, 8 (27%) as consideram perigosas, 8 (27%) as consideram como perversas, enquanto 4 (13%) notícias enquadraram-nas como imprudentes e 7 (23%) as consideram ímpias. De modo geral, no entanto, 4 (6%) de todas as edições dos dois jornais analisaram a(s) seita(s) do Boko Haram como diabólicas, 16 (23%) perceberam-nas como perigosas, 17 (24%) consideraram-nas perversas, enquanto 19 (25%) as consideraram imprudentes e 15 (21%) as estabeleceram como ímpias.

Tabela 4: Avaliação do tratamento do Boko Haram pela mídia nigeriana

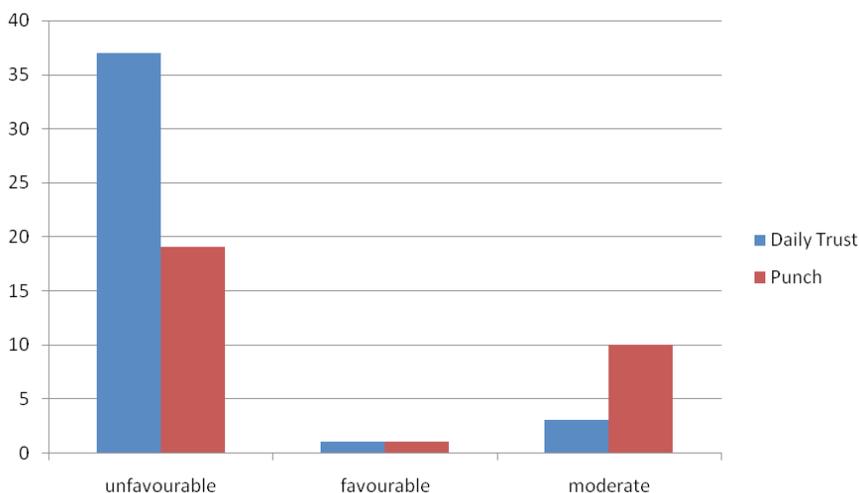
Avaliação de Tratamento	Daily Trust	The Punch	Total
Dar anistia	17 (42%)	8 (27%)	25 (35%)
Serem punidas	15 (37%)	20 (66%)	35 (51%)
Devem ser ignoradas	9 (21%)	2 (7%)	11 (14%)
Total	41 (100%)	30 (100%)	71 (100%)

A Tabela 4 mostra a distribuição de frequência das categorias de enquadramento em termos de avaliação do tratamento pelos dois jornais selecionados. Do total de 71 notícias publicadas pelo *Daily Trust* e *The Punch*, 25 (35%) responderam que a(s) seita(s) Boko Haram deveriam receber anistia, 35 (52%) disseram que deveriam ser punidas e 11 (14%) disseram que deveriam ser ignoradas. Em particular, das 41 notícias comunicadas pelo *Daily Trust*, 17 (42%) disseram que deveriam receber anistia, enquanto 15 (37%) disseram que deveriam ser punidas e 9 (21%) disseram que deveriam ser ignoradas. Além disso, das 30 notícias citadas pelo *The Punch*, 8 (27%) disseram que deveriam receber anistia enquanto 20 (66%) disseram que deveriam ser punidas e 2 (11%) opinaram que deveriam ser ignoradas.

Tabela 5: Direcionamento das Histórias sobre conflitos do Boko Haram

Direcionamento	Daily Trust	The Punch	Total
Desfavorável	37 (90%)	19 (64%)	56 (77%)
Favorável	1 (3%)	1 (3%)	2 (3%)
Moderada	3 (7%)	10 (33%)	13 (20%)
Total	41 (100%)	30 (100%)	71 (100%)

Figura 1: Gráfico apresentando o direcionamento da cobertura pelos dois jornais nigerianos



A Tabela 5 e a Figura 1 apresentam o direcionamento da cobertura dos conflitos do Boko Haram. Das 71 notícias totais, 56 (77%) foram desfavoráveis, o que significa que condenaram a ação do Boko Haram, enquanto 2 (3%) foram favoráveis, o que significa que apoiaram os atos e 13 (20%) foram moderados. Especificamente, das 41 notícias que o *Daily Trust* relatou durante o período da pesquisa, 37 (90%) condenaram os atos (desfavoráveis), 1 (3%) apoiaram a ação do Boko Haram (favorável), enquanto 3 (7%) não condenou nem apoiou os atos (moderado). Das 30 notícias publicadas pelo *The Punch* para relatar as atividades das seitas do Boko Haram, 19 (64%) eram desfavoráveis (condenaram a ação de seitas de Boko Haram), 1 (3%) foram favoráveis (apoiaram a ação) e 10 (33%) foram moderadas.

Entrevistas em profundidade

Sobre o efeito das reportagens sobre o Boko Haram, os militares que foram entrevistados tinham a opinião de que os relatos da mídia sobre a situação de segurança na Nigéria, particularmente sobre o Boko Haram, apresentavam a realidade de uma sociedade insegura. A maioria deles observou que a reportagem da mídia sobre a situação de segurança no país agravou a situação ao invés de mitigá-la, porque as notícias causaram pânico entre a população nigeriana. Eles também argumentaram que elas trouxeram propensão auto-realizável, tornando o Boko Haram mais perigoso e violento, inflamando mais violência, o que piora a situação de

segurança no país. Quanto à percepção dos militares sobre a mídia, um dos militares entrevistados captou a opinião das instituições de segurança de uma maneira muito perspicaz:

A mídia da Nigéria tem uma propensão intrínseca ao sensacionalismo. Eles exibem um impulso maquiavélico de 'dar palmada' a qualquer custo. Têm a tendência de exibir uma ingenuidade surpreendente frente ao imperativo da segurança nacional e por extensão da soberania do Estado. O militar típico tem o fardo de resolver o seguinte quebra-cabeças: "Há um fatwa não-dito entre publicar ou morrer, que de algum modo assombra o quarto poder como o provérbio das "espadas de Damocles"?

Além disso, os militares descrevem a percepção dos meios de comunicação social sobre os militares da seguinte forma:

Os militares têm uma propensão para o comportamento paranóico ou esquizofrênico e são sobretudo hostis. Os militares têm prudência excessiva com os meios de comunicação, como resultado de uma memória indevidamente longa do passado travestida pela mídia. A prática militar interna de conceder acesso a informações sobre uma base de dados falha ao não tomar conhecimento das necessidades dos meios de comunicação. E esta é a perdição do relacionamento entre as duas instituições nos assuntos da segurança nacional, e assim nossa segurança nacional sofre um golpe principal em vez de ser garantida.

As duas citações acima representam os principais pontos de vista das instituições militares ou de segurança sobre a mídia e seu fracasso em apoiar os militares na mitigação de todos os tipos de problemas de segurança enfrentados pelo Estado nigeriano desde a independência. Elas captam a fria relação entre os militares e os meios de comunicação, que tem dificultado os esforços para resolver os desafios de segurança pós-independência que ameaçam a unidade do país. Captam a desconfiança, a falta de entendimento e a impaciência que caracterizaram a relação entre a mídia e os militares, e que, de acordo com um dos militares entrevistados, é antiga. Ele afirmou que "muito precisa ser feito para desligar as características dos militares do passado e a realidade atual dos militares; os dois (ou seja, os militares e os meios de comunicação) devem trabalhar em conjunto ou ajudar uns aos outros a resolver o problema das insurgências, que está ameaçando a paz da Nigéria".

Discussão e Conclusão

O estudo revelou que os meios de comunicação estão dando uma ampla cobertura e atenção aos desafios de segurança das insurgências e do terrorismo que ameaçaram/continuam ameaçando a continuidade da

Nigéria. Isso significa que eles estão realizando seus papéis estatutários de fornecer as informações necessárias para a sobrevivência dos indivíduos no estado nigeriano. Isso está de acordo com a observação de Hess & Kalb (2003), que enfatizaram que a mídia nunca deveria enterrar as más notícias, embora uma certa dose de decência e bom senso é esperada. Os terroristas precisam de atenção, e os meios de comunicação não podem evitar dar-lhes atenção enquanto cumprem os seus papéis estatutários de informar o público. A mídia cobre o terrorismo; ela é suscetível a incitar mais terrorismo ao fazer isso, o que produz mais cobertura mediática (Barnhurst 1991b). Assim, esta situação complexa tende a animar ou encorajar grupos terroristas, particularmente as seitas do Boko Haram, a perpetrar atividades mais nefastas.

Embora a maioria das histórias da mídia, particularmente no *Daily Trust* e no *The Punch*, condenarem os ataques e ameaças do Boko Haram, o noticiário impactou negativamente na segurança nacional, uma vez que o framing dos meios de comunicação dos ataques e de seus perpetradores teve uma tendência a aumentar o pânico moral e a fazer com que a seita terrorista parecesse ser mais violenta e invencível. A maioria dos entrevistados nas IDIs concordou que o enquadramento dos jornais das atividades das seitas do Boko Haram havia feito escalar a situação de segurança na Nigéria, tornando-a mais perversa. Por exemplo, os militares não vêem a mídia como uma parceira importante e leal na tentativa de resolver as ameaças dos problemas de segurança pós-independência que ameaçam a existência da Nigéria. Parece haver uma grande desconfiança mútua entre os meios de comunicação e as forças armadas, o que tem dificultado e ainda prejudica a cooperação das duas instituições, críticas na resolução dos desafios de segurança enfrentados pela nação. Em vista do exposto, o estudo postula que, apesar da robustez dos meios de comunicação nigerianos, eles ainda não têm um impacto significativo na eliminação de problemas de segurança na Nigéria pós-independência. Daí o apelo, entre outras coisas, a uma maior sinergia entre as instituições de segurança e meios de comunicação de massa no país para alcançar os resultados.

REFERÊNCIAS

- Akinfeleye, R.A. 2003. *Fourth estate of the realm or fourth estate of the wreck: Imperative of social responsibility of the press*. An inaugural lecture of the University of Lagos, Lagos. Lagos: University of Lagos.
- Amoda, M. 1978. *Festac colloquium and Black world development: Evaluation of Festac colloquium agenda*, Lagos programme 1977. Lagos: Nigeria

Magazine, Federal Ministry of Information.

- Baylis, J & Ranger, N.J. 1992. *Dilemmas of world politics. International issues in a changing world*. Oxford: Clarendon Press.
- Barnhurst, K.G. 1991a. "The literature from terrorism". In A.O. Alali and K. K. Eke (Eds.), *Media coverage of terrorism, methods of diffusion* (pp. 112-137). London: Sage.
- _____. 1991b. "Contemporary terrorism in Peru: Sendero-Luminoso and the media". *Journal of Communication*, 41(4), 75-89.
- Cohen, B.C. 1963. *The press and foreign policy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Commission on Human Security. 2003. *Human security now*. New York: Commission on Human Security.
- Copley G.R. 1984. (Ed.). *Defense and foreign affairs handbook*. Virginia: Defense and Foreign Affairs Ltd.
- Crelinsten, R. 2005. "Mass-mediated terrorism: The central role of the media in terrorism and counterterrorism". *Political Communication*, 22(1), 115-118.
- Dahlgren, P. 2007. *Television and public sphere: Citizenship, democracy and the media*. London: Sage.
- de Blij, H. J. & Muller, P.O. 2003. *Geography: Realms, regions and concepts* (11th edition). Hoboken, NJ: Wiley.
- Entman, R.M. 1993. "Framing: Toward clarification of a fractured paradigm". *Journal of Communication*, 43(4), 51-59.
- Federal Government of Nigeria. 2011. 1999 *Nigerian constitution* (as amended). Abuja: FGN.
- Gilboa E. 2005. "The CNN effect: The search of a communication theory for international relations". *Political Communication*, 22, 27-44.
- Hess, S. & Kalb, M. 2003. (Eds.). *The media and the war on terrorism* (first edition). Washington, DC: Brookings Institution Press.
- Imobighe, T.A. 1998. *The management of national security*. An inaugural lecture of the Edo State University, Ekpoma, series 10. Ekpoma: Edo State University Publishing House.
- Iyengar, S. 1996. "Framing responsibility for political issues". *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 546, 59-70.
- Kiras, J.D. 2009. *Irregular warfare: Terrorism and insurgency*. Indian strategic knowledge online. Retrieved 25 Sept. 2016, Disponível em: http://www.indianstrategicknowledgeonline.com/web/baylis3e_ch09.pdf
- Luciani, G. 1988. "The economic content of security". *Journal of Public Pol-*

- icy, 8(2), 151-173.
- _____. 1990. "Allocation vs. production states: A theoretical framework". In H. Beblawi and G. Luciani (Eds.), *The rentier state* (pp.85-98). London: Routledge.
- Maier, C. 1990. *Peace and security studies for the 1990s*. Unpublished paper for MacArthur fellowship programme, social science research council.
- McCombs, M. E. and Shaw, D.L. 1972. "The agenda-setting function of mass media". *Public Opinion Quarterly*, 36 (2), 176-187.
- Nnoli, O. 1978. *Ethnic politics in Nigeria*. Enugu: Fourth Dimension Publishers.
- Odigbo. 2003. "Role of public relations and the mass media in building and sustaining democracy". In I. E. Nwosu (Ed.), *Polimedia: Media and politics in Nigeria*. Enugu: ACCE (Nigeria chapter).
- Omoera, O.S. & Ogah, C.A. 2016. "Boko Haram as a-gent pro-vo-ca-teur of destruction and destabilization in Nigeria: The media's check". *Brazilian Journal of African Studies*, 1(1), 67-84.
- Onuoha, F. 2015. *From Boko Haram to Islamic State of West Africa Province (ISWAP): Radicalisation and recruitment in Nigeria*. A paper presented in the countering violent extremism (CVE) media roundtable organised by the office of the national security adviser (ONSA) in collaboration with the European union technical assistance to Nigeria's evolving security challenges (EUTANS), Abuja, from 27th -28th October, 2015.
- Romm, J.J. 1993. *Defining national security: The non-military aspect*. New York: Council on Foreign Relations Press.
- Sinno, A.H. 2011. "Armed groups' organizational structure and their strategic options". *International Review of the Red Cross*, 93(882), 311-332.
- Solomon, H. 2007. "Introduction". In H. Solomon (Ed.), *Challenges to global security Geopolitical and power in the age of transition*. London: I.B. Tauris Publishes.
- Uyo, A.O. 1987. *Mass communication media: Classification and characteristics*. New York: Civiletis International.

RESUMO

A conceituação da segurança nacional continua a ser um empreendimento taxativo, uma vez que diversos fatores ressaltam a sua capacidade em todos os níveis de percepção e, portanto, não pode ser restrita a uma única definição devido à sua natureza mutável de um Estado para outro. Assim sendo, a segurança nacional permanece dinâmica, fluida e multidirecional, mas é fundamental para a sobrevivência de qualquer Estado. Na Nigéria pós-independente, as ameaças securitárias a seus interesses nacionais não só envolvem ameaças convencionais, como as de outros Estados, mas também de atores não estatais e atividades como terroristas, traficantes de armas, piratas, traficantes, seqüestradores, insurgências de gângsteres de rua, disputas fronteiriças e milícias étnicas. Ao longo dos últimos cinquenta e seis anos, as ameaças tradicionais à segurança nacional na Nigéria se transformaram em uma séria e grande organização, que aparentemente não pode ser eliminada apenas por forças militares ou instituições de segurança. Os meios de comunicação de massa foram sugeridos por ter a capacidade de contribuir significativamente para ajudar as instituições de segurança a eliminar ou a verificar os desafios com os quais o país é confrontado. Talvez isso se deva ao fato de que os meios de comunicação são parte integrante da infra-estrutura de *soft power*, o que poderia facilitar a disseminação de informações de maneira rápida e eficaz, ajudando assim uma nação como a Nigéria a juntar a ação política apropriada que visa a consolidar a desejada segurança nacional. Implantando a definição da agenda e as teorias de enquadramento, este artigo empreende uma avaliação de se ou não os meios de comunicação nigerianos (especificamente, *Daily Trust* e *The Punch*) fizeram contribuições impactantes para a resolução de questões de segurança na Nigéria pós-independência, com uma referência particular para as insurgências da seita do Boko Haram. Emprega entrevistas analíticas, em profundidade (IDIs) e métodos históricos para analisar alguns relatórios da mídia sobre as insurgências com o objetivo de avaliar seu impacto sobre a segurança do Estado nigeriano. O estudo argumentou que, apesar da robustez dos meios de comunicação nigerianos, eles ainda devem ter uma influência significativa na eliminação de problemas de segurança na Nigéria pós-independência. Daí, o apelo, entre outras coisas, a uma maior sinergia entre as instituições de segurança e meios de comunicação de massa no país para alcançar os resultados.

PALAVRAS-CHAVE

Segurança Nacional; Instituições Securitárias; Nigéria pós-independência; Reportagem de mídia; Soft Power; Terrorismo; Boko Haram; Ameaças Securitárias.

Recebido em 13 de março de 2017.

Aprovado em 13 de julho de 2017.

Traduzido por Amabilly Bonacina

CONTEXTUALIZANDO O USO DA ALTERNATIVA DIPLOMÁTICA PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA DISPUTA ENTRE NIGÉRIA E CAMARÕES POR BAKASSI 1994-2006

Ekpotuatin Charles Ariye¹
Laz Etemike²

Introdução

As técnicas e instituições disponíveis para resolver disputas internacionais geralmente recaem sobre duas categorias distintas de meios Judiciais e Diplomáticos. Enquanto o primeiro envolve adjudicação e arbitragem com o uso de cortes especiais e tribunais, como a Corte Internacional de Justiça (CIJ), o Tribunal Penal Internacional (TPI), o Tribunal Internacional sobre Direito do Mar etc, o segundo envolve os instrumentos diplomáticos como a negociação, a mediação, a conciliação e as comissões de inquérito (Menkel-Meadow 2012; Brownlie 2009). Neste estudo, a intenção é trazer à luz o uso da opção diplomática para chegar à resolução pacífica e cordial do conflito pela Península de Bakassi, entre Nigéria e Camarões. O trabalho segue a estrutura de um estudo de caso comparativo, usando o caso Nigéria-Camarões como um ponto para melhor entender a aplicação e eficácia de medidas alternativas para a resolução de disputas. É bom lembrar que a decisão da CIJ de 2002 não poderia por si só resolver inteiramente este conflito. Logo, é importante verificar quais outras medidas foram aplicadas antes que esta resolução pudesse ser alcançada.

¹ Departamento de História, Faculdade de Artes e Ciências Sociais, Isaac Jasper Boro College of Education Sagbama, Yenagoa, Nigéria. E-mail: ariyecharles@yahoo.com

² Departamento de Ciências Política, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Novena, Ogume, Nigéria. E-mail: etemikelaz@yahoo.com

Isto irá interessar observadores exigentes, que podem querer ter uma melhor e completa compreensão dos eventos que levaram ao fim amigável deste conflito. Para este fim, o trabalho é estruturado da seguinte maneira visando sua coesão e uma boa compreensão: introdução, a discussão teórica, contextualizando a disputa, reivindicações de posse, adjudicação, resolução através de meios alternativos, e, finalmente, a conclusão. Além disso, baseia-se no uso de materiais de fontes secundárias, tais como livros, artigos de revistas, relatórios de mídia, bem como documentos governamentais, com vistas a gerar novos dados empíricos sobre o assunto.

A discussão teórica

De acordo com Brierly (1963), o problema da resolução pacífica de uma disputa entre dois Estados admite dois métodos de abordagem. Ele diz que se pode ou induzir as partes em disputa a aceitar os termos de paz que são estabelecidos para eles por uma terceira parte, ou então persuadi-los a trabalharem juntos e acordarem em termos de uma resolução. Esse argumento coincide com a maneira como se deu a resolução do conflito territorial entre Nigéria e Camarões pela Península de Bakassi entre 1994 e 2008. Neste período, a disputa passou por muitas linhas reconhecidas de resolução de litígios, desde adjudicação através de mediação até, finalmente, processo negociado de resolução de conflitos. Esta última fase é de particular interesse, visto que veio depois de os termos de resolução do conflito haverem sido transmitidos às partes por um árbitro imparcial, neste caso a CIJ, por meio de sua Sentença sobre o assunto em outubro de 2002.

Outras discussões sobre o papel da diplomacia como uma alternativa e mecanismo complementar para o apaziguamento de conflitos foram feitas. Por exemplo, de acordo com Collier (1996), mais de 99% das disputas internacionais devem ser resolvidas ao final por negociação. De maneira similar, Berridge (2005: 121-122), sublinhando a importância do bilateralismo, diz que “a diplomacia bilateral é... relevante no mundo contemporâneo, onde, geralmente, quando as negociações acontecem, é muito mais fácil que seja pessoalmente, quando os líderes mundiais se reúnem para discutir questões importantes...”. Do mesmo modo, Allee e Huth (2006) explicam os méritos do bilateralismo na resolução de disputas, pois proporciona que os dois lados da disputa tenham a flexibilidade de deixar claro seus termos de negociação e, ao mesmo tempo, exercer controle considerável sobre os resultados do acordo por meio da negociação direta. Eles também argumentam que, em conversações desse tipo, ambos os lados podem controlar, pelo menos em parte, as informações que concernem o processo de barganha, bem como o *timing* do acordo final.

Vinales e Bentolila (2012) empregam a interação entre meios judiciais e não-judiciais de aplicação dos prêmios de investimento na explicação da alternativa diplomática para a resolução de disputas. Eles fornecem como exemplo o uso de trocas e manobras diplomáticas na solução amigável de disputas citando os exemplos de *Aucoven vs Venezuela*, onde o México, Estado de origem do primeiro ator, tomou uma série de medidas diplomáticas para facilitar uma resolução pacífica do litígio através de reuniões com funcionários do governo venezuelano, a fim de elaborar meios de solução viáveis e mutuamente aceitáveis. Outros casos referidos em que tal abordagem foi aplicada são os casos *Petrobart vs República Quirguiz* e *Azurix vs CMS*. Além disso, Brownlie (2009), ao identificar e explicar as variedades de instrumentos úteis além da adjudicação na solução pacífica de disputas internacionais, propôs que o primeiro e clássico modo de solução é a negociação, que envolve um processo direto e bilateral. Enfatizando sua sinergia com a adjudicação, ele acrescenta que a negociação pode produzir uma solução de acordo com critérios legais ou com uma combinação de critérios jurídicos e políticos. Como Brownlie, Dinkle (2011) também caracteriza a diplomacia como a forma mais antiga de mecanismos alternativos de resolução de disputas. Ele afirma que ela envolve a reunião das partes em disputa, a fim de chegar a uma conclusão significativa para ambas sem violência, usando a negociação ao invés de armas.

Por sua vez, Rupesinghe (1995) argumenta que as falhas da abordagem racionalista, tradicional e linear para mitigação de litígios exigem mecanismos alternativos. Consequentemente, ele advoga a favor de uma diplomacia multilateral, a qual considera o melhor modelo para tratar as causas dos conflitos modernos, que, segundo o autor, possuem caráter mais diversificado e intra-estatal após o fim da bipolaridade no fim da década de 1980. A ideia é que, dado que os conflitos modernos são difundidos e multifacetados, a mitigação deve ser projetada ao longo de vários eixos diplomáticos. O que está claro na articulação de Rupesinghe, apesar de seu cinismo em relação à diplomacia linear, é que a diplomacia, seja linear ou multilateral, é essencial para a construção de um quadro coeso para a ação preventiva e a resolução de conflitos/disputas. A importância e o uso da diplomacia multilateral na resolução de litígios também é apoiada por Akin e Brahm (2005). Eles afirmam que terceiros podem desempenhar diversos papéis na desescalada de conflitos por meio da diplomacia multilateral, seja exercendo o papel de mediadores, iniciando negociações, gerando apoio para um acordo e alcançando ou então mantendo acordos a fim de prevenir a ocorrência de conflitos.

Carrie Menkel-Meadow (2012) traz à compreensão o fato de que todos os processos básicos e fundamentais de resolução de conflitos,

incluindo negociação, mediação, arbitragem, adjudicação, averiguação, conciliação, inquéritos, construção de consenso multilateral complexa, e formação e negociação de políticas públicas têm sido e estão sendo utilizados em resolução de disputas. Ela opina que esses processos são aplicados em ambientes privados, públicos e híbridos de resolução de conflitos e disputas.

Podemos concluir, acerca do que foi exposto, uma clara compreensão da importância e utilidade do mecanismo diplomático como parte integrante do processo formal de resolução de disputas, além das formas legais de arbitragem e adjudicação, envolvendo negociação, mediação e uso de bons ofícios, meios que foram empregados de forma proeminente na resolução deste conflito.

Contextualizando a disputa pela Península de Bakassi

Estes dois países africanos têm tido relações problemáticas ao longo dos anos como resultado das diferenças relativas à sua fronteira comum, especialmente os 2.300 quilômetros de fronteira terrestre que se estendem do Lago Chade à Península de Bakassi, bem como o aspecto marítimo localizado no Golfo da Guiné. As questões em jogo sempre foram sobre chegar a uma delimitação clara e aceitável da fronteira Norte-Sul, bem como dos direitos sobre a Península de Bakassi, rica em petróleo e reservas marinhas, e o destino das populações locais ao longo da fronteira. Na Península de Bakassi, Osita Eze (2007: 2) diz que “a questão de sua posse foi uma disputa prolongada que envolveu várias tentativas dos líderes e representantes de ambos os países para resolvê-la”. De forma parecida, Ate (1992) afirma que “de uma forma ou de outra, a disputa tem atraído a atenção de quase todos os governos nigerianos desde 1960.” De fato, vale observar que, ao longo dos anos as reivindicações de ambos os países em relação à Península geraram tensões até o ponto que, em 1981, os países estavam à beira da guerra. Esse cenário se repetiu na década de 1990, quando as tropas nigerianas e camaronesas entraram em choque isoladamente (Baye 2010), eventualmente levando Camarões a fazer uma solicitação formal à CIJ para intervir em 1994. Esta seção examina as diferentes dimensões dos eventos associados à fronteira contenciosa entre os dois estados, identificando a trajetória evolutiva da disputa, e esboça as reivindicações de propriedade da Península por ambos os lados anteriormente à disputa ter sido levada para a CIJ para adjudicação.

Uma avaliação dos diversos arranjos de Bakassi desde 1884

As raízes desta disputa estão localizadas nos históricos projetos

imperialistas europeus dos séculos XIX e XX, especialmente nas empresas coloniais dos alemães, franceses e britânicos. De acordo com Anyu (2007: 41), o conflito na Península de Bakassi retoma a demarcação colonial do continente africano. É válido lembrar que Camarões foi dividido entre a Grã-Bretanha e a França, após ser tomado da Alemanha em 1916, e posteriormente, tornou-se mandato da Liga das Nações (Ntamark 2002). Após a Segunda Guerra Mundial, Camarões foi administrado enquanto protetorado da ONU, com um acordo de tutela estabelecido em dezembro de 1946. Observa-se que, até 1960, tanto o Norte como o Sul do país foram administrados de fato como parte da Nigéria; Camarões do Sul como parte da região Leste da Nigéria, até se tornar uma região semi-autônoma em 1954 e ganhar status regional completo em 1958, enquanto Camarões do Norte era governado como parte da região Norte da Nigéria (Martin 2001: xxxvi).

Uma avaliação dos numerosos arranjos de 1884 revela algumas questões legais e pseudo-legais. A primeira é em relação aos acordos anteriores a 1913, nos quais podemos notar que a Península de Bakassi foi administrada como parte das possessões britânicas. Entretanto, pelo acordo de 1913 entre Grã-Bretanha e Alemanha, a área de Bakassi transformou-se efetivamente em território alemão. Em segundo lugar, a Alemanha, como consequência da guerra de 1914, não pôde tomar o controle físico do território de Bakassi, logo, o acordo de 1913 não pôde ser ratificado, permitindo que os britânicos se apoderassem de partes adjacentes do território alemão de Camarões e as administraram como parte integrante da Nigéria colonial até 1960. Este cenário tem influenciado alguns estudiosos a opinar que o Tratado Anglo-Alemão de 1913 não é vinculativo para a Nigéria (Ate 1992; Akinjide 1994). De fato, Akinjide, que era Ministro da Justiça na Nigéria, argumentou que o Tratado Anglo-Alemão não era vinculativo desde o Decreto em 22 de novembro de 1913, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1914, amalgamando os Protetorados do Norte e do Sul em um único Protetorado da Nigéria, entrando em vigência somente após o Tratado. Além disso, argumenta-se que o Tratado colapsou com a guerra e que, nos termos do acordo de Versalhes, como previsto no artigo 289, a Grã-Bretanha deveria ter feito esforços para reviver os tratados bilaterais anteriores à guerra com a Alemanha, e, como o país não o fez, na terminologia do artigo 289, o acordo foi e continuou a ser revogado, o que fazia com que Camarões não poderia ter êxito no Tratado (Eze 2007). Por mais plausíveis que esses argumentos possam parecer, o fato do princípio de *Uti Possidetis*, no Direito Internacional, que se refere à inviolabilidade das fronteiras coloniais, um princípio que a Carta da OUA (UA) adotou em 1963 sugere que Camarões têm o direito de ter êxito no tratado, especialmente quando considera-se que a França,

com as investigações da Liga e da ONU, fechou outros acordos com a Grã-Bretanha após as duas guerras e permaneceu como o Mestre Colonial de Camarões até sua independência, ao invés da Alemanha. Tomamos agora esta compreensão geral dos atributos coloniais da disputa para examinar as várias reivindicações sobre o território pela Nigéria e Camarões.

A Nigéria fundamentou sua reivindicação ao território em grande parte nas várias correspondências (troca de notas) anglo-alemãs da década de 1880, bem como nos tratados de proteção entre os britânicos e os reis e chefes indígenas da área. A Nigéria argumentou que a situação jurídica na altura da sua independência da Grã-Bretanha em 1960 era tal que ela herdou o título original de Bakassi, que era investido nos Reis e Chefes do Velho Calabar, e que este título não era afetado pelo Tratado Anglo-Alemão de 11 de março de 1913. De acordo com Ofonagoro (2013), esta visão da Nigéria estava ancorada na noção de que o Tratado de 1884 de Proteção entre a Grã-Bretanha e os Reis e Chefes do Velho Calabar não autorizava o monarca britânico a alienar o território do Reino de Efik (indígena) sem a aprovação do Rei Efik e dos Chefes como proprietários de terras. Summer (2004) esquematiza os quatro pontos da reivindicação nigeriana sobre a península:

1. Longa ocupação pela Nigéria e por nacionais nigerianos, constituindo uma consolidação histórica do título e em conformidade com o título original dos Reis e Chefes do Velho Calabar que foi incorporado à Nigéria no momento da independência;
2. Administração efetiva pela Nigéria, atuando como soberana, e ausência de protesto;
3. Manifestações de soberania pela Nigéria, juntamente com a aquiescência de Camarões à soberania nigeriana sobre a Península de Bakassi;
4. Reconhecimento da soberania nigeriana por Camarões.

Inversamente, Camarões fundamentou sua reivindicação principalmente no Tratado anglo-alemão de 1913, que definiu as esferas de controle na área entre as duas potências coloniais. O país também articulou sua base em dois acordos assinados com a Nigéria nos anos 1970, na forma da Declaração de Yaoundé II, de 4 de abril de 1971, e da Declaração de Maroua, de 11 de junho de 1975 (Ate 1992: 152-162). Estes arranjos foram concebidos para delinear a fronteira marítima entre os dois países. A linha de assentamento foi traçada através do estuário do Rio Cross para o oeste da península, colocando efetivamente Bakassi no território camaronês. Ofonagoro (2013) resume a base de reivindicações camaronesas nestes

pontos:

1. O Acordo Anglo-Alemão de 11 de março de 1913, relativo ao estabelecimento de sua fronteira colonial entre Yola e o mar e o Regulamento de Navegação no Rio Cruz;
2. O Acordo Anglo-Alemão de 12 de Abril de 1913, relativo à fronteira entre Nigéria e Camarões de Yola para o mar;
3. A Declaração de Yaoundé II de 4 de Abril de 1971, na sequência da de Yaoundé I de 14 de Agosto de 1970;
4. A Declaração de Lagos de 21 de junho de 1971;
5. A Declaração de Kano de 1º de Setembro de 1974, que delimita um corredor de 4km de extensão, ou seja, 2 quilômetros de cada lado da linha que une a bóia de desembarque do Fairway às bóias nº 1, 2 e 3 do Canal de Calabar;
6. A Declaração de Maroua de 1º de Junho de 1975, que prolonga o percurso da fronteira do ponto 12 ao ponto G.

Os argumentos acima apresentados representam as alegações gerais que ambos os países invocaram, e que Camarões levou ao instituir a disputa à Corte Internacional de Justiça, na intenção de submeter todo o conjunto de litígios relacionados à fronteira com a Nigéria perante o Tribunal Internacional para adjudicação.

A falha da Adjudicação

As questões entre Nigéria e Camarões sobre a Península chegaram a tal ponto que, em 1993, tropas nigerianas entraram e ocuparam a área. O episódio gerou uma série de novas incursões nas fronteiras, que provocaram tiroteios de ambos os lados no processo, resultando em baixas e mortes registradas nos dois países. Em 24 de março de 1994, Camarões instituiu um processo contra a Nigéria no Tribunal Internacional de Justiça, em Haia, buscando uma liminar para expulsar as tropas nigerianas, as quais estariam ocupando seu território, e, assim, restringir a reivindicação da Nigéria de sua soberania sobre a península (Aghemelo e Ibhasebhor 2006).

Ambos os países concordaram e aceitaram a jurisdição compulsória da CIJ, de acordo com as disposições do Estatuto da Corte, conforme delineado no Artigo 36, que declara, *inter alia*, no parágrafo 2 que “os Estados-parte no presente Estatuto podem declarar a qualquer momento que reconhecem como obrigatória *ipso facto* e sem acordo especial, em relação a qualquer outro Estado que aceite a mesma obrigação, a jurisdição da Corte em todas as disputas legais...” (www.icj-cij.org). Diante da Corte

ambas as partes apresentaram argumentos baseados em tratados, história, controle efetivo, bem como *Uti Possidetis* (Sumner 2004). De fato, em suas respectivas apresentações finais perante a Corte, Camarões, por sua vez, solicitou as seguintes determinações: que a fronteira terrestre entre Camarões e Nigéria fosse determinada pelo acordo anglo-alemão de 11 de março de 1913; e que, em consequência, a soberania sobre a Península de Bakassi fosse camaronesa. Por outro lado, a Nigéria solicitou à Corte que julgasse e declarasse que “a soberania sobre a Península fosse da República Federal da Nigéria; e que a soberania da Nigéria sobre Bakassi se estendesse até a fronteira com Camarões (*THISDAY Nigerian Newspaper* 2002).

Depois de pouco mais de oito anos examinando o assunto, a CIJ proferiu sua sentença em 10 de outubro de 2002, decidindo que a importante questão da soberania sobre a Península de Bakassi repousava em Camarões e não na Nigéria. O Tribunal articulou sua decisão sobre os mesmos acordos e tratados coloniais entre a Grã-Bretanha e a Alemanha (Lacey e Banerjee 2002). Consequentemente, o Tribunal ordenou à Nigéria que retirasse, incondicionalmente, todo o pessoal administrativo, policial e militar do território camaronês, incluindo a Península de Bakassi. Solicitou igualmente a Camarões que procedesse da mesma forma ao longo da fronteira terrestre entre o Lago Chade e a Península de Bakassi em zonas que, nos termos do acordo, estavam sob a soberania da Nigéria (Baye 2010). Além disso, o Tribunal estabeleceu as fronteiras terrestres entre os dois países, desde o Lago Chade, no Norte, até Bakassi, no Sul. No entanto, Bekker (2003) afirma que o Tribunal não poderia especificar uma localização real da sua fronteira marítima ao largo da costa da Guiné Equatorial.

Respostas à Sentença da CIJ

A decisão do Tribunal satisfaz às reivindicações de Camarões pela soberania sobre Bakassi, então, naturalmente, foi a Nigéria que teve uma razão para questionar e levantar objeções ao julgamento. O cenário emergente foi uma relutância interna do governo e da opinião pública informada em aceitar a decisão. A implicação do julgamento é, claramente, que a Nigéria havia perdido completamente o território para Camarões. Consequentemente, a reação imediata foi que o país rejeitou a decisão com uma retórica que, aparentemente, poderia sugerir o recurso à guerra para manter o território (Friends of the Earth 2003). Na verdade, em uma declaração oficial do governo dias após o julgamento, a Nigéria, de acordo com Llamzon (2007), pareceu aceitar aspectos da decisão do Tribunal que considerou favorável, e rejeitou outras partes com as quais se sentia desconfortável. O governo do presidente Obasanjo defendeu as disposições constitucionais da Nigéria enquanto estado federal como um

caso de não-conformidade. O argumento era que, uma vez que toda a composição territorial do país estava especificada na Constituição, então o governo federal (central) por si só não poderia abandonar o território de Bakassi sem os insumos necessários das assembleias nacionais e estaduais para alterar a constituição (Africa News Service 2003). Ao explicar esta posição, o presidente Obasanjo diz que “queremos paz, mas o interesse da Nigéria não será sacrificado... O que pode ser legalmente certo pode não ser politicamente oportuno” (Vanguard Nigerian Newspaper 2002).

Claramente, a posição da Nigéria sobre o julgamento era de ambivalente indiferença deliberada, em que o país não aceitou a decisão da Corte de todo, porém também não a rejeitou. Na declaração oficial do governo, divulgada através do escritório do Assistente Especial do Presidente para Orientação Nacional e Assuntos Públicos, afirma-se o seguinte:

Tendo analisado o julgamento proferido pela Corte, é evidente que muitos fatos fundamentais não foram tidos em consideração para chegar à sua declaração. O mais perturbador disto são as dificuldades advindas das Ordens contidas na sentença, em particular a Ordem relativa às comunidades nigerianas em que as suas casas ancestrais foram julgadas para estarem no território camaronês, mas que se espera que mantenham afiliações culturais, comerciais e religiosas com seus amigos e parentes na Nigéria. A Nigéria toma conhecimento destas graves implicações e, por conseguinte, apela a todos os seus cidadãos, no seu país e no estrangeiro, para que mantenham a calma, sejam positivos e construtivos até que possamos encontrar uma solução pacífica para a questão fronteiriça entre Nigéria e Camarões. Apreciamos e agradecemos ao Secretário-Geral das Nações Unidas por uma reunião de corretagem no mais alto nível político entre a Nigéria e Camarões antes do julgamento ter sido proferido, e também por oferecer seus bons ofícios para negociar uma reunião semelhante agora que o julgamento foi entregue com vista à reconciliação, à normalização das relações e à boa vizinhança. A Nigéria agradece a todos os líderes da comunidade internacional que expressaram a preocupação sobre a edição e os re-assegura que não poupará nenhum esforço para manter a paz entre Nigéria e Camarões e, certamente, em toda a região. No entanto, o Governo deseja garantir aos nigerianos o seu compromisso constitucional de proteger seus cidadãos. Em nenhuma circunstância a Nigéria abandonará seu povo e seus interesses. Para a Nigéria, não é uma questão de petróleo ou de recursos naturais, seja na terra ou nas águas costeiras; é uma questão de bem-estar e conforto de seu povo em suas terras. Asseguramos ao povo de Bakassi e a todas as outras comunidades igualmente afetadas pela sentença da Corte Internacional de Justiça o apoio e a solidariedade de todos os outros nigerianos. A Nigéria fará todo o possível para manter a paz em Bakassi ou qualquer outra parte da fronteira com Camarões e continuará a aproveitar os bons ofícios do Secretário-Geral das Nações Unidas e outros líderes bem intencionados da comunidade internacional para alcançar a paz e para manter a harmonia e a boa vizinhança (The Guardian Nigerian Newspaper 2002).

Esta ameaça velada para rejeitar o julgamento pelo governo da Nigéria ressoou mais em alguns aspectos da população. Podemos discernir que a retórica pós-julgamento de comentaristas públicos informados era preocupante e recalcitrante, juntamente com pressões políticas internas que recaíam sobre o governo para não respeitar a decisão da Corte (Asobie 2003). O quadro geral era tal que essas forças pediram ao governo para não considerar entregar o território a Camarões sob quaisquer circunstâncias, argumentando que os antecedentes históricos e o longo período de ocupação garantem à Nigéria a manutenção do território (Okoh 2006). Esta posição recalcitrante do país era preocupante quando considerada em relação a um acordo anterior entre os líderes dos dois países, datado de antes do julgamento de 10 de outubro de 2002. Llamzon (2007) afirma que o presidente Biya, de Camarões, relatou que ele e o presidente Obasanjo tinham acordado em aceitar o julgamento da Corte em uma reunião com o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, em 5 de Setembro de 2002. Esta posição é abertamente apoiada por uma declaração de imprensa da ONU nesse sentido, apesar de a Nigéria negar a existência de tal acordo (UN Press Release 2002). No geral, Camarões aceitou a posição da Nigéria com relativa calma, com seu ministro da comunicação Jacques Ndongu pedindo a seus compatriotas que absorvessem a reação da Nigéria à decisão com “calma, dignidade e serenidade” (Cameroon Television (CRTV) Online 2002).

No todo, este foi o cenário geral na sequência da sentença da Corte em Outubro de 2002. Era esperado que a Nigéria cumprisse com a decisão e rapidamente desse início aos mecanismos para ceder o território a Camarões, como definido pela Corte. No entanto, as restrições internas identificadas anteriormente impediram que o país agisse como esperado, de modo que foi deixado para a comunidade internacional e outros corpos pacificadores bem intencionados a tarefa de intermediar outras interações e entendimentos entre os dois países. Afirma-se que o conflito não pode ser positivo nem negativo; pelo contrário, é a resposta das partes envolvidas que determina o seu resultado. Neste caso, havia, portanto, a necessidade de permitir o uso de meios diplomáticos para resolver o impasse (ver Adedayo 2013: 59). É aqui que os meios alternativos tornam-se imperativos na resolução de conflitos.

Resolução através de meios alternativos

Podemos lembrar que o papel desempenhado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas por meio do uso dos bons ofícios tinha sido utilizado antes mesmo do julgamento de outubro de 2002. Eles foram aplicados após

o julgamento para que as partes acordassem um plano de implementação que facilitaria uma solução aceitável e amigável. Entretanto, na sequência da ambivalência da Nigéria em relação à decisão da Corte, a comunidade internacional desenvolveu interesse pelo cumprimento da sentença da CIJ. Este desafio por parte da Nigéria alertou e trouxe receio a muitos países, no sentido de que fazer valer a decisão da Corte poderia apresentar problemas (Anyu 2007). Como resultado, os Estados Unidos, a França e a Grã-Bretanha, todos, exerceram pressões diplomáticas sobre a Nigéria para cumprir a decisão da Corte. A Grã-Bretanha, em particular, através do seu Alto Comissário para a Nigéria reforçou o fato de que “as sentenças da CIJ são vinculativas e não estão sujeitas a recurso, pelo que a Nigéria tem a obrigação de cumprir com o julgamento” (Agence France–Presse 2002). Na mesma linha, o Ministro britânico dos Negócios Estrangeiros para a África reuniu-se com o Embaixador da Nigéria para lhe recordar a promessa anterior do Presidente Obasanjo de respeitar a decisão da Corte (Llamzon 2007).

Nos anos subsequentes, as Nações Unidas e seu Secretário-Geral tornaram-se o pivô em torno do qual os esforços de assentamento foram resolvidos, aliviando assim as tensões e renovando as relações fraternas entre Nigéria e Camarões. Após o julgamento, uma série de reuniões bilaterais negociadas pela ONU foram realizadas entre as partes, nas quais ambos os países solicitaram a criação de uma Comissão Mista das Nações Unidas para analisar todas as possíveis implicações da decisão. Sob os auspícios do papel de bons ofícios do Secretário-Geral, a primeira dessas realizações ocorreu em Genebra, em 15 de novembro de 2002, quando ambos os presidentes concordaram não só na criação da Comissão Mista como também “em considerar maneiras de implementar a decisão da CIJ e seguir adiante com o processo” (Eze 2007), proteger os direitos das pessoas nas áreas afetadas e propor uma solução viável (Llamzon 2007).

Novamente, em 31 de janeiro de 2004, após uma Cúpula Tripartida em Genebra, os Presidentes Biya e Obasanjo e o Secretário-Geral emitiram um comunicado conjunto no qual adotaram um plano abrangente de estabelecimento da paz até 2005. Esse plano progressivo também envolveu a retirada gradual de todas as forças civis, militares e policiais das áreas afetadas. Além disso, o Secretário-Geral da ONU convidou a comunidade internacional a prestar assistência no âmbito da diplomacia preventiva para colaborar com os esforços bilaterais dos dois países, particularmente ajudando com a arrecadação de fundos para demarcação de fronteiras e com o levantamento de medidas de fortalecimento da confiança (Eze 2007). **Com efeito, a Comissão Mista e o Acordo Greentree de 2006, agindo como mecanismos alternativos de resolução de litígios, geraram uma reconciliação**

duradoura e a paz entre os dois países em disputa.

A Comissão Mista

Conforme mencionado acima, foi a pedido dos dois países que a Comissão Mista surgiu. Presidido por Ahmedou Ould-Abdallah, Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, a Comissão Mista reuniu-se dezoito vezes entre 2002 e 2007, de dois em dois meses, numa base alternada entre Abuja e Yaoundé, constituída por delegações de ambas as partes e com o seguinte mandato: a demarcação da fronteira terrestre entre os dois países; a retirada da administração civil, forças militares e policiais e a transferência de autoridade em áreas relevantes ao longo da fronteira; a eventual desmilitarização da Península de Bakassi; a necessidade de proteger os direitos das populações afetadas em ambos os países; o desenvolvimento de projetos de promoção de empreendimentos econômicos conjuntos e de cooperação transfronteiriça; e a reativação da Comissão da Bacia do Lago Chade (Baye 2010). Para cumprir este mandato, a Comissão continuou a instituir subcomissões e grupos de trabalho compostos por peritos dos dois países e das Nações Unidas, abrangendo os seguintes domínios: demarcação de fronteiras, incluindo as marítimas; população; administração civil e forças policiais; bem como a retirada completa e a transferência de autoridade na Península de Bakassi (Eze 2007).

A primeira tarefa da Comissão Mista foi a demarcação da fronteira terrestre entre os dois países do Norte para o Sul. Para este fim, em 2003 ela embarcou em visitas de campo à fronteira da terra, à área do Lago Chad, e à Península de Bakassi. Em janeiro de 2004, o grupo de trabalho sobre a retirada das forças civis, militares e policiais completou a sua missão e transferiu a autoridade da região do Lago Chade para Camarões. Nesse mesmo ímpeto, o processo de desengajamento e entrega da autoridade, conforme estipulado no julgamento da Corte, foi implementado em outras áreas contestadas de sua fronteira. Ambos os Estados, que empregam um modelo de cooperação, trocaram aldeias através de sua longa fronteira mútua em 2004 e 2006 (The Tide Online Nigerian Newspaper 2006). Na verdade, em uma declaração pública através de sua Comissão Nacional das Fronteiras, a Nigéria afirmou a resolução de ambas as partes de implementar a decisão sobre a região do Lago Chade, a fronteira terrestre do lago com o mar e sua fronteira marítima. A declaração acrescentou ainda que o trabalho de campo na fronteira terrestre, incluindo mapeamento e identificação de pilares, de acordo com a decisão, estava também em implementação (Llamzon 2007).

No que se refere à cooperação econômica transfronteiriça conjunta,

a Comissão Mista acompanhou a construção de mercados fronteiriços e estradas que ligam os dois países. No entanto, por mais que todos parecessem estar lidando bem com a situação, a questão delicada da Bakassi rica em petróleo não poderia ser resolvida oportuna e amigavelmente como as outras. De acordo com Borzello (2004), a Nigéria não podia respeitar dois cronogramas de desligamento estabelecidos pela Comissão, já que milhares de nigerianos na Península estavam desiludidos, inseguros de sua cidadania e, inclusive, muitos queriam permanecer nigerianos devido a seus laços culturais e econômicos com o país. Assim, em janeiro de 2006, a Península de Bakassi ainda estava sob controle nigeriano, com o país apresentando argumentos de que sua retirada levaria à quebra da lei e da ordem. Além disso, a Nigéria propôs um referendo para decidir a soberania da península, uma vez que as pessoas no local preferiam permanecer sob tutela do país (Eboh 2005).

Este embate sobre a soberania de Bakassi tornou-se uma fonte de grande preocupação provavelmente devido a suas ricas reservas de hidrocarbonetos. Na verdade, a Nigéria aumentou sua forte oposição interna ao abandono da área a Camarões. The Tide Online (2006) informou que houve pedidos ao governo de Obasanjo para ir à guerra, com esta parcela de nigerianos argumentando que cumprir com a decisão da Corte na sua totalidade é ir contra o interesse nacional no que diz respeito às considerações securitárias e econômicas do país. Interessantemente, defensores anti-guerra advertiram contra os apelos à guerra, apontando as consequências de tal ação sobre as mulheres, crianças e jovens em geral (Asobie 2003). Além disso, eles propuseram que “o princípio da boa-fé” nas relações internacionais exige que a Nigéria adira ao julgamento da CIJ e respeite suas palavras de honra embutidas nas Notas Diplomáticas de 1962 (Aghemelo e Ibhasebhor 2006). Este foi o estado geral dos acontecimentos na sequência dos trabalhos da Comissão Mista que conduziu à resolução pacífica de outros aspectos das fronteiras entre as duas partes. Com a soberania sobre Bakassi ainda não resolvida, foram necessários intensos esforços de mediação do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, para reunir as duas partes a fim de estabelecer um acordo abrangente e em consonância com a decisão da CIJ.

O Acordo Greentree como base para a resolução final

Negociado pelo Secretário-Geral da ONU e testemunhado pela Grã-Bretanha, França, Alemanha e Estados Unidos, este último acordo global surgiu de uma cúpula em junho de 2006 em Greentree, Estados Unidos da América. Seu objetivo consistia em elaborar meios para a retirada das tropas nigerianas e na transferência de autoridade para Camarões (Gambari

2007). Sob seus termos gerais, as tropas nigerianas deveriam retirar-se dentro de um prazo de noventa dias, enquanto um período de transição de dois anos forneceria à administração camaronesa a chance de substituir a nigeriana. O acordo também previa que os nigerianos que viviam na Península permanecessem lá sob um acordo especial por quatro anos, depois dos quais Camarões assumisse o controle total da localidade. Ele tornou-se a base para a resolução final da disputa entre Nigéria e Camarões sobre a Península de Bakassi e formalmente pôs fim a uma série complicada e tempestuosa de eventos que tinham todas as chances de, potencialmente, acabar em uma situação de guerra total. Comentando a importância deste acordo, Kofi Annan observa que “com o Acordo de hoje... uma resolução abrangente da disputa está ao nosso alcance; o impulso alcançado deve ser sustentado” (UN Press Release 2006).

Com este acordo como base para a resolução final do litígio, bem como o ponto decisivo de conformidade com a decisão da CIJ de 2002 se seguiu que, em 17 de agosto de 2006, de acordo com a BBC, a Nigéria começou a retirar seus cerca de 3.000 soldados da área, de acordo com as provisões do acordo para retirar as tropas dentro de 90 dias. Este movimento por parte da Nigéria definiu o ritmo para que, subsequentemente, Camarões enviasse sua administração civil e reconquistasse a península (The Washington Times 2006). Entretanto, uma medida de preservação da honra dos países no acordo prevê um cronograma para a entrega completa e final da península em junho de 2008, permitindo que a Nigéria mantenha a sua presença em 18 por cento da área de 2006 a 2008; e, por parte de Camarões, o país deve seguir um código de conduta para o tratamento da população local nigeriana ainda pendente em seu reassentamento (This Day Nigerian Newspaper 2006). Esses quatorze anos de busca por uma resolução pacífica desta disputa fronteiriça entre Nigéria e Camarões culminou em 14 de agosto de 2008 com o Tratado de Calabar, que marcou a retirada total de todas as formas de forças civis e policiais da Nigéria da Península de Bakassi, conforme o estabelecido em Greentree.

Conclusão

No que diz respeito à disputa territorial entre Nigéria e Camarões, o que se vê é a aplicação de mecanismos diplomáticos para a resolução final com base na decisão da CIJ, uma decisão que, por si só, não poderia trazer solução imediata. Como tal, enquanto forma de avançar o processo de resolução na linha da sentença, a abordagem diplomática deveria ser adotada. Provou-se bem-sucedida a decisão de reunir as partes sob um guarda-chuva bilateral agenciado por um terceiro ator, e fazê-las acordar em

termos mutuamente aceitáveis para uma resolução final.

Deve-se enfatizar que o mecanismo alternativo de resolução de litígios é um mecanismo destacado para a construção da paz. De acordo com Lederachi (1995: 19) (citado por Adedayo 2013: 52) a construção da paz é um conceito que engloba ou gera e sustenta toda a gama de processos, abordagens e etapas que podem transformar situações de conflito para alcançar a paz sustentável. Isto apoia a visão de que é difícil ter uma única análise para as tendências da prevenção internacional de conflitos. Poderíamos, assim, chegar à conclusão de que, através de múltiplos procedimentos, o conflito pode ser transformado de forma construtiva, a fim de proporcionar e construir um ambiente propício para uma paz sustentável.

O mecanismo alternativo é, portanto, o mais adequado para resolver os conflitos na África. A África tem e continua a testemunhar uma série de conflitos violentos. Tais disputas tomaram dimensões diferentes; incluindo questões étnicas, religiosas, políticas e de fronteira, que têm impactado negativamente o desenvolvimento do continente. Portanto, para enfrentar o flagelo dos conflitos na África, o mecanismo diplomático alternativo que foi aplicado com êxito no caso Nigéria-Camarões continua a ser um instrumento essencial para a prevenção, resolução e gestão de conflitos.

REFERÊNCIAS

- Adedayo, A. 2013. "International Interventions and Peace building in Post-colonial Africa". in Albert, I. O. and Eselebor, W.A. (eds), *Managing Security in a Globalized World*, Ibadan: John Archer.
- Africa News Service*. 2002. "Cameroon, Bakassi: Why the ICJ Judgment is Unacceptable-Government"; 24, October. Available in Lexis, News Library, All news File.
- Agence France-Presse*. 2002. Doc. FBIS-AFR-2002-1025
- Aghemelo, A.T. e S. Ibhasebhor. 2006. "Colonialism as a Source of Boundary Dispute and Conflict among African States: The World Court Judgement on the Bakassi Peninsula and its Implications for Nigeria." *Journal of Social Science* 13 (3), pp. 177-181.
- Akin, J. e E. Brahm. 2005. "Diplomacy", Beyond Intractability. Eds, Guy Burgess and Heidi Burgess, *Conflict Information Consortium*. Boulder: University of Colorado.
- Akinjide, R. 1994. "Bakassi, Whose' Bakassi?" *West Africa News Magazine*, April Edition.

- Allee, T.L e P.K. Huth. 2006. "Legitimizing Dispute Settlement: International Legal Ruling as Domestic Cover", *American Political Science Review*, Vol.100, No.2.
- Anyu, J. Ndumbe. 2007. "The ICJ and Border-Conflict Resolution in Africa: The Bakassi Peninsula Conflict". *Mediterranean Quarterly: A Journal of Global Issues*, Volume 18 (3) Duke University Press.
- Asobie, A. 2003. "Nigeria, Cameroon, and the Unending Conflict over Bakassi". *Vanguard Nigerian Newspaper*, 27 February.
- Ate, B. E. 1992. "Nigeria and Cameroun". in B.E. Ate and B.A. Akinterinwa (Eds.) *Nigeria and its immediate Neighbours: Constraints and Prospects of Sub-Regional Security in the 1990s*. Lagos: Nigerian Institute of International Affairs.
- Babatola, Jadesola.E.T. 2012. "Nigeria-Cameroon Boundary Dispute: The Quest for Bakassi Peninsular". *International Affairs and Global Strategy*, Vol. 4.
- Baye, F.M. 2010. "Implications of the Bakassi conflict resolution for Cameroon". *Africa Journal on Conflict Resolution*, Vol. 10, No. 1
- Bekker, P.H.F. 2003. "Land and Maritime boundary between Cameroon and Nigeria (Cameroon v. Nigeria: Equatorial Guinea intervening)". *The American Journal of International Law* 97 (2), pp 387-398.
- Berridge, G.R. 2005. *Diplomacy: Theory and Practice*. New York: Palgrave Macmillan.
- Borzello, A. 2004. "My Home is another Country". *BBC News Report* 19 January. Available from <http://news.bbc.co.uk/pr/fr/-/hi/world Africa/3401407.stm>
- Brierly, J.L. 1963. *The Law of Nations: An Introduction to the International Law of Peace*. Oxford: Clarendon Press.
- Brownlie, I. 2009. "The Peaceful Settlement of International Disputes". *Chinese Journal of International Law*, Vol. 8. No. 2
- Cameroon Television (CRTV) Online*. 2002. "Nigeria Rejects ICJ Ruling; Cameroonians Urged to Continue to Live in Harmony with Nigerians". National News Round-up, 25 October. Disponível em: http://wwwcrtv.cm/actualite_det.php?code=592.
- Collier, J.G. 1996. "The International Court of Justice and the Peaceful Settlement of Disputes". in Lowe, V, and M. Fitzmaurice (eds), *Fifty Years of the ICJ: Essays in Honour of Sir Robert Jennings*, Cambridge: University Press.
- Dinkle, A. 2011. "Diplomacy – The Alternative Dispute Resolution of the Ancients". Ezine@rticles

- Eboh, C. 2005. "Nigeria-Cameroon fail to set new Bakassi pullout date". *Washington Post Online* 15 October.
- Eze, O. 2007. "Nigeria and Cameroon Before the International Court of Justice". paper presented in the *International Peace Institute Conference on the Pacific Settlement of Disputes*, New York, 18, July.
- Friends of the Earth*. 2003. "Conflict, corruption and climate change: George Bush's new Oil agenda." Disponível em: www.oe.co.uk
- Gambari, I.A. 2007. "Keynote Address" presented at the *International Peace Institute (IPI) International Policy Conference on the Pacific Settlement of Border Disputes*. New York, 18 July.
- Lacey, M. e N. Banerjee. 2002. "World Court Rules for Cameroon in prolonged oil-land border dispute with Nigeria". *New York Times* 11, October. Disponível em: <http://www.globpolicy.org/wldcourt/icj/2002/1011bakassi.htm>
- Llamzon, A.P. 2008. "Jurisdiction and Compliance in recent decisions of the International Court of Justice" *European Journal of International Law*, Vol.18, No. 5
- Martin, L. 2001. *British Documents on the End of Empire (Nigeria) Series B, Volume 7*. London: Institute of Commonwealth Studies.
- Mbuh, J.M. 2004. *International Law and Conflicts: Resolving Border and Sovereignty Disputes in Africa*. Yaounde: iUniverse Incorporated.
- Menkel-Meadow, C. 2012. "Introduction and Coda: International Dispute Resolution", in Carrie Menkel-Meadow (ed), *Complex Dispute Resolution: Volume III*. Farnham, UK: Ashgate
- Nowa, O. 2012. "The Bakassi Story", *Vanguard Nigerian Newspaper*, 20, September.
- Ntamark, G. 2002. "The League of Nations Mandate System with special reference to the Cameroons", Unpublished PhD Thesis, Keele University.
- Nugent, W.V. 1914. "The Geographical Results of the Nigeria-Kamerun Boundary Demarcation Commission". *Geographical Journal*, pp.630-651.
- Odje, A.M. 2002. *ICJ Judgment on Bakassi: How enforceable?*. Disponível em: < http://www.nigerdeltacongress.com/iarticles/icj_judgment_on_bakassi.htm >.
- Ofonagoro, W. 2013. "The Bakassi Sovereignty and International Politics". *Vanguard Nigerian Newspaper* 3, April
- Okoh, W.I. 2006. "Bakassi Belongs to Nigeria" *THE SUN Nigerian Newspaper*, 14 August.

- Rupesinghe, K. 1995. "Multi-Track Diplomacy: and the Sustainable Route to Conflict Resolution". *CSQ Issue; Culture, Resources and Conflicts*, Vol.19, No.3.
- Sumner, B.T. 2004. "Territorial Disputes at the International Court of Justice". *Duke Law Journal*, No. 53
- The Guardian Nigerian Newspaper*. 2002. 15 November.
- The International Court of Justice Web site, www.icj-cij.org.
- The Tide Online Nigerian Paper*. 2006. "Nigeria, Cameroon reach Accord on Boundary". 17 January. Disponível em: www.thetidenews.com
- The Washington Times*. 2006. 15 June
- This Day Nigerian Newspaper*. 2006. 'Now August 2008" 13, June
- _____. 2002. 15 November
- U.N Press release*. 2006. "Nigeria, Cameroon Sign Agreement ending Decades-ld border Dispute; Sets Procedures for Nigerian withdrawal from Bakassi Peninsula" AFR/1397 12 June
- _____. 2002. "Nigeria Defends Defiance of World Court Border Ruling" SG/T/2344 10 September.
- Vanguard Nigerian Newspaper*. 2002. "UN Panel on Bakassi meets December 1", 29, November.
- Vinuales, J.E e D. Bentolila. 2012. "The use of alternative (non-judicial) means to enforce investment awards". in Boisson de Chazournes, L., M. Kohen and J.E. Vinuales (eds) *Diplomatic and Judicial means of Dispute Settlement: Assessing their interactions*, The Hague: Brill.

RESUMO

Este estudo foca no tema da aplicação de meios alternativos como complemento para as opções judiciais, adjudicações e arbitragem na resolução de disputas/conflitos; o conflito entre Nigéria e Camarões por Bakassi é usado como estudo de caso. Argumenta-se que, através das perspectivas teóricas acerca da abordagem diplomática e da realidade deste caso, a aplicação de mecanismos alternativos de resolução de disputas, nesta instância, facilitou uma solução negociada e duradoura, que levou a uma resolução cordial e definitiva. Com a compreensão de que a resolução de disputas/conflitos buscar achar soluções aceitáveis para ambas as partes a fim de alcançar a coexistência pacífica, a questão que fica é se a decisão da CIJ conseguiu ou não resolver por si só e amigavelmente a disputa. O que descobrimos é que a Sentença de 2002 em si não conduziu a uma solução instantânea, mas atraiu respostas negativas da Nigéria, de modo que foi necessária a intervenção de partes interessadas do sistema internacional, especialmente de países ocidentais, e particularmente da ONU e o então secretário-geral, Kofi Annan, a fim de ativar o mecanismo da organização para estabelecer conversações bilaterais diretas entre a Nigéria e Camarões para eliminar suas diferenças. A Comissão Mista emergente e o Acordo Greentree de 2006 asseguraram a consecução da reconciliação, da paz duradoura e da resolução final, de acordo com o julgamento da CIJ de 2002.

PALAVRAS-CHAVE

Conflito; Nigéria; Camarões; Resolução; Diplomática; Alternativa; Bakassi; CIJ.

Recebido em 2 de março de 2017.

Aprovado em 5 de maio de 2017.

Traduzido por Vitória Kramer

A SITUAÇÃO DAS MISSÕES ALEMÃS EM CAMARÕES SOB O SISTEMA DE MANDATO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Lang Michael Kpughe¹

Introdução

A anexação alemã de Camarões em 1884 marcou o início da exploração e da germanização do território. Enquanto a agenda colonial e exploradora alemã foi motivada por exigências econômicas domésticas, a política de germanização surgiu em um contexto de autoimagem nacional que seguiu seu curso na Europa do século XIX. A Alemanha, como outras potências coloniais, manifestou um defeituoso sentimento que Etim (2014: 197) descreve como uma “superioridade moral e racial” sobre os africanos. Trazer os africanos para o mesmo nível de civilização que os europeus, de acordo com a filosofia colonial europeia, exigiria que o colonialismo tivesse uma perspectiva civilizatória. Esta agenda civilizatória, deve ser notado, revelou-se um objetivo comum para os missionários e os governos coloniais. De fato, a civilização dos africanos era fundamental para os governos e as agências missionárias. Foi neste contexto de arrogância cultural infundada que a missionização da África se desenrolou, com apoio financeiro e securitário provido pelos governos coloniais. Claramente, os missionários aprovaram e promoveram o objetivo colonial pseudocientífico de europeizar a África através da imposição da cultura, da religião e da filosofia europeias. De acordo com Pawlikova-Vilhanova (2007: 258), o cristianismo proporcionou acesso a uma civilização ocidental e um padrão de cultura que acabaria subjugando a sociedade africana.

Havia cumplicidade entre governos coloniais e missões no imperialismo cultural que cursava a África (Woodberry 2008; Strayer 1976). Em 1884, quando a Alemanha anexou Camarões e outros territórios,

¹ Departamento de História, Universidade de Bamenda, Bamenda, Camarões. E-mail: mickpughe@yahoo.com

a exploração e a civilização das sociedades africanas se tornaram uma marca registrada da política colonial alemã (Harry 1968: 364). Alcançar este duplo objetivo em Camarões exigiu colisão entre o governo colonial e as missões. De fato, as justificativas para a preferência que foi dada às iniciativas alemãs para missionar em Camarões foram expressadas à luz das exigências da nação alemã. Neste momento, houve um profundo espírito nacionalista na Alemanha com o qual as missões alemãs se identificavam (Ryland 2013). Foi neste contexto de uma agenda nacionalista na vanguarda da advocacia colonial alemã que as agências missionárias alemãs chegaram em Camarões. As agências missionárias alemãs, portanto, nasceram em um momento em que os processos de nacionalização da religião na Alemanha seguiam seu curso. Os missionários empregados por missões que surgiram neste contexto estavam entre os atores intervenientes no processo de contato entre religião e estado, caracterizados por esforços na construção da nação. Assim, as missões que foram rotuladas como “alemãs” e que foram autorizadas a realizar trabalhos missionários em Camarões foram aquelas que estavam preocupadas com a construção do nacionalismo alemão. Fica claro que o que tornava uma missão “alemã” não era apenas as agências missionárias com raízes alemãs e o fato de estar nas mãos de missionários alemães. Também dizia respeito às missões que se acumulavam da Reforma Protestante, que, como um todo, foi celebrada na forma de uma pré-história da unidade nacional alemã. Fica clara, portanto, a identificação da nação alemã com a história do protestantismo.

Durante os mais de trinta anos de colonialismo alemão em Camarões, agências missionárias alemãs como a Missão da Basileia, a Missão Batista Alemã, os Padres Palotinos alemães e os Padres do Sagrado Coração Alemão evangelizaram o território de forma a reforçar a agenda dupla colonial de exploração e pseudo-civilização. Na véspera da Primeira Guerra Mundial, que desencadeou a transição de Camarões como uma colônia alemã para um Mandato da Liga das Nações, as missões não podiam ser dissociadas da iniciativa colonial alemã. A sua neutralidade e supranacionalidade que a Conferência Missionária Mundial de 1910 em Edimburgo tentou proclamar desapareceu. De fato, as potências coloniais rivais, a Grã-Bretanha e a França, especialmente, viam as missões alemãs como aliadas naturais do colonialismo alemão. Este foi o contexto em que as missões alemãs foram definidas na véspera da Primeira Guerra Mundial. Por isso, é altamente provável que esse período tenha sido marcado pelo que Goosen (2010: 27) descreve como “imperialismo missionário”: uma guerra entre as potências coloniais rivais não poderia ter deixado de afetar as missões alemãs com orientação nacionalista (Haupt 2008). Enquanto que o seu cunho nacionalista as aproximou do esforço colonial alemão, as

Forças Aliadas viram os missionários como alvos naturais, como se fosse necessário alcançar uma ascendência completa sobre a Alemanha.

Não é de se admirar que as propriedades e os missionários das missões alemãs foram alvo das invasoras Forças Aliadas durante as operações militares de 1914-1916 em Camarões. Infelizmente, o movimento ecumênico que decorreu da Conferência de Edimburgo não tinha capacidade para proteger a iniciativa missionária alemã da destruição. Mas houve esforços na Conferência de Paz de Paris e em outros círculos para resgatar as missões alemãs. Isso explica por que algumas disposições do Tratado de Versalhes e dos Acordos de Mandatos destinavam-se a proteger essas missões da extinção completa. Isso aconteceu no momento em que a Grã-Bretanha e a França foram conferidas com poderes de administração sobre as duas partes de Camarões e cujo dever era implementar as disposições legais relativas às missões. Independentemente disso, os dois poderes colocaram muitos obstáculos no caminho das missões alemãs. O Sistema de Mandato acabou por ser um período em que o trabalho fundamental da iniciativa missionária alemã foi reduzido consideravelmente.

Devido à falta de pesquisas anteriores, faz-se necessário enriquecer a literatura sobre as missões alemãs em Camarões ao investigar sua situação durante o período de mandato, quando o território gozava de um *status* administrativo internacional sob a Liga das Nações (1922-1945). A erudição existente revela que muita generalização na historiografia da igreja velou e obscureceu alguns eventos que tiveram um impacto igualmente grande na história do cristianismo. A situação das missões alemãs com mandato em Camarões continua sendo uma das áreas negligenciadas da história da igreja em Camarões. Além disso, a literatura que critica o Sistema de Mandatos fornece apenas discussões rasas sobre o tema (Pedersen 2006; Wright 1930; Logan 1928). Existem igualmente trabalhos gerais sobre a história de Camarões com algumas porções dedicadas ao período de mandato (Abwa 2000; Fanso 1989; Ngho 1996; LeVine 1968). Até agora, contudo, o debate historiográfico mais ou menos omitiu as agências missionárias alemãs. Este artigo analisa o Sistema de Mandatos em Camarões da perspectiva das missões, como um esforço para preencher essa lacuna bibliográfica.

Iniciativas Missionárias Alemãs em Camarões: histórico

O trabalho de missão em Camarões pelas agências missionárias alemãs começou logo após a anexação do território em 1884. Mas o trabalho missionário no território precedeu a anexação alemã, dado que o plantio da fé cristã pode ser rastreado até a década de 1840, quando os missionários batistas ingleses começaram a cristianizar o sul da região que abrange o

território camaronês. Em 1879, como Efova (1981) observa, os batistas ingleses foram acompanhados pela Missão Presbiteriana Americana (APM), cujos missionários pioneiros começaram a trabalhar entre os Bulu. Em 1884, a Alemanha anexou Camarões e forçou os batistas ingleses a abandonarem o território, muito provavelmente em função das grandes rivalidades coloniais com a Grã-Bretanha e devido ao desejo de confiar nas missões alemãs a consecução de sua agenda colonial de civilização. Com exceção da APM, o governo alemão preferiu as missões alemãs para atuar em Camarões.

Consequentemente, o cenário cristão pré-guerra em Camarões tornou-se dominado por missões protestantes e católicas alemãs. A Missão da Basileia, por exemplo, substituiu os batistas ingleses em Camarões em 1886 (Werner 1969: 11; Harry 1968: 364). Quando os Batistas Nativos deixados para trás pelos batistas ingleses cortaram os laços com a Missão Basileia em 1889, foram colocados sob a Missão Batista Neuruppine ou Alemã. Essa missão assumiu as igrejas batista e enviou missionários para Camarões, entre eles Carl Bender, Paul Gebauer, C. Hofmeister Rhode, Adolf Orther e Herman Kayser. Graças a estes homens, os batistas administraram 12 estações missionárias, 32 escolas, 100 professores, 160 prédios e 23 missionários na véspera da guerra (Funteh 2008: 23).

No que diz respeito aos católicos, seus esforços missionários foram representados em Camarões pelos Padres Palotinos alemães que começaram a trabalhar no território em 1890 (LeVine 1964: 73). Ao todo, os Palotinos tinham 157.934 fiéis, 17.650 catecúmenos e 19.576 alunos na véspera da guerra. Este foi o resultado do trabalho realizado por 34 sacerdotes, 36 irmãos, 29 irmãs e cerca de 223 catequistas indígenas (Messina & Slageren 2005: 146-147). Em 1912, os Padres do Sagrado Coração da Alemanha se juntaram aos Palotinos em Camarões. Eles receberam a tarefa de plantar a fé católica no interior do território (Ndi 2005). Para tornar mais evidente o trabalho dos Padres do Coração Sagrado, a Prefeitura Apostólica de Adamawa foi criada em 1914 e colocada sob seus cuidados.

Fica claro que após 30 anos de governo imperial alemão, o trabalho missionário em Camarões estava prosperando. Além da APM, todas as outras missões tinham origem alemã. Essas missões protestantes e católicas alemãs estavam operando estações missionárias, escolas, unidades de saúde e forneceram muitos outros serviços. Em 1913, por exemplo, havia 631 escolas missionárias, com 49 mil alunos em Camarões (LeVine 1964: 72). Da perspectiva da missão foi um período muito frutífero, já que milhares de pessoas se converteram ao cristianismo. Foi essa forte presença de missões alemãs em Camarões que influenciou alguns estudiosos a se associarem ao colonialismo alemão (Pierard 1993: 5). Na verdade, a colusão entre as

missões e o governo colonial foi, até certo ponto, a marca da iniciativa colonial alemã. Isso confere credibilidade à observação de Strayer de que os missionários voluntariamente serviram aos interesses dos regimes coloniais (1976). Não é de admirar que as forças da Entente caracterizassem as missões alemãs como nada mais do que um “braço do colonialismo alemão”. Conseqüentemente, as missões tornaram-se alvo de operações militares aliadas durante a Primeira Guerra Mundial.

A Primeira Guerra Mundial e a Questão sobre Neutralidade das Missões Alemãs

Esta seção destaca a importância da Primeira Guerra Mundial para entender as missões alemãs em Camarões. Busca-se apresentar explicações sobre por que a Primeira Guerra Mundial ameaçou a iniciativa missionária alemã em sua própria base, independentemente do crescente ecumenismo e reivindicações de neutralidade e supranacionalidade das missões. Em 1914, a guerra terminou entre a Alemanha Imperial e várias outras potências coloniais. Lutada em Camarões entre 1914 e 1916, essa guerra teve conseqüências devastadoras para a iniciativa missionária alemã. Durante quase dois anos, as Forças Aliadas movimentaram o território e interromperam o trabalho missionário, fechando estações missionárias, escolas, serviços de saúde e deportando quase todos os missionários trabalhando sob missões alemãs. Em fevereiro de 1916, quando as operações militares se desdobraram, a guerra convulsionou todos os aspectos do trabalho missionário em Camarões, com algumas propriedades de missão sofrendo uma forte destituição. A guerra apresentou um desafio às missões católicas e protestantes, mesmo quando procuravam responder às exigências da guerra total. Efova (1981: 54) observa que quase todos os missionários foram deportados para o campo de concentração de Queens Ferry, de onde foram repatriados para seus países de origem. A estação da missão de Basileia em Sakbayeme, por exemplo, foi quase completamente destruída durante a guerra, e seus detritos foram usados para construir retraições. Além disso, o residencial Sakbayeme para missionários foi transformado em um forte pelas Forças Aliadas (Messina & Slageren 2005: 91).

A crise instaurada neste movimento missionário que floresceu por cerca de trinta anos, em um momento de cooperação missionária internacional e reivindicações de neutralidade das missões, requer uma análise mais aprofundada. Havia dois contextos opostos sobre os quais a situação das missões era articulada: o relacionamento entre as missões e o colonialismo alemão utilizado pelas potências aliadas como fundamento para definir as missões alemãs, além do novo movimento ecumênico e

sua questionada descrição das missões como neutras e supranacionais. Os alemães se viram divididos entre suas tendências patrióticas, que se manifestaram na forma de apoio à iniciativa colonial alemã, e a necessidade de exigir a prescrição ecumênica de neutralidade no campo missionário. A expectativa nos círculos missionários alemães era de que o ecumenismo internacional e a cooperação missionária pudessem resgatá-los do maltrato aliado. À medida que as operações militares se desenrolavam, logo se mostrou evidente que a noção de que as missões eram aliadas naturais do colonialismo alemão estava à frente da sua compreensão como neutra e supranacional, sem lealdade com a Alemanha. Assim, a Grã-Bretanha e a França exploraram a cumplicidade dessas missões com o colonialismo alemão para submetê-las a maus tratos no decorrer da guerra. Em Camarões, era quase impossível estabelecer um muro de separação entre as missões e o colonialismo alemão, especialmente a agenda civilizadora, apesar das reivindicações abertas dos missionários de que eles não mantinham contato com a propagação de preceitos da civilização ocidental. No pensamento aliado, uma derrota alemã não poderia estar completa sem subjugar as agências missionárias alemãs. Pierard corrobora esse pensamento, observando que “assim que os Aliados subjugaram os bens coloniais, eles começaram a contar os missionários que serviram sob as diretorias alemãs”.

Era certo que os missionários alemães em Camarões esperavam a solidariedade missionária internacional para resgatá-los dos Aliados. O espírito ecumênico estabelecido na Conferência de Edimburgo de 1910 aparentemente entrou em colapso diante dos estresses da guerra. Mesmo o Comitê de Continuação (alguns dos quais eram missionários alemães) que foi criado para continuar a promoção da cooperação missionária e atuar como garantia da sua proteção, deixou de funcionar em 1917, sem esforço algum para ajudar as missões alemãs de Camarões. Diante de nenhuma oposição, os Aliados simplesmente ignoraram o conceito ecumênico da neutralidade, alegando que as missões alemãs não eram supranacionais. Ao colocar a responsabilidade pelo surto da guerra contra os ombros alemães, os Aliados acusaram abertamente as missões alemãs por sua participação na realização da guerra. Para os Aliados, portanto, os assaltos militares às propriedades das missões e o internamento e a deportação de missionários eram atos justificados no contexto de uma guerra na qual os missionários não eram neutros. Vale ressaltar o fato de que os Aliados foram apoiados em suas ações anti-missionárias por seus conselhos missionários nos seus próprios países. Esta foi uma prova suficiente de que a solidariedade missionária havia sido quebrada pela guerra, uma vez que as missões pertencentes a potências coloniais concorrentes tomaram partido em uma guerra que deixou uma marca negativa no trabalho missionário.

Uma resposta por parte das missões alemãs era esperada. Em agosto de 1914, as autoridades da Missão de Basileia e da Missão Batista Alemã receberam um manifesto da Agência de Assistência às Missões Evangélicas Alemãs, cujo objetivo era proteger as missões protestantes alemãs. Assinado por vinte e nove teólogos alemães e líderes missionários, o manifesto rejeitou reivindicações dos Aliados que afirmavam que a Alemanha e suas missões foram responsáveis pelo surgimento da guerra. O manifesto também denunciou atrocidades às prósperas missões alemãs, lamentando a ausência de um espírito ecumênico equivalente (Pierard). Reações rápidas a este forte manifesto partiram de líderes missionários britânicos e franceses. Além de apoiar as posições de seus países sobre a questão da Primeira Guerra Mundial, eles desafiaram a neutralidade das missões alemãs, argumentando que o maltrato ao qual foram submetidas era justificável. Essas contra-acusações se prolongaram ao passo em que a iniciativa missionária alemã em Camarões estava sendo arruinada. Em 1916, quando as operações militares terminaram com a derrota e expulsão dos alemães, seu trabalho missionário havia sido abandonado. Não havia mais um único missionário alemão no território. Enquanto aguardava o resultado da guerra na Europa, França e Grã-Bretanha dividiram Camarões e continuaram firmes em sua oposição às missões alemãs. Com o fim da guerra em 1918 e os preparativos para as conversações de paz em Paris, uma cruzada internacional foi lançada para resgatar as missões da destruição total.

Da Primeira Guerra Mundial ao Sistema de Mandatos: perspectivas legais sobre as missões alemãs

O fim da Primeira Guerra Mundial oportunizou um cenário político no qual se deu a criação do Sistema de Mandatos pela Liga das Nações. Esses eventos foram uma pedra angular dos acordos pós-guerra na Conferência da Paz de Paris, com a questão das missões alemãs arrastadas para as deliberações e resultados finais do processo. Nesta seção, me concentro na luta para resgatar as missões alemãs em Camarões em um contexto de acordos pós-guerra que foi marcado por um choque entre ambições imperiais anglo-francesas e um espírito ecumênico galvanizado. Enquanto os objetivos imperiais anglo-franceses ameaçavam a continuidade da iniciativa missionária alemã em Camarões, o ecumenismo crescente após o fim da guerra estava comprometido em resgatar as missões alemãs da destruição total. A busca de objetivos imperiais pela Grã-Bretanha e França destruíram as missões alemãs em Camarões ou a reação ecumênica lhes ofereceu proteção? A resposta a esta questão encontra-se na atitude anglo-

francesa no pós-guerra em relação às missões e à reação ecumênica no momento em que as negociações de paz seguiram seu curso na Conferência de Paz de Paris.

Com o fim das operações militares em novembro de 1918 e a quase extinção do movimento ecumênico, a Grã-Bretanha e a França evidenciaram suas ambições imperiais em Camarões, que envolveram esforços para confiscar e anexar os recursos resultantes da missão alemã. Ambas as potências até procuraram encerrar oficialmente o trabalho dessas missões e convidar cidadãos específicos para assumir o controle. Esta política era inerente ao pensamento imperial, uma vez que eles tinham um ardente desejo de anexar os territórios alemães apreendidos durante a Primeira Guerra Mundial. Na parte francesa, foram feitos esforços para substituir as missões alemãs pelas suas próprias. O trabalho dos Padres Palotinos alemães e seus bens foram entregues aos missionários do Espírito Santo francês, enquanto que a Missão Evangélica de Paris (PEM) conquistou a Missão de Basileia e a Missão Batista Alemã. Havia algum cuidado maior na esfera britânica, uma vez que nenhuma ação expedita foi tomada para substituir as missões alemãs com as britânicas. Parece que a Grã-Bretanha queria que a transição da guerra para a paz fosse funcional antes de tomar decisões finais sobre as missões, mas a proibição dos missionários alemães de trabalhar no território permaneceu. Isso levou ao declínio das comunidades cristãs e ao retorno das práticas religiosas tradicionais, especificamente as sociedades secretas, que os missionários consideravam pagãs (Werner 1968: 48). Diante desse desafio clerical, o Islã estava fazendo ganhos substanciais, especialmente na costa ocidental, onde não havia missionários.

Os dilemas acima enfrentados pelos alemães em Camarões eram semelhantes aos que estavam ocorrendo na África Oriental Alemã, na Togolândia e no Sudoeste Africano Alemão. Isso explica o surgimento de um espírito ecumênico especialmente destinado a influenciar as deliberações da Conferência da Paz de Paris com vista a minimizar o seu dano. O novo movimento ecumênico foi representado pelo Comitê de Emergência das Missões Cooperantes (ECCM), que surgiu em 1918. Mas durante os primeiros meses de deliberações em Paris, o peso do comitê ainda não era evidente, já que ainda estava lutando para ganhar reconhecimento internacional. Consequentemente, os estadistas de Paris, com base em preocupações imperiais, decidiram confiscar todos os bens estrangeiros pertencentes a missões alemãs e usar os recursos para liquidar dívidas alemãs aos governos Aliados (Pierard 1998: 18). Inverter esta resolução tornou-se a principal luta da ECCM, uma vez que sua implementação significaria a destruição total do trabalho da missão alemã. Os líderes do Comitê correram para Paris e trabalharam nos bastidores para

reverter a situação. Este momento representou o pico do choque entre as preocupações imperiais e a neutralidade missionária, com o sentimento nacional afirmando o espírito ecumênico.

Em Paris, os representantes da ECCM insistiram que uma cláusula de proteção das missões alemãs fosse adicionada ao Tratado de Versalhes, que ainda estava em preparação. Mas, como observam Spohn e Sauer (2009), os estadistas pediram às missões alemãs que assumissem a sua parte de responsabilidade pelo início da guerra. Para a Grã-Bretanha e a França, as propriedades das missões alemãs nas antigas colônias foram percebidas como os despojos da guerra a serem compartilhados entre os vencedores. Ao dividir Camarões em 1916, a Grã-Bretanha e a França esperavam anexar esses territórios junto com a propriedade das missões. A essa altura, representantes da ECCM haviam trabalhado nos bastidores para arrastar a questão das missões alemãs para as deliberações políticas de direito internacional pós-guerra. As deliberações levaram os estadistas a rever a resolução, desta vez concedendo alguma proteção às missões alemãs nas colônias. É o artigo 438 do Tratado de Versalhes que traz essa cláusula protecionista às missões:

Os Poderes Aliados e seus associados concordam que onde missões religiosas cristãs eram mantidas por sociedades ou pessoas alemãs em território que lhes pertence, ou de que o governo lhes é confiado de acordo com o presente Tratado, a propriedade que estas missões ou sociedades missionárias possuíam, incluindo o das sociedades comerciais cujos lucros foram dedicados ao apoio das missões, continuará a ser dedicado aos propósitos missionários. A fim de garantir a devida execução desse empreendimento, os Governos Aliados e seus associados entregarão esses bens aos conselhos de curadores designados ou aprovados pelos Governos e compostos por pessoas que possuam a fé da Missão, cujos bens estão envolvidos. Os Governos Aliados e seus associados, enquanto continuam a manter o controle total quanto aos indivíduos por quem as Missões são conduzidas, salvaguardarão os interesses de tais Missões (Tratado de Versalhes 1919).

Tal resolução representou uma conquista teórica na luta pela sobrevivência da iniciativa missionária alemã nos Camarões e em outros lugares. Isso foi visto como negativo para a França e a Grã-Bretanha, que adotaram medidas hostis às missões alemãs em Camarões. Agora era seu dever salvaguardar os interesses de tais missões, garantindo a sua continuidade. Isso representava um controle das ambições religiosas imperiais de ambos os poderes em Camarões, e esperava-se que isso levasse ao fim os assaltos do pós-guerra às missões alemãs. Em um momento raro: o ideal de liberdade e neutralidade missionária estava ganhando reconhecimento.

Para garantir a implementação prática desta cláusula nas colônias, os funcionários da ECCM fizeram de tudo para incentivar os participantes da Conferência da Paz de Paris a atribuir tais garantias para a proteção das missões nas regras e regulamentos que regem os mandatos da Liga das Nações. O artigo 22 do Pacto da Liga das Nações forneceu, entre outras coisas, que o Mandatário deve garantir a liberdade de consciência e religião em nome da Liga. Em relação a Camarões, Grã-Bretanha e França assinaram acordos de mandato separados com a Liga. Os acordos, à luz do artigo 438 do Tratado de Versalhes e do artigo 22 do Pacto da Liga, visavam garantir a proteção das missões alemãs. Em ambos os acordos, o artigo determinava:

O Mandatário assegurará no território a completa liberdade de consciência e o exercício de todas as formas de culto que estejam em consonância com a ordem pública e a moralidade; os missionários que são nacionais de estados membros da Liga das Nações devem entrar livremente no território e viajar e residir neles, adquirir e possuir propriedades, erigir edifícios religiosos e abrir escolas em todo o território; entendendo-se, no entanto, que o Mandatário terá o direito de exercer o controle que seja necessário para a manutenção da ordem pública e do bom governo e tomar todas as medidas necessárias para esse fim (Rubin 1971: 198).

Este artigo do Acordo de Mandatos, bem como os consagrados no Tratado de Versalhes e na Convenção da Liga, preveem que as autoridades do mandato colonial britânico e francês atuem como protetores das missões alemãs nos dois territórios camaronenses sob sua administração. Na verdade, a Conferência da Paz de Paris e a Liga das Nações criaram uma base jurídica internacional para o acordo sobre a proteção da iniciativa missionária alemã nos dois territórios mandatados de Camarões. Como tal, houve uma lei internacional que garantia a sobrevivência das missões alemãs e cuja implementação se deu sob os cuidados da Grã-Bretanha e da França, com a supervisão da Liga. O último acordo, de 1921, criou a Comissão de Mandato Permanente, encarregada de fiscalizar este sistema de supervisão internacional. Esperava-se que o movimento ecumênico que ganhou força garantisse a proteção legal das missões realizadas durante as deliberações da pós-guerra e que estas não fossem transgredidas pelos Mandatários e pela Liga. O objetivo das duas partes finais deste artigo, portanto, é verificar se a tríade (autoridades do mandato colonial, Ligas das Nações e o movimento ecumênico) atuou ou não em defesa das missões alemãs, conforme os dispositivos legais acima mencionados.

Essas seções se concentram nas ações realizadas pelos Mandatários nos dois territórios mandatados em relação às missões alemãs. As dificuldades persistentes, apesar da existência de uma base de proteção legal, são relevantes para uma avaliação do Sistema de Mandato e suas deficiências. Os Mandatários encarregados da implementação das leis de

proteção das missões desempenharam um papel importante na criação da Liga das Nações e do próprio Sistema de Mandatos. Eles continuaram a expressar a vontade de serem mandatários do território da antiga colônia alemã de Camarões, que havia sido dividida em Camarões britânico e frances. A Liga aprovou a partição e concedeu às duas potências, em 1922, as suas correspondentes frações do território de Camarões. Pesquisas recentes revelam que as duas administrações não eram claramente distinguíveis das administrações coloniais (Fanso 1989; Ngho 1996; LeVine 1964). Isso, no entanto, já era esperado, visto que os Mandatários possuíam enormes desejos coloniais e os colocaram acima do direito internacional.

O Tratamento das Missões Alemãs no Camarões Britânico

No Camarões britânico, uma política final para as missões alemãs teve que ser adotada a partir de 1922, quando o Sistema de Mandatos entrou em vigor. Em total violação das disposições legais do Tratado de Versalhes, do Pacto da Liga das Nações e do Acordo de Mandato, que foram concebidos para proteger as missões cristãs dos desejos coloniais dos Mandatários, as autoridades coloniais britânicas adotaram a política de convidar agências missionárias britânicas para substituir as alemãs (Ndi 2005: 38). As exigências coloniais na época fizeram com que a Grã-Bretanha a não aceitasse o retorno dos missionários alemães à sua esfera de influência, uma vez que a elaboração do Sistema de Mandatos não significava o fim do colonialismo. Matz (2005: 50) está certo em sua observação de que as deficiências do Sistema de Mandato da Liga das Nações não podem ser analisadas sem a observação das realidades coloniais da época. Não é de admirar que Matz perceba o Sistema de Mandatos como um “instrumento da política de poder imperial” (2005: 50). Este contexto nos permite entender o ato de recorrer às missões britânicas para substituir as alemãs no Camarões britânico, e a negligência da Liga em verificar uma violação tão flagrante do direito internacional. As autoridades do mandato colonial britânico no território estavam preocupadas com a possibilidade de as agências missionárias alemãs trabalharem para promover o interesse alemão se pudessem retornar. A política das missões anti-alemãs também foi um produto dos apelos de alguns governantes tradicionais (com os quais os britânicos já estavam colaborando) para que os missionários britânicos substituíssem os alemães.

Os Padres alemães do Sagrado Coração e os Palotinistas, ambos da tradição de fé católica, foram as primeiras vítimas da política de missões anti-alemãs. Em uma carta ao Escritório Colonial, Herbert Ruxton, na qualidade de Residente, solicitou que uma Missão Católica Britânica

substituiu as duas agências missionárias católicas alemãs. Sem hesitação, o Escritório Colonial aprovou o pedido, e sua escolha foi a Missão Mill Hill, com sede em Londres (Ndi 2005: 39). Seguiram-se as conversações envolvendo o Escritório Colonial, a Missão Mill Hill e o Vaticano para obter uma autorização eclesiástica. Infelizmente, a Comissão de Mandato Permanente e as duas missões alemãs que deveriam ser substituídas não faziam parte dessas negociações. As leis destinadas a proteger essas missões foram flagrantemente violadas. Em 1922, os missionários de Mill Hill, sob a liderança do Pe. John William Campling, efetivamente substituíram os missionários da Palotina e Sagrado Coração. Esses missionários ingleses também herdaram a propriedade de seus homólogos alemães. As leis que preveem que o Mandatário deve proteger o interesse das missões alemãs e entregar suas propriedades aos conselhos de administração foram ignoradas pelos britânicos. Essa substituição ilegal e confisco de propriedade equivale a uma destruição total do trabalho fundamental das sociedades missionárias católicas alemãs na esfera britânica de Camarões. A implementação bem-sucedida desta política motivada pelo imperialismo também dependia da ausência das missões católicas no movimento ecumênico da época. Assim, os esforços de encontros ecumênicos para resgatar missões alemãs concentraram-se nos protestantes que aderiram ao espírito ecumênico.

O recurso às missões britânicas para substituir as missões protestantes alemãs encontrou uma feroz resistência ecumênica. As autoridades do mandato colonial britânico negligenciaram a neutralidade das missões Basileia e Batista e sua legalidade para prosseguir o trabalho missionário no Camarões britânico. O que se seguiu foram os esforços das missões britânicas para assumir o trabalho e a propriedade das missões protestantes alemãs. Os restantes missionários protestantes nos campos de internação foram repatriados no momento em que as medidas foram tomadas para as missões britânicas substituírem as alemãs. Os Reverendos Rhode e Bender, que eram vistos como opositores às políticas da missão imperial britânica, foram expulsos do território, apesar de não possuírem ascendência alemã (Helga 1999). A Missão Batista Britânica foi então convidada pelo Residente Ruxton através do Escritório Colonial para assumir o trabalho da Missão Batista Alemã. À medida que os batistas ingleses se preparavam para chegar a Camarões, o Conselho Missionário Internacional (IMC), criado em 1921 a partir do ECCM, condenou a decisão, argumentando que estava baseada em desejos coloniais britânicos egoístas. Em 1924, durante a Conferência das Sociedades Missionárias na Europa e América realizada em Birmingham, foram discutidos os obstáculos à evangelização na África. A tentativa das missões britânicas em substituir as alemãs, especialmente em Camarões, foi denunciada. Considerando

que a conferência aconteceu em território britânico, seus organizadores pediram ao Escritório Colonial que levantasse a proibição aos missionários alemães que operavam na África e que os mesmos deixassem de entregar suas propriedades às missões britânicas. Em resposta, o Escritório Colonial disse que medidas deveriam ser tomadas para acabar com a discriminação contra missões protestantes alemãs. Foi assim que a transferência das obras dos batistas alemães para os batistas britânicos foi frustrada, na sequência do relaxamento das restrições no final de 1924. Em 1928, os missionários batistas retornaram oficialmente ao Camarões britânico e, em 1935, eles se constituíram na Missão Batista dos Camarões (CBM).

Ao mesmo tempo, houve esforços semelhantes para impedir que os missionários de Basileia retomassem o trabalho na parte britânica de Camarões. As garantias de liberdade missionária consagradas nos regulamentos que regem os mandatos da Liga das Nações não significavam nada para os britânicos. Em 1922, todos os missionários da missão Basileia foram forçados a sair de Camarões, com a igreja abandonada nas mãos de clérigos indígenas que apelaram para a Missão da Basileia para enviar alguns dos missionários de volta a Camarões (Werner 1969: 58). Uma vez que um embargo proibiu os missionários alemães de trabalhar em Camarões, a Missão da Basileia, como observa Werner (1969: 58), fez negociações infrutíferas para que os presbiterianos americanos entrassem. Encurraladas, as autoridades da Missão de Basileia levaram a questão aos círculos ecumênicos. Em 1923, a pressão do IMC fez com que o Reino Unido abrandasse sua posição. A política de convidar uma missão britânica para substituir a Missão da Basileia foi abandonada. Em vez disso, os britânicos permitiram que a Missão da Basileia continuasse seu trabalho, porém insistindo que apenas os missionários que não possuíssem ascendência alemã fossem permitidos. Assim, a Missão da Basileia, sob os missionários suíços, retomou o trabalho no Camarões britânico, enquanto a luta para levantar a proibição aos missionários alemães continuava.

Esta luta foi defendida pelo IMC e pelos defensores missionários. Em função de seus esforços, o governo britânico, em 1924, levantou o embargo sobre o trabalho missionário dos alemães em suas posses. O Escritório Colonial e o Residente do Camarões Britânico do Sul aboliram todas as restrições que foram colocadas na Missão da Basileia desde a guerra. Em dezembro de 1925, o Reverendo Adolf Vielhauer chegou a Camarões para coordenar o trabalho da Missão da Basileia. Através de discussões com o Residente em Buea, a Missão da Basileia recebeu sua propriedade de volta, marcando o fim do período de crise. A liberdade de missão no território foi apenas ameaçada pela Segunda Guerra Mundial. Durante a guerra, restrições foram impostas aos missionários alemães,

que foram internados e deportados (Werner 1969: 79). Eles retornaram apenas durante o período de Fideicomisso, quando as tensões da guerra diminuíram. Essas deportações, deve ser enfatizado, violaram a liberdade dos missionários consagrada nos regulamentos que regem os mandatos da Liga das Nações.

Enquanto as missões protestantes tiveram sucesso na luta para retornar ao Camarões Britânico, os dois movimentos católicos alemães, a saber, os Padres Palotinos e os Padres do Sagrado Coração, não lograram da mesma sorte. Os protestantes se beneficiaram da pressão ecumênica que foi montada no governo britânico. Ao não fazer parte do movimento ecumênico, as missões católicas só podiam confiar no Vaticano. Também deve ser notado que a última não possuía o potencial necessário para desafiar as restrições às missões alemãs impostas pelo governo britânico. Ao ceder a tal política, independentemente da violação do direito internacional sobre a liberdade e a proteção dos missionários, o Vaticano conspirou com os britânicos para desmantelar o trabalho fundacional dos Padres Palotinos e dos Padres do Coração Sagrado. Sua propriedade foi assumida pelos missionários do Mill Hill. Existem razões coloniais específicas sobre o motivo pelo qual as disposições legais para a proteção das missões alemãs foram largamente transgredidas pelas autoridades do mandato colonial britânico. Em particular, chama-se atenção para as políticas de ‘desgermanização’ e as agendas educadoras de ambas as potências, cuja conquista só poderia ocorrer em detrimento das disposições legais do Sistema de Mandatos.

Dilemas no Camarões Francês

No mandato francês de Camarões, não havia perspectivas de que as missões alemãs pudessem retomar seus trabalhos. Mesmo o diálogo e o debate missionário decorrentes do movimento ecumênico não eram suficientemente fortes para fazer com que os franceses respeitassem as leis que regem os mandatos da Liga das Nações. Ao prosseguir uma política de desgermanização direcionada, em parte, para a eliminação do trabalho missionário alemão após o fim da guerra, as autoridades do mandato colonial francês trabalharam para substituir as missões alemãs pelas francesas. Uma proibição foi colocada no trabalho de missão por nacionais alemães e as propriedades de suas missões foram assumidas pelas sociedades francesas.

Negligenciando todos os acordos existentes, as autoridades do mandato colonial francês lançaram um ataque ao empréstimo da missão católica alemã (Pallotine Fathers) que estava presente no Camarões francês. Os Povos do Espírito Santo de Paris foram convidados a substituir os Padres Palotinos alemães (Messina e Slageren 2005: 153). Esta foi a obra de

sucessivos administradores coloniais, como o general Aymerich e Lucien Fourneau, que lutaram fortemente para substituir as missões alemãs pelas francesas. Com a efetiva retirada do sistema de mandatos em 1922, a França entrou em negociações formais com Roma, tendo em vista tornar a aquisição oficial. Sob esse pano de fundo ocorreu a indicação do Irmão François Xavier Vogt pelo Papa como administrador apostólico de Camarões em 1922. Isso equivaleu à eliminação total do trabalho dos Padres Palotinos alemães no mandato francês de Camarões, e os mesmos nunca foram autorizados a retornar ao território. Embora o Vaticano tenha participado das negociações de substituição, fica claro que a disposição do artigo 22 do tratado de paz que concede a liberdade de trabalho nos territórios mandatados às missões alemãs foi transgredida. Sendo um estado em grande parte católico e tendo bons laços com o Vaticano, a França desmantelou o trabalho fundamental das missões católicas alemãs, negligenciando as disposições de liberdade de trabalho da missão consagradas no Acordo de Mandato.

Quanto às duas missões protestantes alemãs no Camarões Francês, a saber, a Missão de Basileia e a Missão Batista Alemã, seus respectivos trabalhos foram assumidos pela Missão Evangélica de Paris. Na sua chegada, os protestantes franceses receberam a liberdade de controlar a totalidade das propriedades deixadas pelos missionários de Basileia e Batista. Assim, as estações da missão, as escolas, os prédios da igreja e os milhares de cristãos que estavam sob a responsabilidade das missões protestantes alemãs foram, em total, ilegalmente transferidos para a Missão Evangélica de Paris pelas autoridades do mandato colonial francês. A disposição do artigo 34⁸ que exigia que as propriedades das missões alemãs fossem colocadas sob um conselho de curadores foi flagrantemente violada. Esta política de substituição das missões alemãs por francesas também foi de encontro ao artigo 7 do Acordo de Mandato, que obrigava o governo francês a assegurar que os missionários alemães tivessem liberdade para trabalhar no território. Em vez disso, os missionários protestantes alemães tiveram sua entrada negada no Camarões Francês, o que fez com que o empreendimento missionário protestante alemão colapsasse.

Sem dúvida, os administradores coloniais franceses em Camarões permitiram que suas paixões nacionais fossem colocadas acima da preocupação de assegurar a continuidade do trabalho missionário alemão. O nacionalismo, o materialismo e a perseguição de desejos imperiais que caracterizaram a administração do mandato francês produziram uma agenda de missões anti-alemãs. Não é de admirar que a neutralidade dessas missões reivindicadas pelo movimento ecumênico tenha sido ignorada pelos franceses, que argumentavam que os missionários não poderiam ser dissociados do colonialismo alemão. De fato, o desmantelamento do

trabalho da missão alemã no Camarões Francês foi obra do Comissário Jules Gaston Carde, que liderou a administração do mandato de 1919 a 1923 (Abwa 2000). Esta desgermanização do trabalho missionário continuou de 1923 a 1933 por Theodore Paul Marchand. Em todo o território, o francês tornou-se a língua oficial através da qual o trabalho da missão foi conduzido, reforçando assim a proibição aos missionários alemães de retornarem ao território.

O ideal ecumênico, apesar do seu crescimento e das reuniões subsequentes, não tinha capacidade para verificar a destruição do trabalho fundamental das missões alemãs que estava sendo feito pelos franceses. É importante notar que as duas missões francesas (os Povos do Espírito Santo e a Missão Evangélica de Paris) que substituíram as missões alemãs ainda não faziam parte do movimento ecumênico. Sua colusão com o governo francês na destruição do trabalho missionário alemão em um momento de crescente ecumenismo não está em discussão. As autoridades destas missões francesas não podem afirmar que não tinham conhecimento do artigo 438 do Tratado de Versalhes, do artigo 22 do Pacto da Liga das Nações e do artigo 7 do Acordo de Mandato. Eles trabalharam em estreita colaboração com o governo do seu país ao violarem essas disposições legais, que foram criadas com a intenção de proteger as missões alemãs.

A Liga das Nações, cujo função era garantir que essas disposições legais fossem rigorosamente respeitadas, falhou nessa tarefa. Na verdade, a Liga era indiferente ao desmantelamento francês da iniciativa missionária alemã. Dada a sua volatilidade para os desejos coloniais franceses ilegais e considerando as limitações do movimento ecumênico, os clérigos alemães esperavam que a Liga das Nações, especialmente a Comissão de Mandatos, apoiasse na defesa de sua neutralidade e status supranacional. Mas a Liga estava sob o domínio das potências imperiais, que por sua vez estavam mais preocupadas com a defesa de suas ideologias nacionalistas nocivas, mesmo que isso não estivesse em conformidade com a visão e a missão da Liga das Nações. No pensamento francês da época, como observa acertadamente Kissinger (1994: 235), o objetivo principal da Liga das Nações era trabalhar contra o interesse alemão, e não promovê-lo. A França estava em posição de vulnerabilidade política, militar, econômica e social no contexto de duas sucessivas derrotas humilhantes infligidas pela Alemanha, e limitar a sua expansão em todas as esferas era um objetivo fundamental francês. A neutralidade das missões alemãs e os instrumentos legais para sua proteção não significavam nada para as autoridades do mandato colonial francês.

A Liga, sob o peso da influência francesa, foi incapaz de defender o interesse das missões alemãs colocadas sob administração francesa. Com razão, Susan Pedersen (2006: 560) observa que “as administrações

obrigatórias não se distinguem das administrações coloniais”. Esta historiadora se recusa a ver o Sistema de Mandatos como “um sistema de governança”, em função das suas falhas. Ao se fazer uma análise do Sistema de Mandato, especialmente com a Comissão do Mandato, e da destruição total das missões alemãs no Camarões Francês, a conclusão por parte de alguns acadêmicos da área de que o sistema era meramente uma forma disfarçada de anexação imperial pode ser sustentada. A administração do mandato francês, como os estudiosos da história de Camarões concluíram, não era diferente da administração colonial francesa em suas colônias (Abwa 2000; LeVine 1964; Fanso 1989; Ngoh, 1996). Em seu estudo massivo sobre o mandato e a tutela do Camarões Francês, Daniel Abwa (2000: 95) insiste em que a política francesa foi adaptada a “francisizar” o território, substituindo aspectos alemães por franceses. A Comissão de Mandatos não pôde evitar que isso acontecesse. No pensamento de Pedersen (2006: 565), a Comissão poderia fazer muito pouco quanto a supervisão dos poderes do Mandatário: só poderia denunciar sem agir. A ausência de um representante alemão na Comissão fez com que a negligência dos interesses das missões alemãs passasse sem qualquer condenação formal por parte da Comissão. Como era de se esperar, o trabalho da missão alemã diminuiu às vésperas da Segunda Guerra Mundial, sem esperança de restauração.

Conclusão

Os tratados de paz após a Primeira Guerra Mundial e a subsequente Liga das Nações, com o seu Sistema de Mandatos, forneceram instrumentos legais para proteger os interesses do trabalho missionário alemão nos territórios mandatados. Nos mandatos britânicos e franceses de Camarões, as duas administrações deveriam estar em conformidade com os acordos assinados pelos dois mandatários com a Liga. Uma das disposições dos acordos, por exemplo (artigo 7), garantia o trabalho de liberdade de missão, incluindo missões alemãs. As administrações do mandato colonial nos dois territórios negligenciaram esses instrumentos legais e optaram por políticas que prejudicavam as missões alemãs. Havia iniciativas por parte das agências missionárias britânicas e francesas com o intuito de substituir as alemãs, com pouca ou nenhuma objeção por parte da Liga das Nações. As disposições do Sistema de Mandato relativo às missões eram hipócritas. As missões alemãs em Camarões foram transferidas à Grã-Bretanha e à França através de um mandato sob supervisão da Liga, para garantir sua proteção e sustento. O significado disso era ambíguo, uma vez que uma disposição do artigo 438 do Tratado de Versalhes proibia o trabalho da missão por nacionais alemães. Com base nessa ambiguidade e suas ambições coloniais,

as autoridades de mandato colonial britânico e francês destruíram as bases das missões alemãs.

Enquanto o trabalho missionário alemão no Camarões Francês foi extinto em sua totalidade, os britânicos limitaram sua hostilidade apenas às missões católicas, já que o trabalho missionário das iniciativas protestantes foi restaurado na década de 1920. Claramente, a missão empreendida pelos missionários alemães em ambos os territórios sofreu enormemente no contexto de uma Liga complacente, um movimento ecumênico não inclusivo e fraco e a perseguição de desejos imperiais pelos dois Mandatários. Conseqüentemente, a ambição dos missionários alemães de estabelecer igrejas autossustentáveis, autônomas e auto evangelizadoras em Camarões sofreu substancialmente. Somente a missão da Basileia e os missionários Batistas foram capazes de estabelecer a Igreja Presbiteriana em Camarões e a Convenção Batista de Camarões, respectivamente, na esfera britânica. Os esforços das outras missões terminaram em total fracasso, uma vez que a agenda tripla da missão foi continuada apenas pelas agências missionárias britânicas e francesas. Este estudo, portanto, acrescenta ao corpo literário criticando o Sistema de Mandatos, fazendo uso das missões alemãs como um estudo de caso para apoiar a posição acadêmica de que o Sistema de Mandato não passava de uma forma disfarçada de anexação imperial.

REFERÊNCIAS

- Abwa, Daniel. 2000. *Commissaires et Hauts-Commissaires de la France au Cameroun (1916-1960): Ces Hommes qui ont Façonné Politiquement le Cameroun*. (2e Edition). Yaounde: Presses Universitaires de Yaounde.
- Efoua, Samuel Mbozo'o. 1981. "La Mission Presbytérienne Américaine et les Mutations Religieuses et Sociales Chez les Peuples du Sud-Cameroun (1919-1939)". Thèse de Doctorat 3e Cycle D'Histoire, Université Jean Moulin-Lyon III.
- Etim E. Okon. 2014. "Christian Missionaries and Colonial Rule in Africa: Objective and Contemporary Analysis". *European Scientific Journal* 10 (17): 192-2009.
- Fanso, V. G. 1989. *Cameroon History for Secondary Schools and Colleges, Vol. 2, The Colonial and Post Colonial Periods*. London: Macmillan Publishers.
- Funteh, M. B. 2008. "Intra-Cameroon Baptist Convention Conflicts 1954-2002: A Historical Investigation". Ph.D. Thesis, University of

Yaounde I.

- Harry, R. 1968. *Germans in the Cameroons 1884-1914: A Case Study in Modern Imperialism*. New York: Greenwood Press.
- Helga Henry Bender. 1999. *Cameroon on a Clear Day: A Pioneer Missionary in Colonial Africa*. Pasadena: William Carey Library.
- Kissinger, Henry. 1994. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster.
- LeVine, V. T. 1964. *The Cameroons from Mandate to Independence*. Los Angeles: University of California Press.
- Logan, Rayford. 1928. "The Operation of the Mandates System in Africa". *Journal of Negro History* 13 (4): 423-477.
- Matz, Nele. 2005. "Civilization and the Mandate System under the League of Nations as Origin of Trusteeship". In: A. von Bogdandy and R. Wolfrum, eds. *Max Planck, Yearbook of United Nations Law*. Volume 9. Netherlands: Koninklijke Brill N. V., 47-95.
- Messina, Jean-Paul et Jaap Slageren 2005. *Histoire du Christianisme au Cameroun: Des Origines a Nos Jours*. Paris et Yaoundé : Editions Karthala et Editions Cle.
- Ndi, A. 2005. *Mill Hill Missionaries in Southern West Cameroon 1922-1972: Prime Partners in Nation Building*. Nairobi: Paulines Publications Africa.
- Ndi, Richard Tantoh 2012. "The Processes of Integration and Affiliation in the Cameroon Baptist Convention (CBC) 1954-2004". PhD Thesis, University of Yaounde I.
- Ngoh, V. G. 1996. *History of Cameroon Since 1800*. Limbe: Presbook.
- Pawlikova-Vilhanova, Viera. 2007. "Christian Missions in Africa and their role in the transformation of African Societies". *Asian and African Studies* 16 (2): 249-260.
- Pedersen, Susan. 2006. "The Meaning of the Mandates System: An Argument". *Geschichte und Gesellschaft* 32 (4): 560-82.
- Rubin, Neville. 1971. *Cameroon: An African Federation*. London: Pall Mall Press.
- Ryland, Glen P. 2013. "Translating Africa for Germans: The Rhenish Mission in Southwest Africa, 1829-1936". PhD Thesis, University of Notre Dame.
- Spohn, E. and Sauer, C. 2009. "War Zeal, Nationalism and Unity in Christ: Evangelical Missions in Germany during World War 1". *Studia Historiae Ecclesiasticae*.
- Strayer, Robert. 1976. "Mission History in Africa: New Perspectives on an

Encounter”. *African Studies Review* 19 (1): 1-15. Disponível em: <http://www.jstor.org>, Accessed on 2 July 2014.

Werner, K. 1969. *The History of the Presbyterian Church in West Cameroon*. Victoria: Presbook.

Woodberry, Robert D. 2008. “How do we Deal with the Baggage of the Past? Reclaiming the M-Word: The Legacy of Missions in Non-Western Societies”. *International Journal of Frontier Missiology* 25 (1): 17-23.

Wright, Quincy. 1930. *Mandates under the League of Nations*. Chicago: University of Chicago Press.

RESUMO

A Primeira Guerra Mundial e seus sistemas resultantes de Mandato e Tutela afetaram consideravelmente a missão alemã em Camarões. Além de causar a expulsão vigorosa de missionários alemães de Camarões, os britânicos e os franceses que a Liga das Nações e as Nações Unidas conferiram sucessivamente com poderes de administração nos quadros de Mandato e de Tutela adotaram políticas hostis às missões alemãs. Desde o início da guerra até a era pós-Segunda Guerra Mundial, a fundação das missões alemãs estava seriamente ameaçada. Este artigo analisa criticamente o tratamento das missões alemãs tanto nos Camarões Britânico como Francês durante os períodos de Mandato e Tutela, concentrando-se especialmente nas atitudes de ambos os poderes administradores em relação às missões em suas esferas de influência. O artigo estabelece que o tratamento dispensado pelos poderes administradores às missões alemãs, sustentado por exigências imperiais e nacionalistas, despertou a realização da agenda tripartite de implantação de igrejas autossustentáveis, autônomas e auto evangelizadoras. Assim, argumenta-se que a Primeira Guerra Mundial desencadeou o maltrato das missões alemãs, sendo algumas delas obrigadas a encerrar suas atividades, enquanto outras foram autorizadas a continuar seu trabalho missionário sob duras condições.

PALAVRAS-CHAVE

Camarões; Primeira Guerra Mundial; Missões Alemãs; Segunda Guerra Mundial; Sistema de Mandato; Sistema de Tutela.

*Recebido em 3 de maio de 2017.
Aprovado em 31 de julho de 2017.*

Traduzido por Guilherme Thudium

MIGRAÇÃO E IDENTIDADE NA REGIÃO SUDOESTE DE CAMARÕES: O FATOR *GRAFFIE*, c.1930s – 1996

Walter Gam Nkwi¹

Introdução

Questões pertinentes à migração constituem parte dos tópicos mais relevantes para a África hoje (IOM 2004). Apesar de a maior parte da literatura tender a examinar as migrações sob uma perspectiva Sul-Norte, migrações significativas vêm ocorrendo dentro da própria África (Bakewell & De Haas 2007). Suas ramificações são vistas em aspectos sociais, culturais e políticos. O domínio colonial afetou consideravelmente as migrações de pessoas em razão da criação de minas e *plantations* e da existência de serviços auxiliares, como motoristas, jardineiros, criados e mensageiros (Cordell & Piche 1996). O efeito de longo prazo de tais movimentos foi a politização das identidades. O recente surgimento de *ivoiritas*, denotando os “verdadeiros marfinenses” em oposição aos “outros”, em 1995, e de *makwerekwere*, na África do Sul, termo cunhado para descrever os imigrantes que se estabeleceram no país, chama a atenção para questões perenes de migração e politização de identidade que surgiram com os regimes coloniais e pós-coloniais (Whitman 2000). No Estado africano central/ocidental de Camarões, os conceitos de alógenos e autóctones foram evocados para incluir ou excluir alguns de seus cidadãos (*Nouvelle Expression* 1996; Awasum, 1998; Nyamnjoh e Geschiere 1998). Este artigo é uma contribuição para os debates correntes, sendo direcionado à migração e politização da identidade. Sua contribuição específica está no fato de demonstrar as camadas em que os fluxos migratórios contribuíram para a problematização da identidade. Na maioria dos Estados africanos, a população imigrante estabelecida é meramente mencionada e o fluxo líquido destes migrantes para áreas de contestação identitária não tem recebido a atenção adequada. O cerne deste artigo, portanto, é o argumento

¹ Departamento de História, Universidade de Buea, Buea, Camarões. E-mail: nkwiwally@yahoo.com

de que a história colonial de cada um dos Estados africanos que precipitaram novos padrões de migração pode contribuir para uma melhor compreensão da recente politização da identidade. Parece ser o legado das instituições coloniais e pós-independência, acompanhadas das ações das elites, que torna a identidade uma ferramenta política viável, mas a isso subjaz um rico histórico migratório, até o momento não explorado por acadêmicos e pesquisadores de Camarões. Se pretendemos compreender migrações e identidade globalmente, devemos primeiro examinar fluxos migratórios proeminentes ao longo do tempo e espaço.

Este artigo foca na migração dos nativos das Planícies Bamenda para a região litorânea de Camarões e em como eles, através do tempo e espaço, mantiveram sua identidade em um ambiente socialmente heterogêneo. Argumenta que o conceito de *graffie*, apesar de popularizado principalmente durante os anos 90, tem uma origem remontando aos anos 30. *Graffie* é uma palavra crioulezada que se refere aos nativos das Planícies Bamenda. Tem uma significação depreciativa. É depreciativa no sentido de que se refere às pessoas das Planícies Bamenda como retrógradas em relação à população costeira mais civilizada. Ela é também oriunda do desprezo, por possuírem os migrantes uma característica mais empreendedora do que os povos litorâneos. Geograficamente, a região conhecida como Planícies Bamenda compreende extensões de savana intercaladas por florestas nos vales. Os alemães nomearam a região “Planícies”, diferenciando-a da região das florestas. Apesar da atenção acadêmica dispensada por pesquisadores contemporâneos camaroneses ao fenômeno das populações imigrantes, este não foi bem historicizado (Awasum 1998; Konings e Nyamnjoh 1997 e 2003; Nyamnjoh e Geschiere 1998). Este ensaio é uma tentativa de demonstrar que o nome *graffie* havia sido construído ao longo dos anos devido à continuada migração populacional da região nordeste para a região litorânea de Camarões. A região costeira possui um complexo de *plantations*, assim como indústrias, que atuaram como um centro de atração para a população da área (Rudin 1938: 248; Fanso 1989). Na área de Bamenda não existem indústrias significativas de nenhum tipo e por isso a ecologia não pode aproveitar sua crescente e empreendedora população. Assim, as vidas das pessoas são caracterizadas por constante mobilidade.

Dois conceitos marcam as discussões neste artigo. Estes são identidade e migração. Identidade é um conceito complexo, que parece ter ganho proeminência apenas no pensamento sociológico moderno. Sociólogos que pesquisavam o conceito nos anos 70 estavam preocupados com o “eu”, ao tentar investigar os caminhos pelos quais as relações interpessoais criavam o “eu” no indivíduo. Cooper (2005), escrevendo sobre identidade, defendia que “todos buscam uma identidade”, acrescentando

que a “identidade é fluida, construída e constada”. Em outras palavras, a identidade não é limitada ou rígida, mas sim criada de acordo com o tempo, contexto e circunstância. Os autores também argumentam em favor “não de uma palavra mais precisa para substituir identidade, mas sim pelo uso de uma variedade de ferramentas conceituais adequadas ao entendimento de um conjunto de práticas e processos” (Cooper 2005). De acordo com Cerulo (1997), “muitos trabalhos têm tendido a reorientar o que se obteve nos anos 70 ao mudar o foco das identidades individuais para as coletivas”. Embora concordando com Cerulo e outros que pertencem a essa escola de pensamento, este artigo escrutiniza as práticas e processos que criam identidades entre os nativos das Planícies Bamenda enquanto eles estão fora de sua região de origem, especialmente no sudoeste litorâneo de Camarões. Aquilo que eles preservaram e que os fez o que são, ou que eles pensavam ser, e como eles se misturam com o que os locais também possuem no curso de sua migração é crucial neste ensaio.

Não faltam trabalhos que tratam de migrações laborais. Em termos gerais, os limites traçados pelos pesquisadores podem ser categorizados em três partes principais. Primeiro, estes acadêmicos demonstraram que migrações não são um fenômeno novo para a África e já se apresentaram como rurais-rurais, rurais-urbanas, urbanas-rurais. Segundo, a África é um continente com uma quantidade considerável de migrações e os movimentos das populações são ditados por fatores políticos, sociais, econômicos e religiosos. Terceiro, desde a imposição do domínio colonial na África, a maior parte das migrações foram ditadas por trabalho. (Amin 1974; Adepoju 1977, 1998, 2010; Harris 1994; Davidson 1954; Van Onselen 1976).

No seguimento deste artigo, esboçarei a história da migração dos grupos étnicos da região durante o período colonial e pós-colonial, prestando atenção às ondas migratórias e aos fatores que explicam por que as pessoas migraram para vários lugares. O artigo irá aprofundar a análise da relação migrantes-locais, especialmente no litoral de Camarões, e como os nativos das Planícies Bamenda tentaram se agarrar à sua identidade enquanto fora da sua área de origem no caldeirão multicultural da região. O artigo encerra com uma conclusão e uma bibliografia.

Metodologia

De acordo com Thomas (2002: 272), “a importância e significado da metodologia reside no fato de que a questão de que o que é estudado está intimamente conectado com a questão de como isto é estudado”. Na escrita deste artigo, me baseei e expandi em meu artigo anterior (Nkwi 2014)

em que esbocei e analisei a migração dos nativos das Planícies Bamenda para a Europa, América e Ásia, demonstrando como eles têm construído um lar distante nestes lugares diásporos. Também me baseei em outros acadêmicos e em meu artigo sobre identidade, que se baseia na identidade mutável do futebol camaronês (Nkwi 2014). Marcadamente, eu incrementei ao meu argumento anterior o fator *graffie* nas ondas migratórias e no estabelecimento dos nativos das Planícies Bamenda na região sudoeste de Camarões.

Os arquivos nacionais localizados em Buea, região sudoeste de Camarões, foram úteis. Daquele arquivo, eu obtive relatórios da Liga das Nações, assim como informes do Conselho de Tutela das Nações Unidas e de missões visitantes. Eles demonstram estatisticamente como os migrantes da região de Bamenda têm se estabelecido na região de *plantations* da área litorânea ao longo dos anos, especialmente durante os períodos do Mandato e da Tutela.

Minha observação pessoal durante o auge da liberalização política também foi relevante. Moro na região litorânea de *plantations* no sudoeste de Camarões desde 1993, quando fui admitido à Universidade de Buea para estudar história no nível de graduação. Depois disso, fui aceito para o programa de mestrado, o qual completei em tempo recorde, e fui então recrutado para lecionar no mesmo Departamento. Minha formação e o passar dos anos viriam a moldar e afiar meus pensamentos. Durante este longo e ininterrupto período eu observei que os nativos das Planícies se agarravam fortemente à sua identidade, formando associações culturais e interessadamente casando com pessoas de outros grupos nativos. Eles também promoviam encontros culturais anuais, imprimiam almanaques e utilizavam seus trajes tradicionais. Alguns abriram cervejarias e nomearam as marcas com termos étnicos. Por exemplo, a *Afo-a-Kom, embassy; Moghamo drinking spot; Aghem Inn*. Tudo isto denota um esforço para conservar a sua identidade.

Localizando as Planícies Bamenda na Geopolítica Camaronense

O termo Planícies Bamenda remonta ao período da colonização alemã (1884-1916). É utilizado para denotar parte do interior caracterizado por grandes altitudes e natureza gramínea. Exceto pelas galerias de florestas, a área é cheia de belas paisagens gramadas. A população indígena à área imigrou de várias direções e em termos gerais podem ser categorizados em cinco grupos maiores: Tikar, Widikum, Chamba, Tiv e Mbembe. A tabela 1

abaixo expõe os cinco grupos maiores da região.

Tabela 1: Diferentes grupos étnicos das Planícies Bamenda

Grupo Étnico	População
Tikar	Kom, Nso, Oku, Mbiame, Wiya, Tang, War, Bum, Bafut, Mbaw, Fungom, Mmen, Bamunka, Babungo, Bamessi, Bamessing, Bambalang, Bamali, Bafani, Baba, Bangola, Big Babanki, Babanki-Tungo
Widekum	Esimbi, Beba-Befang, Mankon, Ngemba, Ngie, Ngwo, Mogamo, Meta
Chamba	Bali-Nyonga, Bali-Kumbat, Bali-Gangsin, Bali-Gashu, Bali Gham
Tiv	Federação Aghem
Mbembe	Mbembe, Misaje, Mfumte

FONTE: Paul Nchoji Nkwi (1987), *Traditional Diplomacy: A Study of Inter-Chiefdom Relations in the Western Grassfields, North West Province of Cameroon* (Yaounde, Camarões: Departamento de Sociologia, Universidade de Yaounde), 15.

A partir da tabela acima, pode ser percebido que, dos cinco maiores grupos da região, os Tikar são os mais populosos, em termos de subgrupos étnicos, enquanto os Widekum e Chamba vêm em segundo lugar. Os menos variados são os Tiv e Mbembe. Estes grupos étnicos coletivamente constituem as Planícies Bamenda. As vidas das pessoas desta região são marcadas pela migração. No período pré-colonial a maioria deles migrava para o norte da Nigéria, onde eles faziam comércio com a noz-de-cola e em troca adquiriam especiarias e roupas. Excepcionalmente, eles também se aventuravam no Golfo de Biafra, onde vendiam gado e compravam armas dinamarquesas e óleo de dendê. Durante o período colonial eles migraram para o litoral camaronês, onde havia um complexo de *plantations*. O período pós-colonial viu novos destinos migratórios na Europa e América.

Muito foi pesquisado e escrito sobre as Planícies Bamenda, mas a partir das perspectivas de antropólogos, sociólogos e, em uma extensão muito menor, historiadores (Chliver 1961, 1963, 1966, 1967 and 1981; Chilver and Kaberry 1967 and 1970; Kopytoff 1973 & 1972; Nkwi 1976; Nkwi and Warnier 1982; Kopytoff 1972 & 1973; Rowlands 1978; Pelican 2006). Estas leituras são excelentes, por se apresentarem coloridas pelas experiências dos autores e, apesar de muitos deles terem implicitamente abordado migrações, eles não se referiram explicitamente à questão de migrações e identidade dos migrantes em um meio social complexo, uma

lacuna que este artigo se propõe a preencher. Sua migração geográfica durante as migrações coloniais voltou-se principalmente para o sul.

Movimentos em Direção ao Sul

Em geral, migrações em direção ao sul, do interior da África Subsaariana para regiões litorâneas, vêm acontecendo há muito tempo. Cidades e vilarejos costeiros tornaram-se atrativos para a população jovem durante o período colonial e posteriormente por alguns motivos. Um dos quais é que estas cidades se tornaram cidadelas da administração colonial, e diversas pessoas migraram para nelas se empregar como escriturários, mensageiros, cozinheiros, motoristas, prostitutas, mão de obra para trabalhar nas estradas e enfermeiras.

O caso de Camarões não constituiu uma exceção. A criação do complexo de *plantations* nos arredores do Monte Camarões com seu rico solo vulcânico iniciou-se por volta dos anos 1880, logo que os alemães descobriram as terras férteis. A área tornou-se foco de *plantations* de diversos tipos. Realizava-se o cultivo de palmeiras, bananas, pimenta, cacau e borracha. Essa produção atraía mão de obra do interior camaronês e de outras localidades. Havia camaroneses da região francesa, togoleses, nigerianos, ganianos, serra-leonenses, liberianos (Konings 1998 e 2001; Rudin 1938).

Além disso, as políticas coloniais que se voltavam para o desenvolvimento da infraestruturas também atraíam migrantes. A política de construir estradas que deviam conectar o interior ao litoral atraiu muitas pessoas. Tanto os serviços escriturários quanto os auxiliares, como cozinheiros, jardineiros, criados e motoristas, adicionaram ainda mais atrativos. Como resultado, entre as décadas de 1930 e 1960, a costa sudoeste de Camarões tornou-se um caldeirão de muitas culturas imigradas. Significativamente, as *plantations* foram as responsáveis por recrutar a imensa maioria da mão de obra na região. Dentre os migrantes que buscavam trabalho, os nativos das Planícies Bamenda pareciam superar em quantidade a maioria dos demais. A tabela 2, abaixo, mostra o volume de migrantes que chegaram nas ondas entre as guerras. Essencialmente, a tabela mostra a população migrante proveniente das quatro principais divisões da Província de Camarões entre 1926 e 1938 e como os números cresceram ou decresceram ao longo dos anos.

Tabela 2: Mão de obra nas *plantations* categorizada por sua origem, 1926-1938

Ano	Victoria	Kumba	Mamfe	Bamenda	Camarões Francês	Outros	Total
1926	780	2214	1063	1698	6330	63	12128
1927	732	3230	1687	1965	5342	17	12953
1928	434	3798	1441	3577	4925	233	14408
1929	804	2887	1495	3183	4214	287	12866
1930	305	2045	918	2064	3395	233	9040
1931	267	1688	914	1905	2855	592	8319
1932	308	1984	704	2264	4172	992	10994
1933	361	1784	870	2413	4434	281	10123
1934	446	2097	1162	3271	4913	538	12417
1935	689	2854	1650	4832	5251	415	15691
1936	775	3292	2148	6066	5179	661	18120
1937	1078	3153	2653	6322	4992	774	19590
1938	1097	3253	3771	7800	4805	2509	25119

FONTE: Estes números foram obtidos dos Relatórios Anuais da Liga das Nações, encontrados nos Arquivos Nacionais de Buea, Buea, Camarões, referentes aos anos de 1926 a 1938.

Da tabela acima, diversas observações podem ser deduzidas. Primeiramente, dentre as regiões da Província de Camarões, Bamenda forneceu um número significativo de trabalhadores para as *plantations*. Isto pode ser compreendido a partir do fato de que a divisão era a maior em termos de área geográfica e também a mais populosa. Em contraste, a região de Victoria, a menor no quesito de área geográfica, foi a responsável por fornecer o menor volume populacional. Outro motivo por trás deste dado, proposto por pesquisadores, é que a terra na qual as *plantations* se estabeleceram foi expropriada dos nativos de Victoria com muito pouca ou nenhuma compensação (Rudin 1938). Desapontados, eles se recusavam a trabalhar nas mesmas. Outro fator pode ser de que a população não representava um contingente tão significativo quanto o de Kumba, que quase competia com Bamenda em questão de números.

A tabela também mostra a natureza multiétnica do espaço de trabalho migrante no qual os nativos de Bamenda se encontravam. De 1938 a 1947, estatísticas referentes aos imigrantes trabalhadores não foram

localizadas. Tal questão é de difícil compreensão, porém pode-se especular que o cenário internacional, tenso ao final dos anos 1930 na escalada à Segunda Guerra Mundial em 1939, interferiu em muitos serviços. Um dos quais foi a derrocada da Liga das Nações em 1939. Apenas em 1945 uma nova organização internacional, a Organização das Nações Unidas, viria a ser criada. A Corporação de Desenvolvimento de Camarões (CDC) foi criada em 1946 e, entre 1948 e 1969, a companhia manteve rigorosamente seus registros (Epale 1985). A tabela 3 representa o crescimento do trabalho migrante durante o período de tutela e pós-independência. No influxo de muitas culturas, cada um busca conscientemente manter suas características únicas. Foi nestas circunstâncias que os imigrantes Bamenda tentaram conservar sua identidade, em meio a uma complexa situação.

Tabela 3: Análise Divisional da CDC

Ano	Victoria	Kumba	Mamfe	Bamenda	Camarões Francês	Outros	Total
1948	1529	3445	2146	4816	2662	3202	17910
1949	1394	2665	2377	5745	2321	4538	19456
1950	1291	2531	2301	6166	2426	4074	19005
1952	1846	3856	3169	8941	2115	5508	25569
1953	1028	2825	3073	8193	1958	7085	24970
1954	820	2362	2930	8762	1582	7248	25030
1955	658	2426	2806	7965	1369	6070	21664
1956	573	1708	2323	6605	1005	5242	17793
1957	524	1754	2251	6416	895	5498	17472
1958	584	1685	2426	6944	861	6012	18501
1959	588	1534	2341	6140	802	4944	16285
1960	581	1537	2588	7246	808	4705	17468
1961	588	1602	2664	7167	835	4238	17094
1962	561	1585	2449	6936	732	3187	15430
1963	548	1628	2280	6454	672	816	12378
1964	565	1900	2268	6461	764	738	12716
1965	589	1809	2414	6669	676	614	12651
1966	556	1678	2248	6004	623	450	11559
1967	611	1719	2305	6009	622	422	11688
1968	716	1976	2350	6516	690	316	12564

Ano	Victoria	Kumba	Mamfe	Bamenda	Camarões Francês	Outros	Total
1969	950	2312	2933	7487	753	310	14745

FONTE: Relatórios Anuais da CDC.

A Relação entre os Migrantes e os Locais e a Criação de Identidade

A superioridade numérica dos migrantes nativos das Planícies Bamenda determinou sua relação com os locais, particularmente na região das *plantations*. Estas, em particular, atraíram muitos migrantes da região de Bamenda ao longo do tempo e espaço, como demonstrado pelas tabelas 2 e 3 acima. Os migrantes vindos desta região representavam a maioria da população imigrada na região das *plantations*. No princípio, as relações entre os migrantes eram cordiais, entre a minoria do sudoeste e a maioria do noroeste. Acadêmicos com pesquisas referentes ao trabalho nas propriedades estabeleceram o consenso de que não havia problemas (Ardenner et.al. 1960; Delancey 1973; Konings 1996, 1998 e 2001). De acordo com estes autores, os dois grupos exerciam um alto nível de cordialidade em relações interétnicas encapsuladas na filiação a igrejas e sindicatos. Havia também coordenação para combater qualquer forma de exploração do trabalho como a greve dos trabalhadores da CDC nos anos 1940 (Konings 2001). A política governamental e religiosa de promover um Estado multiétnico auxiliou na solidificação das relações entre os migrantes nativos das Planícies Bamenda e os locais. Sua linguagem, que era o inglês pidgin, uma língua franca de origem crioula, colaborou para manter os dois grupos unidos. Esta parceria não possuía data marcada para acabar.

Os efeitos do aumento contínuo de migrantes Bamenda nas *plantations* do sudoeste logo se tornaram dramáticos e amargos. Crucial para a piora das relações foi a etnicidade e as políticas de identidade e pertencimento adotadas pelo governo de Camarões durante os anos 1990 (Nkwi 2006). Apesar de inicialmente os migrantes Bamenda que rumaram para as *plantations* trabalharem e retornarem para suas áreas de origem, no longo prazo muitos escolheram se aposentar e permanecer nas áreas litorâneas. Motivos para tais escolhas podem ser encontrados no fato de eles priorizarem as terras férteis e a modernidade em detrimento de suas “aldeias atrasadas”. Isso levou muitos trabalhadores a encontrarem acomodações em cidades e vilarejos próximos das *plantations*. À população migrante Bamenda logo se juntavam amigos e parentes, principalmente

devido às terras férteis que lhes eram cedidas para cultivo pelos locais. Isto logo inflou a população de migrantes Bamenda. As terras, inicialmente compradas a preços promocionais, logo passaram a ser comercializadas, e a população imigrante, em sua maioria Bamenda, tornou-se agressiva na obtenção de propriedades.

O efeito resultante de tudo isso foi óbvio. A população local passou a invejar os migrantes Bamenda. Isto se devia à natureza empreendedora dos migrantes de Bamenda e também por esta população não respeitar as autoridades e leis dos locais. Eles também eram invejados por sua contínua sedução das mulheres locais e sua indisposição de realizar investimentos significativos na comunidade local. A percepção geral dos migrantes Bamenda era de que estes estavam interessados apenas na exploração e dominação da população local, ao mesmo tempo que se mantinham leais apenas ao seu próprio grupo étnico, evidenciado em última instância pelo seu frequente desejo ou de retornarem para casa ao fim de sua vida profissional, ou de serem enterrados na terra de seus ancestrais, ou de formarem associações étnicas nas quais praticavam sua cultura.

Nos anos 1990, seguindo-se ao processo de redemocratização, o governo de Camarões decidiu explorar esse antagonismo de acordo com sua política de dividir para governar. Instaurou-se uma nova constituição, uma antítese daquela de 1972, que garantia proteção a todos os cidadãos do país para se estabelecerem livremente aonde quer que quisessem. Ao invés disso, a constituição de 1996 prometia proteção estatal para todas as minorias, em um momento em que as eleições se aproximavam. O mais marcante não era a promessa de proteção de minorias, mas sim o fato de que ela estendia o significado tradicional de minorias a proporções exageradas, além do que se imaginava. Fazia ainda parecer que as minorias só poderiam vir a sobreviver através da proteção do Estado. Os sul-ocidentais fizeram exatamente isso contra a maioria migrante Bamenda e se voltaram para o governo e seu partido contra a oposição. Obviamente, a nova constituição havia aumentado as proteções dos locais e jogaram gasolina na já existente fogueira de tensões entre a minoria sudoeste e os imigrantes Bamenda. Mesmo assim, a população de imigrantes era avassaladora o suficiente para virar os resultados das eleições a favor da oposição, com sua base eleitoral em Bamenda.

Assim, durante as eleições municipais de 26 de janeiro de 1996, as elites partidárias pró-governistas do sudoeste perderam para o SDF, o principal partido de oposição, que tinha Bamenda como base, que ganhou a maioria dos distritos eleitorais urbanos chave da região. O impacto da imigração Bamenda, ao alcançar o poder político, havia completado seu ciclo. Questionado em uma entrevista de rádio sobre o que havia acontecido,

a mais alta autoridade civil da região, Sua Excelência, Governador Oben Peter Ashu, respondeu que a causa era a população imigrante da região noroeste de Camarões. Imediatamente, os migrantes Bamenda foram marcados como “vêm-e-não-vão”. Em outras palavras, eles foram iguados à sarna, uma teimosa doença de pele que dura muito tempo. A insinuação pelo governador de que a oposição ganhou muitos distritos por causa da população migrante permanece em debate. O que é certo é que o peso demográfico dos migrantes nativos das Planícies Bamenda na região era significativo.

Colocado em uma perspectiva apropriada, os migrantes de Bamenda e os camaroneses do sudoeste têm antagonismos históricos mais profundos, que antecedem os anos 1990. Na década de 1950, foi formada a VIKUMA, significando Victoria, Kumba e Mamfe, as três regiões de Camarões sob administração colonial britânica (Nkwi 2006). Isso ocorreu para se opor contra o Partido Democrático Nacional de Kamerun (KNPD), baseado na região das Planícies Bamenda e que era acusado de vitimar pessoas da região das florestas. Estes eram obra das elites políticas tradicionais nessas divisões. Nos anos 1990, seu paralelo era a Associação das Elites do Sudoeste (SWELA). Com o início do pluralismo político em 1990, as elites políticas do sudoeste, em uma tentativa de frustrar as ambições e desejos daqueles que se opunham ao *status quo ante*, formaram a SWELA, em 1991, que eles descreviam como apolítica (Nkwi 2006). Apesar disso, seus objetivos secretos sugerem que ela representava uma associação política formada para resistir à população de nativos das Planícies Bamenda que estava crescendo na região sudoeste. No meio de todas estas associações, os *graffie* resistiram, optando por permanecer e se agarrar à sua identidade. A próxima seção foca em como os homens e mulheres *graffie* vinham criando e lidando com sua identidade no meio dos multifacetados grupos étnicos no quadrante litoral de Camarões.

A Criação e Administração da Identidade

No meio de múltiplas culturas, os nativos das Planícies se propuseram a manter sua identidade. Um dos caminhos que levaram os imigrantes a um sentimento de pertencimento foram as associações étnicas e culturais. Acadêmicos pesquisaram a formação de associações tribais e culturais (Little 1972; Geschiere & Gugler 1998:309-319; Gugler 2002). Abaixo está o perfil de um grupo nativo, Kom, um grupo majoritário nas Planícies Bamenda cuja formação, experiência e *modus operandi* é representativo de um dos principais argumentos deste artigo.

Kom é o segundo maior grupo étnico das Planícies Bamenda (Fanso

1989), cuja população vinha migrando para as *plantations*. Em 1966, os migrantes Kom formaram uma associação étnica conhecida como União Kom. Sua base era em Buea. A associação à entidade era aberta para servidores públicos e trabalhadores migrantes da etnia Kom residentes não apenas em Buea, mas também em Kumba, Victoria, Tiko, Mutengene, todas áreas costeiras que atraíam migrantes das Planícies Bamenda. Um significativo e relevante fato no que concerne a associação é o fato de que a população Kom havia começado a praticar sua cultura através de músicas e danças, das quais a mais popular era *njang*. *Njang* é uma música folclórica tradicional. Na maior parte do tempo a música e letras se referiam a importantes eventos históricos. Aqueles que dançavam e cantavam *njang* eram homens e mulheres, meninas e meninos. Instrumentos tradicionais como gongos metálicos e um pequeno tambor eram usados durante a coreografia (Nkwi 2010). O local de encontro, no pavilhão do Kom mais ancião, era conhecido como palácio Kom. E o local era um ponto de encontro para todos os Kom que se encontravam em Mamfe, Kumba, Buea e Victoria.

A identidade era o aspecto mais relevante que marcava essas associações e as reuniões mensais que eram realizadas. Contribuições mensais e taxas de condolências eram compulsórias. Acima de tudo, havia uma constituição, cujas normas eram escrupulosamente seguidas pelos membros. Assim como Schipper (1999: 2) observou que “através dos séculos, os seres humanos criaram binários, estabelecendo imagens deles mesmo como opostos de outros, e incorporaram estas imagens em histórias, músicas, e outras formas de expressão”. O povo Kom também bebia óleo-de-dendê (um líquido parecido com leite, extraído de uma palmeira) e comia suas refeições tradicionais, que consistiam de milho fufu e galinha assada (*abain ni gwei e katign e*). Nessas reuniões, os Kom socializavam como costumavam em suas aldeias. Ao fazê-lo, eles incluíam e excluía outros que não pertenciam ao seu grupo. A questão aqui é que a população Kom estavam se identificando através de sua cultura, apesar de fora de Kom, e ao mesmo tempo estavam construindo um lar fora do lar ao longo de sua mobilidade geográfica.

Aonde quer que os nativos das Planícies Bamenda se encontrassem, seja no litoral ou em outra localidade em geral em Camarões, eles permaneciam leais à sua identidade. Domar e domesticar esses lugares e espaços, como as *plantations* e o litoral, representava a criação de novos lares, vistos e entendidos como uma forma de lidar com a vida e a cultura fora de suas áreas de origem. O lugar final era um lar, onde eles poderiam eventualmente preferir terminar suas vidas. Assim eles podem ser vistos como “essencialistas”, na falta de uma palavra melhor, pelo seu vestuário. Mas em outros aspectos eles se transformam conforme passam a consumir

novos produtos nos diversos locais. A necessidade de “Komificar”, no caso dos Kom, ou de “Nsoificar”, no caso dos Nso, ou de “Wehificar”, no caso dos Weh, ou de “Isuificar”, no caso dos Isu, em lugares distantes sugere a noção de “virtual” e “real”, uma situação que poderia ser bastante ambígua.

Os reais Kom, ou Nso, ou Aghem, ou Weh, eram aqueles que haviam delineado geograficamente as fronteiras. Os grupos étnicos formavam associações tribais e/ou culturais que lembravam àquelas encontradas em suas áreas de origem. Isso não era novidade na história de tais associações na África. Mas o que era importante e relevante no que concernia a suas associações era que elas criavam o sentimento de pertencer a um lar e, portanto, através de tais associações, criavam um lar fora do lar. Além disso, tais associações também existiam para lembrar aqueles que não haviam migrado que seus amigos e parentes que se deslocaram não deveriam ser esquecidos. De fato, essas associações participavam de projetos de desenvolvimento na região de origem das etnias. Quando a permanência dos migrantes acabava, eles poderiam ser recebidos de volta na sua região como heróis e heroínas, pois eles ao menos haviam participado na manutenção do progresso de sua sociedade durante sua ausência. Alguns trabalhos excelentes foram realizados em outras regiões da África, no que pode ser de forma geral agregado como uma “conexão rural-urbana” (Gugler 1961).

Tais associações existiam nas mentes dos migrantes, que pertenciam a redes de pertencimento e solidariedade. Toda questão está longe de ser simples. Enquanto estudante na Holanda eu participei de diversas reuniões dos nativos das Planícies Bamenda. O povo Kom sempre buscava confirmar sua “Kom-nice”. Muitos mal podiam falar na língua Kom. Alguns eram casados com esposas europeias. Isso nos levou a criticamente abordar a questão da identidade Kom, não sob um aspecto geográfico, mas sob um aspecto que identificasse o povo Kom como Kom. A essência da identidade Kom não reside apenas na língua ou cultura Kom *per se*, mas mais no desejo por pertencimento. Esses são indicadores de que, ao longo dos anos, o movimento da população para dentro e fora das Planícies Bamenda e seus encontros adicionaram uma nova dimensão à sua identidade. Como Nyamnjoh (2014) argumentou se referindo à identidade cultural “...identidade poderia ser imaginada e real ... de forma que é um convite a contemplar um modo desterritorializado de pertencimento, onde as relações importam mais do que o local de nascimento em que alguém se sente ou não em casa”. Pelican adiciona ainda que

[...] identidades pré e pós-coloniais em Camarões e ao longo da África são experiências complexas, negociadas e relacionais, que exigem uma articulação mais nuançada do que essencialista de identidade e pertencimento. Com os Tika... assim como com qualquer grupo em

Camarões e na África, ser autêntico é uma função de como a raça, local, cultura, classe e gênero definem e prescrevem, incluem e excluem. Essas hierarquias sociais assumem diferentes formas, dependendo dos encontros, relações de poder e noções prevalentes de personalidade, agência e comunidade (Nyamnjoh 2014 & Pelican 2006).

Pode ser argumentado, assim, que a maior parte da identidade dos migrantes das Planícies Bamenda começou a se deslocar do ponto essencialista que os manteve congelados em termos geográficos. Sua contínua criação de identidade nas *plantations* litorâneas também levanta o argumento primordial que, de acordo com Appadurai (2006), sustenta que:

Todos os sentimentos de grupo que envolvem um forte sentido de identidade de grupo, de ‘nós’, buscam neles apegos que unem coletividades pequenas, íntimas, normalmente aquelas baseadas no parentesco e suas extensões. Ideias de identidade coletiva baseada em reivindicações de sangue, solo ou língua trazem sua força afetiva que une pequenos grupos.

Appadurai está aqui se referindo à tese de que as populações com um forte senso de união derivam sua inspiração do parentesco, linguagem, e origem geográfica.

Conclusão

Migração ao redor do mundo não é um fenômeno novo. Ele está presente ao longo de toda história humanidade. Muitos fatores já foram responsáveis por movimentos populacionais de uma região para outra. Nas sociedades africanas pré-coloniais, as pessoas migravam em busca de comida, comércio por trocas e às vezes devido a desastres naturais. As migrações coloniais passaram a ser mais frequentemente ditadas por políticas coloniais, que, dentre outras, incluíam a abertura de *plantations* e mineração de diamantes, bauxita, manganês e ouro. A administração colonial também impunha impostos que os africanos eram condenados a pagar de forma a manter o aparato colonial funcionando. Acesso à educação e a abertura de novos serviços públicos também se combinavam individual e coletivamente para causar a migração de povos em diferentes direções. A migração de mão de obra, assim, tornou-se uma das dinâmicas que marcavam os movimentos populacionais durante o período colonial. Em tempos pós-coloniais, tendências migratórias que surgiram a partir do domínio colonial continuaram, apesar de algumas alterações.

Em Camarões, a abertura do complexo de *plantations* no quadrante litorâneo atraiu a migração de mão de obra das Planícies Bamenda. Essa região, que se tornou uma área exportadora de mão de obra, viu suas pessoas

se dirigirem ao sul rumo às *plantations* em grandes números. Assim como suas contrapartes de outras regiões de Camarões, os nativos das Planícies se propuseram a construir sua identidade em meio a muitas outras culturas. Eles se agarraram às características culturais principais de seus lares e assim construíram lares fora do lar. Este artigo concluiu que, apesar dos muitos povos e suas respectivas culturas no sudoeste costeiro de Camarões, os nativos das Planícies Bamenda mantiveram sua identidade. Ele também defende que o conceito *graffie*, que se tornou bastante popular nos anos 1990 para pejorativamente se referir aos homens Bamenda, e de forma ambígua a qualquer povo empreendedor e viril, possuía raízes históricas mais profundas, que não haviam sido exploradas na história migratória do fenômeno. Conforme o mundo se torna mais e mais interconectado com a mobilidade acelerada de seres humanos, ideias e culturas, a implicação é que identidades únicas passam a estar ameaçadas e correm o risco de ser erradicadas. Como o artigo amplamente demonstrou, apesar de os nativos das Planícies Bamenda casarem com locais e outros povos, dificilmente se pode falar de uma identidade confinada e congelada. Assim, será apropriado avaliar a identidade como Cooper, compreendida como um fenômeno construído que é fluido e contestado. Em uma nota final, o artigo apenas principiou o estudo da construção de identidade dos nativos das Planícies Bamenda na região litorânea. O estudo de outros migrantes em busca de trabalho de outras partes de Camarões pode revelar alguns paralelos e similaridades. Qualquer seja o caso, seja construída ou fluida, a identidade é um fenômeno tão forte que não pode ser ignorado quando se escreve a história da migração de qualquer região do mundo.

REFERÊNCIAS

- Adepoju, Aderanti. 2010. *International migration within, to and from Africa in a Globalized World*. Lagos: Sub-Saharan Pub and Traders.
- _____. 1977. "Migration and development in tropical Africa: Some research priorities". *African Affairs*, Vol. 76, No. 303: 210-225
- _____. 1998. "Linkages between internal and international migration: *The African International Social Science Journal*, Vol. 50, No. 157: 387-395.
- _____. 2010. *International migration within, to and from Africa in a globalized world*. Lagos: University of Lagos Press
- _____. 1977. "Migration and Development in Tropical Africa: Some Research Priorities". *African Affairs*, Vol.76, No.303:210-225.
- _____. 2008. *Migration in sub-Saharan Africa*. Uppsala: Nordickinstitute.

- Amin, Samir. 1974. *Modern Migrations in Western Africa*. London: Oxford University Press.
- Appadurai, Arjun. 1996. *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*. Minnesota: University of Minnesota Press.
- Ardener, Edward; Ardener, Shirley & Warmington, W.A. 1960. with a contribution by M.J Ruel, *Plantation and village in the Cameroons: Some economic and social studies*. Oxford: Oxford University Press
- Ardener, Edwin. 1996. "The plantations and the people of Victoria". In: Shirley Ardener, ed., *Kingdom in Mount Cameroon: Studies in the history of the Cameroon coast, 1500-1970*.(Oxford: Oxford University Press, pp. 243-266;
- Awasum, Nicodemus. 1998. "The Development of Autonomist Tendencies in Anglophone Cameroon" pp. 163-183. *Journal of Third World Studies*. Vol. Xv, No. 1: 163-183
- Bakewell, Oliver e de Haas, Hein. 2007. "African Migrations: continuities, discontinuities and recent transformations". In Patrick Chabal, Ulf Engel and Leo de Haan (eds.) *African Alternatives*. Leiden: Brill: 95-118.
- Black, Richard; King, Russel e Tiemoko, Richmond. 2003. "Migration, return and small enterprise development in Ghana: a route out of poverty" *Sussex Migration Working Paper no.9*: Centre for Migration Research,pp. 1-21
- Cerulo, Karen A. 1997. "Identity Construction: New Issues, New Directions" *Annual Review of Sociology*, Vol.23: 385-409.
- Chilver, Elizabeth M. 1963. "Native administration in West Central Cameroons, 1902-1954" In: K. Robinson & F. Madden, eds. *Essays in imperial government*. (Oxford: Oxford University Press, pp. 100-108;
- _____. 1966. *Zintgraff's exploration in Bamenda, Adamawa and the Benue lands, 1889-1892* (Buea: Government Printing Press.
- _____. 1970. "Chronology of the Bamenda Grassfields" *The Journal of African History*, Vol. II, No. 2: 249-257;
- _____. 1967. "The kingdom of Kom in West Cameroon". In: Daryll Forde & P.M.Kaberry, eds. *West African kingdoms in the Nineteenth Century*. (Oxford: Oxford University Press, pp.123-145.
- _____. 1961. "Nineteenth century trade in the Bamenda Grassfields". *Afrika und Uerbersee*, xiv, 4: 233-258;
- _____. 1971. "Chronological synthesis: The western region, comprising the western grassfields, Bamum, the Bamileke chiefdoms and the central Mbam". In: Claude. Tardits, ed., *The contribution of ethnolog-*

- ical research to the history of Cameroon cultures. Paris: Karthala, pp. 453-475.
- Chilver, Elizabeth M e Kaberry, Phyllis M.. 1970. *Traditional Bamenda: The pre-colonial history and ethnography of the Bamenda Grassfields*. Buea: Government Printing Press.
- Cooper, Frederick. 2005. *Colonialism in Question: Theory, Knowledge, History*. Berkeley/Los Angeles/ London: University of California Press.
- Cordell, Denis D.; Gregory, Joel W. & Piche, Victor. 1996. *Hoe and wage: A social history of a circular migration system in West Africa*. Boulder, CO: Westview Press.
- Davidson, R.B. 1954. *Migrant labour in the gold coast*. Achimota: University of Legon Press
- Delancy, Mark.W. 1973. *Changes in Social Attitudes and Political Knowledge among Migrants to Plantations in West Cameroon*. Indiana: Indiana University.
- Epale, Simon Joseph. 1985. *Plantation and Development in Western Cameroon 1885-1975: A Study in Agrarian Capitalism*. New York: Vantage Press.
- Geschiere, Peter & Nyamnjo, Francis Beng. 2001. "Capitalism and Autochthony: the Seesaw of Mobility and Belonging," pp.177-194. In John L. Comaroff and Durham N.C. (eds) *Millennial Capitalism and the Culture of Neoliberalism*. New York. Duke University Press.
- Geschiere, Peter & Gugler, Josef. 1998. "Introduction: The Urban-Rural Connection, Changing Issues of Belonging and Identification" *Africa: Journal of the International African Institute*, vol.68, no.3: 309-319.
- Gugler, Josef. 1961. "Life in a Dual System: Eastern Nigerians in Town, 1961" *Cahiers D'Etudes Africains*, Vol.xi, No.43: 400-419.
- _____. 2002. "The Son of the Hawk Does Not Remain Abroad: The Rural-Urban Connection in Africa" *African Studies Review*, Vol.45, No.1: 21-41.
- Harris, Patrick. 1994. *Work, culture and identity: Migrant laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910: Social History of Africa*. London: Oxford University Press.
- IOM. 2004. *International Organisation for Migration*.
- Konings, Piet. 1996. "Chieftaincy, Labour Control and Capitalist Development in Cameroon." *Journal of Legal Pluralism and Unofficial Law*, No.37-38, 329-346
- _____. 2001. "Mobility and exclusion: Conflicts between autochthons and allochthons during political liberalization in Cameroon". In: M. de Bruijn, R. Van Dijk & D. Foeken, eds. *Mobile Africa: Changing pat-*

- terns of movement in Africa and beyond*. Leiden: Brill, pp.169-194.
- _____. 1988. *Uniliver estates in crisis and the power of organisations in Cameroon*. Hamburg: Lit Verlag
- Konseiga, Adama. 2005. “New Patterns of Migration in West Africa” *Stichproben Wiener Zeitschrift für Kritisches Afrikastudien*, Vol.1, Nr.8, pp.23-46;
- Little, Kenneth. 1972. “Voluntary Associations and Social Mobility Among West African Women” *Canadian Journal of African Studies*, vol.6, No.3:278-88
- Nkwi, Walter Gam. 2010. *Voicing the Voiceless: Towards Filling Gaps in Cameroon History, 1959-2009* Mankon, Bamenda: Langaa Research and Publishing House.
- _____. 2006c. “Elites, Ethno-regional Competition in Cameroon, and the Southwest Elites Association (SWELA), 1991-1997” *African Study Monographs*, Vol.27, No.3:123-143.
- Nkwi, Paul Nchoji. 1982. *Traditional diplomacy: A study of inter-chiefdom relations in Western Grassfields Northwest Province of Cameroon*. Yaoundé: Department of Sociology Press.
- Nyamnjoh, Francis B. 2005. “Images of Nyongong amongst Bamenda Grassfielders in WhitemanKontri”. *Citizenship Studies*, Vol. 9, No. 3: 241-269.
- Rowlands, Michael. 1978. “Local and long-distance trade and incipient state formation in the Bamenda plateau in the late 19th century”. *Paideuma*, No. 25, 1-19.
- Rudin, Harry. 1938. *The Germans in Cameroon: A Case Study in Modern Imperialism*. Yale: Yale University Press
- Schipper, Mineke. 1999. *Imagining Insiders: Africa and the Question of Belonging*. London: CASSELL.
- Thomas, N. 2002. “History and Anthropology” pp.272-295. In Allan Barnard and Jonathan Spencer. Eds. *Encyclopaedia of Social and Cultural Anthropology*. London and New York: Routledge.
- Van Onselen, Charles. 1976. *Chibaro: African mine labour in Southern Rhodesia, 1900-1933*. Johannesburg: University of Wits Press
- Veronika, Bilger & Kraler, Albert (eds.). 2005. “African migrations: Historical perspectives and contemporary dynamics”. *Special Issue: Vienna Journal of African Studies*, Vol. 1, No. 8:1-329.
- Warnier, Jean-Pierre. 2012. *Cameroon Grassfields Civilisation Mankon, Bamenda* : Langaa RPCIG

Whitman, Jim (ed) 2000. *Migrants citizens and the state in Southern Africa*
London: University of Oxford Press.

RESUMO

O presente artigo foca nas dinâmicas de migração interna, tomando o caso dos migrantes naturais das Planícies Bamenda no litoral de Camarões, e destaca como tais migrações deram origem ao enigma identitário entre aqueles que vieram a ser chamados *graffie* e os locais. Questiona como a politização da identidade pode ser compreendida dentro das dinâmicas históricas e políticas de Camarões. O artigo também defende que, no início da colonização britânica, muitos habitantes da região migraram para o complexo industrial do litoral de Camarões como mão de obra para as plantations, além de como auxiliares em outros serviços coloniais. Depois de trabalhar nestes serviços eles se aposentaram e tornaram-se empreendedores, para desgosto dos locais. Eles foram, assim, pejorativamente denominados *graffie*. Usando o conceito de identidade em migração o artigo questiona por que e como os *graffie* lidaram com sua identidade em espaços heterogêneos, como a região sudoeste de Camarões.

PALAVRAS-CHAVE

Migração; Identidade; *graffie*; Camarões.

Recebido em 13 de março de 2017.

Aprovado em 31 de julho de 2017.

Traduzido por Salvatore Gasparini Xerri

A DIPLOMACIA DE PRESTÍGIO NA ÁFRICA DO SUL DE NELSON MANDELA (1994-1999)

Pedro Vinícius Pereira Brites¹
Yuri Debrai Padilha²

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de formulação e de tomada de decisão na Política Externa sul-africana durante o Governo de Nelson Mandela entre 1994 e 1999. Esse período é marcado pela reinserção da África do Sul na comunidade internacional após o fim do regime segregacionista do *Apartheid* que vigorou no país entre 1948 e 1994. A eleição de Nelson Rolihlahla Mandela (1994-1999) pelo *African National Congress* (ANC) marca essa transição e abre caminho para que a África do Sul busque reorientar sua política externa para o continente africano.

Tendo em vista o período em questão, marcado pelo final da Guerra Fria e as mudanças decorrentes do processo de erosão da ordem internacional que deriva do colapso da URSS, essa pesquisa procura avaliar de que forma, portanto, a Política Externa Sul-africana no governo Mandela procurou reposicionar o país diante desse contexto. Destarte, este estudo considera as variáveis e os indicadores, internos e externos, que incidiram e condicionaram a política externa do país no período analisado, bem como os atores principais responsáveis por conduzir a política externa. Cabe destacar que nesse contexto, a diplomacia presidencial exerceu papel fundamental na inserção internacional do país. Por isso, o papel de Mandela será objeto de especial atenção.

A visão da política externa aqui adotada enquadra-se na perspectiva realista de Análise de Política Externa (APE). Nesse sentido, entende-se que a política externa dos Estados aponta para os objetivos e linhas principais

1 Curso de Relações Internacionais, Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter), Porto Alegre, Brasil. E-mail: pvbrites@gmail.com

2 Curso de Relações Internacionais, Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter), Porto Alegre, Brasil. E-mail: yuridebraipadilha@gmail.com

de atuação do país, bem como é composta pelas estratégias que esse ator irá adotar diante das variações nas dinâmicas internacionais, em outros termos, avaliando o poder relativo que cada Estado detém em termos comparativos aos demais (Figueira 2011). Assim, ao contrário da visão interméstica que concede mais peso às dinâmicas internas na formulação de política externa, neste trabalho compreende-se que a política externa é produto do interesse nacional e baseia-se no cálculo racional de oportunidades de inserção internacional.

Para atingir seu objetivo, o presente estudo está dividido em duas seções principais. Na primeira, analisa-se a evolução histórica da inserção internacional da África do Sul com vistas a se compreender os principais marcos da política externa do regime do *Apartheid*. Na segunda seção, dedica-se à análise de política externa do governo de Nelson Mandela (1994-1999). Desse modo, procura-se avaliar a política externa do país e o papel da diplomacia presidencial para a reorientação da inserção internacional do país no período analisado.

No término deste trabalho, será frisada a importância de estudar-se o recente passado do *Apartheid* e da colonização segregacionista na África do Sul para a melhor compreensão em estudos contemporâneos. E ainda, destacar-se-ão os principais atores envolvidos na tomada de decisão sul-africana, assim como também serão apontados os principais indicadores da conjuntura analisada.

Da colonização ao *Apartheid* sul-africano: distanciamento regional e subimperialismo

A inserção internacional da África do Sul é condicionada pela sua posição geoestratégica e pelo padrão de relacionamento que foi estabelecido com os vizinhos ao longo do período de colonização e posteriormente durante o regime do *apartheid*. Assim, como vistas a verificar como essas questões impactaram sobre a política externa estabelecida no governo Mandela, essa seção dedica-se a realizar um breve histórico da evolução da África do Sul e as características da política externa durante o regime racista.

Localizada na parte mais austral do continente africano, a África do Sul, cercada pelos Oceanos Atlântico e Índico, possui histórico fortemente marcado pelo regime do *Apartheid*, fruto de colonização calvinista (holandeses, franceses e alemães) e inglesa. Seus primeiros registros de colonização estão ligados aos portugueses, por volta dos séculos XV e XVI, onde já se reconhecia o potencial geopolítico³ ligado à região da atual cidade

³ A África do Sul localiza-se no extremo sul do continente africano. Em termos geopolíticos,

do Cabo, que servia como ponto de abastecimento de embarcações na rota entre Europa e Ásia. Esta localidade foi a primeira região da África Austral a ser ocupada por europeus. No início do século XVI, o império português já havia perdido espaço e competitividade para os holandeses, pois estes possuíam barcos e técnicas mais desenvolvidas (UNESCO 2010).

A colonização holandesa iniciou por meio da Companhia Holandesa das Índias Orientais, em meados de 1652, localizando-se no que hoje se conhece como Cidade do Cabo. O local serviria como um ponto de abastecimento de alimentos para as embarcações holandesas. Tais colonizadores dominaram terras e trouxeram escravos vindos de diversos países (Moçambique, Madagascar e Índia), além de escravizar, expulsar ou, até mesmo, exterminar alguns dos nativos locais, por meio de conflitos ou, também, através de doenças trazidas pelos europeus. Frente a isso, alguns destes nativos locais, denominados por *Khoisan*, migraram para o nordeste do país. Tal migração também ocorrera devido às práticas racistas realizadas pelos respectivos colonos que eram instruídos a se relacionarem minimamente com a população africana que já habitava o local (Branco 2003).

Por volta de 1795, devido a mudanças estruturais no sistema internacional ligadas à ascensão de Napoleão Bonaparte, o Império Britânico, em momento de grande expansão, decide investir na conquista do Cabo. O domínio do Cabo da Boa Esperança ocorre, e, localizados ao leste da África do Sul, os ingleses instauram o modo de produção capitalista na região. Mesmo com avanço da instalação capitalista, os colonos calvinistas decidem permanecer no país e permanecerem integrados à África do Sul (Braga 2011).

Tais camponeses holandeses, que ocupavam a atual cidade do Cabo, também reconhecidos pelos ingleses como *boêres*, deram-se por descontentes em relação a hostilidade e o modo de vida britânico, sentimento agravado ainda mais após a abolição da escravatura pelo Parlamento britânico (1807), que intensificava o conflito de interesses entre ingleses e calvinistas, conforme apresentado na tese de Branco: Os *boêres* não aceitaram o fato dos ex-escravos serem postos em pé de igualdade com os cristãos, coisa que, segundo eles, contrariava as leis de Deus (Branco 2003).

Ademais, os *boêres* já não estavam contemplados pelo tratamento da metrópole para com eles, por questões administrativas, comerciais e com a falta de apoio da Companhia em auxiliar o grupo em conflitos contra

o país apresenta posição privilegiada em termos marítimos, pois está no centro da rota que liga o Oceano Atlântico ao Índico. Nesse sentido, a ocupação da região oferece uma posição geoestratégica privilegiada para o controle das rotas marítimas e para o acesso à Ásia e América do Sul.

populações locais. Neste ambiente, o grupo desenvolvia uma consciência e identidade própria, preservando o modo de vida no campo e a religião trazida pelos antepassados, sem desejo de retorno para Europa. Neste entendimento, os bôeres manifestavam um sentimento africanizado de pertencimento ao determinado território africano e decidem migrar para outras regiões do país, posteriormente nomeadas como O Estado Livre de Orange e República do Transvaal (Branco 2003).

Durante o século XIX, uma série de conflitos transcorreu no território africano. A ascensão do grupo Zulu, consolidado através da união de três clãs locais, ocasionou o chamado “esmagamento” de outras etnias que ocupavam o território próximo à saída para o Oceano Índico. Devido à expansão dos Zulus, membros de outras etnias buscaram refúgio na Colônia do Cabo, procurando trabalho com os ingleses. A migração dos *afrikaners* também resultou em confrontos com demais grupos de diferentes etnias, além de escravizar outros negros na região. Buscando autonomia para seu modo de vida, os *afrikaners* fundaram duas repúblicas: o Estado Livre de Orange e Transvaal, ambos calvinistas, escravistas e de fala holandesa (Visentini 2012).

Na segunda metade do século acima mencionado, cerca de 6 mil imigrantes indianos chegaram à cidade de Natal. Desta forma, o território sul-africano estava sob o poder de britânicos, calvinistas e zulus, somado a indianos e demais grupos étnicos que buscavam trabalho com brancos segregacionistas. Na época mencionada, a população negra do país equivalia a 10 vezes mais do que a população branca. Com a descoberta das jazidas diamantíferas (1865), os ingleses, que ocupavam mais territórios, conquistaram repúblicas *afrikaners*, contribuindo para o aumento da rivalidade entre os demais povos, dominando, então, ao fim deste mesmo século, grande parte da indústria mineradora local. Destaca-se, deste modo, ao fim do século XIX, o domínio econômico e militar do Império Inglês em grande parte do território africano (Braga 2011).

O início do século XX é marcado pelo fim dos conflitos entre ingleses e bôeres e, por conseguinte, pela lei aprovada pelo parlamento britânico, em 31 de maio de 1910 (South Africa 2016), que dá origem à União Sul-Africana, marco que acarretaria em uma série de consequências.

A constituição do país continha princípios que iriam afetar profundamente o curso da história sul-africana: o inglês e o holandês foram reconhecidos como línguas oficiais; foi estabelecido um Estado unitário e o sistema parlamentarista; algumas leis peculiares de cada província foram mantidas, principalmente àquelas concernentes à questão racial. Louis Botha tornou-se o primeiro-ministro de um país com 4 milhões de negros, 500.000 mestiços, 150.000 indianos e 1.275.000 brancos (Braga 2011: 66).

A segregação racial e o senso de superioridade da elite branca já fazia-se presente na África do Sul desde a chegada dos calvinistas, e, quando independentes da Coroa Britânica, estes desenvolveram uma série de leis segregacionistas. Um dos exemplos é o *Native Plan Act* (1913), que dividiu o território da África do Sul em duas partes: 93% do território fora designado para exclusividade da minoria branca, que representava, naquele momento 10% da população. Já a população negra, que correspondia a 75% de toda população, fora deixada com apenas 7% do território (Pereira 2010).

Como reação à nova república e ao Partido Sul-Africano, que do governo se apropriava, foi criado o Congresso Nacional Africano (em inglês *African National Congress-ANC*) (1912), partido organizado por intelectuais negros que buscavam a libertação de seus povos. Já em 1914, fundou-se o Partido Nacional, formado por *afrikaners* e fazendeiros que objetivavam a não-ingerência inglesa na região. A elite branca motivada pelo capitalismo como modo de produção contribuiu para um rápido crescimento do país e monopolizou o domínio do local (Braga 2012). A formação demográfica e o arranjo social que se estabeleceu entre essas elites e a maioria da população acabaram por lançar as bases para a segmentação social instituída nos anos 1940.

Apesar de todo contexto histórico, o *Apartheid* foi efetivamente instituído em 1948, quando o Partido Nacional Reunificado, representado por *afrikaners*, venceu as eleições presidenciais. O novo governo instaurou o regime segregacionista, por meio de uma série de leis que delimitavam a participação do negro nos espaços urbanos, na educação e em demais meios da sociedade, visando o desenvolvimento da indústria e a criação de *homelands* para os negros. Como resposta a esta opressão e inspirado pelos atos de desobediência civil defendidos por Ghandi (Braga 2011), o ANC ampliou seu nível de atuação contra as leis discriminatórias, criando a chamada Carta da Liberdade (1955), escrita por líderes como Nelson Mandela, Walter Sisulu e Oliver Tambo (Pereira 2010).

No transcorrer dos anos 1960, conforme Rizzi e Schütz (2014), o país atuava no ambiente externo buscando intensificar as relações políticas, militares e econômicas com os demais países de domínio étnico branco. Enquanto que, no ambiente interno, com o objetivo de reprimir a expansão dos movimentos anti-regime, que tomavam proporções maiores, o governo intensificou a violência no regime de opressão, além de tornar ilegal as atividades do ANC e dos demais partidos de libertação negra. Diante deste cenário, as lideranças destes movimentos decidiram também pelo combate armado e pela busca de apoio econômico, militar e político no exterior (Graham 2010).

Identificado como terrorista pelo governo sul-africano, ao retornar

de uma viagem da Europa, ainda na busca por aliados, em abril de 1964, o líder Nelson Mandela foi preso e condenado à prisão perpétua. O réu, que já havia atuado como advogado, realizou sua própria defesa no marcante Julgamento de Rivonia, justificando grande parte de seus atos (Braga 2011).

Chega um momento na vida de qualquer nação em que restam apenas duas escolhas - submeter-se ou lutar. Esse tempo chegou agora para a África do Sul. Não nos submeteremos e não temos escolha senão reagir com todos os meios em nosso alcance, em defesa de nosso povo, nosso futuro e nossa liberdade (Umkhonto We Sizwe 1961)⁴.

O estabelecimento do Apartheid se constitui em elemento central para determinar o perfil de alinhamento que o país iria adotar no plano internacional. Em meio ao contexto da Guerra Fria, o país optou por se aproximar do bloco ocidental. Esse alinhamento constitui-se como um pilar para a atuação no plano regional, especialmente a partir da eclosão dos movimentos de independência no continente africano. Diante desse quadro, a África do Sul atuou como potência subimperialista⁵, voltada a assegurar que os vizinhos não constituíssem governos alinhados à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ou nacionalistas. Ou seja, o regime do *apartheid* operou como uma extensão das potências imperialistas no continente, atuando principalmente alinhado aos Estados Unidos da América (EUA) e à Inglaterra. A África do Sul, até os anos 1970, além de ter interferido nos movimentos de libertação e independência na África Austral, como nos casos em que se envolveu nas disputas por independência de Angola, Moçambique e Namíbia, também implementava medidas protecionistas com o intuito de assegurar o poderio econômico, político e militar contra movimentos de cunho marxistas na região.

Em termos de contexto internacional, a década de 1970 é marcada pelo desgaste da hegemonia americana. O país enfrentava dificuldades na Guerra do Vietnã, enfrentava uma crise financeira em face ao fim da era de ouro do capitalismo no pós II Guerra Mundial. Por essa razão, o governo de Richard Nixon (1969-1974) optou por adotar uma política na qual os aliados regionais eram incentivados a exercer maior protagonismo na condução dos

4 No manifesto original (1961), escrito pelos membros do Umkhonto we Sizwe: *“The time comes in the life of any nation when there remain only two choices - submit or fight. That time has now come to South Africa. We shall not submit and we have no choice but to hit back by all means in our power in defense of our people, our future, and our freedom”*.

5 O conceito de subimperialismo vincula-se à perspectiva de que após o período da II Guerra Mundial, há a emergência de centros econômicos regionais, como a África do Sul, dotados de relativa autonomia econômica e política em relação aos centros da economia global, mas que se aliavam às potências hegemônicas atuando como gendarme dos interesses imperialistas nas suas regiões de inserção. No Brasil, a obra de Ruy Mauro Marini (1962) estabelece uma discussão aprofundada sobre esses processos.

problemas de segurança regional. Em face disso, a URSS, por sua vez, optou por aprofundar os laços com movimentos revolucionários e nacionalistas ao chamado Terceiro Mundo (Visentini 2010).

No continente africano, a soma dessas ações das duas superpotências, representou um acirramento das tendências revolucionárias e contra-revolucionárias nas lutas de independência. O processo de independência mais significativo foi o de Angola, que, no período de 1960 e 1975, o país recebeu em torno de US\$ 54 milhões, concedidos pela URSS (Höring 2015). Além de ser um país com grandes potencialidades em termos de recursos naturais, foi palco de uma guerra de independência na qual a África do Sul teve atuação direta e abriu espaço para a generalização do conflito na África Austral. A atuação de perfil subimperialista do regime do *Apartheid*, lutando contra o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) é bastante simbólica do perfil de inserção regional do regime racista.

Em contraste com a década de 1960, na qual a África do Sul obteve um salto em termos de crescimento econômico, chegando a alcançar posição entre as dez maiores economias do mundo segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI) (Pereira 2010), as crises da década de 1970 atingiram a economia sul-africana.

Além da independência de Angola, o processo de independência de Moçambique, também governado por partido de vertentes marxistas e voltados contra o regime do *Apartheid*, trouxe desafios para a governança regional da África do Sul. A influência da URSS e de Cuba nestas regiões motivou o significativo e insuficiente aumento dos investimentos do governo sul-africano em aparatos militares. Nesta guerra, tropas do exército sul-africano não resistiram aos conflitos que somam cerca de 40 mil militares cubanos, 30 mil angolanos, mil tanques, 1600 mísseis *anti-aircraft*, mil veículos armados e milhares de armamentos, como AK-47 e suas modificações, granadas, morteiros e demais armamentos soviéticos (Shubin 2008).

Com o envolvimento na guerra civil em Angola e o apoio concedido à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), os gastos militares da África do Sul mensuraram cerca de 5% do PIB do país e mais de 18% das despesas públicas, nos anos de 1977 e 1978. Nos seguintes anos, 1980 e 1989, devido aos confrontos contra Angola, Moçambique e Namíbia, os gastos militares representavam 4% do PIB e 13% dos gastos do governo sul-africano. Em 1989, os gastos em Defesa e Segurança sofrem queda drástica, fator que já indicava o declínio do regime do *Apartheid* (Batchelo e Saal 1999).

O poderio militar da África do Sul foi posto em cheque em

1988, quando o país deu-se por derrotado em batalha contra a Angola e o mencionado apoio militar de Cuba e URSS. O término deste conflito, conhecido como a batalha de Cuito-Cuinavale, resultou na independência da Namíbia e da retirada das tropas sul-africanas e cubanas de Angola (Pereira 2007).

Outro acontecimento relevante em consonância às independências das ex-colônias portuguesas, foi o fim dos acordos de Bretton Woods (1945-1971), resultante do fim do padrão dólar-ouro (Fernandes 2015) e sanções econômicas e comerciais sugeridas no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). A perda de relevância do ouro como lastro da economia mundial afetou diretamente a economia sul-africana e alimentou a conjuntura de crise econômica na África do Sul (Braga 2010).

Além destes fatores internacionais, condicionantes nacionais também contribuíram para o colapso do regime. Conforme detalhado na tese de Pablo Braga (2011), em 1976, estudantes de ensino médio deram sequência a uma série de protestos contra o modelo educacional segregacionista que obrigava nas escolas o ensino de *afrikaans*, idioma oficial dos afrikaners. Os manifestantes foram recebidos com agressividade por parte de policiais, e dezenas de estudantes (estimativa ainda não revelada com precisão) foram mortos e centenas foram feridos. A data dá início ao que ficou conhecido como “Levante de Soweto”, pois a tragédia motivou uma série de manifestações e rebeliões de estudantes, militantes então apoiados pelos antigos membros do ANC e do braço armado do partido, o Umkhonto we Sizwe (MK) (1961). Desta forma, o levante aumentou a tensão entre governo e militância negra e ganhou maior mobilização no cenário internacional (Braga 2011).

O regime do *Apartheid* já possuía dificuldades em manter os custos de seu isolamento; o “desenvolvimento separado”, que ocorrera nas décadas anteriores, não mais contemplava a economia local, que também estava comprometida devido aos altos custos destinados ao setor de defesa e segurança nacional, em grande parte, destinados ao conflito contra Angola. Além disso, o país perdia importantes parceiros comerciais internacionais. O Levante de Soweto contribuiu para uma série de campanhas internacionais contra o *Apartheid* e também para a única sanção da ONU obrigatoriamente imposta contra o regime sul-africano, em 1984 (Pereira 2007).

Ainda sobre os custos de manutenção do regime, entre os anos 1960 e 1990, o governo sul-africano investia arduamente com os setores de Defesa e Segurança. Em 1960, os gastos com a indústria de defesa se equivaliam a 7% dos gastos do governo, já em 1966, este orçamento representava cerca de 15,5%. Referente aos gastos com segurança, estes representavam 22%, em 1963, atingindo o teto de 24,3% em 1968. Nos anos 1990 os gastos com

segurança caem parem 18% dos gastos do governo (Mohammed 1999).

Na segunda metade dos anos 1980, a África do Sul possuía elevado índice de desemprego, entre brancos e negros, e a crise econômica forçava o governo sul-africano a pensar em ajustes para o regime segregacionista. Deste modo, em 1986, na tentativa de obter a manutenção do regime, aboliram-se algumas leis que restringiam a locomoção, moradia e vínculos empregatícios em territórios destinados aos brancos. Estes ajustes dariam a ideia de pseudo abertura do regime, mas a estratégia voltava-se à manutenção do regime e o fim das manifestações civis (Visentini 2012).

Em 1989, Frederik W. De Klerk ascende à presidência daquele que seria o início do último governo do *Apartheid* na África do Sul. Em 1990, aboliram-se as leis de base racista, aprovou-se a legalização dos partidos de resistência negra, promoveu-se a repatriação dos exilados e soltaram-se os prisioneiros políticos, incluindo a libertação de Nelson Mandela. Deu-se início, desta forma, à fase de negociações entre o governo branco e os negros. Que mesmo organizando tentativas de sabotagem ao ANC, o governo acabou por decretar o fim do *Apartheid* na África do Sul e o início de uma nova era para nação (Pereira 2010).

Dessa forma, observa-se que a política externa desenvolvida durante o regime do *apartheid* foi condicionada pela necessidade de manutenção do regime. Assim, o país atuou como potência regional subimperialista, voltada a assegurar que os movimentos de negritude, os grupos comunistas não conseguissem ganhar força na região. Desse modo, a África do Sul não constituiu um espaço de aproximação com os vizinhos. Esse distanciamento seria central para a compreensão das ações desenvolvidas pelo país no período pós-*apartheid*.

Política Externa no Governo Nelson Mandela (1994-1999): objetivos primários e condicionantes externos

A seção anterior procurou avaliar em termos gerais a evolução histórica da inserção externa da África do Sul até a chegada de Nelson Mandela (1994-1999) ao poder. Assim, como um esforço analítico complementar, essa seção procura analisar quais as principais ações que o governo da África do Sul procurou empreender durante o período e como esses objetivos foram condicionados pela conjuntura internacional à época.

Em abril de 1994, conheceu-se o primeiro presidente eleito democraticamente na África do Sul. Mandela foi eleito com 62,65% dos votos, poucos meses após receber o Prêmio Nobel da Paz (1993), junto de Frederik De Klerk – premiação recebida devido ao trabalho realizado para o

fim do regime do *Apartheid* e o início de uma nova e democrática África do Sul (Visentini 2012). O então presidente eleito, um dos grandes ícones da luta contra o racismo, assumira o desafio de liderar a tão sonhada Nova África do Sul, num cenário pós-*apartheid* em meio a um sistema internacional multipolar pós Guerra-Fria.

Com o real desafio de projetar uma nova África do Sul, o presidente estava encarregado de tratar fortes feridas deixadas pelo recente passado de segregacionista. Entretanto, ressalta-se que, uma vez livre da prisão, Mandela já fazia parte do grupo que repensava a formulação de políticas para a então nova África do Sul. Em 1993, visando as eleições de 1994, o ANC já apresentava as diretrizes elaboradas para a base da política externa na nova diplomacia sul-africana (Gallas 2007). Conforme apresentado por Nelson Mandela, em artigo publicado na revista *Forcing Affairs* (1993, tradução nossa)

Os pilares nos quais serão baseados nossa política externa são as seguintes crenças: (1) que os assuntos de direitos humanos são centrais para as relações internacionais e uma compreensão de que eles se estendem além do político, abrangendo também o econômico, o social e o ambiental; (2) que soluções justas e duradouras para os problemas da humanidade podem apenas acontecer através da promoção da democracia em todo o mundo; (3) que considerações de justiça e respeito por leis internacionais deveriam guiar as relações entre as nações; (4) que a paz é um objetivo pelo a qual as nações deveriam convergir, e onde isso não acontece, mecanismos estabelecidos e não-violentos, incluindo regimes efetivos de controle de armas, devem ser empregados; (5) que as preocupações e os interesses da África devem estar refletidos em nossas escolhas de política externa; (6) que o desenvolvimento econômico depende da crescente cooperação econômica regional e internacional em um mundo independente. Estas convicções contrastam com a forma em que, durante quase cinco décadas, o *Apartheid* na África do Sul conduziu desastrosamente suas relações internacionais (Mandela 1993: 87)⁶.

Observa-se que os objetivos apresentados contrastam com as linhas mestras que pautavam a inserção externa da África do Sul durante o regime

6 No original, “The pillars upon which our foreign policy will rest are the following beliefs: (1) that issues of human rights are central to international relations and an understanding that they extend beyond the political, embracing the economic, social and environmental; (2) that just and lasting solutions to the problems of humankind can only come through the promotion of democracy worldwide; (3) that considerations of justice and respect for international law should guide the relations between nations; (4) that peace is the goal for which all nations should strive, and where this breaks down, internationally agreed and nonviolent mechanisms, including effective arms-control regimes, must be employed; (5) that the concerns and interests of the continent of Africa should be reflected in our foreign-policy choices; (6) that economic development depends on growing regional and international economic cooperation in an interdependent world. These convictions stand in stark contrast to how, for nearly five decades, apartheid South Africa disastrously conducted its international relations” (Mandela 1993: 87).

do *Apartheid*. Apesar disso, é importante ressaltar que o governo de Nelson Mandela caracterizava-se por ser um governo de unificação nacional. Ao tornar-se presidente, o partido de Nelson Mandela, por não ter atingido dois terços dos votos gerais, teve que conceder o cargo de vice-presidência ao Partido Nacional, vaga preenchida pelo ex-chefe de governo do antigo regime, Frederik de Klerk. Assim, a aliança com De Klerk, significava que a reformulação da constituição, a reestruturação do país teria de ser feita em convergência com os demais partidos (Rizzi e Schütz 2014). Embora a perspectiva conceitual aqui adotada entenda que a inserção externa de um país é uma síntese dos objetivos nacionais, portanto relativamente alheia às disputas domésticas, a observação do cenário político interno demonstra que essa Nova África do Sul é um país de unificação nacional e não de ruptura completa com as estruturas anteriores.

Conforme dissertado por Daniel Gallas (2007), a nova África do Sul apresentava novos princípios políticos e econômicos, como também possuía novos condicionantes ligados ao ambiente interno. O novo governo encontrava-se mais acessível à população, fazendo com que mais demandas fossem observadas, como as dos setores sindicalistas, ONGs e centros acadêmicos. A análise feita por Gallas enfatiza atentamente os indicadores internos, chegando ao diagnóstico dos quatro seguintes indicadores:

As disputas internas entre os burocratas dos diferentes departamentos estatais e a confusão sobre o papel institucional de cada célula governo; a maior participação do Parlamento na definição da política externa; a maior participação da sociedade civil na definição da política externa - um dos pilares defendidos pelo ANC durante os anos do *apartheid*; e por fim a importância que o gabinete da Presidência assumiu na definição da linha diplomática do país, devido à imagem de Nelson Mandela (Gallas 2010: 21).

Ainda sobre a realidade econômica enfrentado no país e como contraponto a análise acima mencionada, observa-se o estudo levantado por Ian Taylor (2016), no retratar sobre uma realidade econômica da Nova África pouco diferente da África dos anos anteriores, uma vez que o país ainda encontrava-se com alto índice de déficit orçamentário em que o país se encontrava, comprometendo a economia do país e dificultando a implementação de programas que buscavam a redistribuição de renda afins de reverter a desigualdade herdada pelo regime segregacionista (Taylor 2016).

[...] o governo do Partido Nacional tinha aumentado o déficit orçamentário do país, de 0,9% do PIB, em 1989-90, para 10,8%, em 1993-94, através de uma “farra de gastos imprudentes” que teve suas raízes nas emergências dos anos 1980 (entrevista com Terreblanche 15 de julho de 1999). Nesse período, grandes quantias foram gastas em defesa e segurança, enquanto

a corrupção tornou-se endêmica (Taylor 2016: 18).

Já no que tange às disputas burocráticas internas voltadas à atuação internacional, relacionam-se aos ajustes na atuação do Departamento de Assuntos Exteriores (DFA, do inglês), do Departamento de Comércio e Indústria (DTI, do inglês) e do Departamento de Defesa (DoD, do inglês). Devido à reformulação destes departamentos, desentendimentos quando a atuação destes setores foram gerados.

O DFA priorizava o estabelecimento de boas relações bilaterais, e não com um viés meramente economicista de atração de capital estrangeiro. Já o DTI, ao reduzir suas missões comerciais em muitos países, deixou diversas tarefas a cargo dos funcionários do DFA no exterior. Reconhecidamente, esses funcionários não tinham o treinamento e o conhecimento necessários no campo de comércio exterior para conduzir as negociações. Affairs (SAIIA), o Institute for Global (Gallas 2007: 22).

Importante ressaltar que parte dos burocratas que estavam no governo caracterizavam-se ou por possuírem histórico de apoio ao antigo regime, buscando a manutenção dos recursos brancos, ou por não possuírem capacidade técnica o suficiente para exercer o cargo ocupado, fruto da exclusão racial institucionalizada também educacionalmente durante o *Apartheid* (Gallas 2007).

Quanto ao segundo ponto analisado por Gallas (2007), referente à participação mais ativa do Parlamento em assuntos internacionais, isto ocorre devido à maioria dos congressistas serem membros do ANC, preenchendo 266 das 400 cadeiras. O Parlamento, de maioria vinculada ao ANC foi uma das peças-chaves para a assinatura de acordos comerciais com a União Europeia (UE), onde os interesses dos setores sindicalistas e agrícolas estariam representados pelos congressistas sul-africanos. Além disso, o Parlamento também teve influência quanto ao reconhecimento da República Popular da China e, não obstante, no comércio de armas. A terceira observação dá-se devido à grande visibilidade que o governo de Pretória oportunizou a membros da sociedade civil, devido também pelo viés sindicalista do ANC, dando maior legitimidade a estes atores, que também, por vezes, criticavam algumas ações políticas realizadas por Mandela e indesejadas por parte da população de maioria negra (Gallas 2007).

Os principais atores da sociedade civil que se engajaram na formulação da política externa sul-africana eram organizações não-governamentais e centros acadêmicos. Entre as entidades mais importantes estão a South African Institute of International Affairs (SAIIA), o Institute for Global Dialogue (IGD, antigo Foundation for Global Dialogue), o Institute for Security Studies (ISS, antigo Institute for Defence Policy), o Centre for Policy Studies, o Centre for International Political Studies e o African Centre for the Constructive Resolution of Disputes (Gallas 2007: 25).

Quanto ao quarto e último ponto de análise, referente aos condicionantes internos da política externa da África do Sul, entre 1994 e 1999, observa-se o papel diplomático presidencial atribuído a Nelson Mandela, imagem emblemática da luta e resistência contra o *Apartheid* e de grande prestígio no cenário internacional. Madiba, conforme os Xhosas se referia a Mandela, desde o período de negociações entre o antigo regime, já utilizava de sua imagem e reconhecimento na busca por apoio internacional, a fim de que as sanções internacionais se mantivessem até o término das negociações. Com o término do referente regime, a busca de Mandela voltara-se para a cooperação e capacitação de recursos com diversos países, fatores necessários para o bom funcionamento das políticas públicas pensadas para o cumprimento dos direitos humanos, o meio ambiente, o crescimento econômico da região, a oferta e a redistribuição de empregos na África do Sul (Gallas 2007).

Apesar do fim do regime, o governo de Mandela ainda via a desigualdade crescer em seu país, o alto nível de desemprego atingia os negros que, devido às políticas desenvolvidas no regime do *Apartheid*, possuíam baixa escolaridade e encontravam dificuldades em obter seu espaço no mercado de trabalho (Visentini 2012). Como resposta a este problema que afetava o desenvolvimento interno do país, o governo lançou o Programa Crescimento, Emprego e Redistribuição (GEAR, do inglês) (1996), com propostas de crescimento econômico, maior oferta de empregos e aumento das exportações manufatureiras (Rizzi e Schütz 2014). Apesar dos esforços e das pretensões de reparo na desigualdade econômica do país, o governo de Mandela se deparava com a realidade econômica arquitetada pelo governo anterior, que por vezes inviabilizavam a implementação de programas que propunham a redistribuição de renda como ponto prioritário (Taylor 2016).

Em termos de conjuntura internacional, o panorama à época apresentava alguns desafios estruturantes para Pretória. O fim da URSS e a consolidação dos EUA como polo de poder vencedor único estruturou uma nova ordem internacional liderada por Washington. Nesse contexto, a África do Sul de Mandela buscou se adequar aos preceitos dessa nova ordem. No plano econômico, o país procurou se adaptar ao Consenso de Washington e ao receituário neoliberal. Assim, Mandela buscou assegurar à comunidade internacional que a mudança de regime político não representava uma ruptura profunda na cooperação do país com as potências ocidentais e com os organismos internacionais. Em termos securitários, a nova agenda internacional indicava a prioridade para os chamados novos temas, terrorismo, combate às drogas e direitos humanos. O país, que já havia abdicado do seu programa nuclear para fins bélicos a fim de conseguir se reintegrar à comunidade internacional, procurou

manter uma imagem de potência regional colaborativa. Cabe destacar que o contexto internacional no início dos anos 1990 era bastante adverso para o continente africano. A África não estava dentre as prioridades estratégicas das Grandes Potências, especialmente dos EUA. Assim, tornava-se difícil atrair investimentos estrangeiros e parcerias estratégicas para o continente. Por essa razão, Mandela procurou usar de seu prestígio como uma alavanca para se aproximar do Ocidente. Nesse sentido, não há uma ruptura com o perfil de aproximação com a comunidade internacional que vinha sendo conduzido por De Klerk.

No plano regional, o país teve de enfrentar o passivo de décadas de intervencionismo conduzida pelo regime racista. Assim, a construção de uma política regional tinha como objetivo primário a busca por superar as desconfianças históricas dos vizinhos em relação ao país. Por essa razão, o Governo Mandela estava diante de um desafio central para a consolidação de uma nova política externa africanista. De um lado, o país procurava fortalecer uma política regional assentada na defesa dos direitos humanos, da democracia e da integração do continente às cadeias globais de valor. Por outro, tinha que assegurar uma posição de liderança regional, em um período marcado por várias crises securitárias no continente, sem que uma atuação mais assertiva reacendesse os temores da política subimperialista.

A principal alternativa a esse impasse foi procurar legitimar suas ações no plano regional através da Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC, do inglês). Desse modo, em face às crises securitárias que eclodiram na África Austral durante esse período, o país assegurou que as medidas adotadas fossem viabilizadas através do organismo regional.

Dentre as crises securitárias enfrentadas pelo país nesse período, duas destacam-se. A primeira foi a crise no Zaire (posteriormente, República Democrática do Congo). Com a eclosão do conflito, e envolvimento de outros Estados como Uganda e Ruanda, Pretória divergiu de Angola, Zimbábue e Namíbia que acabaram por enviar tropas ao Congo em 1998 (Rizzi e Schutz 2014). A África do Sul era contrária a essa intervenção e só posteriormente, através da SADC validou as ações militares dos vizinhos. A preocupação do país e generalização do conflito e a escalada da conflagração para a África Austral. Cabe destacar que a posição de Mandela foi oposta a de Mugabe, líder do Zimbábue e primeiro a manifestar apoio ao Congo. Aqui observa-se a disputa pela liderança regional entre Zimbábue e África do Sul.

A segunda crise que merece atenção é a do Lesotho entre setembro de 1998 e maio de 1999. Após as controvérsias e protestos referentes aos resultados das eleições, na qual o Partido do Congresso pela Democracia do Lesotho venceu as eleições com ampla maioria e garantiu 79 de 80 assentos, o presidente Mandela autorizou, via SADC, o emprego de forças militares

⁷para conter os protestos. A intervenção no vizinho, alegadamente realizada com objetivo de “restaurar a democracia e a legalidade” foi observada pelos vizinhos como uma ação hegemônica do país na África Austral. Cabe destacar que a decisão de intervir, mesmo correndo o risco de alimentar os temores dos vizinhos, demonstra que o governo de Mandela tinha como um dos objetivos prioritários a consolidação da liderança regional. Nesse contexto, o presidente Mandela procurava utilizar de seu prestígio junto à comunidade internacional para afiançar suas ações no plano regional.

Além do reconhecimento empregado à diplomacia presidencial, Mandela via grande importância nas representações diplomáticas por vias consulares e por meio de organismos e fóruns internacionais. Quanto à representação do país, que, sob o governo do *Apartheid*, em 1990, possuía 30 missões diplomáticas ao redor do mundo, saltou para o número de 124 missões diplomáticas em 1996 (Rizzi e Schütz 2014). No tocante da atuação em fóruns e organismos internacionais, o país intensificou sua participação nestas arenas, almejando a disseminação e cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1951), da democracia e do meio ambiente.

Na nova política externa sul-africana, momento de pós *Apartheid* (1994) e pós Guerra Fria (1991), buscou-se a projeção do país de maneira continental e mundial, onde a África do Sul encontrava-se presente num total de 45 instituições internacionais, como Conferências da ONU, a Organização da Unidade Africana (OUA), a SADC, e demais. O país se juntou ao Movimento dos Países não alinhados, no contexto da ONU, e passou a reivindicar seu espaço entre os assentos permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas, assumindo o papel de porta-voz dos interesses do continente africano na referente organização (Visentini 2012).

A nova África do Sul passou a atuar de maneira ativa internacionalmente, onde, além da aproximação com EUA, principalmente durante o governo de Bill Clinton (Gallas 2007), e UE, aproximou-se também de Canadá e Nova Zelândia, em campanhas contra o comércio e o uso de minas terrestres. Priorizando as relações estratégicas com a promissora República Popular da China, em 1996, o país subtrai suas relações com Taiwan, que até então possuía estreitos laços comerciais e econômicos com a África do Sul e com o ANC, chegando a encontrar-se entre os cinco maiores importadores de produtos sul-africanos. Gallas (2007) corrobora a negligência que os representantes sul-africanos tinham para com o tema dos direitos humanos em agendas envolvendo o governo de Pequim, esforçando-se para o melhor relacionamento entre a República Popular da China e a África do Sul.

⁷ A África do Sul enviou 700 militares para conter a rebelião no país que é um enclave dentro do país.

Apesar de manter as ligações com os EUA, é importante destacar que a nova política sul-africana não deixou de lado aliados na luta contra o *Apartheid*, mantendo relações com países isolados pelos americanos, tais como Sudão e Cuba (Visentini 2012).

Além dos casos acima mencionados, o país também aproximou-se do Japão, Filipinas, Malásia, Líbia, Sudão e Cuba, devido ao apoio dado nas lutas contra o antigo regime, além de estreitar relações com Índia e outros países do Sul Global em desenvolvimento (Rizzi e Schütz 2014). Não obstante, o governo de Mandela também teve de atuar, de forma direta ou indireta, em conflitos na região austral do continente africano, como aconteceu em disputas armadas de Angola, Zimbábue, Nigéria, Congo, Burundi e Lesoto (Gallas 2007).

Embora o conceito seja controverso, pode enquadrar-se a África do Sul no rol das chamadas potências médias⁸. Especialmente, por passar a exercer uma liderança na região e abdicar da atuação subimperialista. Cabe salientar que no contexto da década de 1990, em virtude do colapso da URSS, a relação dos EUA com as potências regionais mudou drasticamente. Não havia mais condescendência em relação aos projetos autonomistas desses países. No caso da África do Sul, que chegara a desenvolver um programa nuclear, houve pressão para que o país se mantivesse mais discreto na sua atuação regional.

A política externa de Mandela alinhava-se com a visão do ANC, que também estava em período de reconstrução, uma vez que, durante o regime, suas principais representações encontravam-se exiladas, presas ou até mesmo desaparecidas. Em 1991, Mandela assumiu o comando do ANC, estando presente em negociações internas, com membros do próprio partido, como também no âmbito internacional, debatendo sobre os programas do partido, sanções internacionais, reforma constitucional e questões econômicas. O líder, junto ao ANC, prezava por uma política externa não intervencionista e mais voltada para a segurança humana, a promoção da democracia e a integração africana (Gallas 2007).

Cabe destacar que o contexto internacional à época limitava as opções de inserção internacional da África do Sul. O fim da URSS e a propagação do culto à globalização e ao neoliberalismo empurravam os países a adotarem uma agenda liberalizante. De todo modo, o governo Mandela procurou assentar uma política externa bastante ecumênica, baseada na diversificação

8 O debate sobre potências médias é bastante vasto. Em termos gerais, pode-se definir potência média como unidades do Sistema que possuem capacidades de poder para atuação internacional mais assertiva, mas essas capacidades são limitadas em termos de atuação em termos comparativos com Grandes Potências, cujo escopo de atuação é global. Grosso modo, são unidades do sistema que atuam prioritariamente no plano regional.

dos parceiros internacionais.

O ANC encontra-se no poder até hoje, após Mandela, Thabo Mbeki (1999-2008) fora eleito à presidência da África do Sul. Naquele momento, a preocupação central do país, no âmbito interno e externo, voltou-se ainda às políticas de combate ao alto índice de desemprego e, principalmente, ao grande surto de epidemia da AIDS. O vírus HIV se espalhava por grosseira parte do continente e forçava o governo sul-africano, que via a expectativa de vida de seu país chegar aos 56 anos de idade, a repensar suas políticas públicas para a saúde (Visentini 2012).

Thabo Mbeki renunciaria o cargo de presidente em seu penúltimo ano de mandato, devido a questões internas em seu partido. No ano seguinte, em 2009, elegeu-se Jacob Zuma, um Zulu, como presidente do país. Diferente do Brasil, as eleições presidenciais sul-africanas ocorrem a cada 5 anos, e também possuem direito a uma reeleição. Deste modo, o também atual líder do ANC encontra-se no cargo da presidência até hoje e, ainda, enfrenta problemas com a desigualdade no país, uma vez que a elite branca continua sendo dona de grande parte do poder econômico na África do Sul (Visentini 2012). De acordo com estudo publicado no periódico *The Standard*, somente 10% do mercado de ações na África do Sul pertence aos sul-africanos negros, que atualmente representam 80% da população que se aproxima aos 54 milhões de habitantes da África do Sul.

Considerações finais

A política externa do governo Mandela esteve assentada na busca pela normalização das relações externas do país com a comunidade internacional. Nesse sentido, optou pela diversificação dos parceiros externos. Se, de um lado, o governo Mandela ampliou os laços com o bloco ocidental e procurou inserir o país na era da liberalização econômica, por outro, manteve relações com países considerados párias como o Cuba, Vietnã e China por exemplo.

Em termos de operacionalização dessa política externa, observa-se que o próprio presidente foi responsável por utilizar uma diplomacia de prestígio para redesenhar a imagem internacional da África do Sul. Por essa razão, a política externa foi bastante personalista, apesar de o ANC e o congresso exercerem papéis destacados na formulação da política externa.

No plano regional, o país teve de reestruturar suas relações com os vizinhos. Nesse sentido, a atuação nas crises em Angola e Zimbábue, por exemplo, demonstram uma tendência de buscar um papel de liderança na região. Entretanto, nesse período, a herança intervencionista do regime racista ainda era bastante presente. Assim, a África Austral passou a ser

um espaço prioritário na agenda externa do governo Mandela. Apesar disso, pode-se dizer que é no governo Mandela que se observam as bases para o que viria a constituir a atuação da África do Sul no contexto regional nas décadas subsequentes. Cabe destacar que o governo de Mandela, representativo da desestruturação do regime racista, não alterou substancialmente a Política Externa que vinha sendo conduzida já no governo De Klerk. Ou seja, há uma tendência de continuidade. Entretanto, a opção pela SADC como espaço prioritário para legitimar as ações no plano regional parece indicar que a via da integração regional agora se consolidava como o mecanismo prioritário da Política Externa Sul-Africana para a África.

Por fim, embora o foco dessa pesquisa não tenha sido aprofundar o debate sobre as interações entre os atores domésticos, os rearranjos entre as elites e os efeitos sobre a política externa, já que se adotou uma visão predominante realista da política externa, esse é um indicador importante para a compreensão do cenário político interno e os porquês da manutenção da essência de atuação internacional do país mesmo face às mudanças estruturais. Nesse sentido, confirma-se a perspectiva de que a atuação externa se mantém relativamente alheia às alterações internas. Apesar disso, a Política Externa de Mandela representou o início de uma guinada na atuação externa da África do Sul que ao longo dos governos subsequentes se distanciou mais do perfil prevalente durante o regime do *Apartheid*.

REFERÊNCIAS

- African National Congress*. 2016. “What is the African National Congress?” ANC. Disponível em: <http://www.anc.org.za/content/what-anc>.
- Bahia, Bernardo Ramos. 2012. “Libertação e Política Externa na África do Sul: uma análise interpretativa das transformações na estrutura de tomada de decisão”. *1º Seminário Nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais*, Brasília. Disponível em: http://www.seminariopos2012.abri.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=455.
- _____. 2011. “Reavaliando as Transições: apontamentos sobre a política externa da África do Sul pós-apartheid”. *3º Encontro Nacional ABRI*, Belo Horizonte. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100034&script=sci_art-text.
- Batchelor, Peter; Dunne, Paul e Saal, David. 1999. *Military Spending and Economic Growth in South Africa*. Centre for Conflict Resolution, University of Cape Town and Middlesex University Business School.

Disponível em: <http://carecon.org.uk/Leverhulme/P5.pdf>.

- Braga, Pablo de Rezende Saturnino. 2011. *A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/859-af-rica_do_Sul_A_rede_de_ativismo_transnacional_contra_o_apartheid_na_af-rica_do_Sul.pdf.
- Cooper, Andrew F. 1998. "The Multiple Faces of South African Foreign Policy". *International Journal*, Vol. 53, No. 4. Toronto: Canadian International Council. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40203723>
- Domingues, Amanda. 2013. "Agendas para a Política Externa sul-africana". São Paulo: *Caeni-USP*. Disponível em: <http://caeni.com.br/blog/?p=381>.
- _____. 2013. "A Política Externa sul-africana e o jogo interno: o conflito da República Centro-Africana". São Paulo: *Caeni-USP*. Disponível em: <http://caeni.com.br/blog/?p=384>.
- Döpcke, Wolfgang. 1998. "Uma nova política exterior depois do apartheid? – Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974 – 1998". *RBPI: Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 41, n.1. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000100007
- Figueira, Ariane C. Roder. 2009. *Processo Decisório em Política Externa no Brasil*. São Paulo: Programa de Pós Graduação em Ciência Política na Universidade de São Paulo.
- Gallas, Daniel Russman. 2007. *A política externa da África do Sul de 1994 aos dias de hoje condicionantes internos e limites externos*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/11396>.
- Graham, Matthew. 2010. "Cold War in Southern Africa". *Africa Spectrum*, 45, 1. Hamburg: GIGA German Institute of Global and Area Studies, Leibniz-Institut für Globale und Regionale Studien, Institute of African Affairs. Disponível em: www.africa-spectrum.org.
- Höring, Jéssica da Silva. 2015. *Os Movimentos de Libertação Nacional em Angola: Trajetória Política, Guerra Civil e Impactos Sobre a Construção do Estado (1975-2002)*. Faculdade de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Mandela, Nelson. 1993. "South Africa's Future Foreign Policy". *Foreign Af-*

- fairs*, Vol. 72, No. 5, nov. 1993. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20045816>.
- _____. 1961. *Manifesto of Umkhonto we Sizwe*. Nelson Mandela Foundation. <https://www.nelsonmandela.org/omalley/cis/omalley/OMalleyWeb/03lv02424/04lv02730/05lv02918/06lv02950.htm>.
- Mohammed, Nadir A.L. 1999. “Civil Wars and Military Expenditures: A Note”. *Civil Conflicts, Crime and Violence, World Bank’s Development Economic Research Group* (DECGR). Disponível em: http://sitere-sources.worldbank.org/DEC/Resources/civilwars_and_military_expenditures_annot.pdf.
- Otavio, Anselmo, 2015. “Por uma nova inserção regional: o legado de Nelson Mandela na Política Externa da África do Sul”. *BJIR: Brazilian Journal of International Relations*, v. 4, n 3.
- _____. 2013. *A África do Sul Pós-Apartheid: A Inserção Continental Como Prioridade da Nova Geopolítica Mundial*. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade de Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/96685>
- Pereira, Analúcia Danilevicz. 2007. *África do Sul e Brasil: dois caminhos para a transição ao pós-Guerra Fria*. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/10924>.
- _____. 2010. *A (Longa) História da Desigualdade na África do Sul*. Disponível em: www.malestarnacultura.ufrgs.br.
- Rizzi, Kamilla Raquel e Schütz, Nathaly Xavier. 2014. “Política Externa da Nova África do Sul: Reinserção e Afirmação Regional”. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais*, v. 3, n.5. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/download/45173/30178>.
- Shubin, Vladimir. 2008. *The USSR and Southern Africa during the Cold War*. Centro di Studi Storici e Politici su Africa e Medio Oriente, Bologna. Disponível em: http://www.dsps.unibo.it/it/risorse/files/the-ussr-and-southern-africa-during-the-cold-war/at_download/file/Shubin_OP1bis.pdf.
- South Africa. 2017. *Nelson Mandela: a timeline*. Disponível em: <http://www.southafrica.info/mandela/timeline.htm#.WChyemsrLIV>.
- South African Government. 2016. *International Relations*. Disponível em: <http://www.gov.za/node/83>.
- Taylor, Ian. 2016. “Reconheça o Novo Chefe - Igual ao Antigo Chefe: A Tran-

sição do África do Sul pelo Emburguesamento”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, v. 1, n.1. Centro Brasileiro de Estudos Africanos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/60667>.

The Standard. 2012. “South Africa’s economy remains firmly in white ownership — Study.” <https://www.thestandard.co.zw/2012/12/09/south-africas-economy-remains-firmly-in-white-ownership-stUdy/>.

UNESCO. 2010. “História Geral da África, V: África do século VXI ao VXIII. Brasília: UNESCO.

Visentini, Paulo G. Fagundes. 2010. *A África Moderna: um continente em mudança (1960-2010)*. Porto Alegre: Leitura XXI.

_____. (Org.). 2012. *Os países africanos: diversidade de um continente*. Porto Alegre: Leitura XXI.

Visentini, Paulo G. Fagundes e Pereira, Analúcia Danielevicz (Org.). 2010. *África do Sul - História, Estado e Sociedade*. Brasília: FUNAG/CESUL.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a política externa do governo Nelson Mandela na esteira de uma nova estrutura internacional pós-Guerra Fria, no período de 1994 a 1999, mapeando os atores envolvidos neste meio e os indicadores e variáveis que condicionavam a política externa do país.

PALAVRAS-CHAVE

Política Externa Sul-Africana; Apartheid sul-africano; Governo Nelson Mandela.

Recebido em 15 de abril de 2017.

Aprovado em 13 de julho de 2017.

DE MANDELA A ZUMA: A IMPORTÂNCIA DO ATLÂNTICO SUL NA POLÍTICA EXTERNA SUL-AFRICANA

Anselmo Otavio¹

Introdução

Conforme é conhecida, a conquista de Ceuta por Portugal em 1415 deu início ao processo de descoberta do Atlântico Sul e, conseqüentemente, de transformação estratégica desta região para as potências europeias. Primeiramente, considera-se um processo, visto que desde o século XIV eram criadas em Portugal as condições necessárias para a expansão marítima. Segundo, a chegada em Ceuta não era o fim, mas sim o início de uma fase marcada pela busca por uma rota marítima alternativa que ligasse a Europa à Índia e garantisse à coroa portuguesa o acesso às especiarias encontradas no território indiano.

Embora este processo tenha sido iniciado por Portugal, é fato que, ao longo dos séculos, países como Espanha, Holanda e Inglaterra também se voltaram à mesma atividade. A partir de então, os territórios pertencentes à costa sul-atlântica foram impactados pelas potências europeias, uma vez que, ao serem colonizados, foram englobados em dinâmicas político-econômicas diferentes. Neste caso, enquanto que Lisboa aproximava os territórios brasileiro e angolano via relação marcada pela compra e venda de mão de obra escrava, os Países Baixos em um primeiro momento e, posteriormente, a Inglaterra, enquadraram a então colônia do Cabo a uma dinâmica afro-asiática, mantendo a interação deste território direcionada a suas respectivas colônias no lado asiático.

De modo geral, pode-se considerar o período de controle holandês e inglês da Colônia do Cabo como o primeiro momento da relação orquestrada pelos europeus entre África do Sul e o Atlântico Sul. Por um lado, ao

¹ Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: anselmo_otavio@yahoo.com.br

território sul-africano era imposto o papel de entreposto de reabastecimento de suprimentos para navegadores holandeses e ingleses que iam ou voltavam de territórios asiáticos. Por outro, a Colônia do Cabo passava a ser parte de uma das principais linhas marítimas de comunicação entre Ocidente e Oriente e, por pertencer a países cujo predomínio dos territórios se encontrava no lado asiático, acabou por privilegiar o Oceano Índico se comparado com o Atlântico Sul. Exemplo disso pode ser encontrado na interação entre o Cabo e a Índia, cujo território controlado pela Inglaterra fornecia mão de obra para trabalhar nas minas diamantíferas e auríferas sul-africanas.

Um segundo momento na interação entre África do Sul e o Atlântico Sul encontra-se relacionado ao período em que o Partido Nacional (PN) esteve à frente de Pretória. Ao longo das seis administrações do PN – Malan (1948-1954), Strydom (1954-1958), Verwoerd (1958-1966), Vorster (1966-1978), Botha (1978-1989) e De Klerk (1989-1993) – a segregação racial (*apartheid*) foi mantida como princípio norteador da atuação sul-africana. Se no âmbito interno o uso de leis racistas e da violência direcionada a movimentos contrários ao *apartheid* eram exemplos da tentativa de tais governos em manterem o regime salvo de transtornos a sua existência², no âmbito internacional, a negação de sua condição como país africano, a busca em ser visto como país ocidental e o interesse em se aproximar das potências capitalistas foram as escolhas de Pretória para a perpetuação do regime racista.

A aproximação entre Pretória e as potências capitalistas acabou por impactar na relação entre África do Sul e o Atlântico Sul. De fato, além de manterem-se direcionados ao Oceano Índico, os governos sul-africanos passaram a considerar a necessidade da região sul-atlântica se tornar parte na dinâmica da Guerra Fria. Neste caso, Pretoria passou a defender que a criação da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) seria vital, posto que se a África do Sul fosse controlada pelos regimes comunistas que avançavam pela região, a Rota do Cabo passaria a ser controlada pela União Soviética, fator que, conseqüentemente, não apenas afetaria na ligação entre o Atlântico e o Oceano Índico, mas também na importação de petróleo advindo do Golfo Pérsico por parte do bloco capitalista. Em outras palavras,

2 Referente às leis, destacam-se a Prohibition of Mixed Marriages (1949), lei que proibia o casamento de brancos e pessoas de outras raças; a Population Registration Act (1950), lei que distinguia a população sul-africana entre negros, brancos e mestiços; a Group Areas Act (1950), lei que limitava os negros de poderem circular em determinadas áreas (Branco 2003), dentre outras. Além das leis, o combate a manifestações contrárias ao regime (Sharpeville em 1960 e Soweto em 1976), e a discriminação de partidos (Pan-African Congress – PAC, e o Congresso Nacional Africano - CNA), também refletem essa tentativa em adaptar o cenário interno à continuidade do *apartheid*.

através deste discurso a África do Sul buscava militarizar o Atlântico Sul, considerando a OTAS fundamental para a continuidade do regime do *apartheid*, uma vez que sua existência impossibilitaria algum tipo de ataque marítimo ao solo sul-africano.

Diferentemente de tais momentos, um terceiro período nesta interação pode ser encontrado no pós-*apartheid*, quando se iniciou o processo de ampliação das relações internacionais do país. Nesse sentido, o intuito deste artigo é analisar a interação entre África do Sul e o Atlântico Sul ao longo das administrações Mandela (1994-1998), Mbeki (1999-2008) e Zuma (2009-). Utilizando-se de bibliografia vasta e direcionada ao tema em destaque, busca-se defender a hipótese de que o aumento do interesse pelo Atlântico Sul em verdade é resultado da valorização por parte da África do Sul das relações Sul-Sul.

A administração Mandela e a manutenção do Atlântico Sul em segundo plano

Em linhas gerais, é possível indicar que a política externa adotada pela administração Mandela (1994-1999) possuía três principais objetivos. O primeiro e, de certo modo, mais esperado, seria o rompimento com a política externa que até então guiava a atuação de Pretória no âmbito internacional. Neste caso, os indícios desta transformação já eram indicados em artigo de autoria de Mandela desenvolvido em 1993, ou seja, antes mesmo deste assumir a presidência sul-africana. Intitulado *South Africa's Future Foreign Policy* e publicado na *Foreign Affairs*, tal artigo destacava a necessidade da África do Sul acompanhar o cenário de transformação que se tornava vigente no Pós-Guerra Fria.

Na visão de Mandela, pontos como o respeito aos direitos humanos, a promoção da democracia, a valorização do direito internacional, a busca pela paz através de mecanismos não violentos e a interdependência econômica entre os países se tornariam cada vez mais importantes no cenário mundial Pós-Guerra Fria. Além destas questões, outro ponto que era destacado por Mandela referia-se à valorização sul-africana dos anseios africanos, destacadamente o desenvolvimento econômico e o combate à pobreza excessiva. Grosso modo, quando então presidente, outros pontos passaram a ser englobados na política externa sul-africana, tais como a valorização do multilateralismo, o respeito à soberania dos Estados e a busca pela não violência na resolução de conflitos interestatais (Lipton 2009). Contudo, os pontos apresentados no artigo publicado pela *Foreign Affairs* ainda se mantiveram relevantes.

Em certa medida, as adoções anteriormente indicadas refletiam o sincronismo entre a *Freedom Charter* – documento criado em 1955 em que foram expostos os anseios do Congresso Nacional Africano (CNA) em um período de luta contra o regime do *apartheid* – e a necessidade de adequar a África do Sul ao cenário internacional Pós-Guerra Fria. Por um lado, a *Freedom Charter* (1955) destacava a valorização da liberdade, da democracia, da resolução de conflitos através de meios pacíficos, entre outros. Por outro, o processo de transição entre o regime racista e a democracia multirracial na África do Sul era paralelo ao fim da disputa Leste-Oeste, fator que impulsionava o avanço do livre-mercado, bem como da democracia liberal, dos direitos humanos, do respeito ao meio-ambiente, dentre outros valores estimados pelo Ocidente. Em outras palavras, com este redirecionamento na política externa, Pretoria não apenas rompia de vez com o modo de atuar empregado durante o regime do *Apartheid*, como também entrava em sintonia com a totalidade dos pontos que eram estimados pelos países ocidentais, ganhando a alcunha de país com “*strong moral dimension*” (Van Wyk 2002: 182), ou de “*a good international citizen*” (Hamill e Lee 2001: 33).

Um segundo objetivo da administração Mandela caminhava lado a lado ao desenvolvimento de um papel de destaque na transformação do continente africano através da reafirmação da África do Sul como país africano. Exemplo disso pode ser encontrado na tentativa sul-africana em ser mais atuante na *Southern African Development Community* (SADC), buscando torná-la propícia à aceitação de objetivos como a valorização da democracia, o interesse pelo desenvolvimento e a busca pela pacificação. Conforme indicado pelo então presidente sul-africano, “paz, estabilidade e democracia são condições essenciais para o desenvolvimento” (Mandela 1998, tradução nossa).

A busca por estar mais presente no continente africano, seja via Organização da Unidade Africana (OUA), seja através da SADC, ou por meio de acordos com os países africanos, encontra-se relacionada a duas facetas da África do Sul pós-*apartheid*. A primeira refere-se ao desejo em ser atuante na resolução dos desafios existentes no continente, como também em demonstrar que o país é parte integrante da África e, por tal condição, deve-se preocupar com o futuro do continente. Exemplo deste pertencimento pode ser encontrado em discurso realizado no Parlamento Finlandês, quando o então presidente sul-africano reitera que “primeiro e acima de tudo, nós somos parte do continente africano, e os problemas africanos são nossos problemas também” (Mandela 1999, tradução nossa).

Diferentemente desta primeira faceta, a segunda diz respeito à necessidade em encontrar no continente africano soluções aos desafios internos à África do Sul pós-*apartheid*. De fato, além de se voltar ao

fortalecimento dos laços diplomáticos com aqueles países que durante a vigência do regime racista apoiaram os movimentos sul-africanos de libertação, Pretória também encontrou nas potencialidades existentes no continente possíveis soluções aos transtornos socioeconômicos herdados do regime racista, bem como viu nos países africanos importantes mercados para a expansão das empresas sul-africanas (Ngwenya 2011).

Em síntese, mesmo havendo tais facetas, é fato que a África do Sul sob a administração Mandela (1994-1999) simbolizava mudanças, dentre as quais a inserção regional se tornava uma das prioridades. Neste caso, diferentemente das administrações do PN que, direta ou indiretamente, buscavam a interação através da imposição, da coerção e da participação de guerras nos países vizinhos (Pereira 2012; Visentini e Pereira 2010; Branco 2003), a África do Sul de Mandela valorizava a cooperação e a pacificação regional e continental.

Paralelamente a este interesse pela inserção regional, um terceiro e último objetivo da política externa sul-africana que ganhou espaço na administração Mandela foi a busca por ser mais atuante no âmbito internacional. Neste caso, uma das primeiras iniciativas foi se aproximar de antigos países aliados na luta contra o regime racista (Ngwenya 2011) e na admissão e/ou readmissão em organizações internacionais. De fato, se no âmbito regional buscou-se a aceitação na OUA e na SADC, no âmbito internacional Pretoria retornou ou passou a fazer parte de grupos como a *Commonwealth*, a Organização das Nações Unidas (ONU), o Movimento dos Países Não-Alinhados (NAM), o G77, entre outros (Dirco 1996).

O resultado desta escolha torna-se exitoso quando comparado às relações internacionais desenvolvidas pela África do Sul durante as administrações anteriores. Em outras palavras, se durante a vigência do regime do *apartheid* a África do Sul possuía somente 30 missões diplomáticas espalhadas pelo mundo, em 1996 o país possuía mais de 124 missões, e encontrava-se incluído em 45 Organizações Internacionais (Barber 2005). Por outro lado, é possível indicar que tal êxito encontra-se relacionado ao exercício do universalismo ou universalidade na política externa sul-africana, bem como à escolha de parcerias estratégicas³.

Referente à universalidade, um exemplo de sua adoção pode ser visto nas interações entre a África do Sul e Estados Unidos por um lado, e, por outro, entre Pretória e o Irã, Cuba e Líbia, países estes que auxiliaram o CNA em sua luta contra o *apartheid*, mas que eram vistos como *rogues* ou *pariah* por parte de Washington (Hamill e Lee 2001). Já acerca das

3 De acordo com Schraeder (2001: 234, tradução nossa), “o princípio da universalidade ressalta a vontade da África do Sul em estabelecer relações diplomáticas com todos os países do mundo, independentemente das políticas nacional e externa adotadas por estes países”.

parcerias estratégicas, destaca-se o rompimento das relações com Taiwan e, em contrapartida, a aproximação para com a República Popular da China, país este que, *a posteriori* se tornaria um importante parceiro político e econômico para a África do Sul.

Na interação entre universalismo na política externa e escolha de novas parcerias, esperava-se que o Atlântico Sul fizesse parte nesta nova inserção internacional sul-africana. Primeiramente porque, opondo-se à visão defendida pelo regime anterior de criação da OTAS, Pretoria já não mais defendia a militarização desta região, mas sim a cooperação. Tal mudança pode ser encontrada na entrada, juntamente com a Namíbia, na ZOPACAS. Inclusive, a expectativa de maior aproximação entre as margens do Atlântico Sul ocorria visto que a quarta reunião desta iniciativa ocorreu na Cidade do Cabo, África do Sul (1996). Pautada no tema “*Bridging the South Atlantic*”, este encontro indicava a necessidade em consolidar a região sul-atlântica como uma bacia econômica voltada ao desenvolvimento, valorizando a maior cooperação econômica, tecnológica, acadêmica, bem como o estabelecimento de meios de comunicação entre os países sul-americanos e africanos pertencentes a esta iniciativa (Penha 2011).

Em segundo lugar, porque havia o interesse tanto sul-africano quanto brasileiro de intensificar os laços diplomáticos e econômicos. De fato, ao longo da administração Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), a seletividade na formação de parcerias levou Brasília a fortalecer laços com África do Sul e Nigéria, países que eram vistos como estratégicos. Se no caso nigeriano a administração FHC buscou aprofundar as relações comerciais, enviando uma missão comercial brasileira para Lagos e realizando em solo brasileiro uma reunião multissetorial, com Pretória, buscava-se aproveitar o país que, naquele momento, era a principal economia do continente africano, para formalizar um acordo de livre-comércio (Pimentel 2000). Inclusive, durante a administração FHC houve duas visitas presidenciais, a primeira em 1996 – quando FHC se reuniu com Mandela em Pretória – e em 1998, quando o presidente sul-africano visitou o Brasil (Reis 2008).

Todavia, mesmo havendo este interesse em comum, bem como o desejo sul-africano por uma nova inserção internacional, em verdade o que se viu foi a manutenção do Atlântico Sul em segundo plano. Tal constatação pode ser realizada, primeiramente, quando analisada a interação entre maior interesse pela inserção regional, Política de Defesa e a restrição dos gastos militares sul-africanos. Reflexo disso pode ser encontrado na transformação da *South Africa Defence Force* (SADF) em *South Africa National Defence Force* (SANDF), mudança esta que foi marcada por três características. A primeira relaciona-se à mudança de paradigma acerca do conceito de segurança (segurança tradicional para segurança humana)

(Kagwanja 2006). A segunda refere-se à inclusão nos quadros militares, dos ex-combatentes do regime *apartheid* (Stapleton 2010). Por fim, a terceira e última diz respeito à diminuição dos recursos direcionados às Forças Armadas. Neste caso, se em 1990 eram direcionados 3,9% do PIB sul-africano, em 1998 os recursos voltados a SANDF equivaliam a apenas 1,4% do PIB (SIPRI 2016).

Junto às características anteriormente indicadas, também houve a priorização da inserção regional, mais especificamente a priorização dos desafios securitários existentes na África Austral. Inicialmente, esta tendência pode ser encontrada na criação da “*Defence in a Democracy White Paper on National Defence for the Republic of South Africa*”, principal documento voltado a Defesa da África do Sul, no qual é indicado que Pretoria deveria priorizar a estabilidade da região, visto que a “África do Sul possui um destino comum com os países da África Austral” (SANDF 1996: 20, tradução própria).

Paralelamente ao *White Paper*, outro exemplo pode ser encontrado na criação do Órgão de Política, Defesa e Segurança (OPDS) em 1996, este voltado à construção da paz e da estabilidade na região sul do continente via integração entre a segurança militar e a segurança humana. Por fim, a priorização da segurança encontra-se relacionada à participação da administração Mandela na resolução de conflitos que se tornaram presentes na região. Um primeiro diz respeito ao papel do presidente sul-africano como mediador entre o regime autoritário de Mobutu Sese Seko (1965-1996) e o principal grupo insurgente, *Alliance des Forces Democratiques pour la Liberation du Congo* (AFDL), esta sob o comando de Laurent Kabila, durante o conflito na República Democrática do Congo (RDC) (Kabemba 2007). Já um segundo refere-se à atuação da SANDF na pacificação do Reino do Lesoto, país que em sua segunda eleição após o regime imposto pelo major-general Lekhanya (1986-1993), entrava em um cenário de crise política.

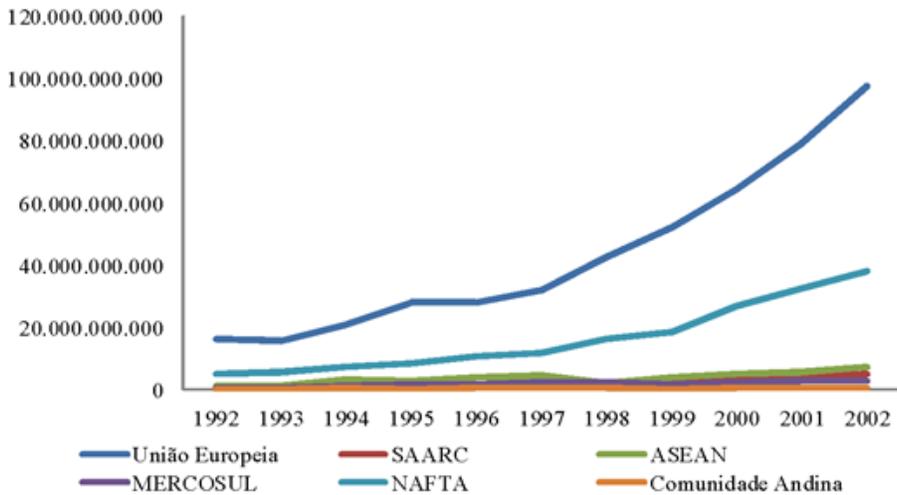
Ainda no âmbito securitário, uma segunda opção da administração Mandela que, indiretamente, auxiliou na contínua desvalorização do Atlântico Sul pode ser encontrado no direcionamento da *South Africa Navy* (SAN), esta que havia passado não apenas por cortes orçamentários, mas também de contingentes (de 6.500 para 4.500) (Wessels 2010). Em linhas gerais, seja pela diminuição de recursos – fator que levava a SAN a priorizar sua atuação em determinadas áreas – seja pela possibilidade de ampliar sua interação com outras marinhas, em verdade o que se viu durante a administração Mandela foi a tendência à priorização dos laços com potências ocidentais e países pertencentes à *Commonwealth*, em detrimento dos países pertencentes ao Atlântico Sul. De fato, entre 1994 e 1998, Pretoria

participou, juntamente com Estados Unidos, Canadá, Dinamarca, Holanda, entre outros, de exercícios navais em sua costa marítima; realizou a *Good Hope* com a Alemanha em 1994, exercício militar que envolveu as forças áreas sul-africana e germânica; participou de cursos de capacitação junto aos Estados Unidos e a França, bem como manteve contato com países como Índia, Malásia, Paquistão, Ilhas Maurício, Quênia e Singapura, enfim, países pertencentes à *Commonwealth* (Manganyi 2014; Wessels 2010).

Neste mesmo período, a África do Sul buscou fortalecer os laços com outros países do Oceano Índico via criação do *Indian Ocean Rim Association for Regional Cooperation* (IOR-ARC) em reunião realizada nas Ilhas Maurício, cujo objetivo era fortalecer os laços político e regional entre seus membros. Diferentemente disso, a relação da SAN com Marinhas da outra margem do Atlântico Sul foram diminutas. Por exemplo, enquanto a África do Sul participou em 1996 de exercícios marítimos da UNITAS, série de exercícios marítimos desenvolvida pelos Estados Unidos e países sul-americanos, bem como do ATLASUR em 1997, neste mesmo ano eram comemorados os 75 anos da SAN, evento marcado pela participação de 36 países, dos quais somente três eram sul-americanos (Brasil, Argentina e Uruguai) (Manganyi 2014; Wessels 2010).

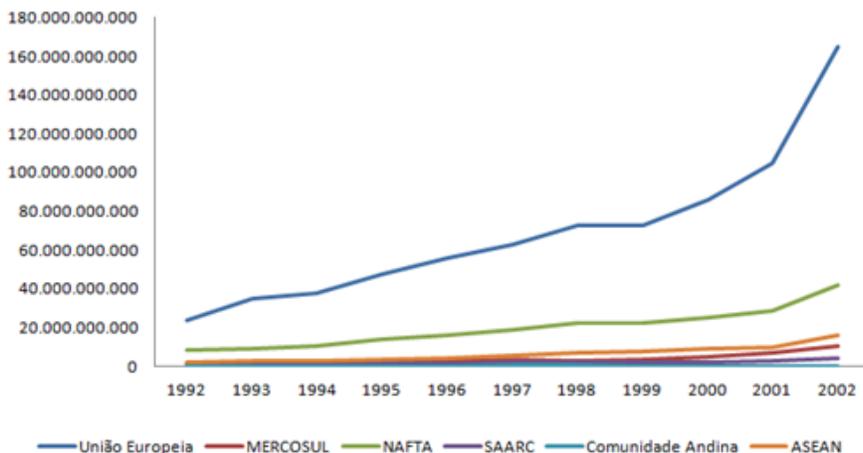
Além do âmbito securitário, a continuidade do Atlântico Sul em segundo plano também pode ser constatada quando analisadas as interações econômicas de Pretória durante a administração Mandela. Embora havendo o interesse em se aproximar do MERCOSUL (inclusive, este foi um dos objetivos da viagem de Mandela para a América do Sul em 1998), em verdade o que se viu foi à valorização do comércio regional e busca por maior comércio com países do continente asiático e do hemisfério Norte. Por um lado, a intensificação do fluxo comercial com os países da região era esperada, pois, conforme analisado anteriormente, uma das prioridades da “nova” África do Sul era a inserção regional. No entanto, o que se destaca são os parceiros comerciais de Pretória no âmbito internacional. Conforme apresentado nas figuras abaixo:

Figura 1: Exportações da África do Sul (milhões de Rands e por bloco econômico)



FONTE: desenvolvimento próprio a partir de dados da DTISA (2017)

Figura 2: Importações da África do Sul (em Rands e por bloco econômico)



FONTE: desenvolvimento próprio a partir de dados da DTISA (2017)

Segundo dados do *Department of Trade and Industry of South Africa* (DTISA), tanto nas importações quanto nas exportações, a União Europeia e o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) mantiveram-se como os principais parceiros comerciais da África do Sul. Exemplo disso pode

ser encontrado nas exportações, uma vez que tais blocos foram os dois únicos onde as exportações sul-africanas ultrapassaram o valor de ZAR 20.000.000.000 (DTISA 2016). Diferentemente disso, o período entre 1994 e 1998 foi caracterizado pela baixa troca comercial entre a África do Sul com o MERCOSUL, fator que, juntamente com a desvalorização gerada no âmbito militar, manteve o Atlântico Sul como uma rota secundária se comparada, por exemplo, com o Oceano Índico.

***African Renaissance*, Agenda Africana e um novo olhar para o Atlântico Sul**

Conforme apresentado anteriormente, as transformações adotadas pela administração Mandela fizeram com que o novo processo de inserção internacional da África do Sul caminhasse em sentido diametralmente oposto ao seguido pelas administrações do PN. Um primeiro exemplo pode ser encontrado na priorização do continente africano, este que durante a vigência do *apartheid* possuía sua relevância apenas atrelada à continuidade do regime racista. Já outro diz respeito ao desejo sul-africano em ampliar suas relações internacionais, estas que, até então, eram restritas às potências ocidentais.

De modo geral, quando analisados os quase dez anos em que Mbeki foi presidente da África do Sul (1999-2008), é possível encontrar pontos que representavam certa continuidade nesta política externa. Um primeiro diz respeito à valorização dos direitos humanos e da democracia, que caminhavam lado a lado às críticas de Mbeki com relação a governos militares e sistemas unipartidários, estes considerados diacrônicos à África do século XXI⁴. Além destes, a crença de que a resolução de conflitos deve ocorrer por meios pacíficos, a valorização do multilateralismo e o universalismo nas escolhas de parcerias estratégicas foram outros pontos que tornaram a política externa da administração Mbeki próxima a de Mandela.

A adoção tanto do universalismo quanto do multilateralismo seria estratégica para a administração Mbeki. Por um lado, tal adoção era importante para a inserção regional, visto que demonstrava certa maleabilidade no modo de atuar sul-africano, e, por conseguinte, garantia a Pretória a possibilidade de se aproximar de países africanos que seguiam caminho diametralmente oposto à África do Sul – como, por exemplo, o Zimbábue – mas que eram politicamente e historicamente atores relevantes

4 Em discurso realizado cidade de Abuja, em 2000, Mbeki expõe que “Tiranos temem as massas e sempre procuram desmobiliza-las através da propaganda, da corrupção e do terror. Nossa tarefa como progressistas é opor-se a esses tiranos” (tradução nossa).

no continente. Em outras palavras, universalismo e multilateralismo geravam a não confrontação com alguns países africanos, bem como eram importantes meios de desvinculação da imagem sul-africana de país pró-ocidente, de “lacaio dos Estados Unidos e de qualquer outro país ocidental” (Landsberg 2000: 119, tradução nossa).

Por outro lado, a manutenção de boas relações com diversos países africanos era vista como necessária à difusão de uma nova ideologia política africana para o século XXI (Nabudere 2001), esta mais comumente conhecida como *African Renaissance*. Em Hlophe e Landsberg (1999), é possível destacarmos duas dimensões do *African Renaissance*. A primeira diz respeito à relação entre este renascimento e o termo ganense “*Sankofa*”, que significa mover a África do Sul e o continente africano em direção a um futuro próspero, que seria alcançado através da valorização e do resgate ao passado africano anterior à invasão europeia. Já a segunda refere-se à importância da interação entre a democracia e o desenvolvimento econômico, relação que criaria um cenário estável e favorável ao crescimento econômico, garantindo à África um novo papel na globalização.

As dimensões anteriormente indicadas por Hlophe e Landsberg (1999) são centrais no *African Renaissance* e já vinham sendo trabalhadas por Mbeki antes mesmo de assumir a presidência da África do Sul. Reflexo disso pode ser encontrado no discurso *The African Renaissance, South Africa and the World*, este realizado na *United Nations University*, em 1998, onde Mbeki apresenta, de fato, o *African Renaissance* ao mundo. Neste discurso, é possível indicar que o regresso proposto por Mbeki a um passado anterior ao imperialismo europeu, tinha como intuito reconstruir a dignidade africana, sentimento importante no combate ao estigma existente sobre o continente de território eternamente dependente da caridade advinda do mundo exterior, incapaz de combater suas mazelas e passivo a governos ditatoriais.

Além disso, este discurso reforça a visão defendida por Mbeki acerca da relação entre desenvolvimento econômico e democracia, bem como demonstra ao mundo que o continente africano vem buscando se adaptar aos condicionantes neoliberais e à necessidade de forjar parcerias com os países industrializados. Em certa medida, a expectativa para com o *African Renaissance* era de aproveitar os laços econômicos com os países industrializados e beneficiar-se do interesse destes pelos recursos naturais existentes no continente. Em outras palavras, considerava-se que o sucesso ou o fracasso desta doutrina estaria atrelado à dinâmica da parceria, ou nas palavras de Landsberg (2005: 740), pela “*mutual accountability*” ou “*mutual responsibility*”, onde não mais deveria existir nenhuma forma de paternalismo entre os países africanos e os industrializados (Landsberg

2005).

Quando presidente, Mbeki buscou a consubstanciação desta dinâmica de responsabilidade mútua sinalizada pelo **African Renaissance**. No âmbito regional, Pretoria voltou-se à criação da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), iniciativa voltada à dinamização do desempenho econômico do continente, que foi recebida com entusiasmo por parte das potências ocidentais (Bujra 2004) visto que aceitava a globalização, o neoliberalismo e todos seus condicionantes e, em contrapartida, indicava a democracia e a prevenção de conflitos como precondições para o desenvolvimento do continente africano (NEPAD 2001). Além da NEPAD, o governo sul-africano atuou, de forma intensa, na transição da Organização da Unidade Africana (OUA) em União Africana (UA), e, nesta ocasião, pontos como o respeito aos direitos humanos, a democracia, a boa governança, dentre outros, bem como o modelo de estrutura defendido por Pretória, o *Pan-continentalism*, foram englobados na UA⁵ (Landsberg 2012c; CAAU 2000).

Por um lado, a criação da NEPAD e a transição da OUA para UA simbolizavam a consubstanciação do *African Renaissance*; por outro, elas se transformaram em importantes instrumentos de elevação do *African Renaissance* para outro patamar, este mais comumente conhecido como Agenda Africana. Em linhas gerais, a Agenda Africana pode ser entendida como a fase de continuidade e intensificação do *African Renaissance*. Continuidade, uma vez que se mantém fiel ao incentivo à criação e adoção de sistemas democráticos pelos países africanos, a busca pela paz e segurança do continente, a criação de meios que levem ao crescimento econômico dos países africanos, dentre outros objetivos defendidos por esta doutrina de renovação africana (Landsberg 2007; Kondlo e Landsberg 2007).

Intensificação, visto que, no âmbito regional, buscou-se potencializar a interação entre a África do Sul e outros países africanos. Neste caso, torna-se claro que através desta intensificação a Agenda Africana se transformou em um importante instrumento para a maior integração da África do Sul no continente africano. Um primeiro exemplo pode ser encontrado no estímulo às empresas sul-africanas a investirem cada vez mais no continente. De fato, desde pequenos investimentos realizados por empresas como *Checkers, Game an Makro, Protea Hotels, Debonairs, Nandos and Steers, Truworths and Weoolworths, Standard Bank/Stanbic and Multichoice*, a grandes investimentos advindos da *MTN, Vodacom, Transnet, Eskom*,

5 Entende-se por Pan-continentalism como “o processo pelo qual os Estados se unem para criar novas normas, princípios, instituições, estruturas políticas, e concordar em viver de acordo com essas normas e estruturas em harmonia uns com os outros” (Landsberg 2012c, tradução nossa)

AngloGold Ashanti, Randgold Resources, Sasol e PetroSA, tornaram-se cada vez mais constantes (Connimos, Daniel e Lutchman 2007). Além disso, no âmbito comercial, o advento da Agenda Africana não apenas intensificou o comércio com diversos países africanos, mas também fez com que países como Botsuana, Moçambique, Zâmbia, Lesoto, Malawi chegassem ao ano de 2008 tendo em Pretória o segundo maior comprador de seus produtos exportados.

Paralelamente ao êxito no âmbito regional, o *African Renaissance* também proporcionou à África do Sul ser mais atuante no cenário internacional. Dentro da dinâmica de responsabilidade mútua, é possível indicar certa distinção feita pela administração Mbeki no que concerne às expectativas sul-africanas com relação às interações Norte-Sul e aquelas esperadas com os países do Sul. Referente às relações Norte-Sul, as expectativas sul-africanas eram romper com o Afro-pessimismo, apresentando ao mundo a imagem de um continente africano em transformação, bem como fazer com que os países ricos participassem no processo de renovação do continente. Um dos principais exemplos disso pode ser encontrado na divulgação e na busca em manter a NEPAD incluída na agenda da OECD e do G8, ambos vistos por Pretória como financiadores desta proposta de desenvolvimento (Bujra 2004). Tal ativismo, além de reforçar a imagem do país de pertencimento ao continente africano, também garantiu a Pretória o status de “voz” da África no mundo Pós-Guerra Fria.

No que diz respeito às relações Sul-Sul, além da valorização de agrupamentos em que a África do Sul havia sido integrada durante a administração Mandela, G77 e Movimento dos Não Alinhados, a administração Mbeki buscou inserir o país em diversos outros grupos, tais como o *Forum for China-Africa Co-operation* (FOCAC), a *New Asian-African Strategic Partnership* (NAASP), o *New Asia-Africa Strategic Partnership* (NAASP), a *Indian Ocean Rim Association for Regional Cooperation* (IOR-ARC), o Fórum IBAS, dentre outras iniciativas. Se por um lado o interesse em participar destes grupos garantiu a Pretória maior integração entre África do Sul e países como China, Rússia, Brasil, Índia, entre outras potências emergentes, por outro, acabou por alterar a percepção sul-africana de importância do Atlântico Sul, visto que buscava intensificar a interação com o Brasil.

Um primeiro exemplo disso pode ser encontrado no Fórum IBAS, este composto por África do Sul, Brasil e Índia, cuja simbologia caminha lado a lado a três interesses sul-africanos. O primeiro se relaciona ao fortalecimento de parcerias estratégicas com países pertencentes a outras regiões, no caso, América do Sul e continente asiático. Já a segunda refere-se à busca em ser mais atuante na governança global, visto que a existência

deste fórum encontra-se atrelada a pontos como a reformulação do Conselho de Segurança, a defesa e o respeito às normas internacionais e a diplomacia como melhor caminho para a resolução de conflitos (Declaração de Brasília 2003). Por fim, o terceiro interesse diz respeito à própria existência da África do Sul como parte do processo de expansão do sistema interestatal, isto é, a sua importância geoestratégica entre o Atlântico Sul e o Oceano Índico. Entretanto, diferentemente de períodos anteriores, quando o país esteve atrelado às potências ocidentais, com o advento do *African Renaissance*, sua especificidade geográfica passou a ser incluída nas relações Sul-Sul.

No âmbito securitário também é possível encontrarmos outro exemplo desta valorização do Atlântico Sul. Neste caso, destaca-se o processo de reaparelhamento da *South African Navy* (SAN), este marcado pelo aumento do número de contingentes, pela compra de novos navios e submarinos para recompor as demandas da SAN e, em 2006, pelo lançamento da “*Maritime Doctrine for the SA Navy*” (MDSAN), documento que, em linhas gerais, demonstra a importância da África do Sul ser um país bioceânico e, por tal condição, a necessidade em manter seu entorno marítimo seguro de possíveis ameaças (SAN 2006). Neste caso, o reaparelhamento da SAN e a adoção da MDSAN garantiram à África do Sul a ampliação de seus exercícios multilaterais, estes que durante a administração Mandela eram em menor número e realizados, em grande parte, com os países membros da Commonwealth.

Especificamente no âmbito das relações Sul-Sul, destacou-se o ATLASUR, este voltado a maior cooperação e trocas de experiências entre as Marinhas dos Brasil, Uruguai, Argentina e África do Sul. Ao longo da administração Mbeki, foram realizados o ATLASUR V em 2002, ATLASUR VI em 2006 e o ATLASUR VII em 2008, sendo o V e o VII recepcionados na costa sul-africana. Além do ATLASUR, outro exercício que se destacou diz respeito ao IBSAMAR, este realizado inicialmente em Cape Town (2008), cujos principais objetivos são: a cooperação e o respeito mútuo entre Brasil, África do Sul e Índia; o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de táticas navais; de doutrinas voltadas a defesa de plataformas terrestres; e a condução de operações destinadas ao combate de ameaças aos países-membros (Manganyi 2014; Wessels 2010).

Paralelamente aos âmbitos político-diplomático (IBAS) e securitário (SAN), no âmbito econômico também houve maior interação entre África do Sul e América do Sul. Segundo dados do DTI (2017), é possível indicar que houve aumento das trocas comerciais entre Pretória e o MERCOSUL. Referente às exportações sul-africanas, se em 1999, Pretória havia exportado ZAR\$ 1.690.464.320 para os países do MERCOSUL, em 2009, este valor chegava a ZAR\$ 4.170.128.695. No que diz respeito às importações

sul-africanas, este mesmo período foi marcado pela passagem de ZAR\$ 3.663.047.110 para ZAR\$ 19.034.871.129, crescimento que representava a continuidade na relação deficitária entre as partes.

Vale ressaltar que na dinâmica afro-asiática, quando analisadas as trocas comerciais entre a África do Sul e o SAARC, a relação econômica tende a ser favorável aos sul-africanos uma vez que, se em 1999 as importações sul-africanas somavam ZAR\$ 1.928.439.495 e as exportações em ZAR\$ 2.112.101.117, em 2009 os valores foram de ZAR\$ 17.025.128.128 e ZAR\$ 19.500.726.004, respectivamente (DTI 2017). Entretanto, mesmo a relação econômica entre África do Sul e membros da SAARC seja mais interessante para Pretória, visto que é superavitária, é fato que iniciativas no âmbito político-diplomático de aproximação entre as regiões (ASA), e a criação de exercícios militares envolvendo países do Atlântico Sul (ATLASUR) ou os três membros do IBAS (IBSAMAR), são eventos que, em linhas gerais, demonstram o maior interesse da África do Sul pelo Atlântico Sul.

O Atlântico Sul durante a administração de Zuma (2009-2014): continuidade ou diminuição de sua importância?

Após a renúncia de Mbeki e a breve administração Motlanthe (2008-2009), iniciou-se na África do Sul a administração Zuma (2009-). No curto prazo, especulava-se algumas mudanças tanto no âmbito interno como no externo ao país, uma vez que Zuma trazia na base de apoio grupos como o *Congress of South African Trade Unions* (COSATU), do *South African Communist Party* (SACP), e da *ANC Youth League* (ANCYL), estes contrários às políticas adotadas pela administração anterior. Vale ressaltar que o ANCYL sob a liderança de Julius Malema (2008-2012) trazia em seu discurso o abandono do livre-mercado e a nacionalização de bancos e indústrias mineradoras (Hughes 2011).

No plano interno, esperava-se da administração Zuma atuação direcionada ao rompimento com o desemprego, garantia do acesso e melhoria nas condições de saúde e educação para grande parcela da população; ou seja, soluções a desafios herdados do regime *apartheid* que não haviam sido resolvidos pelas administrações anteriores. No âmbito das relações internacionais sul-africanas, as expectativas giravam em torno da política externa que passaria a nortear as ações de Pretória na África e no mundo. Inicialmente, tais expectativas ganharam relevância quando o então *Department of Foreign Affairs* (DFA) foi transformado em *Department of International Relations and Cooperation* (DIRCO). Em síntese, se no plano interno sua finalidade encontrava-se relacionada no convencimento da

população sul-africana acerca de quão importante é a política externa para o país; no âmbito internacional, esta transformação objetivava demonstrar aos países africanos que a África do Sul manter-se-ia fiel ao caráter não hegemônico de sua atuação no continente (Landsberg 2010).

Todavia, quando analisada a administração Zuma, é possível encontrar certa continuidade na política externa da África do Sul. Tal constatação encontra-se no fato de que pontos como a valorização da democracia, o desenvolvimento econômico, o respeito ao multilateralismo, a resolução de conflitos através do diálogo, a diversificação e a ampliação de parcerias estratégicas, dentre outros que já vinham norteando a atuação sul-africana pós-*apartheid*, foram mantidos (Landsberg 2012b, 2012a). Além disso, houve também a contínua priorização do continente africano, esta simbolizada pela manutenção e intensificação da Agenda Africana. Neste caso, um primeiro exemplo pode ser encontrado na busca pela pacificação do continente, seja através do apoio a missões de *peacekeeping* e *peacemaking*, seja por meio do auxílio à reconstrução de países pós-conflito (Landsberg 2010, 2012b, 2012a).

Além do âmbito securitário, outro exemplo pode ser encontrado na criação ou manutenção de acordos bilaterais no âmbito econômico, os chamados *Business Forums*, forjado com países como Nigéria, Senegal, Tanzânia, Namíbia, Zâmbia e, destacadamente Angola, primeiro país africano a ser visitado pelo presidente sul-africano, cuja delegação contou com a participação de 150 empresários, o maior número de empresários participantes em uma visita oficial. Paralelamente aos *Business Forums*, um segundo exemplo destas relações econômicas pode ser encontrado em dois projetos que a administração Zuma vem se pautando: a consolidação do *SADC Free Trade Area* (SADC-FTA) – lançado ainda durante a administração Mbeki – e a construção de uma zona de livre-comércio baseada na integração entre a SADC, a *East African Community* (EAC), e a *Common Market for Eastern and Southern Africa* (COMESA). No âmbito da infraestrutura, a realização de tais iniciativas caminha lado a lado ao *Presidential Infrastructure Champion Initiative* (PICI), e o *Programme for Infrastructure Development in Africa* (PIDA)⁶.

6 Segundo o PIDA (2012: 1-2, tradução nossa), “É nitidamente evidente a necessidade africana de infraestrutura: a demanda de energia vai aumentar de 590 terawatts-hora (TWh) em 2010, para mais de 3.100 TWh em 2040, correspondendo a uma taxa média de crescimento anual de cerca de 6%. Para manter o ritmo, a capacidade de geração de energia instalada deve subir dos níveis atuais de 125 gigawatts (GW; comparáveis com o Reino Unido) a quase 700 GW em 2040. [...] Os volumes de transporte vai aumentar 6-8 vezes, com destaque para aumento de até 14 vezes para alguns países sem acesso ao mar. O rendimento dos Portos aumentaram de 265 milhões de toneladas em 2009, para mais de 2 bilhões de toneladas em 2040. [...] A necessidade de água vai impactar, ecologicamente, algumas bacias hidrográficas - inclusive a

Ainda no âmbito econômico, porém, no que diz respeito à relação da África do Sul com o mundo, o que se viu foram algumas transformações referentes ao posicionamento dos principais parceiros comerciais de Pretória. Evidentemente que a União Europeia manteve-se como principal parceiro comercial da África do Sul, no entanto, ao longo dos anos 2005 e 2015, o que se viu foi a China ultrapassar os EUA e se transformar no segundo maior parceiro comercial do país africano. De fato, enquanto que em 2005 as exportações sul-africanas para EUA e China eram de, respectivamente, ZAR\$ 30.456.024,154 e ZAR\$ 8.456.249,474; em 2015, os valores eram de ZAR\$ 78.570.360,988 e ZAR\$ 94.375.122,871, respectivamente. Além disso, neste mesmo período as importações sul-africanas advindas dos EUA somavam ZAR\$ 30.259.829,171 e da China ZAR\$ 32.070.892,524 em 2005; em 2015 tais valores eram de ZAR\$ 76.283.766,177 (EUA) e ZAR\$ 199.392.013,145 (China), respectivamente (DTI 2017).

De modo geral, a transformação da China como o segundo principal parceiro comercial da África do Sul pode ser compreendida como resultado da Agenda Africana, uma vez que desde a administração Mbeki, buscou-se maior aproximação com as potências emergentes. Neste contexto, já durante a administração Zuma, vale ressaltar que o principal resultado desta escolha pode ser encontrado em abril de 2011, quando a África do Sul passou a integrar o grupo BRIC, que foi renomeado para BRICS. Embora economicamente o país se posicione atrás dos outros membros do BRICS, seu status de potência regional caracterizado por uma rede sofisticada de infraestrutura, e pelo dinamismo comercial, tecnológico e financeiro (Kornegay 2010), bem como sua importância em termos geográficos (bioceânico) foram qualidades que demonstravam a relevância da África do Sul para este agrupamento.

Em certa medida, é possível indicar que a entrada nos BRICS impacta na visão sul-africana acerca do Atlântico Sul. Um primeiro exemplo disso pode ser encontrado na relação comercial entre Pretória e os países membros do MERCOSUL. Embora a relação comercial com os países asiáticos seja muito mais intensa, visto que as exportações em 2016 foram de 56.220.593.206 e as importações sul-africanas de ZAR\$ 49.657.068.748 (DTISA 2017), quando analisada a relação comercial entre África do Sul e o MERCOSUL, é possível destacar o contínuo crescimento nesta interação. Segundo dados do DTISA (2017), se em 2009 as exportações sul-africanas para este bloco eram de ZAR\$ 4.170.128.695, em 2016, este valor era de

do Nilo, Níger, Orange e as bacias do Volta. [...] A tecnologia de informação e comunicações (TIC) demandará um aumento em em 20 vezes antes de 2020, da banda larga existente no continente. A demanda de cerca de 300 gigabits por segundo em 2009, chegará a 6.000 gigabits por segundo até 2018”.

ZAR\$ 9.269.141.468. Além disso, as importações sul-africanas mantiveram-se em crescimento, visto que o país passou de ZAR\$ 19.034.871.129, para ZAR\$ 36.455.821.023, demonstrando que o Atlântico Sul vem se mantendo como uma importante rota comercial para ambos os atores.

Além do âmbito econômico, a tendência em continuar a valorização da bacia sul-atlântica para África do Sul pode ser encontrada nas políticas de Segurança e Defesa da África do Sul, que, assim como sua política externa, também representa continuidade no processo iniciado durante a administração anterior. Por um lado, uma primeira semelhança a ser destacada refere-se à tendência em diminuir os recursos direcionados para a SANF. De fato, se ao longo da administração Mbeki a porcentagem dos recursos direcionados para as forças armadas não chegavam a 2%, o que se vê durante a administração Zuma é o acentuado declínio, uma vez que a partir de 2011, esta relação chegou ao menor patamar, 1,1% (SIPRI 2016).

Por outro lado, mesmo havendo a diminuição dos recursos, uma segunda característica de semelhança com a administração anterior refere-se à manutenção da *Maritime Doctrine for the SA Navy* (MDSAN) e, destacadamente, ao reaparelhamento da *South African Navy* (SAN), através do aumento do número de contingentes e da compra de novos navios e submarinos para recomporem as demandas da SAN. Exemplo disso pode ser encontrado já no primeiro ano da administração Zuma, 2009, quando o número de contingente chegava a 6.000, e com três submarinos, quatro novas fragatas, dois *gun-boats* (*ex-strike craft*), três *mine-hunters*, um *combat support ship* e um *hydrographic survey ship* (Wessels 2010).

Além de tal reaparelhamento ser relevante para a proteção do entorno estratégico sul-africano, ele se torna fundamental para o interesse do país em ser cada vez mais ativo nos exercícios do IBSAMAR, estes iniciados durante a administração Mbeki em Cape Town (2008), que se mantiveram presentes durante a administração Zuma. Exemplo disso pode ser encontrado nos IBSAMAR II, III e V, estes realizados em 2010, 2013 e 2016, respectivamente, e ocorridos na costa sul-africana. Paralelamente à valorização do IBSAMAR, uma segunda iniciativa adotada durante a administração Zuma que, indiretamente, envolve o Atlântico Sul diz respeito à *Operation Phakisa*, esta criada em 2014 que, embora marcada por projetos na área da Educação e Saúde, também possui quatro projetos direcionados à costa sul-atlântica.

O primeiro refere-se à aquicultura, cujo principal objetivo é garantir o melhor aproveitamento da riqueza de recursos pesqueiros existente no litoral sul-africano⁷. O segundo diz respeito ao melhor aproveitamento do

⁷ “The Aquaculture work stream has underlined the high growth potential of South Africa’s

fluxo de navios que passam pelas costas sul-africanas. Neste caso, uma das expectativas é de valorizar o setor industrial direcionado ao reparo e ao suporte de embarcações que utilizam dos portos sul-africanos. Já o terceiro encontra-se relacionado à prospecção e exploração de petróleo e gás *offshore*, uma vez que pesquisas demonstraram a existência de reservas que chegariam a 9 bilhões de barris de petróleo, e 11 bilhões de gás natural, números que garantiriam à África do Sul autossuficiência por, pelo menos, 40 e 350 anos, respectivamente, destes recursos. Por fim, o quarto projeto caminha lado a lado ao interesse sul-africano em proteger, legalmente, esta região, criando meios (em torno de dez) que promovam a proteção do ambiente marítimo de atividades ilegais (Operation Phakisa 2014).

Considerações Finais

Quando analisadas as administrações de Mandela (1994-1999), Mbeki (1999-2008), e Jacob Zuma (2009-), torna-se clara a busca sul-africana por uma nova inserção internacional pautada no rompimento com a política externa que até então era vigente no país. No cenário regional, as administrações do CNA buscaram transformar a África do Sul em um elemento provedor da estabilização continental, voltando-se à pacificação, ao combate ao subdesenvolvimento e todas suas mazelas, à busca por retirar a África da condição de continente marginal dentro do processo da globalização, enfim, em romper com o isolamento regional e participar na renovação do continente. Reflexo disso pode ser encontrado na busca pela intensificação das relações diplomáticas com diversos países africanos, no ativo papel sul-africano na criação da NEPAD e na transformação da OUA em UA.

Em paralelo às transformações no âmbito regional, no cenário internacional a África do Sul pós-*apartheid* buscou a inserção política não apenas apoiada nas relações Norte-Sul, mas também ancorada nas relações Sul-Sul. Embora valorizando a parceria com os Estados Unidos e com a União Europeia, dois dos principais parceiros econômicos de Pretória, tornou-se claro o interesse sul-africano, principalmente a partir da administração Mbeki, em fortalecer laços econômicos e políticos com países como Brasil, Índia, China e Rússia. Tal objetivo acabou por levar à alteração da visão sul-africana acerca do Atlântico Sul.

Evidentemente que há variações encontradas nas administrações do CNA, inclusive ficou claro que durante a administração Mandela não houve

aquaculture sector due to increasing demand for fish. While aquaculture contributes to almost half of the global fish supply, it contributes less than 1% of South Africa's fish supply" (Operation Phakisa 2016).

maior interesse pela bacia sul-atlântica, no entanto, quando analisadas as administrações a partir de Mbeki, a tendência foi à mudança na perspectiva sul-africana. Em linhas gerais, a busca por criar iniciativas como o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), o interesse em desenvolver exercícios marítimos como o IBSAMAR, o desejo em fortalecer os laços econômicos com países da América do Sul, bem como a inclusão do país no grupo dos BRICS são alguns dos fatores que representam a maior valorização do Atlântico Sul.

REFERÊNCIAS

- African Union. 2000. *Constitutive Act of the African Union* (CAAU). Lome. Disponível em: http://www.au.int/en/sites/default/files/ConstitutiveAct_EN.pdf.
- Barber, James. 2005. "The new South Africa's foreign policy: principles and practice." *International Affairs*, [s.]: v. 81, n.5, 1079-1096.
- Branco, L.B.N.M.C. 2003. *A Política Externa Sul-Africana: Do Apartheid a Mandela*. Portugal: Tese de Doutorado em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais, especialidade de Política e Relações Internacionais em África pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Bujra, Abdalla. 2004. "Pan-African Political and Economic Visions of Development From the OAU to the AU: From the Lagos Plan of Action (LPA) to the New Partnership for African Development (NEPAD)". *DPMF*, [S.l]: n.13, 1-32.
- Comnimos, Alex; Daniel, John e Lutchman, Jessica. 2007. "South Africa in Africa: trends and forecasts in a changing African political economy". In: Daniel, John. (et al). *State of the Nation: South Africa*. Cape Town: HSR Press, 508-53.
- Department Trade and Industry of South Africa (DTISA). 2016. *AS Export Value HS8 (Annually)*. Pretoria.
- _____. 2017. *AS Export Value HS8 (Annually)*. Pretoria.
- _____. 2016. *AS Import Value HS8 (Annually)*. Pretoria.
- _____. 2017. *AS Import Value HS8 (Annually)*. Pretoria.
- Declaração de Brasília. 2003. *Fórum de Dialogo Índia-Brasil-África do Sul*. Disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/7745f-cbo-5759-4edc-b8b2-8a1e81c2a9fc>.
- Hamill, James e Lee, Donna. 2001. "A Middle Power Paradox? South African Diplomacy in the Post-apartheid Era". *International Relations*.

- London: v.15, n.4, 33-59.
- Hlophe, Dumisani e Landsberg, Chris. 1999. *The African Renaissance as a modern South African Foreign Policy Strategy*. Paris. Disponível em: <www.ceri-sciencespo.com/archive/octo99/artcl.pdf>.
- Hughes, Tim. 2011. *Working for Development in Southern Africa Bridging the Gap between Government and Business*. Johannesburg: SAIIA.
- Kabemba, Claude. 2007. "South Africa in the DRC: renaissance or neo-imperialism?" In: Daniel, John et al. *State of the Nation*. Cape Town: HSRS Press. 533-552.
- Kagwanja, Peter. 2006. "Power and peace: South Africa and the refurbishing of Africa's multilateral capacity for peacemaking". In: Southall, Roger (Org.). *South Africa's role in conflict resolution and peacemaking in Africa*. Cape Town: HSRC Press, 27-59.
- Kondlo, Kwandi.; Landsberg, Chris. 2007. "South Africa and the 'African Agenda'". *Policy: issues and actors*, Johannesburg: v.20, n.13, 1-14.
- Kornegay, Francis. 2010. "A África do Sul como potência emergente: dilemas especiais e dimensões de segurança". In: Pereira, Analúcia Danilevicz; Visentini, Paulo G. Fagundes (Org.). *África do Sul: História, Estado e Sociedade*. Brasília: FUNAG/CESUL, 131-160.
- Landsberg, Chris. 2012a. "A Política Externa do Governo Jacob Zuma: Associação ou Dissociação?". *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*. Porto Alegre: v.1, n.1, 75-102.
- _____. 2012b. "Continuity and Change in the Foreign Policies of the Mbeki and Zuma Governments". *Africa Insight*, [S.l]: v. 41, n. 4, 1-16.
- _____. 2012c. "Policy Afro-Continentalism: Pan-Africanism in Post-Settlement South Africa's Foreign". *Journal of African and Asian Studies*, [S.l], v. 47, n. 4, p. 436-448.
- _____. 2000. "Promoting Democracy: The Mandela-Mbeki Doctrine". *Journal of Democracy*, [S.l], v. 11, n. 3, 107-121. Disponível em: <<http://muse.jhu.edu/journals/jod/summary/v011/11.3landsberg.html>>.
- _____. 2007. "South Africa and the making of the African Union and NEPAD: Mbeki's 'progressive African agenda'". In: Adedeji, Adebayo, Adebajo, Adekeye and Landsberg, Chris. *South Africa in Africa: The Post-Apartheid Era*. Cape Town: University of KwaZulu-Natal Press, 195-212.
- _____. 2010. "The Foreign Policy of the Zuma Government: Pursuing the 'national interest?'". *South African Journal of International Affairs*, London: v. 17, n. 3, 273-293.

- _____. 2005. "Toward a Developmental Foreign Policy? Challenges for South Africa's Diplomacy in the Second Decade of Liberation". *Social Research*. [S.l.]: v. 72, n. 3, 723-757.
- Lipton, Merle. 2009. "Understanding South Africa's foreign policy: the perplexing case of Zimbabwe". *South African Journal of International Affairs*, London: v. 16, n. 3, 331-346. Disponível em: http://www.swradioafrica.com/Documents/Merle_Lipton140110.pdf.
- Mandela, Nelson. 1993. "South Africa's Future Foreign Policy". *Foreign Affairs*, Tampa: v. 72, n. 5. Disponível em: <http://www.anc.org.za/show.php?id=4113> >. A.
- _____. 1999. Speech by President Nelson Mandela during a visit to the Finnish Parliament, Helsinki: 15 Mar. 1999. Available at: <http://www.info.gov.za/speeches/1999/99316_fin-pa99_10284.htm>. Accessed: May 14, 2013.
- _____. 1998. *Speech by President Nelson Mandela to the National Executive Committee of the Chama Cha Mapundizi (CCM)*, Dar es Salaam: 17 Nov. 1998. Disponível em: http://www.info.gov.za/speeches/1998/98b18_ccm9811382.htm.
- Manganyi, Calvin. 2014. "South African Naval Diplomacy since 1994". In: Thesis presented at the University of Stellenbosch. 2014.
- Mbeki, Thabo. 2000. *Address at the Meeting of Nigerian and South African Business*. [S.l.], 2 Oct. 2000. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2000/mbek1002.htm>.
- _____. 1998. *Speech by Deputy President Thabo Mbeki at the United Nations University: The African Renaissance, South Africa and the World*. [S.l.], 9 Apr. 1998. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/1998/mbeko409.htm>.
- Nabudere, Dani W. 2001. "The African Renaissance in the Age of Globalization". *African Journal of Political Science*, Grahamstown, v. 6, n. 2, 11-27. Disponível em: archive.lib.msu.edu/.../African%20Journals/pdfs/.../ajps006002003.pdf.
- New Partnership for Africa's Development (NEPAD). 2001. *The New Partnership for Africa's Development*. Abuja. Disponível em: http://www.nepad.org/system/files/framework_o.pdf>.
- Ngwenya, Nomfundo Xenia. 2011. "South Africa in Africa". In: Hofmeister, Wilhelm, Tyler, and Conley, Melissa. *Going Global: Australia, Brazil, Indonesia, Korea and South Africa*. *International Affairs*. Singapore: Ed. Konrad-Adenauer Stiftung, 3-17.
- Department Environmental Affairs Republic of South Africa. 2006. *Oper-*

- ation Phakisa – Oceans Economy*, Pretoria. Disponível em: <https://www.environment.gov.za/projectsprogrammes/operationphakisa/oceanseconomy>.
- Penha, Eli Alves. 2011. *Relações Brasil-África*. Salvador: EDUFBA.
- Pereira, Analúcia Danilevicz. 2012. *A Revolução Sul-Africana: classe ou raça, revolução ou libertação nacional?*. São Paulo: Ed. Unesp.
- Pimentel, José Vicente de Sá. 2000. “Relações entre o Brasil e a África sub-saária”. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: V. 43, Nº 1, 05-23.
- Programme for Infrastructure Development in Africa (PIDA). 2012. *Programme for Infrastructure Development in Africa (PIDA): Interconnecting, integrating and transforming a continent*. Addis Ababa. Disponível em: <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/PIDA%20note%20English%20for%20web%200208.pdf>.
- Reis, André Luiz. 2008. *Do Otimismo Liberal à Globalização Assimétrica: A Política Externa do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)*. 360f. Porto Alegre: Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14743/000665956.pdf?sequence=1>.
- Schraeder, Peter J. 2001. “South Africa’s Foreign Policy from International Pariah to Leader of the African Renaissance”. *The Round Table*, [S.l], n. 359, 229-243.
- South African National Defense Force (SANDF). 1996. *Defence in a Democracy: White Paper on National Defence for the Republic of South Africa* May 1996. Disponível em: <http://www.dod.mil.za/documents/WhitePaperonDef/whitepaper%20on%20defence1996.pdf>
- South African Navy. 2006. *Maritime Doctrine for the SA Navy (MDSAN)*. Pretoria.
- Stapleton. Timothy J. 2010. *A Military History of South Africa: From the Dutch-Khoi Wars to the End of Apartheid*. California: ABC-CLIO, LLC.
- Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). 2016. *SIPRI Military Expenditure Database*. Estocolmo. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>.
- Van Wyk, Jo-Ansie. 2002. “The Saga Continues...The Zimbabwe Issue in South Africa’s Foreign Policy”. *Alternatives Turkish Journal of International Relations*, [S.l]: v. 01, n. 4, 176-231.
- Visentini. Paulo G. Fagundes e Pereira, Analúcia Danilevicz. 2010. “A nova

África do Sul: política, diplomacia e sociedade (1994-2010)". In: Visentini, Paulo G. Fagundes and Pereira, Analúcia Danilevicz. *África do Sul: História, Estado e Sociedade*. Brasília. FUNAG/CESU, 64-96

Wessels, André. 2010. "The South African National Defence Force, 1994-2009: A Historical Perspective." In: *JOERNAAL*. Nº. 35, V. 2.

RESUMO

O artigo busca compreender a importância do Atlântico Sul na política externa sul-africana pós-*apartheid*. Baseando-se em ampla bibliografia relacionada ao tema, busca-se defender a hipótese de que o aumento do interesse pelo Atlântico Sul em verdade é resultado da valorização por parte da África do Sul das relações Sul-Sul.

PALAVRAS-CHAVE

África do Sul Pós-*Apartheid*; Atlântico Sul; Política Externa.

*Recebido em 19 de abril de 2017.
Aprovado em 19 de junho de 2017.*

“A ÚNICA REALIDADE NA ÁFRICA NEGRA DE ENTÃO”: BOUBOU HAMA E A INTEGRAÇÃO ENTRE TÉCNICA E ESPIRITUALIDADE

Ana Luiza de Oliveira e Silva¹

Introdução

Este artigo trata de ideias de um homem chamado Boubou Hama. Sua vida foi marcada por uma ativa trajetória intelectual e política no Níger, antiga colônia francesa no ocidente africano. Em data controversa (1906 ou 1909), Boubou Hama nasceu em uma aldeia de etnia Songhay² chamada Fonéko; ainda criança, passou a frequentar escolas da administração colonial até graduar-se na *École Normale Supérieure William Ponty* – maior e mais importante instituição educacional da *Afrique Occidentale Française* [África Ocidental Francesa / AOF] – como o primeiro professor da colônia do Níger. Após exercer a profissão de docente por quase vinte anos, Boubou Hama lançou-se, nos anos 1940, na vida política, atuando de maneira ativa junto ao primeiro partido do Níger – *Parti Progressiste Nigérien* [Partido Progressista Nigerino / PPN]. Após a independência do país, em 1960, ele permaneceu extremamente próximo a seu primeiro presidente, Diori Hamani, ocupando diversos cargos importantes, como a presidência da Assembleia Nacional, a presidência do *Conseil National de la Recherche Scientifique et Technique* [Conselho Nacional da Pesquisa Científica e Técnica] e a diretoria do *Centre Régional de Documentation pour la Tradition Orale de l'Ouest Africain* [Centro Regional de Documentação pela Tradição Oral do Oeste Africano / CRDTO], para citar apenas alguns. Boubou Hama manteve-se na vida pública até seu aprisionamento em 1974, quando um golpe militar, perpetrado por Seyni

¹ Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: aluidos@usp.br

² Optei por manter a grafia francesa utilizada nas obras de Boubou Hama quando nos referirmos a grupos humanos da África Ocidental.

Kountché, teve lugar. Sua obra escrita é monumental e abarca temáticas diversas, denotando uma profícua produção intelectual que não escasseia até sua morte, em 1982.

Esta brevíssima biografia pretende apresentar um importante personagem da história nigerina, tão pouco conhecida em nosso país. No interior dos projetos intelectuais de Boubou Hama – os quais eram indissociáveis de seus projetos políticos –, a educação e a cultura possuíam papel fundamental. Para ele, a salvaguarda e a disseminação de conhecimentos propriamente “africanos”, como denominava, eram essenciais tanto no processo de resposta à dominação colonial quando no processo de levante do continente negro em relação à Europa e ao resto do mundo. Nesta direção, Boubou Hama foi um homem que trabalhou arduamente para que as culturas presentes em seu país fossem conhecidas. Ao mesmo tempo em que via a si mesmo e a suas iniciativas como partes de um empreendimento maior de resgate e preservação de tradições, ele também fazia uso delas para desenvolver os seus próprios projetos.

Com o presente trabalho, acredito poder contribuir para o conhecimento de uma parte pouco estudada da história da África e de seus habitantes. A partir de um questionamento acerca de como um importante personagem do Níger compreendia culturas “tradicionais” presentes em sua região e de que maneira propunha utilizá-las em seu próprio tempo, dividi o desenvolvimento deste artigo em três partes. Em um primeiro momento, a título de contexto, apresentarei algumas informações sobre o Níger às vésperas e no início da ocupação colonial. Em seguida, versarei sobre as concepções de Boubou Hama acerca do “conhecimento tradicional”, ou seja, como este homem elaborava a ideia de uma “cultura nigerina”, que entendia estar presente antes do período colonial e ainda vigente em sua própria época. Por fim, examinarei aspectos referentes aos impactos da colonização no conhecimento e sua circulação, analisando qual proposta Boubou Hama apresentava neste sentido. Em tempo, cabe esclarecer que todas as traduções aqui presentes são de minha autoria, ficando os textos originais disponíveis nas notas de rodapé.

O Níger: panorama sobre o antes e o depois da ocupação colonial

O atual país Níger encontra-se simultaneamente na porção central e ocidental da África, sendo o país mais extenso desta parte do continente. Seu território se estende tanto pelo Saara quanto pelo Sahel, é rodeado por sete outros países e não possui, portanto, saídas nem para o Mediterrâneo

nem para o Atlântico. Tal porção geográfica foi palco de complexas e dinâmicas redes comerciais internas, que se desenvolveram a partir do século VII, abarcando toda a região do Sahel da África Ocidental e que, por rotas transaarianas, chegaram a atingir o Magreb (parte setentrional do continente) e o Oriente Médio (Hernandez 2008: 33-36). Nesta direção, Moraes Farias ainda chama a atenção para as trocas, empréstimos e modificações culturais ocorridas entre povos diversos a partir, por exemplo, dos contatos comerciais, além de também advertir sobre uma maleabilidade e fluidez que, muitas vezes, não são levadas em conta pela historiografia (Moraes Farias 2006: 225).

São diversas as populações que acabaram por compor a atual face nigerina, muitas das quais eram nômades – mesmo havendo subsequentes assentamentos e estabelecimentos populacionais – e diferentes entre si. Ainda que seja necessário relativizar a ideia de ‘unidade’ entre quaisquer grupos humanos daquela região da África Ocidental, podemos, a título de exemplo, denominar alguns que possuem preponderância nas obras de Boubou Hama: os grupos Tuaregue, Peul, Hausa e Zarma-Songhay. O Níger, às vésperas da ocupação colonial, aproximava-se da imagem de um entrecruzamento de diversos povos e culturas, uma vez que os povos, sua localização e movimentos não se circunscreviam a uma determinada área forçadamente fixada pelos colonizadores. Contudo, em finais do século XIX, a ocupação europeia chega, demarcando a região que posteriormente fica denominada como ‘colônia do Níger’. Muitos de seus habitantes continuaram a conhecer-se e a referir-se por suas composições étnicas; todavia, no conjunto, todos os indivíduos circunscritos à zona recém-delimitada passaram a ser designados como ‘nigerinos’.

É verdade que as investidas europeias na região da África Ocidental são anteriores à própria Conferência de Berlim (1884-1885), como demonstra o fato de que os habitantes das *Quatre Communes* [Quatro Concelhos] do Senegal – nomeadamente Dakar, Gorée, Saint-Louis e Rufisque –, chamados de *les originaires* [os originários], possuíam alguns direitos de cidadãos, incluindo o direito de votar, tão cedo quanto 1848 (Cooper 2014: 6). Contudo, foi durante a Terceira República Francesa, instaurada após a queda de Napoleão III e mantida entre 1871 e 1940, que se estabelecem as organizações coloniais mais plenamente definidas. Fundamentais para a logística francesa no continente africano, tais unidades administrativas eram as seguintes: a *Afrique Occidentale Française* [África Ocidental Francesa / AOF], constituída em 1895 e composta, em sua forma completa, pelas colônias do Senegal, Costa do Marfim, Mauritânia, Guiné, Soudan (atual Mali), Alto-Volta (atual Burkina Faso), Daomé (atual Benin) e Níger, e a *Afrique Équatoriale Française* [África Equatorial Francesa / AEF], formada

em 1910 e integrada pelas colônias do Gabão, Congo-Brazzaville, Chade e Ubangui-Chari.

No interior da porção ocidental do continente africano dominada pelos franceses, o Níger desponta como um território que sentiu violentamente, através de combates sangrentos que intentaram resistir à ocupação colonial, a inescapável presença das tropas europeias. Em meio a uma enorme efusão de sangue, que marcou tanto as expedições destinadas à conquista colonial quanto as consequentes tentativas de resistência por parte dos autóctones, esta região seca e inóspita que viria a se chamar ‘colônia do Níger’ sucumbiu – um tanto tardiamente em relação a outros territórios – aos avanços franceses. Assim, inicialmente um território militar (1900-1921) e em seguida uma colônia (1922-1960), o Níger é descrito por Boubou Hama como sendo “o tipo perfeito de colônia de exploração”, na qual o amendoim, o algodão, a borracha e as peles compunham os produtos de interesse ao mercado colonial (Hama 1974: 103).

Para além das regras de mercado, havia ainda outros regimes estabelecidos pela França aos quais os autóctones ficavam expostos que demonstram as maneiras pelas quais o governo colonial provocou mudanças na estrutura da sociedade nigerina. Dentre eles, gostaria de chamar a atenção para a implantação de um sistema educacional, controlado pela administração colonial, para o qual deveriam ser enviadas crianças das mais diversas localidades. Tal sistema teve importância fundamental para a formação de uma elite letrada, que marcou presença na cena política tanto antes quanto depois da independência. A educação colonial também esteve presente na trajetória de vida do próprio Boubou Hama, atuando como um fator de profunda relevância no percurso intelectual deste homem de cultura que tanto se interessou pela educação, agindo de maneira pujante pela salvaguarda e propagação do conhecimento da cultura dos povos da região do Níger.

Conhecimento tradicional e a ideia de uma “cultura nigerina”

Um esclarecimento preliminar se faz necessário: o termo ‘tradicional’ é mutável; assim como não podemos afirmar que pessoas e sociedades mantiveram-se estáticas nem antes, nem durante a colonização, da mesma forma não devemos entender ‘tradicional’ como sendo um conceito de significação única ao longo do tempo. Neste sentido, a pergunta que colocamos é o que o próprio Boubou Hama compreendia por aquela palavra. Geralmente, em seus textos, tal noção remete-se ao período pré-colonial, mas pelo fato de este compreender uma temporalidade demasiado extensa, permeada por muitas características diferentes, bem

como por mutações das mais diversas, Boubou Hama por vezes faz uso de diferenciações que especificam sua ideia; por exemplo, “tradição Songhay”, “tradição Islâmica”, ou ainda acrescentando diferenciais, como “a tradição Islâmica da época de Sonni Ali Ber”.

Além disso, é possível notar que a distinção proposta por Hobsbawn entre tradição (invariável) e costume (mutável) (Hobsbawn 1984: 9-23) não se aplica a este caso, uma vez que Boubou Hama tende a utilizar ambos os termos de modo orgânico e até intercambiável. Em termos gerais, para ele, o “conhecimento tradicional” é uma ideia macro na qual se insere uma série de compreensões, capacidades, fundamentos e informações presentes entre sociedades do continente africano – para as quais também utiliza muito o termo mais amplo ‘africanas’ – antes do estabelecimento dos europeus e a formação de colônias (no sentido mais formal do termo). Obviamente, tais conhecimentos também se alastraram ao longo do período colonial, algo que se comprova pela própria possibilidade de acesso a eles por parte de Boubou Hama, como veremos. Dadas tais premissas, e à luz de exemplos de textos deste homem, a questão que nos interessa examinar é: o que contava como conhecimento nas sociedades “nigerinas” do período pré-colonial?

No trecho a seguir, Boubou Hama apresenta algumas características do Império de Gana (de origem Soninké e primeiro dos três grandes impérios da África Ocidental, *circa* séculos III a XIII) e do reinado Mossi (estabelecido a partir do século XII na região da atual Burkina Faso e com o qual o próprio Boubou Hama teve contato em sua passagem, quando criança, por Ouagadougou³) em relação a práticas de cunho “religioso”. Os dois casos servem como exemplos daquilo que ele denomina “sociedade animista”, em cujo interior identifica um tipo específico de conhecimento. Em suas palavras:

No antigo [império de] Gana, os fetiches reais são depositados em uma floresta sagrada. Mas cada região, cada vila, tinha seu gênio tutelar. Cada família, cada casta, tinha sua ciência ou seu culto particular.

No Império Mossi, era o Moro Naba, chefe supremo do culto, que detinha os fetiches principais do Império e, com eles, o conhecimento supremo que guia os sacerdotes e os responsáveis pela vida política.

A sociedade animista, emanção de sua “superestrutura”, dentro da mesma concepção da vida e do homem, está fortemente integrada aos cultos particulares, nos quais se executa a ação ao nível do indivíduo, da família e das castas.

É nestas células de base que se é iniciado na arte, na ciência, na prática de uma profissão. A iniciação no tocante ao povo, às crianças do povo, é feita em associações ou, sem distinção de posição social, estas crianças se

³ O período vivido em Ouagadougou é relatado por Boubou Hama no primeiro volume de sua autobiografia, intitulada Kotia-Nima.

dedicam à prática de uma certa filosofia de vida, aquela do “saber dizer” e “saber fazer” (Hama 1978: 13).

No conteúdo do texto, salta aos olhos o fato de palavras como ‘fetiche’, ‘sagrado’, ‘gênio’, ‘culto’ e ‘sacerdote’ estarem conectadas com outros termos como ‘conhecimento’ (ou ‘ciência’), ‘política’, ‘concepção de vida’ e ‘ação’, denotando a proximidade com que se relaciona o que chamaremos âmbito ‘espiritual’ e âmbito ‘técnico’. Além disso, no tocante à aprendizagem das crianças, o “saber dizer” (que se relaciona à aquisição de conhecimento) e o “saber fazer” (relativo ao aprendizado de uma perícia ou profissão) são considerados como uma filosofia de vida. Todos estes elementos estão, portanto, conectados; para Boubou Hama, tal conexão parece estar estabelecida há muito tempo, dado seu resgate à antiguidade do próprio Império de Gana. Ademais, de acordo com o trecho analisado, existia uma organização social, familiar e política, cujo epicentro se encontrava na prática do culto e na presença do gênio tutelar; ou seja, a técnica estava fortemente vinculada àquelas concepções pertencentes à esfera espiritual. Em resumo, gostaria de sugerir que, ao pensarmos no entendimento de Boubou Hama referente à ideia de um “conhecimento tradicional”, devemos ter em mente a indissociabilidade entre todos aqueles aspectos.

Na mesma direção, podemos subentender que, na concepção deste homem a respeito daquele contexto, todas as esferas da vida podiam ser compreendidas a partir de um pano de fundo “religioso” – que pode ser uma palavra não tão adequada, mas é a que ele usa em diversos de seus textos –, ou ainda, que estavam mergulhadas em uma “dimensão espiritual”. De acordo com Boubou Hama, “o animismo era, antes da chegada da Europa em alguns de nossos países, a única religião que regia a vida da família e das coletividades. Assim, ela regrava o comportamento dos indivíduos e da própria sociedade. Tudo, na África Negra, era feito no enquadramento de nossas concepções de vida e de mundo”⁴ (Hama 1968: 53). Ao utilizar o termo ‘tudo’, Boubou Hama realmente revela a amplitude do alcance que considerava que a concepção espiritual tinha em relação à vida das pessoas, em seus mais diversos campos. A leitura de seus textos também permite depreender o que para ele significava o termo ‘animismo’, algo que abarcava compreensões de mundo (*Weltanschauung*) que se diferenciavam tanto do Islamismo (recebido, modificado e adaptado no contexto da África subsaariana desde o século XI) quanto do Cristianismo (introduzido a partir dos contatos com europeus). Uma característica essencial daquele

4 “L’animisme était, avant l’arrivée de l’Europe dans certains de nos pays, la seule religion qui régissait la vie de la famille et des collectivités. Celle-ci réglait, alors, le comportement des individus et de la société elle-même. Tout, en Afrique Noire, se faisait dans le cadre de nos conceptions de la vie et du monde”.

entendimento era a integração de todas as coisas; indivíduo e sociedade, parte e todo:

O animismo baseia o direcionamento da sociedade sobre sua concepção de vida e de mundo, sobre a unidade do indivíduo imbricado na unidade do conjunto, sobre o “parcial” que ganha corpo com o todo que o gerou e do qual ele não se separa. Se “Tenho seu cabelo ou a roupa que tocou seu corpo, tenho este último de forma completa.”

[...]

Para o animismo, não há remissão dos pecados, pois cada falta afeta o conjunto da criação, pela qual são responsáveis, ao mesmo tempo, o indivíduo e a sociedade que o assiste⁵ (Hama 1978: 11-12).

Este tipo de concepção gregária também ecoa na maneira pela qual Amadou Hampâté Bâ apresenta a visão religiosa do mundo postulada pelas tradições africanas, que tomavam como pressuposto uma ligação entre o universo visível e o invisível: “No interior dessa vasta unidade cósmica, tudo se liga, tudo é solidário, e o comportamento do homem em relação a si mesmo e em relação ao mundo que o cerca (mundo mineral, vegetal, animal e a sociedade humana) será objeto de uma regulamentação ritual muito precisa cuja forma pode variar segundo as etnias ou regiões.” (Hampâté Bâ 1980: 173). De maneira equivalente, vemos Léopold Sédar Senghor descrever a sociedade africana como sendo coletivista e comunitária, no interior da qual a pessoa “sente e pensa que apenas pode desenvolver suas virtualidades – seu ser original – na sociedade e através dela, em união com todos os outros membros do grupo social, com todos os homens, ou mesmo com todos os outros seres do universo: Deus, animal, árvore ou pedra.” (Senghor 1971: 307). Trata-se de dois homens cujas vidas se assemelham à de Boubou Hama, como a época, a vivência em territórios da AOF – o primeiro no Soudan e o segundo no Senegal –, e trajetórias de estudo e trabalho similares, o que nos permite pensar sobre a circulação de ideias entre intelectuais africanos.

No sentido do que vínhamos discutindo, Hampâté Bâ também postula que “dentro da tradição oral, na verdade, o espiritual e o material não estão dissociados” (Hampâté Bâ 1980: 169), e que a cultura africana em si “envolve uma visão particular do mundo, ou, melhor dizendo, uma *presença* particular no mundo – um mundo concebido como um Todo onde todas as coisas se religam e interagem” (Hampâté Bâ 1980: 169), ambas

5 “L’animisme base la direction de la société sur sa conception de la vie et du monde, sur l’unité de l’individu imbriqué dans celle de l’ensemble, sur le ‘partiel’ qui prend corps avec le tout qui l’a fourni et dont il ne se sépare pas. Si ‘J’ai ton cheveu ou le vêtement qui a touché ton corps, j’ai ce dernier dans son entier’. [...] Pour l’animisme, il n’y a pas de rémission des péchés, car chaque faute affecte l’ensemble de la création dont, à la fois, est responsable l’individu et la société qui l’assiste”.

noções compartilhadas por Boubou Hama. Nesta perspectiva, podemos depreender que elementos como conhecimento, sabedoria, experiência e técnica estão integrados entre si. Em seu *Essai d'analyse de l'éducation Africaine* [Ensaio de análise da educação africana], Boubou Hama procura fornecer o enquadramento sobre o qual repousava o universo mental dos Songhay e dos Zarma, versando sobre sua vida espiritual e sua existência prática cotidiana. Neste riquíssimo estudo, permeado por relatos dos mais diversos, os mitos, as crenças e os personagens do mundo espiritual (deuses, *holés*⁶, espíritos, etc.) aparecem em relação a um mundo concreto. Conforme alerta, não se trata de ficção; tais questões eram vividas realmente: “mas, sei que para o ocidental tudo isso soa como uma ficção. Contudo, isto não muda o fato que *esta foi a única realidade na África Negra de então*, a base primordial da qual extraímos nossa aquisição espiritual e material, prática e pacífica...”⁷ (Hama 1968: 140-141).

Neste enquadramento, a educação é outro elemento que se faz presente. Também ela era levada a cabo tanto no nível material quanto no nível espiritual, reiterando o argumento de que, para Boubou Hama, estes campos eram indissociáveis naquele contexto. Um exemplo representativo neste sentido aparece em relação à casta dos Sorko – pescadores que habitavam as margens do rio Níger e únicos permitidos a caçar os grandes animais do rio, o jacaré [*caïman*], o hipopótamo e o peixe-boi [*lamantin*]⁸ –, através de relatos recolhidos por Alfa Mossi e Maïguizo Naïno junto aos Sorko das regiões de Koutougou, de Liboré (Niamey) e de Gaweï:

Todos os Sorko interrogados a seu respeito disseram que ele [o jacaré] é mau e que se tornou perigoso por conta dos *djinns*⁹ que o protegem. Devem ser feitas encantações para afastar estes *djinns* do jacaré quando se quer matá-lo.

6 Em linhas gerais, trata-se de entidades espirituais que podem entrar em contato com os humanos através de rituais de possessão, nos quais o Holé-Tam (escravo do Holé) ou Holé-Bari (cavalo do Holé) recebe um deles. À guisa de exemplo desta conexão, um possuído por Dongo, o Holé dos raios, chuvas e tempestades, torna-se Dongo-Bari (cavalo de Dongo) e é reconhecido pelos gritos particularmente potentes que emite em meio aos outros Holé-Tam. Este assunto é tratado em alguns trabalhos de Boubou Hama, como por exemplo seu primeiro livro, publicado em 1954 em conjunto com Jean Boulnois e intitulado *L'Empire de Gao: histoire, coutumes et magie des Sonrai* [O império de Gao: história, costumes e magia dos Songhay].

7 “Mais, je sais que tout cela apparaît à l'occidental comme une fiction. Il n'en demeure pas moins qu'il fut l'unique réalité d'hier en Afrique Noire, le fond primordial où nous avons puisé notre acquit spirituel et matériel pratique et pacifique...” Grifos no original.

8 Não entrarei no mérito taxionômico, dada a imensa variedade e subdivisões relativas tanto ao “jacaré” quanto ao “peixe-boi”; uso estas palavras de maneira genérica, sendo também esta a maneira pela qual são utilizadas, em francês, no livro de Boubou Hama.

9 Gênios. Optei por manter o termo como aparece no original.

A caça aos jacarés é feita de duas maneiras. A primeira consiste em “chamar” o jacaré recitando “rezas”. Assim que ele aparece, é espetado com um arpão e, assim, morto. [...] A segunda maneira [...] consiste em servir-se de uma isca (peixe, pequeno animal). No local onde se localiza o jacaré, posiciona-se o anzol com a isca, que então o captura. [...] Ao sair da água, ele é abatido a golpes de arpão ou de um objeto pesado. [...]

[...] os pescadores Sorko consideram este animal [o hipopótamo] como seu boi; eles não o temem. [...] a caça ao hipopótamo é sempre precedida de invocações, de ‘rezas’. [...] A partir do momento que ele é espetado pelo arpão, o animal se torna mau e ameaça os pescadores e as pirogas. [...] Neste momento crítico, o Sorko *griot*¹⁰ recita os louvores do hipopótamo [...] Após estas invocações, o hipopótamo se acalma e, em seguida, é atacado e morto. [...]

Assim que o peixe-boi entra entre duas estacas, ele é pego. O Sorko espeta-o com o arpão e o mata. Tira-se a presa da água; lavando-a, em seguida, com água e ervas. Sem esta lavagem, a carne do peixe-boi pode ser perigosa para consumo. [...] Isso porque o peixe-boi tem um gênio protetor que se pode expulsar apenas no momento da lavagem do animal morto” (Hama 1968: 86-91).

Gostaria de chamar a atenção para o seguinte: por um lado, podemos isolar ações práticas de cunho estratégico, técnico e material, tais como a observação e a localização dos animais, o uso de iscas, arpões e armadilhas, e a lavagem higienizadora da carne; por outro lado, é possível discriminar

10 “*Griot* é o nome dado pelos franceses ao diéli que entre os bambara significa ‘contador de histórias. A tempo: diéli é quem tem a força vital.’ (Hernandez 2008: 29). E ainda: “Mas afinal, quem são os *griots*? São trovadores, menestrelis, contadores de histórias e animadores públicos para os quais a disciplina da verdade perde rigidez, sendo-lhe facultada uma linguagem mais livre. Ainda assim, sobressai o compromisso com a verdade, sem o qual perderiam a capacidade de atuar para manter a harmonia e a coesão grupais, com base em uma função genealógica de fixar as mitologias familiares no âmbito de sociedades tradicionais” (Hernandez 2008: 30).

11 “Tous les Sorko interrogés à son sujet disent qu’il [le caïman] est méchant et qu’il est rendu dangereux à cause des djinis [sic] qui le protègent. Il faut procéder à des incantations pour éloigner ces djinns du caïman quand on veut le mettre à mort. La chasse aux caïmans se fait de deux façons. La première consiste à ‘appeler’ le caïman en récitant des ‘prières’. Dès qu’il paraît, on le harponne et on le tue. [...] La deuxième façon [...] consiste à se servir d’un appât (poisson, petit animal). Sur l’emplacement repéré, on place le hameçon qui l’attrape. [...] Il sort alors de l’eau. Là, il est abattu à coup de harpon ou de masse lourde. [...] ...les pêcheurs sorko considèrent cet animal [l’hippopotame] comme leur bœuf. Ils n’ont pas peur de l’hippopotame. [...] la chasse à l’hippopotame est toujours précédée d’invocations, de ‘prières’. [...] Dès qu’il est harponné, l’animal devient méchant et menace pêcheurs et pirogues. [...] A ce moment critique, le Sorko griot dit les louanges de l’hippopotame [...] Après ces invocations l’hippopotame se calme. Il est attaqué ensuite et tué. [...] Dès que le lamantin s’engage entre deux piquets il est pris. Le Sorko le harponne et le tue. On sort le gibier de l’eau. On le lave avec de l’eau et des herbes. Sans ce lavage la viande du lamantin peut être dangereuse pour la nourriture. [...] Ceci parce que le lamantin a un génie protecteur qu’on ne peut chasser qu’au moment du lavage de l’animal tué. » Grifos nossos.

outras ações, também práticas, direcionadas ao mundo espiritual, como encantações, rezas e invocações, cuja base encontra-se na crença na presença de gênios protetores e na possibilidade de contato direto com os animais, que reagem de forma humanizada aos homens. O texto, no entanto, não separa estes dois campos; a prática da caça de jacarés, hipopótamos e peixes-boi, tal como descrita por profissionais da pesca pertencentes à casta Sorko, é composta igualmente, e na mesma medida, por técnicas “científicas” e por práticas “mágicas”. Inclusive, é justamente a este tipo de conhecimento que Boubou Hama, em outra obra, dedicada substancialmente àquela casta, faz referência quando busca esclarecer as razões do monopólio de caça daqueles animais por parte dos Sorko:

O Sorko tem o monopólio reconhecido da caça ao peixe-boi, ao hipopótamo e ao crocodilo. Ainda que apenas ele possa atacá-los com arpão, não quer dizer que os outros pescadores, os Hausa do Kebbi, por exemplo, não sejam também capazes de fazê-lo (uma vez que vêm ao Níger aprender a arte da pesca com os Sorko), mas é, sobretudo, porque a caça com arpão do peixe-boi, do hipopótamo e do crocodilo – animais aquáticos, gênios do rio, como veremos – é precedida, acompanhada e seguida de práticas mágicas, cujos segredos os Sorko detêm, de pai para filho, desde tempos imemoriais. Todos os estrangeiros respeitam este monopólio, tanto místico quanto artesanal, que faz dos Sorko os ‘mestres do rio’. Uma vez que um pescador não-Sorko venha enfrentar os animais do [rio] Níger, ele solicita a presença do Sorko, sua magia e sua arte; e lhe paga uma indenização¹² (Boulnois e Hama 1954: 22).

Boubou Hama não fazia parte de nenhuma casta Songhay específica; tratava-se de um intelectual profundamente interessado pelo que considerava serem conhecimentos tradicionais, presentes no território nigerino de sua época. Desta forma, o motivo do resgate e compilação de tais conhecimentos, técnicas profissionais, formas de educação e iniciação – que se dá em diversas de suas obras – está relacionado a seus próprios planos e projetos para o Níger e a África como um todo. Além disso, gostaria de argumentar que, na percepção de Boubou Hama, um aspecto comum àquilo que estava relacionado ao campo do *tradicional* era o contato com o mundo invisível e, mais profundamente, um entendimento de mundo

12 “Le Sorko a le monopole reconnu de la chasse au lamentin, à l’hippopotame et au crocodile. Si lui seul peut l’attaquer au harpon, ce n’est pas que les autres pêcheurs, les Haoussa du Kebbi par exemple, n’en seraient pas capables, eux aussi (puisque’ils viennent au Niger apprendre des Sorko l’art de la pêche), c’est surtout parce que la chasse au harpon du lamentin, de l’hippopotame et du crocodile, animaux aquatiques, génies du fleuve comme nous le verrons, est précédée, accompagnée et suivie de pratiques magiques dont les Sorkos détiennent les secrets de père en fils, depuis en temps immémorial. Tous les étrangers respectent ce monopole aussi mystique qu’artisanal qui fait des Sorko les ‘maîtres du fleuve’ et lorsqu’un pêcheur non sorko veut s’attaquer aux animaux du Niger, il sollicite la présence du Sorko, sa magie et son art ; on lui paie une indemnité”.

intimamente ligado ao âmbito espiritual. Tratava-se, para este homem, de um traço fundamental do “homem negro”, sendo esta ideia a própria essência que será mantida em suas ideias e projetos ao longo de toda a sua trajetória.

Apesar de as castas sobre as quais o livro *Essai d'analyse de l'éducation Africaine* [Ensaio de análise da educação africana] se debruça continuarem existindo após as investidas e estabelecimento da colonização, esta trouxe impactos diversos, atingindo os mais variados campos de ação e de pensamento no território afro-ocidental. Nesta perspectiva, e remetendo-se a características vigentes no período pré-colonial, Boubou Hama, bela e tristemente, expõe: “ao menos era assim que nossas sociedades africanas estavam construídas antes que os estrangeiros viessem dispor delas como lhes apetecia, em um clima de dissolução que não acrescentou, mas que destruiu aquilo que, depois de milênios, havíamos construído com o objetivo de desafiar a morte e o tempo”¹³ (Hama 1968: 194-195).

Impactos da colonização no conhecimento e sua circulação

Se por um lado é difícil tecer afirmações acerca do alcance real que o estabelecimento da colonização conquistou nas diversas partes daquilo que viria a tornar-se a colônia do Níger, bem como junto a seus habitantes, por outro lado, é inegável que a investida colonial gerou impactos. Estes foram mais ou menos profundos, mais ou menos sentidos, de acordo com a localização das populações, mas, de qualquer forma, a presença francesa causou algum grau de repercussão e transtorno, para o melhor ou para o pior. Em relação à AOF, Benoist observa um menor nível de alcance nas áreas rurais, onde, podemos acrescentar, tanto as distâncias quanto o clima severo contribuíam para uma maior dificuldade de acesso por parte da administração colonial e, conseqüentemente, um contato menos efetivo com as pessoas. Segundo o autor,

Foi apenas às vésperas da Primeira Guerra Mundial que a dominação francesa foi, ainda que não totalmente, estabelecida sobre o conjunto dos territórios que constituíam a AOF. Durante o quarto de século que se seguiu, a administração estendeu sua rede sobre a região, sem, contudo, modificar profundamente a sociedade tradicional. [...]

Os camponeses continuaram a viver em um mundo sacralizado e a tirar da terra familiar, e graças a um trabalho coletivo, os recursos para seu sustento e para a celebração das festas comunitárias que ritmavam o

¹³ “C’était du moins ainsi que nos sociétés africaines étaient construites avant que les étrangers ne vissent en disposer à leur guise dans un climat dissolvant qui n’a pas apporté mais qui a détruit ce que, depuis de millénaires, nous avons construit dans le but de défier la mort et le temps”.

ano¹⁴ (Benoist 1982: 17-18).

Nesta interpretação, práticas sociais relacionadas ao trabalho com a terra e às diferentes etapas que regem os ciclos da agricultura teriam se mantido praticamente intactas. Da mesma forma, a compreensão de mundo baseada na perspectiva espiritual também teria sido preservada ou, ao menos, pouco afetada. Por outro lado, Boubou Hama compreendia o estabelecimento colonial e as subsequentes relações instauradas nos territórios como sendo profundamente transtornadores. No trecho a seguir, ele busca traçar um paralelo alusivo aos contatos estabelecidos entre África e localidades diferentes. Centrando-se especificamente sobre a perspectiva religiosa e o que se refere a tradições, Boubou Hama contrapõe a convivência estabelecida entre africanos e outros povos àquela estabelecida na impactante relação colonial. Assim, fazendo referência a vínculos estabelecidos entre outras populações e as diferentes zonas africanas (magrebina, saariana, sudanesa¹⁵), comenta:

Neste conjunto, não havia “dualidade” entre o animismo e os “deuses” mediterrâneos, entre as espiritualidades do Sudão e o Cristianismo, entre estas e o Islamismo, mas uma vizinhança, por vezes íntima, que acabou por mudar o tecido social e as relações humanas sobre as quais repousava a sociedade animista.

Por sua vez, não houve fusão, assimilação entre a África pré-colonial e a colonização, mas sim contatos conflitantes que transtornaram profundamente as tradições africanas.

Hoje, não há congruência de concepção de vida e de mundo entre a África tradicional e as ideologias e seus sistemas dissolventes, que tentam dividir nosso globo em zonas de influência estanques ou de segurança¹⁶

14 “Ce n’est qu’à la veille de la première guerre mondiale que la domination française fut à peu près établie sur l’ensemble des territoires constituant l’A.O.F. Pendant le quart de siècle qui a suivi, l’administration a étendu son réseau à l’ensemble du pays, sans pour autant modifier en profondeur la société traditionnelle. [...] Les paysans continuaient à vivre dans un monde sacralisé et à tirer de la terre familiale, et grâce à un travail collectif, de quoi vivre et de quoi célébrer les fêtes communautaires qui rythmaient l’année”.

15 Seguindo os passos de Gregory Mann (2015), optei por manter esta grafia para aludir a tal região do continente africano. *Sudan* deriva da expressão árabe *bīlad al-sudan*, referindo-se à parte ao sul do Saara, não devendo ser confundida com *Soudan*, colônia francesa posteriormente denominada como Mali.

16 “Dans cet ensemble, il n’y avait pas ‘dualité’ entre l’animisme et les ‘dieux’ méditerranéens, les spiritualités du Soudan et le Christianisme, entre celles-ci et l’Islamisme, mais voisinage parfois intime qui changea le tissu social et les rapports humains sur lesquels reposait la société animiste. Il n’y eut pas, non plus, fusion, assimilation entre l’Afrique précoloniale et la colonisation, mais des contacts heurtés qui dérangèrent profondément les traditions africaines. Il n’y a pas, aujourd’hui, communauté de conception de la vie et du monde entre l’Afrique traditionnelle et les idéologies et leurs systèmes dissolvants qui tentent de partager notre globe en zones d’influence étanches ou de sécurité. » No segundo parágrafo, optei por

(Hama 1978: 8-9).

Sob seu ponto de vista, as trocas estabelecidas – e aqui podemos pensar em circulação de conhecimentos em geral – entre sociedades diferentes contribuía para modificá-las, mas podemos interpretar que o faziam de maneiras desiguais: enriquecedora no caso dos contatos mantidos por África no período pré-colonial e perturbadora no caso das relações travadas durante a etapa colonial. No tocante ao final do trecho analisado, no momento em que Boubou Hama escreveu este texto (anos 1970), o mundo se encontrava dividido entre ideologias divergentes e as subsequentes zonas de influência, tão características da Guerra Fria. A observação que este homem fez da distância existente entre aqueles dois pólos (capitalista e socialista) e a África – com suas concepções de mundo e peculiaridades próprias – é fundamental para a compreensão que formulou acerca do papel a ser desempenhado por aquele continente e, conseqüentemente, para seus planos quanto a ele.

Ainda em relação aos impactos da colonização, Boubou Hama julga, no trecho a seguir, o âmbito econômico como sendo responsável por ocasionar uma abertura. Esta teria, de acordo com ele, permitido a introdução de valores diferentes daqueles previamente conhecidos e estabelecidos em África. Um exemplo que podemos trazer neste sentido é a poligamia – plenamente praticada no interior dos costumes locais, porém criticada por ser incompatível com o código civil francês –, que se tornou um dos pontos de discussão a respeito do status conferido aos habitantes das colônias da AOF em relação à metrópole (Cooper 2014: 158-164). Na visão de Boubou Hama, o transtorno foi regra no processo colonial em África, a qual, no entanto, foi capaz de manter-se fortemente arraigada a seus próprios valores e concepções:

No interior do sistema colonial, não houve nada direcionado a permitir à civilização africana se agarrar a um suporte material. A introdução da economia colonial em nosso continente destruiu as estruturas da nossa própria economia, que passou a se revirar, no vácuo, sobre seu próprio conteúdo transtornado e empobrecido.

Os valores ocidentais econômicos, sociais, políticos e culturais então se precipitaram sobre esse vácuo aberto de nossa concepção de vida e de mundo.

Mas, a assimilação proposta para este continente jamais foi sincera. Se tal assimilação transtornou a sociedade africana, não foi capaz de destruí-la; se introduziu mudanças profundas, não chegou a agir suficientemente sobre ela no sentido do interesse econômico recíproco para que chegasse

utilizar a expressão adversativa “por sua vez”, ainda que o original traga a expressão aditiva non plus [tampouco], pois entendo que as ideias ali expostas não corroboram aquelas do primeiro parágrafo, mas sim as contrapõem”.

a proporcionar um motivo radical que teria, ainda mais, podido contribuir para fazer a África renunciar a seus valores fundamentais. De tudo isso, nosso continente salvou muito de si mesmo, ainda que, por vezes, tenha permanecido fortemente influenciado pelo fermento colonial, particularmente no âmbito do desenvolvimento moderno da África e naquele da linguagem filosófica e científica; eis um fato universal que devemos estudar a fim de melhor perceber “nosso humanismo”, que nos distingue dos outros e em cujo contexto nos queremos contestar.

A técnica da África pré-colonial era dominada, tanto no terreno material quanto no espiritual, pelas castas. Elas eram a espinha dorsal econômica da sociedade africana, controlada por nobres e notáveis generosos. Hoje, as castas aparecem, no interior do desenvolvimento moderno de nosso continente (na savana) como um fenômeno, sobretudo, social e cultural (Hama 1968: 368-369).

A influência da colonização e dos conhecimentos ocidentais por ela trazidos e instituídos entre habitantes do continente africano é inegável. Contudo, Boubou Hama evoca a força das raízes nas quais estão ancorados valores, formas de compreensão do mundo e conhecimentos, lembrando mesmo a importância conservada pelas castas em domínios diversos, desde o econômico e técnico até o espiritual e cultural. Gostaria de sugerir que este resgate aponta para onde Boubou Hama considerava que os africanos deveriam voltar-se e no que deveriam agarrar-se de maneira a, assim, fazer frente não apenas ao mundo colonial, mas àquilo que havia sido ocidentalizado e estabelecido em África após a passagem da colonização. Meu argumento, no entanto, não é o de que este homem propunha um retorno ao período pré-colonial, no qual as castas dominavam os diversos campos da sociedade, mas sim de que preconizava uma apreensão daquilo que havia de conhecimento no continente africano antes que os impactos gerados pelo estabelecimento europeu afetassem tanto sua natureza quanto sua circulação.

Conclusão

A ocupação colonial estabeleceu modificações diversas em relação às feições que o território que viria a ser denominado ‘Níger’ possuía às vésperas da colonização. Apesar de existirem aspectos que foram mantidos ou que foram menos afetados pela presença francesa, ao mesmo tempo houve outros elementos, como a organização da AOF, a violência nas investidas de ocupação e lutas de resistência, o estabelecimento de impostos, do trabalho forçado e do *indigénat*¹⁷, e a instalação de instituições de ensino,

17 O Code de l'indigénat (ou apenas l'indigénat, por não se tratar de um código textual único) era um sistema de justiça conduzido pela administração francesa em relação, exclusivamente, aos indigènes [autóctones]. Entendido como um regime legislativo de

que afetaram sobremaneira a vida das populações. Este é o contexto geral no qual Boubou Hama, de etnia Songhay, nasceu.

Um tipo específico de conhecimento, designado como “tradicional”, estava no centro das preocupações deste homem, tanto ao longo de suas obras quando de sua trajetória intelectual e política. No interior daquela “sabedoria africana”, que Boubou Hama entendia permear todos os meandros da vida e da sociedade, duas esferas, a espiritual e a técnica, intercambiavam-se de maneira indissociável. Para ele, apesar de todo o impacto causado pela colonização, os valores e concepções de mundo presentes no continente africano ainda se encontravam disponíveis e necessitavam ser acessados por todos. Boubou Hama tinha um projeto de desenvolvimento para o Níger e para a África, cuja base era o resgate da cultura dos povos que ali habitavam e sua ampla divulgação. De maneira a encontrar respostas para perguntas – essencialmente pós-coloniais – de seu próprio tempo, como qual era o papel a ser desempenhado por seu continente no contexto mundial, Boubou Hama voltava-se para aquilo que considerava ser fundamentalmente “africano”: a integração entre técnica e espiritualidade.

REFERÊNCIAS

- Benoist, Joseph-Roger de. 1982. *L'Afrique Occidentale Française de la Conférence de Brazzaville (1944) à l'indépendance (1960)*. Dakar : Les Nouvelles Éditions Africaines.
- Boulnois, Jean e Hama, Boubou. 1982. *L'empire de Gao: histoire, coutumes et magie des Sonrai*. Paris : Adrien-Maisonneuve.
- Cooper, Frederick. 2014. *Citizenship between Empire and Nation: remaking France and French Africa, 1945-1960*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.
- Hama, Boubou. 1968. *Essai d'analyse de l'éducation Africaine*. Paris: Présence Africaine.
- _____. 1968. *Kotia-Nima I: rencontre avec l'Europe*. Paris: Présence Africaine.
- _____. 1974. *Les grands problèmes de l'Afrique des Indépendances*. Paris: Éditions Pierre Jean Oswald.
- _____. 1983. *Écrits sur le Soudan*. [1978] Niamey : Centre d'études linguistique et historique par tradition orale (Organisation de l'Unité

exceção, o indigénat colocava poder nas mãos dos administradores locais, dando margem a toda sorte de arbitrariedades.

Africaine), CELHTO/OUA.

- Hampâté Bâ, Amadou. 2010. “A tradição viva.” In *História geral da África, vol. I: Metodologia e pré-história da África* / editado por Joseph Ki-Zerbo. [1980] Brasília : UNESCO.
- Hernandez, Leila Maria Gonçalves Leite. 2008. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro.
- Hobsbawn, Eric. 1984. “Introdução”. In Hobsbawn, Eric and Ranger, Terence Ranger (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- Mann, Gregory. 2015. *From empires to NGOs in the West African Sahel: the road to nongovernmentality*. Cambridge : Cambridge University Press.
- Moraes Farias, Paulo Fernando de. 2006. “Touareg et Songhay: histoires croisées, historiographies scindées”. In: Claudot-Hawad, Hélène (Ed.). *Berbères ou Arabes? Le tango des spécialistes*. Paris, Non Lieu/ Aix-en-Provence, Irenam.
- Senghor, Léopold Sédar. 1971. “La voie africaine du socialisme: nouvel essai de définition”. In: Senghor, L. S. *Liberté II: Nation et voie africaine du socialisme*. Paris : Éditions du Seuil.

RESUMO

No Níger novecentista, o intelectual Boubou Hama trabalhava pela preservação e divulgação de um arcabouço cultural. A partir de um entendimento específico sobre “conhecimento tradicional”, buscou oferecer respostas em seu próprio tempo. Sob os impactos da colonização, Hama almejava que a África conhecesse seus próprios valores e concepções de mundo.

PALAVRAS-CHAVE

Níger; Boubou Hama; Conhecimento tradicional.

*Recebido em 31 de março de 2017.
Aprovado em 29 de junho de 2017.*

RESENHA

“REIMAGINING PAN-AFRICANISM: DISTINGUISHED MWALIMU NYERERE LECTURE SERIES 2009-2013”

de Wole Soyinka, Samir Amin¹

Ermelinda Liberato²

Qualquer pesquisa ou estudo relacionado com o continente africano apresenta-se incompleto se não abordar a questão do pan-africanismo, movimento político, filosófico, e social, que advoga a união e a libertação de todos os africanos, quer se encontrem no continente quer na diáspora, contra a política de dominação estrangeira, seja do ponto de vista físico (escravatura, trabalho forçado e exploração), emotivo ou intelectual, tendo por isso, constituído, a base ideológica de diferentes movimentos nacionalistas africanos. Nomes como Kwame Nkrumah (Gana), Julius Nyerere (Tanzânia), Jomo Kenyata (Quênia), Haile Sellassie (Etiópia), Nnamdi Azikiwe (Nigéria), Kenneth Kaunda (Zâmbia), Amílcar Cabral (Guiné Bissau), Marcelino dos Santos (Moçambique) entre outros, figuram entre os mais destacados pan-africanistas do continente.

De entre estes, o destaque vai para Julius Nyerere, primeiro presidente da República Unida da Tanzânia no período compreendido entre 1962 (data da sua independência do Reino Unido) e 1985 (data em que se retirou) e reconhecido pelo seu apoio a diversos movimentos nacionalistas africanos. “Moçambique, Zimbabué, Namíbia, África do Sul, Uganda, República Democrática do Congo, Burundi, Ruanda, Somália, Sudão” (172), são apenas alguns exemplos de países cujos movimentos nacionalistas operaram a partir da Tanzânia. Nyerere foi o autor da *Arusha Declaration*

¹ Soyinka, W. & Amin, S. (org.) (2015) *Reimagining Pan-Africanism: distinguished Mwalimu Nyerere lecture series 2009-2013*. Oxford: African Books Collective.

² Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola. E-mail: ermelinda.liberato@gmail.com

(1967), documento onde delinea a política de *Ujamaa* (unidade ou família) que ficou conhecida como socialismo africano, assente nos princípios de igualdade entre os homens e na defesa de uma sociedade humana. Foi igualmente um dos fundadores da Organização de Unidade Africana (OUA), criada a 25 de maio de 1963 (então denominado dia de África) em Adis Abeba, na Etiópia, e da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), criada em 1992 e cujo objetivo principal passa pela integração regional e erradicação da pobreza na parte sul do continente através do desenvolvimento económico, garantindo ao mesmo tempo a paz e a segurança.

Em homenagem a um dos líderes mais carismáticos de "África e da sua diáspora" (170), a Universidade de Dar es Salaam criou o *Mwalimu Julius Nyerere Research Program in Panafrikan Studies* (Programa de investigação em estudos sobre o pan-africanismo, Julius Nyerere), cujas intervenções do primeiro ciclo de palestras se publica na presente obra. Issa Shivji, um dos académicos e intelectuais mais respeitados do continente, docente da referida instituição, bem como pan-africanista, foi indicado como o primeiro *chair* (presidente) do programa, posição que ocupou até se ter aposentado, em janeiro de 2014, tendo sido substituído pela sua colega, Penina Mlama. A Issa Shivji coube assim a responsabilidade de introduzir cada um dos palestrantes antes das suas alocações, lembrando aos presentes não só o seu percurso profissional, mas sobretudo, o seu papel enquanto africanos, cidadãos, intelectuais, na produção de conhecimento no e sobre o continente.

Na introdução da obra, *Resurrecting Radical Pan-Africanism* (restauração radical do pan-africanismo) Issa Shivji apresenta os principais objetivos do projeto, ou seja, a constituição de um espaço de debate sem qualquer conotação política, tendo como pilar principal os ideais de filosofia política de Nyerere de "libertação, unidade africana, igualdade entre todos os seres humanos assente na equidade (socialismo)" (XII). Shivji lembra ainda que se trata de um programa que se fundamenta na autoconfiança, independência (sobretudo na escolha dos palestrantes anuais) e com meios próprios, ou seja, sem qualquer financiamento externo de doadores internacionais, condições nem sempre fáceis de cumprir na medida em que, como o próprio Shivji nos diz, se está sujeito a todo o tipo de pressões, seja da própria universidade, seja de doadores interessados em patrocinarem a causa (XII), sendo que os objetivos só foram possíveis de serem alcançados assente sobretudo em "orçamentos modestos e serviço voluntário" (XI).

Durante cinco anos ininterruptos, cinco intelectuais africanos, oriundos de diferentes partes do continente (Nigéria, Egipto, Etiópia, Quênia, Malawi), com perspetivas e percursos profissionais distintos, e tendo o pan-africanismo e a figura de Julius Nyerere como ponto de

partida, refletiram sobre a situação e a posição do continente em relação ao resto do mundo. A diversidade das apresentações, que vai desde a análise econômica, sociológica, antropológica, política, filosófica, cultural, histórica, entre outras, permitiu estabelecer um diálogo multidisciplinar, comprovando assim a importância do cruzamento de fontes na produção de conhecimento. Os palestrantes deste primeiro ciclo foram: Wole Soyinka (2009), Samir Amin (2010), Bereket Habte Selassie (2011), Mícere Githae Mũgo (2012) e Thandika Mkandawire (2013).

Wole Soyinka, escritor nigeriano e único africano a receber o prêmio nobel da literatura, em 1986, foi o primeiro palestrante a dar o seu contributo para esta iniciativa. Essa figura incontornável da intelectualidade africana, continua fiel aos seus princípios e assume a sua “faceta na luta contra a tirania” (3), como nos diz Issa Shivji na sua apresentação do escritor. Wole Soyinka divide a sua apresentação em dois momentos: no primeiro - *Whose empire is it anyway?* (de que império se trata?) - define, utilizando exemplos práticos, como o Império Romano e mais recentemente os Estados Unidos, o que entende por imperialismo e a evolução das suas características ao longo dos séculos, ou seja, a criação de *Novos Impérios*. No segundo momento - *Anything to do with slavery?* (qual a relação com a escravatura?) - foca a sua análise na política imperial colonialista, como a submissão e a escravatura, para explicar a contínua posição de subordinação do continente em relação ao resto do mundo.

Durante a sua apresentação, Soyinka identifica os Estados Unidos da América como um dos maiores imperialistas contemporâneos, sendo Wall Street o centro moderno do imperialismo pois “*when Wall Street sneezes, the world catches cold*” (quando Wall street espirra, o mundo se constipa) (9). “*The evil empire*” (o império do mal) (36), como lhe chama Soyinka, estabelece um tipo de “*imperial relations*” (relações imperiais) (35) assente sobretudo numa relação de subordinação do resto do mundo face ao seu poderio, seja económico, militar, político, cultural, intelectual. Soyinka vai mais longe na sua análise e identifica a globalização, também designado pelo escritor como “*bordless empire*” (império sem fronteiras) (24), como a nova e mais temível forma de imperialismo global; assim como o imperialismo cultural, sendo a música o seu principal instrumento de consolidação. O escritor termina a sua apresentação com uma crítica às principais organizações institucionais do continente, nomeadamente, a União Africana e a Liga Árabe, como responsáveis pela contínua relação de subordinação do continente em relação ao exterior, na medida em que “abandonaram todas as bases morais de protesto” (49), assim como os ideias sobre os quais assentam as suas bases fundacionais, ou seja, o pan-africanismo.

Dando continuidade às reflexões de Wole Soyinka, Samir Amin traz

a debate uma das lutas mais difíceis que o continente tem travado, a sua *longa estrada para o socialismo*. Para este egípcio que se tornou "socialista aos 6 anos de idade" (58) e cujo sonho era mudar a sociedade, a análise da situação africana deve ser ainda mais profunda. Samir Amin inicia a sua exposição com uma breve apresentação histórica sobre o aparecimento, evolução e diferentes crises que o capitalismo tem enfrentado desde a sua constituição até ao presente. O autor afirma que "historicamente o capitalismo 'real' esta associado a sucessivas formas de acumulação e desapropriação" (60) e que, o capitalismo contemporâneo é acima de tudo um capitalismo de "oligopólios" (65), que tem conduzido ao declínio da democracia (65), a "destruição do meio ambiente e da vida no planeta" (95), a desapropriação, e a subordinação dos chamados "povos do sul", criando conflitos entre o norte e o sul, que pode ser entendido como um conflito entre o capitalismo e o socialismo. O declínio da democracia significa, sobretudo, o declínio do socialismo pois, de acordo com Samir Amin, "não pode haver socialismo sem democracia assim como não pode haver um progresso democrático fora do prospeto socialista" (87) daí que o autor prefira utilizar o termo "democratização" (92), ou seja, um processo em constante construção e atualização.

Em relação a Africa, o autor defende que o continente não esta "marginalizado" (97) de todo esse processo como tem sido apregoadado pelo mundo fora. De acordo com o autor, "Africa mergulhou na escuridão da colonização" (108), da qual precisa de se libertar e esse processo de libertação também deve ser visto e analisado à luz do processo de democratização e de construção socialista. A semelhança de Soyinka, também Amin aponta a globalização, encabeçada pelos Estados Unidos, como o principal imperialista contemporâneo, responsável pela implantação de um regime de "Apartheid numa escala global" (66), e conseqüentemente pelo caos em que o mundo se encontra. De igual modo deixa uma crítica aos intelectuais africanos, que se deixam influenciar pelo exterior e que apresentam o grande projeto da renascença africana como "grandiloquo, nacionalista e irrealista" (108), defendendo que o continente precisa de um "renascimento autêntico de pensamento que seja audacioso, independente e esteja à altura do desafio" (108).

Bereket Habte Selassie, o terceiro convidado para o "festival intelectual Julius Nyerere" (115) foca a sua apresentação nas origens históricas do pan-africanismo, das *fronteiras coloniais à unidade africana*. Selassie recua no tempo e relembra o papel e o trabalho realizado pelos "pais" do pan-africanismo: DuBois, Marcus Garvey, George Padmore, Aimé Cesaire, Leopold Sedar Senghor e Leon Damas. Estes últimos darão início, posteriormente, ao movimento da negritude, encarado como uma "*weapon*

of resistance” (arma de resistência) (123) da defesa da cultura negra. Selassie parte deste ponto para chegar a Frantz Fanon (aluno de Aimé Césaire) e do seu papel na luta pelos direitos dos povos negros. A apresentação de Selassie estaria incompleta se não mencionasse igualmente a criação da *Presence Africaine - Revue Culturel du monde noir* (Revista cultural do mundo negro) - em 1941, pelo senegalês Alioune Diop, que, como o seu subtítulo indica, visava sobretudo a consciência e afirmação dos povos negros, dando voz a sua luta cultural e política, já expressa pelo pan-africanismo e pela negritude.

Selassie realça ainda o papel dos pan-africanistas africanos que, inspirados e influenciados por estes movimentos, deram continuidade a sua luta no interior do continente, com destaque para a figura de Kwame Nkrumah “*a prophet of African liberation and unity*” (um profeta da libertação e unidade africana) (135), que via o socialismo como o “sistema que melhor serviria as necessidades de Africa em acomodar as mudanças causadas pelo capitalismo” (130) e que conduziu o Gana, à independência, sendo o primeiro país do continente a fazê-lo. O autor dedica a última parte da sua apresentação às mulheres africanas, lembrando a sua contribuição na “luta de África pela unidade e pelo progresso” (134). Embora não tenha salientado nenhum nome, destaca sobretudo a criação da “Pan-African women’s liberation organization (PAWLO)” (134), que visa sobretudo dar voz e reconhecimento às mulheres engajadas na luta pelos direitos das mulheres africanas.

A terminar, o autor aponta a fraqueza das instituições africanas como a principal causa do déficit democrático e dos constrangimentos que o continente enfrenta, daí que faça um apelo aos africanos em geral “precisamos de uma nova geração com mais Wole Soyinkas e Samir Amins para ajudar a quebrar a barreira intelectual que está a bloquear a nossa transição para a tão necessária unidade” (153). Selassie reconhece que o “pan-africanismo ainda é um objetivo distante, mas os princípios fundadores foram estabelecidos e instilados na mente dos africanos” (135), basta que deixem florescer e se comece a refletir além das aparências.

Mícere Githae Mũgo, a única palestrante feminina deste primeiro ciclo de palestras, traz à reflexão o papel da *arte, artistas e o desabrochar do pan-africanismo nas zonas libertadas*, indo ao encontro do seu perfil enquanto docente, artista, ativista e pan-africanista. A apresentação de Mícere distingue-se das anteriores pelo fato desta utilizar a “*orature*” (oratura) como ferramenta principal, definida pela própria como “a arte da palavra falada” (167), “*engaging the audience as active participants, inviting their response and soliciting their affirmation*” (167), ou seja, convidando os presentes a dialogarem com a mesma, a medida que fosse fazendo a sua apresentação.

Em seguida, a autora presta homenagem a figura de Julius Nyerere, ao seu projeto de união e unidade africana e apoio aos movimentos nacionalistas e seus intervenientes na luta de libertação, realçando sobretudo o seu papel na promoção da educação e cultura africana pois para ele a "cultura é a alma da nação" (174). E a partir daqui a autora irá dissertar sobre a sua importância na luta de libertação, mas sobretudo na criação de zonas libertadas. Dos vários exemplos dados pela autora, o destaque vai para o papel da cultura na libertação da mente "a primeira zona a ser libertada" (187) e da importância de memória pois, "se ignorarmos o papel da cultura e das artes, meus amigos, teremos perdido uma arma importante para completar esta missão obrigatória" (194).

A autora realça ainda a iniciativa da Universidade de Dar es Salam pela criação do programa em Estudos Pan-Africanistas, que vê como a continuação da tradição de abertura de novos espaços para a evolução intelectual de zonas africanas libertadas. Porém, à semelhança de Samir Amin, deixa uma crítica aos intelectuais e pesquisadores africanos afirmando estarem "demasiado ocupados a aperfeiçoarem, num jargão modernista, cansado e reciclado, teorias ocidentais, ao invés de se tornarem inventores" (187), ou seja, criarem as suas próprias teorias, adaptadas à sua realidade.

À guisa de conclusão, Thandika Mkandawire faz um balanço do que foram os *50 anos de independência* da maioria dos países africanos. Embora o autor tenha como subtítulo "*personal reflections*" (reflexões pessoais), estas englobam uma reflexão mais profunda sobre as temáticas abordadas pelos palestrantes anteriores, bem como levam os africanos no geral a refletirem sobre as mesmas, o que faz com transite de um campo de conhecimento para outro, ou seja, desde a política, economia, questões de desenvolvimento, entre outros.

De uma forma simples e estruturada, Thandika nos apresenta os acontecimentos que fizeram com que o projeto pós-independência não alcançasse os resultados esperados. O crescimento ilusório do período pós-independência, a crise da dívida que começou no México, mas que rapidamente se alastrou ao resto do mundo, afetando sobretudo o continente africano, a degradação das condições de vida dos africanos em geral durante a década de 1980, também conhecida pela década perdida do continente, caracterizada pela aplicação dos programas de ajustamento estrutural, aumento da pobreza e da fome, dos conflitos armados. A década de 1990 começou por apresentar uma esperança de mudança com o crescimento económico registado a partir de 1995, fazendo com que ressurgisse o sentimento nacionalista. Porém o otimismo foi de curta duração pois, a maldição dos recursos, a falta de transparência no processo de privatização, a fragilidade do continente em termos de negociações, rapidamente deram

lugar à desilusão pois, como o próprio autor afirma, “as pessoas não podem comer democracia” (224).

Thandika aproveita igualmente a oportunidade para demonstrar a sua desilusão e frustração pela ignorância das jovens gerações em relação ao passado colonial e a luta de libertação, pois, “um povo que esquece o seu passado está condenado a repeti-lo” (249). Por outro lado, admite que até ao momento, não só o “projeto do pan-africanismo não correu muito bem” (249) como, citando Nyerere, “a OUA transformou-se num comité de ditadores” (249). No entanto, o autor apresenta-se otimista em relação ao futuro, depositando a sua “esperança na próxima geração” (251). Porém, para que a situação se altere e sejam bem-sucedidos, é necessário que o “pan-africanismo volte a ser uma ideologia de um movimento social, desta vez mais comprometido com o processo democrático e assente em noções de solidariedade e autossuficiência coletiva” (249). Para o efeito, devemos continuar com essa “luta sublime” (252) de união e audacidade.

No cômputo geral, a obra mostra-nos que muito ainda temos que explorar sobre o pan-africanismo, daí a necessidade contínua de debate sobre a temática. Fica igualmente comprovado que a ideologia e a essência do movimento continuam vivas, adaptando-se às dinâmicas e as transformações que as sociedades vão sofrendo, daí que subscrevemos a posição defendida por Samir Amin quando este defende que o continente não está marginalizado em relação ao resto do mundo mas apenas a dar os seus próprios passos. Concordamos que o cenário atual é diferente daquele que serviu de base para a fundação do pan-africanismo, porém, as preocupações que antes dominavam os seus fundadores continuam presentes: a exploração, a predação, a dependência, a subordinação psíquica e intelectual, para salientar apenas algumas, e que tem conduzido, numa perspetiva micro, à contínua degradação das condições de vida dos africanos e numa perspetiva meso e macro, a uma periferização do continente e dos africanos em geral.

Trata-se obviamente de uma obra destinada ao público em geral, com destaque para os académicos que se dedicam ao estudo do continente, dada a maturidade com que os assuntos foram abordados. Com certeza que a sua publicação vem enriquecer a pesquisa sobre África. Porém, há alguns aspetos que podem e devem ser melhorados no futuro. Primeiramente, a tradução da obra para outras línguas oficiais do continente, para que os falantes não anglófonos possam ter acesso a mesma uma vez que o pan-africanismo diz respeito aos africanos em geral e não apenas àqueles que dominam a língua inglesa. Se advogamos a união e unidade africana, e sobretudo, que África fale a uma só voz, é preciso estar informado e atualizado em relação à informação. Por outro lado, apesar de considerarmos

que a escolha dos palestrantes foi a acertada, gostaríamos de ver um maior equilíbrio de gênero, ou seja, mais mulheres, a participarem nesse tipo de iniciativa, dado que, dos cinco palestrantes, apenas uma é do sexo feminino. O que não espelha a realidade africana, pois, como reconheceu Selassie, as mulheres também desempenharam um papel importante na defesa do pan-africanismo e na luta pela independência e unidade africana, assim como na produção de conhecimento.

Iniciativas como esta são, obviamente, de louvar e aplaudir. Primeiramente, louvar a Universidade de Dar es Salam pela criação do programa com as características já apresentadas, numa altura em que cada vez mais a questão financeira determina o desenvolvimento de qualquer atividade, sobretudo as de cariz intelectual e cultural, confirmando o grande legado de Mwalimu Julius Nyerere. De louvar igualmente a disponibilidade dos palestrantes que, apesar dos seus compromissos profissionais, não deixaram de responder a chamada e de darem o seu contributo à iniciativa, enriquecendo desta forma o debate.

De aplaudir igualmente a iniciativa do Projeto MUSE de disponibilizar a obra gratuitamente na sua plataforma, para que os utilizadores das instituições com as quais tem convénio, possam ter acesso e descarregar gratuitamente. Esperemos que essa rede de convénios se continue a expandir, sobretudo com as instituições africanas, para que os africanos no geral tenham acesso à diversidade de material publicado.

Por último, mas não menos importante, a apologia vai para o Professor Issa Shivji, pois, como o próprio afirma, "iniciativas como estas são portanto, difíceis de sustentar e podem não ser sustentadas. No entanto, elas devem ser tomadas - para sustentar a esperança e dar um vislumbre sobre o que pode ser feito, mesmo que não está sendo feito" (Shivji: XIV).

Recebido em 4 de fevereiro de 2017.

Aprovado em 4 de maio de 2017.

RESENHA

“GEOMETRIAS DA MEMÓRIA: CONFIGURAÇÕES PÓS-COLONIAIS”

de António Sousa Ribeiro, Margarida Calafate
Ribeiro¹

Fernanda Salomão Vilar²

O livro *Geometrias da Memória: configurações pós-coloniais* é o primeiro volume da série “Memoirs – Filhos de Império”, do grupo de pesquisa de mesmo nome *MEMOIRS – Filhos de Império e Pós-memórias Europeias* (<http://memoirs.ces.uc.pt>) financiado pelo Conselho Europeu de Pesquisa (ERC). Organizado por António Sousa Ribeiro e Margarida Calafate Ribeiro, o livro interroga o lugar da memória e da pós memória colonial na narrativa da historia europeia.

O prefácio do livro evoca a criação da Comunidade Europeia e chega aos debates atuais para questionar os discursos sobre a unidade e a paz na Europa. Ora, nesses discursos sempre se omite de maneira voluntária o Outro, aquele que provém da historia extraterritorial da Europa e que foi decisivo para sua construção.

Os organizadores do livro apelam para um exercício de memória, onde a articulação com uma reflexão pós-colonial permitiria fazer justiça e reconstruir a narrativa da relação da Europa e seus diversos Outros. O projeto abarca Portugal, França e Bélgica na sua articulação com a memória colonial e o processo de descolonização da geração seguinte (os detentores da pós memória).

Como num prolongamento do prefácio, o artigo de Margarida Calafate Ribeiro traz dados históricos muito interessantes sobre as Grandes

1 António Sousa Ribeiro e Margarida Calafate Ribeiro (org.). 2016. *Geometrias da Memória: configurações pós-coloniais*. Publisher Afrontamento: Portugal, 348p.

2 Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. E-mail: fernanda.vilars@gmail.com

Guerras e a reconstrução da Europa. Ela explica a utopia de uma Europa unida face à realidade de uma diversidade difícil de compreender. Com o apoio de textos atuais de intelectuais de diversos países, ela trata da questão do Islã, num primeiro momento, para explicar o medo desse outro sobre quem falamos sem parar e a quem nunca demos a chance de se expressar. Num segundo momento, Ribeiro toca no tema da literatura dos *retornados*, os portugueses obrigados a deixar a África (por vezes sua terra natal) e retornar a um território hostil e estrangeiro. Nesse aspecto a literatura de testemunho é utilizada como um pacto de responsabilidade com a história: a geração seguinte busca as respostas às questões de seus pais, um trabalho de síntese devido ao excesso de memória pessoal e a falta de uma memória pública dividida. Finalmente, a autora busca o ponto comum dessas histórias, que se localizaria no que ela chama de fratura colonial e que só pode ser reparada pelo exercício da memória. Conclui a autora que só assim será possível negociar o multiculturalismo europeu à través de uma história plural, de uma comunidade do tamanho do mundo.

António Sousa Ribeiro toca a questão do reverso da modernidade, o da violência absoluta: o holocausto – que se comunicaria diretamente com a violência colonial. O autor elabora um percurso de análise onde mostra como a criação do conceito de raça e a inferiorização do outro, quando do colonialismo, estão intrinsecamente ligados à ideologia antissemita. António Ribeiro cita o escritor pacifista Romain Rolland para explicar que a experiência da violência das guerras coloniais está na raiz do processo de desumanização que gerou os dramas da Segunda Guerra Mundial. Seguindo os estudos de Paul Gilroy, Ribeiro propõe um estudo comparativo entre Jean Améry, especialista do pós-holocausto e sobrevivente, e Franz Fanon, autor chave do pensamento pós-colonial. Assim, Colonização e Holocausto seriam superpostos e não separados na história. A violência redentora é a violência revolucionária, onde o ser humano se afirma apesar de todo discurso negativo que retira sua humanidade – uma utopia transformadora.

O artigo de Miguel Bandeira Jerónimo revisita os lutos inacabados do Império. Assim como António Ribeiro, ele questiona os laços entre os vários genocídios, desde as políticas raciais da época colonial até a barbárie do Holocausto. Ele critica as leis e celebrações que querem regular e governar a memória coletiva de maneira a justificar o passado. Ele coloca em evidência vários passados para interpretar vários presentes: ele retoma o caso alemão na Namíbia – e a criação de um código abstrato de maldade – que vai aparecer também no holocausto. O autor trata também da situação da Holanda e a reconstrução de uma memória ligada aos crimes ocorridos na Indonésia pelas narrativas individuais e de grupos específicos. A Itália afronta seu passado quando oferece uma reparação à Líbia, depois de trinta

anos de violências coloniais, e à Etiópia, pelo uso de armas químicas. A ideia de que a colônia era um laboratório em ligação com o fascismo é cada vez mais explorada. O Congo Belga e o papel da Bélgica nas políticas raciais que engendraram o genocídio ruandês, ou as culpas do Reino Unido no que ocorreu no Quênia, assim como a guerra de memórias que vive a França para o estabelecimento de sua historiografia, em especial no caso da Argélia. Esses são alguns exemplos dados pelo autor que termina por dizer que Portugal ainda encontra muitos obstáculos para desmitificar sua história colonial.

Na continuação, Ant3nio Pinto Ribeiro provoca dizendo que descolonizar os museus 3 a 3nica op33o para sua sobreviv3ncia. Como institui33o europeia, o museu nasce para materializar a ocupa33o colonial e neutralizar a cultura. Assim, se a aprecia33o de uma obra de arte se modifica ao longo do tempo, outrora o nu frontal de Olympia no quadro de Manet chocava, o que surpreende hoje 3 a mulher negra no plano de fundo em situa33o de escravismo. O nascimento de alguns museus na Am3rica s3o evocados como s3mbolos de resist3ncia das minorias para transmitir conhecimentos e lutar por direitos. Uma batalha para que o Outro n3o tenha que ser apenas uma mercadoria, como ocorre at3 hoje com a arte africana. Os pa3ses que foram colonizados e tiveram regimes ditatoriais, como o Brasil, Chile e Argentina, criaram museus com arquivos de ex-colonizados. Dessa maneira, ele prop3e uma descoloniza33o dos museus, com as vozes de quem faz o objeto e a hist3ria.

Helder Macedo inaugura o segundo Umbral do livro, dedicado 3 alteridade. Com um texto engenhoso e cheio de humor e sabedoria, ele discute como poder3amos “reconhecer o desconhecido”. Um exerc3cio que os antigos exploradores tiveram de fazer para poder entender e se situar diante do novo mundo descoberto. O autor cita v3rias cartas, epopeias e fatos hist3ricos que ilustram os problemas da comunica33o intercultural – e como hoje podemos reconhecer a diferen3a e conceb3-la como parte de nossas singularidades.

Na mesma perspectiva, Isabel Castro Henriques explica a constru33o da alteridade negativa : a maneira em que o Mesmo se consolida ao mesmo tempo em que exclui o Outro da hist3ria. Com a ajuda da historiografia e das ci3ncias, a autora analisa a evolu33o de conceitos e no33es utilizadas para desqualificar o outro (primitivo ou civilizado). Ela presta uma particular aten33o a palavra resist3ncia e sua evolu33o nas sociedades africanas, para finalmente atacar o conceito de p3s-colonial. Para ela este seria uma armadilha ideol3gica que garante a consolida33o de hierarquias da globaliza33o - uma vez que o passado se constr3i pelo presente, que seleciona por sua vez o que ser3 hist3ria ou n3o.

Ana Paula Ferreira faz uma leitura da obra de Boaventura Sousa Santos para defender a articulação de um pós-colonialismo do sul. O espaço da lusofonia deve participar do debate da hispanofonia, da francofonia e da anglofonia para poder assim descolonizar o pensamento. Ferreira utiliza a relação entre Próspero e Caliban para mobilizar solidariedades anti-coloniais e mobiliza o conceito de « intertraduzibilidade » para chegar a uma compreensão mútua dos movimentos subalternos. Um texto cheio de energia que abre caminho para a análise de poetas feita por Laura Cavalcante Padilha. A autora relaciona as influências entre a África e as Américas pela voz escrita de escritores pouco (re)conhecidos pelos leitores de língua portuguesa no caminho do Atlântico Negro.

Nessa linha de pensamento temos o artigo de Roberto Vecchi, que apresenta as subalternidades do Atlântico Sul. À partir de uma análise do tráfico de escravos (que pouco puderam resistir e emitir murmúrios para contar contra-histórias não hegemônicas), ele retraça a história do Brasil e explica, de maneira crítica, como a sociedade brasileira não conseguiu fazer a transição de colônia a Nação e dar uma plena cidadania a todos seus habitantes. Um artigo engajado e necessário para discutirmos o Brasil contemporâneo.

Paulo de Medeiros discute as relações das literaturas lusófonas e os sistemas de literatura mundo. Ele começa por uma leitura crítica do que chama de três fetiches da crítica pós-colonial : a periferia, a identidade nacional e a língua. Utilizando o conceito de « semi-periferia » de Immanuel Wallerstein, ele discute as lusofonias e fala da importância da literatura africana na promoção da língua portuguesa no contexto mundial. Dessa maneira, o autor pensa que o comparatismo intra e extra lusofonia pode ser uma das chaves para inscrever as literaturas escritas em português nos vários sistemas globais de literatura.

Francisco Noa, por sua vez, analisa um caso particular da lusofonia e descreve a relação entre literatura e poder em Moçambique. Ele começa por mostrar como o racismo e a repressão contra os autores existia de maneira nítida no período colonial. Nas independências o paradigma muda, e a utopia e o nacionalismo são colocados em evidência: a literatura torna-se um território de afirmação individual e coletiva : um território de resistência. Atualmente, avalia o autor, no Moçambique, a literatura é transnacional e continua a atuar como um contra-poder.

A terceira parte do livro começa por um artigo de Fabrice Schurmans. O autor problematiza os discursos da colonialidade. A partir de discursos do Sul ancorados no pensamento do Norte. O Norte é o produtor do "Texto", a grande narrativa simplificadora, acessível e amplamente difundida. O "Texto" contamina não somente os textos especializados, como os analisados

pelo autor (Albert Memmi, Hélé Béji e Stephen Smith), mas também as mídias (ele nos explica as simetrias que a mídia pode fazer ao retratar o drama do terremoto no Haiti com as representações que temos da África – são *locus* intercambiáveis). Os escritos desses três autores permitiria, segundo o autor, de transformar um só discurso em realidade e de reforçar “o Texto” pela repetição e retomada sistemáticas de um dispositivo sempre disponível. Assim, combater essas ideias fáceis e argumentar contra “o Texto”, desconstruir e fabricar novas narrativas, é ainda um desafio : temos, como afirma Schurmans, intelectuais que fazem isso (Mabeko-Tali, Mamdani, M’Bokolo, Ki-Zerbo), mas a complexidade de seus textos não permite de confrontá-los diretamente com “o Texto”.

Catarina Martins examina os feminismos entre o Norte e a África. Ela critica o feminismo imperialista do Ocidente e analisa o trabalho de três feministas africanas e suas contribuições para o debate atual. Amina Mama, Ifi Amadiume e Oyèrónké Oyewùmi desconstroem os conceitos do feminismo do norte para combater o processo de culturalização das “Mulheres dos Outros”. A autora critica igualmente o programa *Women in Development* (WID), que pratica um “feminismo de Estado e Imperialista”, apagando os lugares de lutas legítimas da mulher africana. Ela critica igualmente o feminismo etnográfico, que pode idealizar um período pré-colonial e apagar questões importantes. Finalmente, Martins apresenta um feminismo feito em África e de dimensão transnacional : crítico, político e ativista, produtor de conhecimentos que os países do Norte deveriam prestar mais atenção.

Júlia Garraio aborda uma exposição de fotografias que ocorreu em Lisboa em finais de 2015 e princípio de 2016 : *Retornar : Traços da memória*. Ela analisa o objetivo de se apresentar fotos sem ter recurso ao texto : dessa maneira somos obrigados a construir um sentido, uma narrativa para entender o que ocorreu no período colonial, não podemos ter uma abordagem acrítica da exposição. O corpo da mulher negra existe como um lugar de memória do colonialismo, ele é um dos locais de penetração e violação coloniais (para além do espaço geográfico e cultural). A exposição tinha como objetivo igualmente de questionar a “não historia” dos retornados e oferecer uma visão crítica do colonialismo português entre o sofrimento dos retornados, mas sem esquecer as violências que davam o suporte para a dominação colonial.

No artigo seguinte, Bruno Sena Martins tenta restabelecer as memórias das guerras coloniais, um “segredo público”, a partir do testemunho de vários Deficientes das Forças Armadas. O silêncio que pesa sobre as guerras coloniais deixa as testemunhas numa solidão de onde torna-se impossível comunicar o passado. Não há tampouco a empatia do

público para escutar suas histórias. Nesse artigo Martins busca fazer do corpo um lugar de memória.

João Paulo Borges Coelho, escritor e historiador moçambicano de renome, retrabalha as memórias das guerras moçambicanas. Ele explica como ainda não foi possível contar a experiência das duas guerras que duraram de 1964-1992, sendo a primeira pela independência, que acaba em 1975. E a segunda pelo poder, que acaba em um acordo de paz da ONU em 1992. O autor começa por discutir o que é uma memória, ou seja, uma socialização de lembranças. Ele explica em seguida a utilização política da memória – uma gestão simples e não contraditória, que elimina todo discurso concorrente. Ele critica a meta narrativa criada pela Frelimo para elaborar a história da independência e questiona os limites do silêncio sobre a guerra civil. Esse silêncio, em busca de consolidar os laços de paz, é segundo o autor um “silêncio reversível” (Paul Ricoeur). A tarefa de contar essas histórias recai hoje em dois projetos em curso (Mbita et Aluka). O autor termina por se perguntar se esses projetos existem para recuperar uma meta narrativa e legitimar o poder dos que controlam o país.

No decorrer da leitura somos obrigados a repensar tudo o que sabemos ou pensávamos saber sobre memória e colonização. Ancorado no presente e informado pelo passado, cada artigo contribui de maneira particular a desconstruir a história e nos mostra como é possível contar outra história segundo vários pontos de vista. Um livro necessário não apenas para Portugal, mas para todos os países que deverão se confrontar com seu passado colonial de maneira justa e honesta.

*Recebida em 6 de abril de 2017.
Aprovada em 20 de junho de 2017.*

PARCEIROS

NERINT

O Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) foi o primeiro centro voltado exclusivamente ao estudo e à pesquisa em Relações Internacionais no sul do Brasil. Foi estabelecido em 1999 junto ao ILEA-UFRGS visando ao estudo crítico e inovador das principais transformações do sistema internacional pós-Guerra Fria. Desde 2014, o NERINT está localizado na Faculdade de Economia da UFRGS (FCE - UFRGS). Paralelamente, buscou contribuir para a retomada da discussão de um projeto nacional para o Brasil através da análise das opções estratégicas disponíveis para a consolidação da inserção internacional autônoma do país, a partir da perspectiva do mundo em desenvolvimento. O advento de uma “diplomacia ativa, afirmativa e propositiva” no Brasil no início do século XXI veio a convergir com as análises e projeções feitas nos seminários e publicações do NERINT.

Um dos resultados de sua atividade foi a implantação de um curso de graduação em Relações Internacionais (2004), o melhor do país de acordo com o Ministério da Educação (2012), e de um Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (2010). Duas revistas também foram criadas: a bimestral *Conjuntura Austral* e a semestral e bilíngue *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. Assim, além da pesquisa avançada, focada prioritariamente nos países emergentes, o NERINT deu origem a programas de graduação e pós-graduação, além de propiciar intensa atividade editorial.

CEBRAFRICA

O Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) tem suas origens no Centro de Estudos Brasil-África do Sul (CESUL), um programa estabelecido em 2005 através de um convênio entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Suas atividades de pesquisa são desenvolvidas junto ao Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT).

Em março de 2012 o CESUL foi ampliado para abranger o conjunto geográfico do continente africano, transformando-se em CEBRAFRICA, enquanto a Série Sul-Africana, que publicou cinco livros, foi transformada em Série Africana, com novas obras no prelo. O objetivo segue sendo o mesmo: realizar pesquisas, apoiar a elaboração de teses, dissertações e trabalhos de

conclusão, congregar grupos de pesquisa em temas africanos, realizar seminários, promover intercâmbio de professores e estudantes e estabelecer redes de pesquisa e projetos conjuntos com instituições africanas e africanistas, publicar obras produzidas no Brasil ou traduzidas e ampliar a biblioteca especializada fornecida pela FUNAG.

As pesquisas têm por objetivo o conhecimento do continente africano e de suas relações com o Brasil, nas seguintes áreas: Relações Internacionais, Organizações de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e sua Transformação e Correntes de Pensamento. São parceiros do CEBRAFRI-CA conceituadas instituições do Brasil, Argentina, Cuba, México, Canadá, África do Sul, Angola, Moçambique, Senegal, Cabo Verde, Egito, Nigéria, Marrocos, Portugal, Reino Unido, Holanda, Suécia, Rússia, Índia e China. As pesquisas em andamento versam sobre a “A presença do Brasil, da China e da Índia na África”, “A África na Cooperação Sul-Sul”, “Conflitos africanos”, “Integração e desenvolvimento na África”, “As relações da África com as Grandes Potências” e “As relações interafricanas”.

NORMAS DE SUBMISSÃO

1. A Revista Brasileira de Estudos Africanos publica artigos científicos e resenhas bibliográficas;
2. A revista está dividida em duas seções: Artigos e Resenhas
3. Os artigos de pesquisa devem limitar-se a 50 mil caracteres (incluindo espaços e notas de rodapé) e as resenhas bibliográficas devem conter cerca de 4,5 mil caracteres (incluindo espaços e notas de rodapé);
4. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto;
5. A bibliografia deve ser citada de acordo com o sistema Chicago (Autor-data ou notabibliografia), referenciando a literatura citada ao final do texto;
6. As contribuições devem ser inéditas e podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
7. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação, filiação institucional (com o nome completo da instituição) e e-mail para contato;
8. O completo preenchimento, pelo(s) autor(es), do formulário de submissão do artigo é imprescindível;
9. Admite-se a publicação de estudantes de graduação, desde que em parceria com um professor orientador titulado, que constará como autor principal do trabalho.
10. No caso de resenhas bibliográficas, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
11. As contribuições devem vir acompanhadas de: 3 palavras-chave em português ou espanhol e 3 palavras-chave em inglês; Título em português ou espanhol e em inglês; Resumo em português ou espanhol e Abstract em inglês, ambos com até 50 palavras.
12. As contribuições devem ser feitas através do website da Revista:
www.seer.ufrgs.br/rbea.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

13. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”.
14. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (não possuindo tamanho maior do que 2MB)
15. URLs para as referências foram informadas quando possível.
16. O texto está em espaço simples; usa fonte Times New Roman de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento, como anexos.
17. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
18. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.